UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

DIMAS RENATO PALLU MARQUES

Em pauta, o tráfico de animais silvestres: a cobertura da Folha de S. Paulo e O Globo
(2010-2014)

Versão Corrigida

São Paulo

2018

DIMAS RENATO PALLU MARQUES

Em pauta, o tráfico de animais silvestres: a cobertura da Folha de S. Paulo e O Globo
(2010-2014)

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Interdisciplinar

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida Júnior

De acordo. 29 de outubro de 2018

São Paulo

2018

De acordo
Antonio Almeida
30/10/18

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M298p Marques, Dimas Renato Pallu
Em pauta, o tráfico de animais silvestres: a
cobertura da Folha de S. Paulo e O Globo (2010-2014)
/ Dimas Renato Pallu Marques ; orientador Almeida
Júnior Antonio Ribeiro de. - São Paulo, 2018.
317 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Tráfico de animais silvestres. 2. Análise
Crítica do Discurso. 3. Teoria do Cotidiano. 4.
Representações Sociais. 5. Jornalismo. I. Antonio
Ribeiro de, Almeida Júnior, orient. II. Título.

MARQUES, Dimas Renato Pallu. **Em pauta, o tráfico de animais silvestres:** a cobertura da
Folha de S. Paulo e O Globo (2010-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Interdisciplinar

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida Júnior

Instituição: Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
Diversitas/FFLCH/USP

Aprovado em: 11 de outubro de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Chaves de Melo Silva (titular)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes (ECA)/USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. Claudio Benedito Valladares-Padua (titular)

Instituição: Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS)/Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno (titular)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes (ECA)/USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz (suplente)

Instituição: Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
(Diversitas)/FFLCH/USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. Silvio Marchini (suplente)

Instituição: Departamento de Ciências Florestais/Escola Superior de Agricultura “Luiz de
Queiroz”/USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. José Luiz Proença (suplente)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes (ECA)/USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Para aqueles que consideram importantes todas as formas de vida.

Aos que lutam pela liberdade, seja de bicho ou de gente.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) por ser um espaço aberto às novas ideias e acolher minha proposta de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida Júnior que acreditou e me orientou. A Análise Crítica do Discurso veio dele.

Um especial obrigado ao Prof. Dr. André Chaves de Melo Silva, do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, pelo incentivo e apoio acadêmico. A teoria das Representações Sociais veio dele.

Ao Prof. Dr. Silvio Marchini, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo pelas críticas e comentários feitos durante a qualificação.

Ao Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno, sempre combativo, e ao Prof. Dr. José Luiz Proença, um exemplo de professor desde minha graduação em Jornalismo na ECA. Nossas conversas me ajudaram muito.

Não posso deixar de citar a equipe do Diversitas, sempre prestativa para esclarecer minhas dúvidas, o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), pelo fornecimento de dados, e os funcionários da biblioteca do Senado Federal pela ajuda com as leis. Muito obrigado.

Os agradecimentos do coração vão para Flávia e Pedro. São minha família. Alicerce.

A minha mãe, Regina, que sempre se importa e está presente.

Aos que torceram por mim, obrigado.

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser *gauche* na vida.
(ANDRADE, 1967, p. 53)

Primeira estrofe do Poema de Sete Faces, de Carlos
Drummond de Andrade, publicado no livro Alguma
Poesia (1930).

O pardalzinho nasceu
Livre. Quebraram-lhe a asa.
Sacha lhe deu uma casa,
Água, comida e carinhos.
Foram cuidados em vão:
A casa era uma prisão,
O pardalzinho morreu.
O corpo Sacha enterrou
No jardim; a alma, essa voou
Para o céu dos passarinhos!
(BANDEIRA, 1993, p. 185)

Poema Pardalzinho, escrito por Manuel Bandeira em
1943 e publicado no livro Lira dos Cinquent'anos.

RESUMO

MARQUES, Dimas Renato Pallu. **Em pauta, o tráfico de animais silvestres:** a cobertura da Folha de S. Paulo e O Globo (2010-2014). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as abordagens dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo na cobertura do tráfico de animais silvestres entre 2010 e 2014. Todos os 254 textos publicados no período foram lidos e analisados. O mercado negro de fauna e a cultura do criar espécimes silvestres como bichos de estimação foram detalhados para contextualizar o problema. Técnicas quantitativas foram utilizadas para a classificação dos textos em categorias (tipos de abordagens). Dez categorias foram identificadas e os textos agrupados, permitindo concluir que tanto da Folha de S. Paulo quanto O Globo dão preferência à cobertura de ações de fiscalização e repressão ao tráfico de fauna. A Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, teorias do Cotidiano de Agnes Heller e Michel de Certeau e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici foram o suporte da análise qualitativa e a base teórica da pesquisa. Quinze textos de oito categorias foram qualitativamente analisados. Seis principais representações sociais foram destacadas, com destaque para: animal silvestre pode ser criado como bicho de estimação, o Estado é incompetente na gestão da fauna silvestre e a repressão resolve o problema do tráfico de fauna. A aplicação da Análise Crítica do Discurso encontrou elementos que corroboram as representações sociais identificadas. A conclusão foi que os dois jornais (bem como o Estado brasileiro) reforçam a ideia de que se pode criar silvestres como bichos de estimação, desde que os animais tenham origem legal, e que a repressão é a melhor forma para desestimular o tráfico – conceitos que discordamos. Folha de S. Paulo e O Globo não contribuem efetivamente para a construção de uma nova cultura que ajude na redução do comércio ilegal de animais silvestres e não auxiliam no processo de modificações de representações sociais para gerar impacto no tráfico de fauna.

Palavras-chave: Tráfico de animais silvestres. Análise Crítica do Discurso. Teoria do Cotidiano. Representações Sociais. Jornalismo. Jornais impressos.

ABSTRACT

MARQUES, Dimas R. P. **In discussion, the wild animals trafficking:** the coverage of Folha de S. Paulo and O Globo (2010-2014). Dissertation (Masters) – Postgraduate Program in Humanities, Rights and Other Legitimacies, Center for Studies of Diversity, Intolerances and Conflicts (Diversitas), Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences (FFLCH), University of São Paulo (USP) São Paulo, 2018.

This research aimed to identify and analyze the approaches of the Folha de S. Paulo and O Globo newspapers in the coverage of wild animals trafficking between 2010 and 2014. All 254 texts published in the period were read and analyzed. The black market of fauna and the culture of creating wild specimens as pets were detailed to contextualize the problem. Quantitative techniques were used to classify texts into categories (types of approaches). Ten categories were identified, and the texts were classified, allowing to conclude that both Folha de S. Paulo and O Globo prefer to cover actions of inspection and repression of wild animals traffic. Critical Discourse Analysis of Norman Fairclough, Agnes Heller's and Michel de Certeau's theories of Daily Life, and Serge Moscovici's Theory of Social Representations were the basis of qualitative analysis and the theoretical basis of the research. Fifteen texts from eight categories were qualitatively analyzed. Six main social representations were highlighted, with emphasis on: wild animal can be reared as a pet; State are incompetent in the management of fauna and repression solves the problem of wild animals trafficking. The application of the Critical Discourse Analysis found elements that reinforce the identified social representations. The conclusion was that the two newspapers (as well as the Brazilian State) reinforce the idea that wild animals can be created as pets, as long as the animals are of legal origin, and that repression is the best way to discourage trafficking - concepts that we disagree with. Folha de S. Paulo and O Globo do not contribute effectively to the construction of a new culture that helps to reduce the illegal trade of wild animals as well as do not provide any aid in the process of modifications of social representations to generate impact in the traffic of fauna.

Keywords: Wild animals trafficking. Critical Discourse Analysis. Theory of Daily Life. Social Representations. Journalism. Printed newspapers.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de textos sobre tráfico de animais e criação em cativeiro doméstico da Folha de S. Paulo e O Globo entre 2010 e 2014.....	117
Gráfico 2 – Ranking das categorias	121
Gráfico 3 – Ranking das categorias em porcentagem	121
Gráfico 4 – Ranking das categorias da Folha de S. Paulo.....	123
Gráfico 5 – Ranking das categorias de O Globo	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Nobre com um papagaio”, 1859, óleo sobre tela de Józef Simmler	48
Figura 2 – Concepção tridimensional do discurso.....	94
Figura 3 – Página C3 da edição de 11 de agosto de 2011 da Folha de S. Paulo com a matéria analisada	136
Figura 4 – Reprodução da página do site que vendia animais traficados	138
Figura 5 – Páginas de O Globo com a reportagem sobre as feiras que vendem animais silvestres em São Gonçalo (RJ)	141
Figura 6 – Páginas 12 e 13 de O Globo com as duas primeiras matérias da reportagem sobre biopirataria na Amazônia	158
Figura 7 – Páginas 14 e 15 de O Globo com a matéria que aborda a legislação sobre biopirataria.....	159
Figura 8 – Página 40 da revista São Paulo da Folha de S. Paulo	168
Figura 9 – Páginas 22 e 23 e a composição do título com a foto grande.....	180
Figura 10 – Página 24 e as fotos com celebridades	181
Figura 11 – Anúncio oferecendo os saguis em página do Facebook.....	183
Figura 12 – Capa da edição de 15 de maio de 2010 do caderno Baixada.....	191
Figura 13 – Páginas 6, 7 e 8 da reportagem sobre os passarinhos da Baixada Fluminense	191
Figura 14 – Reprodução da página C12 da edição de 06 de março de 2011	202
Figura 15 – Páginas 16 e 17 com a reportagem sobre o Cetas do Ibama no Rio de Janeiro.	214
Figura 16 – Página C14, um resumo com as principais notícias da edição e a chamada para a matéria da C7.....	226
Figura 17 – Páginas C6 e C7	227
Figura 18 – Capa da edição de 02 de julho de 2013	235
Figura 19 – Página 30 da edição de 02 de julho de 2013.....	236
Figura 20 – Capa do caderno The New York Times na edição de 23 de julho de 2012 da Folha de S. Paulo	253

Figura 21 – Página 2 do caderno The New York Times na edição de 23 de julho de 2012 da Folha de S. Paulo	254
Figura 22 – Páginas 10 e 11 da edição de 27 de abril de 2010 da revista Planeta Terra de O Globo.....	262
Figura 23 – Capa da edição de 04 de maio de 2011 de O Globo	273
Figura 24 – Página 38 da edição de 04 de maio de 2011 de O Globo	274
Figura 25 – Página 8 e 9 da edição de 14 de maio de 2013	285
Figura 26 – Matéria publicada na edição de 21 de agosto de 2001 de O Globo sobre a remoção dos micos-leões-de-cara-dourada	287
Figura 27 – Matéria publicada na edição de 26 de novembro de 2014 de O Globo sobre o tráfico de animais pela internet.....	294

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Índia amamentando porco-do-mato	49
Fotografia 2 – Escravo vendendo papagaios no Brasil.....	50
Fotografia 3 – Foto de um grupo de 336 filhotes de papagaios-verdadeiros apreendidos em Ourinhos (SP) em 2 de outubro de 2012.....	170
Fotografia 4 – Imagem que abre “O louro e o Zé”, na edição de 19 de outubro de 2014 da revista São Paulo da Folha de S. Paulo	174

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	33
1.1 Como tudo começou	36
2 O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL	41
2.1 Conhecendo o tráfico de animais silvestres no Brasil.....	41
2.1.1 As origens de uma cultura: os silvestres- <i>pet</i>	44
2.1.1.1 Na cultura da Europa	45
2.1.1.2 Nas culturas indígena e africana	48
2.1.2 No universo das leis	52
2.1.3 Estruturas do tráfico de animais no Brasil: um resumo.....	63
2.1.4 Consequências do tráfico de animais	67
2.1.5 Como reduzir o tráfico de animais silvestres no Brasil.....	69
2.2 O jornalismo ambiental no Brasil e a cobertura do tráfico de animais	71
2.2.1 A história da imprensa brasileira especializada em meio ambiente.....	72
2.2.2 O jornalismo ambiental brasileiro hoje e a cobertura do tráfico de animais	77
3 DO UNIVERSO METODOLÓGICO, AS TEORIAS E OS MÉTODOS.....	81
3.1 A Análise Crítica do Discurso	83
3.1.1 Discurso: entendendo o que será analisado	86
3.1.1.1 Mikhail Mikhailovich Bakhtin.....	86
3.1.1.2 Michel Foucault	90
3.1.2 Detalhando o uso da Análise Crítica do Discurso.....	93
3.2 As teorias do Cotidiano e das Representações Sociais	102
3.2.1 Pensando o cotidiano com Heller e Certeau	103
3.2.2 As representações sociais de Moscovici.....	107
4 MERGULHANDO NOS TEXTOS.....	115
4.1 Busca, seleção e classificação dos textos: trabalhando com números	115

4.2 A análise qualitativa	125
4.2.1 A Análise Crítica do Discurso como método	126
4.2.2 Alguns elementos de análise do discurso gráfico de um jornal	127
4.2.2.1 Página ímpar e página par: diferentes importâncias.....	129
4.2.2.2 A presença de fotografias e/ou artes.....	129
4.2.3 Identificando representações sociais	130
4.2.4 Analisando as matérias	131
4.2.4.1 A categoria Repressão	133
4.2.4.1.1 Texto 1 - Operação contra tráfico de animais prende seis	134
4.2.4.1.2 Texto 2 - Como se fosse tudo legal	141
4.2.4.2 A categoria Biopirataria.....	151
4.2.4.2.1 Texto 3 - Piratas da floresta rondam Amazônia	152
4.2.4.3 A categoria Comportamento	165
4.2.4.3.1 Texto 4 - Deram um pé no louro	166
4.2.4.3.2 Texto 5 – Com a macaca.....	176
4.2.4.3.3 Texto 6 – O canto das aves	187
4.2.4.4 A categoria Destinação	199
4.2.4.4.1 Texto 7 – ONG tenta devolver papagaio à mata natal.....	199
4.2.4.4.2 Texto 8 – Um prejuízo e tanto para a biodiversidade.....	210
4.2.4.5 A categoria Legislação	223
4.2.4.5.1 Texto 9 – Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio epilético	223
4.2.4.5.2 Texto 10 – Tráfico de animais ganha impulso legal.....	231
4.2.4.6 A categoria Conservação/Pesquisa.....	248
4.2.4.6.1 Texto 11 – Invasão na natureza promove epidemias.....	249
4.2.4.6.2 Texto 12 – Alta tecnologia contra o tráfico de animais.....	258
4.2.4.6.3 Texto 13 – A última ararinha	268

4.2.4.7 A categoria Espécies Invasoras	280
4.2.4.7.1 Texto 14 – A invasão dos micos	281
4.2.4.8 A categoria Tráfico Geral	290
4.2.4.8.1 Texto 15 – Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet.....	291
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
REFERÊNCIAS	307
ANEXO	317

1 INTRODUÇÃO

Definir tráfico de animais silvestres pode parecer algo simples, que não exige muito esforço nem tão pouco grande conhecimento. Mas, provavelmente, a maioria das pessoas não é capaz de formular uma definição completa ou bem abrangente. Estamos abordando uma das mais lucrativas atividades criminosas do planeta e que engloba muito mais do que o comércio de animais vivos.

O primeiro esclarecimento que é pertinente ser feito envolve o conceito de animais silvestres no Brasil. A Lei 9.605, de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, define, no parágrafo 3º do artigo 29, animais silvestres como

todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras. (BRASIL, [21--]f)

Já a definição de tráfico de fauna não está consolidada em lei, como o verificado com o conceito de animais silvestres. Pode parecer estranho, mas a atividade criminosa inexistente como um tipo penal na legislação brasileira. Todo o comércio sem autorização do poder público de espécimes silvestres vivos, de suas partes (como penas, peles, garras, dentes, ossos, etc.) e de substâncias produzidas por eles, como as peçonhas (popularmente conhecidas como venenos) de cobras, é parte desse universo.

Neste momento, vale esclarecer que, em nossa pesquisa, utilizamos o termo tráfico como sinônimo de atividade comercial ilegal. Também usamos a expressão mercado negro como sinônimo desse crime.

O tráfico de fauna silvestre é responsável pela captura, coleta, sofrimento e morte de milhões de animais da natureza brasileira. Uma pesquisa da ONG Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a Renctas, de 2001, estimou em 38 milhões o número de espécimes que abastecem esse mercado todos os anos (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 32). Passado tanto tempo, esse trabalho ainda permanece como a única referência quantitativa do problema no Brasil. O poder público nunca tentou dimensioná-lo.

Muito mais que um crime baseado na mercantilização de seres vivos legalmente protegidos, e que tem a crueldade em suas entranhas, o comércio ilegal de fauna é responsável por uma série de problemas. Muitos dos quais, dificilmente a população os relacionam a ele. Estamos tratando de questões ligadas a ambientes naturais e a sociedade humana como

extinções de espécies, desequilíbrios de ecossistemas, transmissão de zoonoses, geração de problemas para a agricultura e a pecuária, perda de patrimônio genético, aumento de gastos do poder público com o sistema de saúde, a fiscalização e o atendimento aos animais e inúmeras outras.

No Brasil, há diversos tipos de tráficos de fauna, mas o comércio de espécimes para serem criados como bichos de estimação é o motor que sustenta e movimenta a maior porção da atividade. E o combustível desse motor é a cultura do silvestre-*pet*. A partir do século XVI, com a chegada de europeus e africanos e a inevitável mistura dos hábitos deles com os dos indígenas, forjou-se esse costume. Todos esses grupos de atores sociais já tinham tal hábito, que acabou reforçado pelo contexto e o transcorrer do tempo.

Historicamente, o poder público brasileiro passou a agir de forma um pouco mais incisiva no combate ao comércio sem autorização de fauna apenas a partir de 1934, quando entra em vigor o Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672). Até então, o Estado brasileiro não tinha sequer um conjunto de normas organizado sobre a exploração dos espécimes silvestres. Mas a existência de leis não significa o início de ações efetivas para solucionar algum problema. O poder público continuou pouco atuando para coibir esse mercado ilegal.

O que encontramos hoje, por todo o país, são passarinhos em gaiolas, papagaios em poleiros e pequenos primatas amarrados. Isso para ficar no mais comum. Não há recanto no Brasil livre da existência de animais capturados na natureza sendo criados como *pet*.

Não nos parece razoável que as ações para a redução do mercado negro de fauna se façam apenas com a publicação de leis e ações de fiscalização e repressão; pilares do padrão atual de atuação do poder público. Enquanto houver gente disposta a comprar animais, haverá gente para vendê-los, legal ou ilegalmente. A mudança de comportamento dessa parte da população brasileira é o caminho mais eficiente para uma efetiva alteração desse quadro. As teorias do Cotidiano de Agnes Heller e de Michel de Certeau, bem como a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, nos ajudam a entender esse potencial de alteração de comportamento.

Como então mudar uma cultura disseminada por séculos em uma parcela considerável da população? Ainda mais se levarmos em conta que essa cultura também faz parte da estrutura do Estado brasileiro que, legalmente, permite a existência de um comércio legalizado de animais silvestres para serem criados como *pets*.

Será que a imprensa tem um papel importante na configuração de novos padrões de comportamento da sociedade? Por acreditar que sim, nossa pesquisa se propôs a identificar e analisar as abordagens dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo na cobertura do tráfico de animais silvestres e seu principal incentivador no Brasil, a criação de animais silvestres como bichos de estimação pela população. Ou seja, como os dois maiores diários impressos do Brasil, pelo critério de circulação do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), enxergam o tráfico de animais?

Para atingir esse objetivo, nos propusemos a identificar as diferentes abordagens dos jornais sobre o tema, classificar os textos em categorias com base nessas abordagens, ranquear quantitativamente essas categorias e realizar uma análise qualitativa de uma amostragem heterogênea de textos com base na Análise Crítica do Discurso e na teoria das Representações Sociais.

Nossa jornada em busca de respostas começa pelo **capítulo 2**, em que detalhamos o tráfico de animais silvestres no Brasil. Fomos às origens da nossa cultura do silvestre-*pet*, reconstruímos a história da legislação nacional sobre o assunto e apresentamos um pouco das leis atuais. Trazemos também um resumo das principais consequências desse comércio e ousamos, a partir de dados e propostas encontradas, apresentar um conjunto de medidas para reduzir o problema.

Pelo fato de analisarmos a cobertura de um tema ambiental pelos jornais, nossa pesquisa reconstruiu, ainda que superficialmente, a trajetória do jornalismo especializado em meio ambiente, além de refletir sobre como o tráfico de animais está inserido como pauta nas redações.

O **capítulo 3** apresenta nosso alicerce metodológico. Trabalhamos com a Análise Crítica do Discurso bastante baseada em Norman Fairclough, teorias do Cotidiano sob as óticas de Agnes Heller e Michel de Certeau e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Essa composição com campos de conhecimentos diferentes, mas que conversam entre si, nos mostrou o quanto interdisciplinar pode ser um objeto de estudo ligado à Comunicação Social.

No **capítulo 4**, Mergulhando nos textos, as análises quantitativas e qualitativas que realizamos são apresentadas, bem como seus resultados. Identificamos 254 textos nos dois jornais, que foram classificados em 10 categorias com base nas abordagens encontradas.

Utilizamos então a Análise Crítica do Discurso e a Teoria das Representações Sociais como métodos para trabalhar com 15 matérias jornalísticas.

No **capítulo 5** estão as conclusões resultantes de um processo que envolveu a busca por todos os textos publicados nos dois jornais entre 2010 e 2014 que tratavam do tráfico de fauna e o hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação, a identificação de 10 formas de abordar o tema, a descoberta de quais dessas abordagens predominam quantitativamente e a análise qualitativa de uma amostragem heterogênea das matérias jornalísticas. Verificamos que a cobertura enfatiza os casos de repressão do Estado ao tráfico de fauna e à criação doméstica de silvestres sem autorização, além de reforçar a cultura do silvestre-*pet* e mostrar um poder público que não é competente na gestão da fauna. Nos surpreendeu encontrar 10 categorias de textos, ou seja, os dois jornais conseguem, de alguma forma, identificar diferentes elementos que formam o mercado negro de fauna.

1.1 Como tudo começou

O 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre¹, lançado em 2001 pela ONG Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a Renctas, foi o responsável por despertar meu interesse pelo comércio ilegal de fauna. Essa publicação tornou-se referência sobre o tema no Brasil, principalmente pelo fato de apresentar para a sociedade a estimativa de que 38 milhões de espécimes são retirados da natureza brasileira todos os anos para abastecer o mercado negro de animais silvestres (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 32).

Escrevi uma matéria sobre o lançamento da publicação para o jornal paulista Diário de S. Paulo, onde trabalhava como repórter, e, atraído pelo assunto, passei a acompanhá-lo, estudá-lo² e a propor pautas sobre tráfico de animais para o periódico e outros veículos de comunicação em que atuei posteriormente. O conhecimento sobre o tema me fez concluir que uma atividade com tamanho potencial de destruição do equilíbrio dos ecossistemas e de promoção de prejuízos à sociedade deve receber grande atenção pela imprensa. O tema é relevante e merece ser trabalhado com abrangência e qualidade.

¹ Acesse o 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestres, da Renctas, em <http://www.faunanews.com.br/files/biblioteca/rel-renctas-pt-final.pdf>.

² Minha monografia do curso de pós-graduação *lato sensu* Meio Ambiente e Sociedade, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi apresentada em 2009 com o título **O tráfico de animais silvestres no Brasil: das origens às políticas públicas de combate**. Ver MARQUES, 2009 em Referências.

Esta pesquisa é consequência do trabalho que desenvolvo desde 2011, quando lancei o site Fauna News³. Por acompanhar a cobertura do tráfico de animais silvestres desde aquele ano de 2001, estudar o problema e ter a certeza de sua importância, alimentei uma insatisfação relativa à qualidade da atuação da imprensa brasileira na cobertura do tema. Considerava (e ainda considero) que a maioria das matérias veiculadas sobre o assunto no Brasil eram (e são) superficiais, abordando apenas parte do problema, geralmente as questões ligadas à repressão e à fiscalização, com destaque para as apreensões.

O Fauna News nasceu com o objetivo de ser uma alternativa a quem deseja saber um pouco mais sobre as notícias publicadas e transmitidas pelos veículos de comunicação. Para cumprir essa missão, seleciono as matérias que considero mais relevantes em sites, jornais, revistas, programas de televisão ou de rádio e, a partir delas, insiro informações e elaboro comentários. O critério de escolha do material a ser trabalhado depende das opções que tenho no dia, podendo ser desde uma rotineira apreensão de animais até raros textos que abordam a necessidade de educação ambiental no processo de redução do comércio ilegal de fauna silvestre.

Com o passar dos anos, o Fauna News ampliou os temas que aborda e passou a publicar artigos de colaboradores especialistas que escrevem, em colunas fixas, sobre espécies da fauna nativa brasileira (Olha o Bicho!), técnicas e curiosidades da fotografia de animais silvestres (Photo Animal), zoonoses e a saúde humana (Os Silvestres e a nossa Saúde) e Ecologia de Estradas, em especial a questão dos atropelamentos de espécimes silvestres (Fauna e Estradas).

A experiência desse trabalho diário, que tem como um de seus pilares a atuação da imprensa na cobertura do tráfico de fauna, motivou minha investigação científica. Esse percurso, do impulso emotivo ao trabalho acadêmico, é salientado por Desaluriers e Kérisit (2008, p. 132-133), quando afirmam que uma questão motivadora se impõe ao espírito do pesquisador, mas ainda sem a precisão do objeto de pesquisa.

No início, portanto, antes que o pesquisador passe a construção propriamente dita de seu objeto de pesquisa, uma questão se impõe ao seu espírito. Ela pode ser geral ou precisa, mais simples no início e mais complexa depois, mas ela não tem a precisão que envolverá o objeto de pesquisa, no final. Em certos casos, a questão permanece tal como foi proposta inicialmente, o pesquisador explorando uma ou outra de suas facetas; em outros casos, a questão será totalmente transformada, no decorrer do processo. O certo é que em todos os tipos de pesquisa, mas principalmente, na pesquisa qualitativa, o

³ Fauna News: www.faunanews.com.br

objeto de pesquisa é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada. (DESALURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 132-133)

Também Bourdieu (1983) destaca que entre os fatores existentes na busca por autoridade científica⁴ estão as escolhas das pesquisas a serem desenvolvidas pelo cientista. Inicialmente, o pesquisador tende a desenvolver trabalhos que considera mais importantes, o que gera uma satisfação pessoal. Mas o processo de escolha é mais complexo.

O cientista, além da busca por uma satisfação ligada à afinidade por determinado assunto, investe em pesquisas que levam em consideração aquilo que também pode ser percebido como importante e interessante pelos seus pares no campo científico em que atua, ou seja, pelos demais integrantes da comunidade científica. Essas escolhas são parte da acumulação de capital científico⁵ e ajudam a garantir o chamado lucro simbólico (BOURDIEU, 1983, p. 125). Ainda segundo Bourdieu (1983), há outras formas de conseguir esse acúmulo de capital simbólico (autoridade). Entre elas destaca-se a originalidade do produto científico

O reconhecimento pelos pares bem como a existência de mais recursos e investimentos em áreas consideradas, em determinado momento, de maior importância fazem com que, muitas vezes, vários trabalhos sejam desenvolvidos sobre um mesmo objeto, o que pode deixar outros temas carentes de pesquisas. E o tráfico de animais silvestre nos parece não ter sido “descoberto” pelos pesquisadores das Ciências Humanas.

Com o objetivo de verificar quais eram as pesquisas já existentes sobre a cobertura do tráfico de animais pela imprensa e o que elas abordavam, para então determinar nosso problema, procuramos artigos científicos, dissertações, teses e livros que abordam o tema.

Realizamos buscas no Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo (Dedalus)⁶, no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (Sibi)⁷, no

⁴ Bourdieu define autoridade científica “como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.” (BOURDIEU, 1983, p. 122-123)

⁵ Em Bourdieu (1983), o capital científico deve ser acumulado para conseguir autoridade científica, contendo fatores como reconhecimento para consagração pelos pares-concorrentes em virtude do valor distintivo e da originalidade de seus trabalhos. Fica claro que esse reconhecimento não depende apenas da competência técnica do pesquisador, mas também do saber atuar politicamente no meio acadêmico e nos meios adjacentes a esse.

⁶ <http://dedalus.usp.br>

⁷ <http://www.buscaintegrada.usp.br>

Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (SBU)⁸, no Sistema Phartenon⁹ (que congrega informações bibliográficas, eletrônicas e digitais da Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Universidade Estadual Paulista), no Portal de Periódicos Capes/MEC¹⁰ e no Google Acadêmico¹¹. Em todos esses bancos de dados e no site de buscas, utilizamos as seguintes combinações de palavras nas ferramentas de pesquisa existentes neles: tráfico de animais, tráfico de fauna, comércio de animais, comércio de fauna, comércio ilegal de animais, comércio ilegal de fauna, jornais + tráfico + animais, jornais + tráfico + fauna, jornalismo + tráfico + animais, jornalismo + tráfico + fauna, imprensa + tráfico + animais, imprensa + tráfico + fauna, *animal trafficking*, *animal trade*, *illegal animal trade*, *wildlife trafficking*, *illegal wildlife trade*, *press + wildlife trafficking*, *press + animal trafficking*, *press + animal trade*, *journalism + wildlife trafficking*, *journalism + animal trafficking* e *journalism + animal trade*. Vale destacar que, para a busca no Google Acadêmico, limitamos a procura às 10 primeiras páginas de resultados.

Esse trabalho localizou apenas o artigo *Reporting on Rhinos Analysis of the Newspaper Coverage of Rhino Poaching*, de Shelby Grant e Mary Lawhon, publicado em 2014 no volume 30 do *Southern African Journal of Environmental Education*. Grant e Lawhon (2014) trabalharam com matérias publicadas entre janeiro e dezembro de 2012 publicadas pelo jornal diário The Mail & Guardian. Elas realizaram a quantificação de espaço para as notícias que abordam a caça de rinocerontes (motivada basicamente pelo tráfico de chifres para a Ásia), bem como elaboraram categorias com os temas dos títulos das notícias (morte de rinoceronte, tráfico, chifre, prisão, caça ilegal/caçador, comércio e caça legal), de soluções apresentadas e de tipos de fontes consultadas. Nesse trabalho há o predomínio de análises quantitativas, com um esforço de interpretação dos dados consolidados.

Nossa busca encontrou também dois artigos de autores estrangeiros e sete de brasileiros. Todos apenas citam o tráfico de animais como um assunto da cobertura jornalística sobre questões ambientais ou sobre fauna, não havendo a intenção de aprofundar a análise do tema comércio ilegal de fauna. Nesses trabalhos acadêmicos há o predomínio da Análise de Conteúdo.

⁸ <http://www.sbu.unicamp.br>

⁹ <http://www.parthenon.biblioteca.unesp.br>

¹⁰ <http://www.periodicos.capes.gov.br>

¹¹ <https://scholar.google.com.br>

Apesar de nosso esforço, consideramos grande a possibilidade da busca realizada não ter tido alcance suficiente para encontrar mais trabalhos.

Também vale destacar que, antes dessa busca por trabalhos acadêmicos, já conhecíamos o capítulo A imprensa e o tráfico de animais silvestres, escrito pela jornalista Daise Diuana para o livro Animais Silvestres: vida à venda, de 2002. Na época, ela era assessora de imprensa da Renctas, entidade responsável pela publicação. Diuana (2002) relata sua experiência como jornalista na produção de matérias sobre o mercado negro de fauna para o Jornal Nacional, da TV Globo, onde trabalhava em 1999, e as consequências da veiculação de uma série de reportagens sobre o tema.

Pretendemos, com esta pesquisa, ajudar a abrir as portas da academia para os estudos do tráfico de animais dentro do campo das Ciências Humanas, em especial da Comunicação Social e do Jornalismo. Nosso objetivo é também auxiliar na construção de um caminho em direção a um futuro em que a imprensa reconheça a importância do tráfico de animais silvestres. Nossa intenção é, além de contribuir para aumentar o conhecimento científico em torno do tema tráfico de animais, chamar a atenção de jornalistas e veículos de comunicação para a possibilidade de abordar o problema de forma mais completa e abrangente. Para Desaluriers e Kérisit (2008, p. 132), “O objeto de pesquisa é, geralmente, definido como uma lacuna que é preciso preencher”.

2 O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL

A compra e venda de animais silvestres não é um fenômeno novo. Na Roma Antiga, por exemplo, milhares de espécimes da África e da Ásia eram utilizados nas arenas e coliseus, onde lutavam entre si e com humanos (CANDIDO; GUEDES JUNIOR, 2015, p. 35). Leões, tigres, leopardos, elefantes e até crocodilos eram capturados para manter esse entretenimento dos romanos na península Itálica e em suas províncias.

Da Europa ocidental medieval, há registros históricos detalhando um intenso comércio de silvestres para serem criados como bichos de estimação. À medida que os meios de transporte melhoraram e se sofisticaram, as negociações envolvendo fauna aumentaram. O fenômeno é nítido durante as Grandes Navegações já na Idade Moderna.

Essa ampliação comercial fez com que as nações comessem a regulamentar a atividade. Leis foram criadas e, conseqüentemente, surge o tráfico de animais silvestres. Como toda a atividade ilegal, é difícil mensurar com exatidão sua dimensão.

Independentemente da quantidade de espécimes traficados e dos valores bilionários envolvidos, todos temos certeza de que o mercado negro de fauna é uma das maiores atividades criminosas do mundo. E o Brasil, país que abriga imensa diversidade de espécies da fauna e com a sexta maior população do mundo, não está fora desse contexto.

No território brasileiro, como mostraremos, o mercado negro de fauna tem como principal característica o fornecimento de animais silvestres para serem criados como *pets*, cultura essa formada pela fusão de hábitos dos europeus colonizadores, dos indígenas e dos escravos africanos. Além desse universo, este capítulo também aborda o jornalismo ambiental do país e a cobertura do tráfico de fauna pela imprensa.

2.1 Conhecendo o tráfico de animais silvestres no Brasil

O tráfico de fauna silvestre no Brasil tem como uma de suas principais características o fornecimento de animais para serem criados como bichos de estimação. De acordo com estimativa da ONG Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 32), a Renctas, 38 milhões de animais silvestres são retirados da natureza brasileira todos os anos para abastecer o comércio ilegal de fauna. Para chegar a essa quantidade, a instituição fez uma projeção, utilizando métodos estatísticos, baseada nos dados oficiais das apreensões de fauna silvestre realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em todo o Brasil entre 1992 e 2000 e nos números dos espécimes recolhidos em feiras do estado do Rio de Janeiro encontrados no artigo “Controle

ambiental para a fauna silvestre no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”, de Braga et al., publicado em 1998 nos Anais do VII Seminário Regional de Ecologia.

É importante destacar que esse número, 38 milhões, está subestimado, pois, no cálculo, não foram levados em conta os peixes e os invertebrados. Há também a possibilidade de o tráfico ter aumentado nesses 17 anos que se passaram após a divulgação do dado. Vale salientar o fato de que essa forma de comércio de animais, por ser ilegal, nunca será dimensionado quantitativamente com exatidão.

WWF-Brasil (1995, p. 14) e Lopes (2000¹² apud REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 6) afirmam que o comércio ilegal da vida silvestre no Brasil, que inclui fauna e flora, representa entre 5% e 15% do total mundial. Essa atividade criminosa é a terceira mais lucrativa do mundo (LOPES, 2000 apud REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 6; WWF-BRASIL, 1995, p. 14), atrás do tráfico de drogas e do contrabando de armas. Há outras fontes (HAKEN, 2011; WWF, 2012, p. 9; BAKER, 2014) que afirmam ser o quarto tipo de crime mais rentável, perdendo para o tráfico de drogas, o comércio de produtos falsificados (farmacêuticos, eletrônicos e cigarros) e o mercado negro de humanos. Estamos trabalhando com cifras que, em todo o globo e considerando somente o mercado negro de fauna, variam de 7,8 bilhões de dólares por ano (WWF, 2012, p. 9), passam por 10 bilhões de dólares por ano (WWF-BRASIL, 1995, p. 14), 23,3 bilhões de dólares por ano (BEARDER, 2016, p. 5)¹³ e chegam a 25 bilhões de dólares anuais (HAKEN, 2011, p. 11).

Do total de animais silvestres retirados da natureza brasileira, apenas uma parte chega a ser comercializada. De acordo com Redford (1992, p. 416), para cada produto animal vendido ou trocado são mortos pelo menos três espécimes. Para o comércio de animais vivos, o autor afirma ser ainda maior a mortalidade, apesar de não especificar o quanto maior é. A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 32) e o WWF-Brasil (1995, p. 17) afirmam que para cada dez animais traficados, apenas um sobrevive.

Rocha (2009) não concorda com essa proporção de dez para um, pois animais mortos não têm valor, sendo, portanto, desinteressante ao traficante a perda de tantos espécimes. Ele

¹² LOPES, José Carlos. O tráfico ilegal de animais silvestres no Brasil. [S.l]: 2000. Endereço eletrônico indicado: <<http://www.ibama.gov.br/online/artigos/artigo18.html>>. Não conseguimos acesso ao texto.

¹³ O texto de Bearder indica 20 milhões de euros, que convertidos em 31 de maio de 2018, data em que 1 euro valia 1,17 dólar americano, resultou na quantia de 23,3 bilhões de dólares americanos. Conversão feita pelo site do Banco Central do Brasil: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>.

considera que essa informação é divulgada para retirar do poder público a responsabilidade sobre a falta de estrutura do Estado para lidar com o problema, principalmente durante as apreensões.

A porcentagem de óbitos no momento da apreensão pode variar de 20% a até 100%, dependendo da atenção no momento da apreensão. A falta de gente com conhecimento especializado no manejo dos animais é o fator que determina a quantidade de mortes.

Quando o animal já está com seu comprador, os 10 primeiros dias são os mais críticos e as perdas são poucas. A quantidade varia de acordo com a espécie do bicho. Com os Psitacídeos as perdas são de 5%, já com o corrupção são de 20%. (ROCHA, 2009)

A partir da quantidade de animais retirados da natureza por ano (38 milhões) e da proporção de que para cada dez animais capturados ou coletados por traficantes apenas um chega vivo ao consumidor final, a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 32) estimou que são comercializados, ou seja, vendidos aos consumidores finais, cerca de quatro milhões de animais silvestres anualmente no Brasil. Com esse dado e o total de espécimes apreendidos no país entre 1992 e 2000 pelo Ibama, a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 33) calculou que apenas 0,45% do total comercializado ilegalmente é recuperado pela fiscalização.

Desse total recuperado, a grande maioria é de aves. De acordo com Destro et al. (2012, p. 428), 80% dos animais apreendidos pelo Ibama e por outras instituições fiscalizadoras (como as polícias estaduais e a Polícia Federal, por exemplo) entre 2005 e 2009 eram aves. O número praticamente se repete em pesquisa feita pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 37) com dados das apreensões do Ibama de 1999 e 2000: 82% dos espécimes apreendidos foram de aves.

No universo das aves apreendidas, animais da ordem dos Passeriformes (popularmente conhecidos como passarinhos e que, em geral, chamam a atenção pela plumagem ou pelo canto) são maioria. Levantamento feito pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 38), os registros de apreensões de aves no Brasil em 1999 e 2000 compilados pelo Ibama mostrou que 16.266 (44,47%) das 36.573 aves apreendidas eram Passeriformes.

Ferreira (2000) analisou as apreensões de animais vivos no Brasil entre 1992 e 1998 (exceto o ano de 1994) registradas no Departamento de Fiscalização do Ibama. Para o ano de 1998, dos 24.304 animais vivos apreendidos, 21.102 (86,82%) eram aves. Do total de aves, 12.424 (58,87%) eram da ordem dos Passeriformes.

Essa predominância de aves apreendidas, em especial as da ordem dos Passeriformes, pelos órgãos de fiscalização é o principal indicativo de que o tráfico de fauna no Brasil é, majoritariamente, sustentado pelo hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação. A essa conclusão podemos unir outros dados: dependendo da fonte consultada, entre 60% (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2005, p. 39) e 70% (WWF-BRASIL, 1995, p. 11) dos espécimes comercializados ilegalmente no Brasil ficam em território nacional. “Por razões culturais, a incidência de animais mantidos em residências particulares é enorme” (WWF-BRASIL, 1995, p. 16).

Para tratar do tema tráfico de fauna silvestre no Brasil é preciso, portanto, abordar a prática de criar animais silvestres como bichos de estimação, que, como já afirmamos, é uma das principais características dessa atividade ilegal em território nacional. Uma forma de entender como esse hábito começou no país é voltar, por meio de registros históricos, ao século XVI e conhecer como aqueles que ajudaram a formar o Brasil, indígenas, europeus e negros africanos, tratavam a questão.

2.1.1 As origens de uma cultura: os silvestres-*pet*

Conviver com animais silvestres nas residências é um hábito antigo do ser humano. Nesta pesquisa, destacamos alguns registros que abordam essa prática na sociedade europeia ocidental desde a Idade Média bem como em sociedades indígenas que habitavam o território brasileiro no momento da chegada de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Posteriormente, escravos negros trazidos da África agregaram com seus hábitos ao processo de formação do povo brasileiro. A fusão desses três universos ajudou a moldar a cultura do criar animais silvestres como bichos de estimação, os silvestres-*pet*, que está presente em uma representativa parcela de nossa sociedade.

Não temos como mensurar com exatidão a quantidade de moradores do Brasil que atualmente cria animais silvestres como *pets*. Braga et al. (1998¹⁴ apud FERREIRA, 2000) destaca que entre dois e quatro milhões de animais silvestres de espécies nativas estão em cativeiros particulares por todo o país.

¹⁴ BRAGA, B.S. et al. Controle ambiental para a fauna silvestre no âmbito do estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE ECOLOGIA, 8., 1998, [S.l.]. **Anais do VIII Seminário Regional de Ecologia**. [S.l.]: [s.n.], 1998. p. 951-962.

Mas a quantidade deve ser muito maior. A Polícia Militar Florestal e de Mananciais do Estado de São Paulo (2000¹⁵ apud NASSARO, 2013, p. 9), atual Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, estimava, em 2000, que mais de 500 mil animais silvestres eram criados como bichos de estimação somente em território paulista.

Mesmo diante da inexistência de dados estatísticos confiáveis, mas levando-se em conta a totalização de apreensões ou simples constatações de animais silvestres em cativeiro na sequência dos anos seguintes, acredita-se que a estimativa estava correta no ano 2000 e continua hoje próxima do real. (NASSARO, 2013, p. 9)

O dado de 500 mil animais silvestres em cativeiro doméstico, considerado ainda atual por Nassaro, refere-se apenas ao estado de São Paulo. O Brasil é formado por 27 unidades federativas, sendo 26 estados mais o Distrito Federal. Um simples raciocínio lógico nos permite afirmar que a estimativa de dois a quatro milhões de animais silvestres de espécies nativas em cativeiros particulares está subestimada.

Para explicar essa situação, o passado nos fornece alguns elementos importantes.

2.1.1.1 Na cultura da Europa

Na Europa ocidental da Idade Média, não era raro ver um macaco, uma doninha, uma ovelha ou um porco nas casas. “Esses animais eram, além de companhia, fonte de alimento e de dinheiro, pois podiam ser trocados ou vendidos.” (SANCHES, 2008). Dependendo da classe social da pessoa, eles podiam ter valor por serem usados como instrumento de trabalho ou como artigos de luxo (pelas classes altas).

Criar mascotes esteve em voga entre as pessoas abastadas na Idade Média, e monges e freiras foram repetidas vezes proibidos (em vão) de mantê-los. Macacos de estimação eram importados já no século XIII. (THOMAS, 2010, p. 156)

Reis e governantes sempre estimaram animais exóticos, tanto que ofereciam espécimes como presentes entre si.

Desde o século XII, os reis da Inglaterra colecionaram leões, leopardos e outros animais ferozes; a casa de animais na Torre durou até 1834. (...) A casa real de animais simbolizava o triunfo de seu senhor sobre o mundo da natureza; alguns reis medievais chegavam a demonstrar sua coragem lutando contra seus animais cativos. (THOMAS, 2010, p. 390-391)

O hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação intensifica-se na Idade Moderna, principalmente nos séculos XV e XVI, quando começaram as Grandes Navegações.

¹⁵ POLÍCIA MILITAR FLORESTAL E DE MANANCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (atual POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO). Guarda Doméstica de Espécie Silvestre a Título de Estimação. Boletim Técnico n. 2, Ano I, de 15 de agosto de 2000.

A expansão territorial de impérios europeus com a conquista de territórios na África, Ásia e Américas permitiu o estabelecimento de rotas comerciais marítimas e terrestres, facilitando, portanto, a chegada de animais de diversas espécies de diferentes partes do mundo às metrópoles europeias. Inicialmente, os poucos viajantes se orgulhavam de retornarem de suas jornadas e aventuras com exemplares de espécies desconhecidas. Aos poucos, o interesse das pessoas por animais exóticos cresceu e os comerciantes notaram haver um mercado com potencial de crescimento (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 12).

Mas parece que foi nos séculos XVI e XVII que os mascotes se firmaram como uma presença usual nos lares de classe média, especialmente nas cidades, onde era menos provável que a existência de animais atendesse a alguma necessidade, e cada vez mais pessoas tinham condições de sustentar criaturas sem nenhum valor produtivo. Entre os bichos de estimação havia macacos, tartarugas, lontras, coelhos e esquilos (...). (THOMAS, 2010, p. 156)

Nesse período (séculos XVI e XVII), também ocorria a criação de aves em gaiolas, que passaram a ser apreciadas por causa do canto (canários, rouxinóis, pintassilgos e cotovias) ou pela capacidade de imitar a voz humana, como os papagaios (THOMAS, 2010, p. 157).

Vendedores de pássaros profissionais haviam aparecido nos tempos Tudor¹⁶ e no final do século XVII existia em Londres um grande mercado de pássaros canoros, alguns capturados no país por apanhadores de aves profissionais, outros, exóticos, importados dos trópicos. Os canários, importados aos milhares desde meados do século XVI, já tinham uma criação nacional, e dizia-se serem tão numerosos que “mesmo as pessoas humildes” podiam se permitir comprá-los. (THOMAS, 2010, p. 157)

A realidade narrada por Thomas não era exclusividade da Inglaterra. O costume de criar animais silvestres como bichos de estimação, com destaque para as aves, consolidou-se no Velho Mundo, o que inclui Portugal. A carta escrita por Pero Vaz de Caminha, em 1º de maio de 1500, ao rei de Portugal, Dom Manuel, é um testemunho desse fenômeno.

Resgataram lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos e carapaças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas cousas verá, porque o Capitão vô-las há de mandar, segundo ele disse. (CAMINHA, 1500 apud CORTESÃO, 1943, p. 226-227)¹⁷

Nessa mesma época, os tripulantes da nau Bretoa, que ancorou no litoral brasileiro em 1511, levaram muitos animais para serem vendidos na Europa.

¹⁶ A dinastia Tudor durou de 1485 a 1603.

¹⁷ CAMINHA, Pero Vaz. Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. [S.l.: s.n], 1500.

A única brecha num regulamento de resto extremamente restritivo era a possibilidade, aberta a todos os tripulantes, de trazer para Portugal animais silvestres do Brasil – especialmente papagaios, macacos e felinos de pequeno porte, como jaguatiricas, todos muitíssimo apreciados como animais de estimação e, portanto, bastante valiosos tanto em Portugal quanto na França. A negociação para obter tais animais, no entanto, deveria ser feita exclusivamente por intermédio do feitor e nunca diretamente com os índios.

Os “brasileiros” da nau Bretoa se serviram amplamente da única chance de obter algum lucro pessoal com sua árdua jornada: mais de 60 animais foram levados para Lisboa, entre eles 15 papagaios, 12 felinos e seis macacos, além de saguis e tuins. Só um certo Jurami, criado de Bartolomeu Marchioni, adquiriu oito papagaios, sete felinos e cinco macacos. Nesse caso, porém, deve tê-los comprado não para si, mas para o patrão. Ao todo, esses animais foram avaliados em oito mil reais, valor sobre o qual o escrivão recolheu “um quinto”, referente aos impostos régios. (BUENO, 2016, p. 77)

Com a intensificação do processo de colonização após 1530, aumentou a frequência de contato entre colônia e metrópole, o que resultou também na ampliação do envio de animais silvestres brasileiros para Portugal. Kury (2015, p. 100) nos fornece uma dimensão desse fluxo de espécimes nativos para a Europa:

Desde o início da colonização, remessas de animais da terra eram feitas para a Europa e para o Reino. As aves – vivas e mortas – tinham lugar de destaque. Havia importantes colecionadores em Portugal que aproveitavam as redes administrativas imperiais para se abastecerem de produtos de história natural do Brasil. Os documentos fazem referência a frequentes remessas realizadas a partir da região amazônica. Uma amostra dos ofícios enviados pelo governador e capitã-geral do Grão Pará, Maranhã e Rio Negro. João Pereira Valdas, entre 1772 e 1780, cita, por exemplo, os assuntos seguintes: ‘sobre pássaros que se devem remeter para o reino’, ‘sobre as aves e animais que vão para o reino’, ‘sobre as aves e animais que se remetem para as reais quintas’, ‘sobre a onça que vai para as quintas reais’, ‘sobre a urubutinga que vai para a quinta real de Belém’, ‘sobre os esquisitos e galantíssimos periquitos’. (KURY, 2015, p. 100)

Apesar de o Brasil ser uma colônia portuguesa, embarcações de outras nações europeias também atravessavam o Atlântico para negociar com os indígenas e levar para as nações do Velho Mundo pau-brasil, especiarias e animais silvestres. É desse período, mais precisamente de 1557, a primeira edição de Duas viagens ao Brasil: Primeiros registros sobre o Brasil, de Hans Staden. O alemão participou de duas expedições ao Brasil, sendo que a segunda durou de 1549 a 1555, com uma temporada de nove meses vivendo cativo dos índios tupinambás no litoral paulista. Em mais de um trecho do livro, o autor afirma que franceses levavam do país pau-brasil, pimenta, algodão, penas, macacos e papagaios (STADEN, 2010).

Esse mercado por animais silvestres brasileiros e suas partes ficara tão intenso que, a partir de 1770, as remessas de animais para Portugal eram rotineiras e envolviam araras, papagaios, periquitos, macacos, saguis, onças, cobras, veados, cutias, etc. (CAMPHORA,

2017, p. 80). Com a abertura dos portos ao comércio com as nações amigas de Portugal, promovida em 1808 na mudança da família real para o Brasil, espécimes brasileiros passaram a chegar com ainda mais facilidade para colecionadores e museus de história natural em toda a Europa.

Figura 1 – “Nobre com um papagaio”, 1859, óleo sobre tela de Józef Simmler

Fonte: Simmler (1859)

Józef Simmler foi um renomado pintor polonês no século XIX. O chamado papagaio é uma arara-canindé (*Ara ararauna*), espécie endêmica da América do Sul e sul do Panamá.

2.1.1.2 Nas culturas indígena e africana

Em 1500, ao chegarem ao Brasil, os portugueses encontraram o território habitado pelos índios, que, em muitas de suas etnias, mantinham também o hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação. Na língua tupi, esses espécimes eram os *cherimbane*, que significa “coisa muito querida”.

A palavra “xerimbabo” dá pistas desse afeto entre os nativos e os animais. O termo *cherimbane* – que significa “coisa muito querida” – foi recolhido pelo pastor e missionário francês Jean de Léry (1534-1611) durante as pesquisas que fez para o livro Viagem à Terra do Brasil (1578). Ele percebeu a expressão observando uma índia com um papagaio. Somente sob o comando de sua dona, a ave dançava, cantava, assobiava e imitava os gritos de guerra dos tupinambás. Alguns de seus conterrâneos tentaram comprá-lo, mas não conseguiram fechar negócio porque a nativa só aceitava trocá-lo por “um canhão grande”. A história fez com que Léry estabelecesse um elo entre o apreço pelos chamados xerimbabos e os corvos que os antigos romanos mantinham em suas casas e que, ao morrer, eram velados tal qual um ente querido. (SAEZ, 2010)

De acordo com Saez (2010), os xerimbabos não eram como os bichos de estimação dos europeus. Esses animais eram normalmente filhotes encontrados na floresta ou cujos pais foram mortos em caçadas. Havia também aves, como papagaios e araras, retirados ainda pequenos dos ninhos que, além de entreter a comunidade, eram fornecedores de penas para adereços. Em alguns casos, os filhotes de animais silvestres, que se acostumavam a circular livremente pela aldeia e acabavam cativando a afeição das pessoas, chegavam até a serem amamentados pelas mulheres. “Eles sempre entenderam os animais como humanos de um outro tipo”, ressalta Saez.

Fotografia 1 – Índia amamentando porco-do-mato

Foto: Gaiso (1992)
Índia awa-guajá amamentando filhote de porco-do-mato, no Maranhão, em 1992.
Fotografia de Pisco Del Gaiso para a Folha de S. Paulo.

Não seria nenhuma imprecisão afirmar que hábitos europeus e indígenas se mesclaram na composição da cultura brasileira quando pensamos na criação de animais silvestres como bichos de estimação. Sobre a influência dos negros trazidos da África para o Brasil como escravos entre os séculos XVI e XIX, Rugendas¹⁸ (1979 apud CAMPHORA, 2017, p. 67-68) destaca a captura de cobras não peçonhentas por serem “consideradas dotadas de força sobrenatural” por mandingos ou mandingueiros, “negros com poder sobre serpentes peçonhentas, com as quais se comunicavam através de cantos e exorcismos.”

Fotografia 2 – Escravo vendendo papagaios no Brasil

Fonte: Junior (2005)
Escravo vendedor de papagaios
fotografado no Brasil por Christiano
Junior em 1865.

Procuramos mais informações sobre a contribuição dos negros, mas as referências são poucas. Consideramos provável que nossa busca por informações tenha sido insuficiente.

A essa mescla de costumes, somou-se uma sistemática e histórica falta de ação efetiva dos governantes no controle da exploração de alguns elementos da natureza, como a fauna. Durante séculos, pouco, ou quase nada, se fez para mudar isso.

¹⁸ RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

Desde os tempos coloniais, os governos cogitaram de proteger as florestas e outros recursos, mas foram inócuas as medidas de proteção, sempre renovadas ao longo dos anos por meio de cartas-régias, leis, decretos, regulamentos que jamais produziram efeitos práticos. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 7)

A consequência desse processo histórico é a existência, hoje, da cultura do criar animais silvestres como bichos de estimação em parte da sociedade brasileira. Esse costume é, inclusive, a justificativa dada por infratores flagrados pela polícia com espécimes da fauna silvestre sem autorização do poder público.

Silva (2014) entrevistou por questionário 129 pessoas que foram autuadas em 2011, 2012 e 2013 na Região Metropolitana de São Paulo por estarem em posse de animais silvestres sem a devida autorização legal. Ele chegou a esses infratores utilizando registros fornecidos pelo policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de São Paulo dos anos de 2006 até 2013 e fazendo a escolha de forma aleatória utilizando o número do registro da ocorrência.

Em seu corpus de pesquisa, 70% dos infratores eram do sexo masculino, 82% tinham mais de 40 anos e quase 70% não concluíram o ensino fundamental. Do total, 78% eram casados e possuíam renda mensal abaixo de R\$ 2.700.

Com base nas entrevistas, em que 59% dos infratores alegaram como motivo para criar animais silvestre em cativeiro a cultura familiar (influência de pais e avós que também possuem ou possuíam espécimes silvestres como bichos de estimação), verificou-se

[...] que a vontade de possuir animal silvestre é alicerçada na cultura repassada do indivíduo para seus descendentes e pessoas que convivem ao seu redor, influenciando sua maneira de pensar e agir.

Fica evidente que não há que se falar de falta ou falha de informação; ao contrário, fica demonstrado na pesquisa que esse conhecimento foi adquirido pelo indivíduo de alguma forma, pois somente 15% dos entrevistados alegam desconhecer a ilegalidade da ação de manter animais silvestres sem licença, autorização ou permissão em cativeiro como animal de estimação. (SILVA, 2014, p. 37)

Essa cultura do silvestre-*pet* está presente também no Estado brasileiro. A legislação vigente permite a criação comercial de animais de algumas espécies de silvestres para serem vendidos como bichos de estimação. Tal previsão está no parágrafo 1º do artigo 3º e no artigo 6º da Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.

Art. 3º É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados.

[...] Art. 6º O Poder Público estimulará:

[...] b) a construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais. (BRASIL, 2008a, p. 437)

Há interpretações de que o legislador de 1967 redigiu a lei pensando no contexto da caça e não da criação de silvestres-*pets*. Haveria, portanto, uma aplicação não prevista da norma.

Apesar de a lei ser de 1967, somente em 06 de novembro de 2007, por meio da Resolução Conama nº 394, o poder público estabeleceu critérios para a determinação das espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como *pets*. A listagem de espécies, conhecida como Lista Pet, deveria entrar em vigor seis meses após a publicação da Resolução no Diário Oficial da União, o que aconteceu no dia seguinte. Mas, até hoje, essa lista não foi concluída, sendo novamente pauta de discussão no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Está claro, portanto, que o Estado brasileiro não considera um problema o comércio e a criação de animais silvestres como bichos de estimação.

2.1.2 No universo das leis

Nosso objetivo, ao abordar legislação, é apresentar as principais normas legais que visam coibir o tráfico de fauna e a criação doméstica de animais silvestres sem autorização. Não tivemos a intenção de realizar uma exaustiva pesquisa histórica nem nos aprofundar demais em detalhes jurídicos. Mas é impossível tratar de um assunto que é crime sem trabalhar com algumas dessas questões.

Weiner (1999, p. 3-4) faz um alerta pertinente a quem vai estudar a história das leis ambientais aplicadas no Brasil: é necessário que esse trabalho comece pela história e pelas normas jurídicas portuguesas, já que estivemos subordinados jurídica, econômica e politicamente a esse país até o início do século XIX.

Em 1500, vigia em Portugal as Ordenações Afonsinas, que era uma compilação das leis em vigor no império até seu término em 1446. O documento formado por cinco livros é apontado como o primeiro código legal europeu. De acordo com Weiner (1999, p. 5), no livro V havia uma lei datada de 1326 que equiparava criminalmente o furto de aves a qualquer outro tipo de furto. Ela ainda abordava a responsabilização civil pelo fato de prever a reparação material pelo infrator à vítima com base em valores explicitados de algumas aves.

Uma atualização das Ordenações Afonsinas foi publicada em 1521 com o nome de Ordenações Manuelinas. Nela, segundo Weiner (1999, p. 9), consta uma lei que proibia a caça de coelhos, lebres e perdizes com instrumentos que causassem dor e sofrimento na morte desses animais. Essa compilação vigorou em Portugal e no Brasil (ainda colônia) até 1603, quando se inicia o período das Ordenações Filipinas, que manteve a lei acima citada.

Uma nova mudança na legislação aplicada no Brasil aconteceu com a promulgação da constituição de 1824, que não abordou questões ambientais em seu texto. Weiner (1999, p. 47-48) afirma que a elaboração da carta magna se deu porque, apesar de independente de Portugal desde 1822, o Brasil ainda utilizava as Ordenações Filipinas por causa da falta de leis nacionais (uso esse que só se encerrou em 1916 com o primeiro Código Civil brasileiro).

Em 1891, entra em vigor a segunda constituição do país e a primeira do período republicano. O único destaque ambiental refere-se à atribuição da competência de legislar sobre terras e minas para a União. Essa ausência não surpreende pelo fato de, na época, ainda ser incipiente uma consciência sobre a necessidade de conservar a natureza. Exatamente na segunda metade do século XIX é que o mundo começou a criar outro paradigma de convivência e exploração do meio ambiente.

Na Europa, então centro do pensamento ocidental, iniciou-se no final do século XVIII a transição do enaltecimento do controle total da natureza pelo homem para a valorização do mundo natural (THOMAS, 2010, p. 16-17). O ambiente urbano e industrial, resultado da Revolução Industrial, começou a causar os primeiros danos à saúde humana e a alteração ambiental passou a incitar novos pensamentos sobre a possibilidade de exaurimento dos chamados recursos naturais. Na Inglaterra, consolida-se um forte espírito antiurbano.

Na filosofia e nas artes, por exemplo, o romantismo passa a exaltar uma ligação do homem com a natureza. Nas ciências, temos uma valorização das Ciências Naturais, Charles Darwin com A origem das espécies, em 1859, o preservacionismo¹⁹ de John Muir e o conservacionismo²⁰ de Gifford Pinchot. O mundo ocidental começava a pensar nas consequências do processo de degradação ambiental que fora acelerado no final do século XVIII e já afetava a qualidade de vida dos seres humanos.

¹⁹ Ver em DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2004.

²⁰ Ibid.

Até a década de 1930, a legislação brasileira que abordava fauna silvestre o fazia sob o aspecto da prática da caça e da propriedade do animal abatido. Animais selvagens eram considerados *res nullius*, ou seja, “coisas sem dono”. Esse era o olhar da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, o Código Civil da época (NASSARO, 2013, p. 33).

Art. 592. Quem se assenhorear de coisa abandonada, ou ainda não apropriada, para logo lhe adquire a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei.

Parágrafo único. Volvem a não ter dono as coisas móveis, quando o seu as abandona, com intenção de renunciá-las.

Art. 593. São coisas sem dono e sujeitas à apropriação:

I - os animais bravios, enquanto entregues à sua natural liberdade;

II - os mansos e domesticados que não forem assinalados, se tiverem perdido o hábito de voltar ao lugar onde costumam recolher-se, salvo a hipótese do art. 596;

III - os enxames de abelhas, anteriormente apropriados, se o dono da colmeia, a que pertenciam, os não reclamar imediatamente;

IV - as pedras, conchas e outras substâncias minerais, vegetais ou animais arrojadas às praias pelo mar, se não apresentarem sinal de domínio anterior.

DA CAÇA

Art. 594. Observados os regulamentos administrativos da caça, poderá ela exercer-se nas terras públicas, ou nas particulares, com licença de seu dono.

Art. 595. Pertence ao caçador o animal por ele apreendido. Se o caçador for no encalço do animal e o tiver ferido, este lhe pertencerá, embora outrem o tenha apreendido.

Art. 596. Não se reputam animais de caça os domesticados que fugirem a seus donos, enquanto estes lhes andarem à procura.

Art. 597. Se a caça ferida se acolher a terreno cercado, murado, valado, ou cultivado, o dono deste, não querendo permitir a entrada do caçador, terá que a entregar, ou a expelir.

Art. 598. Aquele que penetrar em terreno alheio, sem licença do dono, para caçar, perderá para este a caça, que apanhe, e responder-lhe-á pelo dano que lhe cause. (BRASIL, [21--]a)

Mas, com a chegada ao poder do projeto de Getúlio Vargas, houve grandes mudanças no enfoque das leis de proteção ambiental no país. A formação desse novo contexto foi motivada pela alteração dos cenários político, econômico e social. A partir dos anos de 1930, iniciou-se no Brasil um processo de modernização, tendo como carro-chefe a industrialização e a consequente desconfiguração da agricultura familiar em prol da produção em larga escala em grandes propriedades, o que contribuiu para o êxodo rural. A maior parte da população ainda vivia fora das cidades, característica que seria modificada apenas em 1970, quando a população urbana chegou a 56% do total.

Em 1940, apenas 31% da população brasileira vivia em cidades. Foi a partir de 1950 que o processo de urbanização se intensificou, pois com a industrialização promovida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek houve a formação de um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país, região que possuía a maior infraestrutura e, conseqüentemente, a que concentrava o maior número de indústrias. (GOBBI, [entre 2010 e 2016])

Medeiros (2003, p. 86) considera que o Executivo e o Legislativo federais sofreram influência e pressão de movimentos de ambientalistas que começavam a se organizar no Brasil, inspirados pelo ideário preservacionista norte-americano. Em 1933, por exemplo, aconteceu, no Rio de Janeiro (capital do Brasil, na época), a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que contou com a participação de cientistas, jornalistas e políticos (URBAN, 2001, p. 31). No mesmo ano, em Londres, realizou-se a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural.

O projeto de Vargas e as influências dos primeiros ambientalistas organizados do país afetaram o olhar do Estado sobre o meio ambiente, tanto que em 1934 entram em vigor o Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro), o primeiro Código Florestal do país (Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro), que segundo Urban (2001, p. 31) foi elaborado com vários subsídios da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, o Código de Minas (Decreto nº 24.642 de 10 de julho) e o Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho).

E é exatamente o Código de Caça e Pesca que, pela primeira vez em uma lei brasileira, apresenta normas para o comércio de animais silvestres. A partir desse momento, pode-se falar em tráfico de fauna no Brasil.

Art. 128. É proibida em todo o território nacional a caça:

- a) de animais úteis à agricultura; de pássaros canoros de ornamentação e outras de pequeno porte;
- b) nos imóveis do domínio público;
- c) em imóveis do domínio privado, sem autorização do proprietário ou seu representante;
- d) sem licença concedida do acordo com este Código;
- e) nas zonas urbanas e suburbanas;
- f) com visgos, esparrelas, alçapões, arapucas, gaiolas com chamarizes, com explosivos ou venenos, com armas que surpreendam a caça, bem, como, à noite com faróis, fachos, etc.;

Art. 129. É também proibido:

- a) a venda de aves canoras, de ornamentação e de todo ou qualquer outro animal silvestre, ressalvadas as disposições do art. 130;

- b) a venda de caça viva ou morta, ou de seus derivados, durante o período de proteção;
- c) a destruição de ninhos, aves e filhotes;
- d) a colheita de ninhos e ovos, salvo prévia licença concedida, para fins de interesse científico, pelo Serviço de Caça e Pesca;
- e) a venda, transporte, exportação de peles, penas e chifres das espécies nacionais protegidas e de outras que forem indicadas pelo Serviço de Caça e Pesca;
- f) o transporte de caça viva ou morta nas vias férreas e estradas de rodagem, durante o período de proteção;
- g) a caça em zonas interditadas por ato do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 130. É permitida a venda de quaisquer animais silvestres e dos seus produtos, quando procedentes de parques de criação, de refúgio e reserva, registrados no Serviço de Caça e Pesca, que os fiscalizará e baixará instruções, regulando as condições de instalação, bem como das dimensões mínimas dos compartimentos em que podem ser mantidos em cativeiro.

Parágrafo único. A permissão de que trata o presente artigo será concedida somente para a venda em feiras semestrais, regulamentadas pelo Serviço de Caça e Pesca. (BRASIL, [21--]b)

Para as alíneas “a”, “b”, “c”, “e” e “g” do artigo 129, a infração é considerada uma contravenção, cabendo a punição de multa de 500 mil réis²¹. Apanhar, colher, guardar, destruir ou exportar ninhos e ovos de espécies da fauna terrestre protegidas pelo Serviço de Caça e Pesca eram considerados crimes com pena prevista de prisão de até um ano e multa de um conto de réis, ou seja, um milhão de réis. É interessante salientar que, de acordo com o artigo 130, havia a possibilidade da comercialização de animais silvestres, desde que originários de empreendimento autorizado.

Em 10 de julho do mesmo ano, entrou em vigor o Decreto nº 24.645, que tratava do problema dos maus-tratos aos animais e determinava punições (multa e prisão) para vários tipos de atitudes que eram e são praticadas, inclusive, por traficantes de fauna. Esse decreto, já revogado, também determinava em seu artigo 1º que “Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado” (BRASIL, [21--]c).

No dia 20 de outubro de 1943, entrou em vigor o Decreto-lei nº 5.894, que revogou o Código de Caça e Pesca de 1934.

Art. 11. É proibida a caça:

- a) de animais úteis à agricultura;
- b) de pombos correios;

²¹ A moeda na época era o Real, que não é o mesmo em vigência atualmente. O plural dessa unidade monetária era denominado réis.

c) de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte, exceto os nocivos à agricultura;

d) das espécies raras.

§ 1º Satisfeitas as exigências das instruções da Divisão de Caça e Pesca, poderão ser capturados e mantidos em cativeiro quaisquer animais silvestres.

(...) Art. 15. A apanha e a destruição de ninhos, esconderijos naturais, ovos e filhotes de animais silvestres não serão permitidas.

Parágrafo único. A juízo da Divisão de Caça e Pesca poderá, entretanto, ser permitida a apanha de ovos e de filhotes para criadeiras e a sua destruição, desde que se trate de animais daninhos.

(...) Art. 32. Ficam obrigadas a registro na Divisão de Caça e Pesca as firmas e empresas que negociem:

a) em couros, peles e penas de animais silvestres;

b) em borboletas e outros insetos ornamentais, bem como em curiosidades com eles feitas;

c) em animais silvestres vivos;

d) em animais silvestres preparados ou seus produtos. (BRASIL, [21--]e)

Nesse Decreto-lei, nenhuma das infrações aos artigos acima listados era considerada crime. Todos foram classificados como contravenção com punição de multa: para o artigo 15, o valor variava entre duzentos cruzeiros e seiscientos cruzeiros e, para os artigos 11 e 32 era de quinhentos cruzeiros a dois mil cruzeiros. Assim como no Decreto de 1934, havia a previsão de comercialização legalizada de animais silvestres criados em cativeiro.

Ao compararmos os dois textos, percebemos que a norma legal de 1934 era mais detalhista, principalmente por abordar especificamente as aves canoras, principais animais escolhidos para serem criados como bichos de estimação no Brasil. O Decreto-lei de 1943 ficou conhecido pelo fato de ter criado a figura do caçador profissional, que objetiva lucro financeiro com a atividade.

Em 1967, entra em vigor a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro (Lei de Proteção à Fauna). Além de revogar o Decreto-lei de 1943, ela acaba com o *status* jurídico de *res nullius* (“coisas sem dono”) dos animais silvestres, que passam a ser propriedade do Estado (bem semovente, ou seja, que possui movimento próprio).

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Art. 2º. É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados.

§ 2º Será permitida mediante licença da autoridade competente a apanha de ovos, lavras e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública.

§ 3º O simples desacompanhamento de comprovação de procedência de peles ou outros produtos de animais silvestres, nos carregamentos de via terrestre, fluvial, marítima ou aérea, que se iniciem ou transitem pelo País, caracterizará, de imediato, o descumprimento do disposto no *caput* deste artigo. (BRASIL, 2008a, p. 437)

Apesar de a Lei de Proteção à Fauna de 1967 prever em seu artigo 9º a captura de animais silvestres para manutenção em cativeiro, somente em 1972 foi regulamentada a criação amadora. As regras para as pessoas físicas e os chamados clubes ou sociedades amadoras ornitológicas registrarem os espécimes foram publicadas na Portaria nº 3.175, de 06 de dezembro, do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Durante praticamente seis anos, portanto, não houve regulamentação, o que significa que a criação amadora de fauna silvestre, com destaque para a de pássaros, só passou a ter a possibilidade de ser fiscalizada em 1972.

Em 1988, a Lei nº 7.653, de 12 de dezembro, determinou que os infratores do artigo 3º da Lei de Proteção à Fauna, que proíbe o comércio sem autorização de animais silvestres, deveriam ser punidos com reclusão de dois a cinco anos bem como tornou inafiançáveis todos os crimes previstos na mesma lei. Ou seja, o legislador tinha a real intenção de punir com prisão os traficantes de fauna.

Apesar de ainda vigor, a Lei de Proteção à Fauna não é mais aplicada no combate ao tráfico de animais.

Atualmente, a peça legal que trata do comércio ilegal de fauna e da manutenção sem autorização de animais silvestres em cativeiro doméstico é a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998):

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies da fauna silvestre, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas:

I – quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II – quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º - No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

II - em período proibido à caça;

III - durante a noite;

IV - com abuso de licença;

V - em unidade de conservação;

VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca.

Art. 30. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 31. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. (BRASIL, [21--]f)

Também é aplicado o artigo 32 da mesma lei, que aborda a questão dos maus-tratos:

“Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção de três meses a um ano, e multa.” (BRASIL, [21--]f)

Pelo fato de as penas para esses crimes serem inferiores a dois anos, eles são classificados como de “menor potencial ofensivo” pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e abre a possibilidade da transação penal (acordo homologado pelo juiz em que o acusado realiza um serviço social ou paga um valor estipulado, não significando admissão de culpa) e a consequente suspensão do processo. Esse dispositivo só pode ser aplicado uma vez por infrator.

Nas apreensões e prisões pelo comércio ilegal de animais silvestres também é aplicada a Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que estabeleceu o fim da prisão preventiva para crimes com penas inferiores a quatro anos de prisão, como o de formação de quadrilha – enquadramento bastante utilizado pelos delegados de polícia para manter grupos de traficantes de animais presos por algum tempo.

Percebemos que, a associação da Lei de Crimes Ambientais com as leis nº 9.099 e nº 12.403 transformou o tráfico de animais silvestres em um crime sem punição. As multas, que de acordo com o Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008 variam entre R\$ 500 e R\$ 5 mil por animal encontrado em situação irregular, em sua grande maioria não são pagas.

Os infratores inadimplentes com o poder público deveriam ser cobrados judicialmente e passar a constar no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal e dos Estados (Cadins federal e estaduais). Dessa forma, os devedores perdem o direito de celebrar convênios e contratos com o poder público, de obter a concessão de incentivos fiscais, conseguir crédito para obtenção de recursos público, etc. Apesar de a cobrança ser obrigatória, são poucos os casos em que ela é feita.

Outro grande problema da Lei de Crimes Ambientais é não distinguir o traficante de fauna da pessoa que comete a infração de criar sem autorização algum animal silvestre como bicho de estimação. Pelo artigo 29, tanto faz alguém ser surpreendido por policiais com um passarinho na gaiola ou com um carregamento de 300 papagaios: a punição prevista é a mesma, ainda que, pelo parágrafo 2º, haver a possibilidade de o juiz não aplicar a pena para os casos de guarda doméstica de animal de espécie não ameaçada de extinção.

Apesar de ser a mais aplicada, a Lei de Crimes Ambientais não é a única norma legal utilizada para coibir o tráfico de fauna. Alguns delegados de polícia, no lugar de se basearem no artigo 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, preferem o artigo 180 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940).

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Receptação qualificada

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. (BRASIL, [21--]d)

A “coisa” citada no artigo 180 do Código Penal refere-se, quando o caso é de tráfico de fauna, aos animais. Para a aplicação desse artigo, é necessário que o infrator tenha total consciência que a coisa/animal tem origem ilícita.

O tráfico de animais silvestres deveria estar tipificado na legislação brasileira, com a possibilidade de prisão desde o momento do flagrante e penas maiores, acima do período de um a quatro anos. Dessa forma, o traficante de fauna não seria beneficiado pelo fato de a lei ser classificada como de “menor potencial ofensivo” e nem pela impossibilidade de aplicação da prisão preventiva.

Da forma como a legislação está hoje, o Estado, além de não fazer cumprir as funções punitiva e pedagógica das leis, está em desacordo com o que determina os incisos II e VII do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição de 1988.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...] II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

[...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL, 2008b, p. 139)

No campo internacional, o Brasil é signatário de duas convenções ligadas à questão do tráfico de fauna silvestre, a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites, na sigla em inglês) e a Convenção sobre Diversidade Biológica, além de ter adotado a Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, conhecida como Agenda 2030.

A Cites é um acordo internacional com o objetivo de reger o comércio internacional de animais e plantas silvestres para evitar a extinção de espécies. É a principal ferramenta burocrática de combate ao tráfico transnacional de fauna, pois criou a obrigatoriedade da emissão de uma série de autorizações para o trânsito de espécimes entre os países membros.

O texto final da Cites foi acordado em uma reunião com representantes de 80 países em Washington, Estados Unidos, em 03 de março de 1973. O acordo entrou em vigor em 1º de julho de 1975 e atualmente 183 países são signatários. O Brasil aderiu à convenção em 06 de agosto de 1975 e em 04 de novembro do mesmo ano houve a ratificação.

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi acordada por 150 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro entre 05 a 14 de junho de 1992. O Brasil ratificou sua adesão em 03 de fevereiro de 1994. Atualmente, o acordo inclui 196 países.

Os principais objetivos da convenção são a conservação da diversidade biológica, a sua utilização sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 9). O combate à biopirataria tem grande destaque no documento.

Em seu artigo 10º, sobre a utilização sustentável diversidade biológica, consta:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

[...] c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 13)

O trecho acima permite seu uso em diferentes contextos, tanto por quem defende a cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação a partir de espécimes reproduzidos em criadouros comerciais quanto por quem é contrário a esse costume, que alega a não compatibilidade da prática com a conservação ambiental por incentivar o tráfico de fauna.

A Agenda 2030 foi oficialmente adotada durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015, realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015. Com 17 objetivos e 169 metas a serem implementadas entre 2016 e 2030, envolvendo questões como erradicação da pobreza, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, energia, água, saneamento, mudanças climáticas, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, entre outras, o documento faz menção ao tráfico de fauna.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

[...] 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

[...] 15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018)

Constatamos que, historicamente, o Estado brasileiro sempre permitiu a criação de animais silvestres como bichos de estimação – o que não significa a criação de qualquer espécime ou a dispensa de comprovação de origem. Durante séculos, não houve leis ou controle eficientes. No século XX, passou-se a exigir autorização, ou seja, essa cultura permaneceu viva na legislação. Nas leis atuais se encontra a possibilidade de haver a criação comercial de silvestres para *pets* e uma ausência de punição aos traficantes de fauna e a quem mantem espécimes em cativeiro sem anuência do poder público.

2.1.3 Estruturas do tráfico de animais no Brasil: um resumo

Como afirmamos, o tráfico de fauna no Brasil tem como uma de suas principais características o fornecimento de animais para serem criados como bichos de estimação. Mas esse não é o único tipo de tráfico. A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 17-20) fez a classificação abaixo tendo como critério o destino dado ao animal ou ao subproduto:

Animais para *pet shops*: um dos ramos que mais incentiva o tráfico e movimenta grande quantidade e variedade de espécimes (aves ornamentais e canoras, pequenos primatas e répteis como jabutis e cobras), que são comercializados para serem *pets*. Nos estabelecimentos envolvidos com essa atividade criminosa, os animais vendidos possuem marcadores de identificação (anilhas e microchips) adulterados ou falsificados.

Animais para colecionadores particulares e zoológicos: atividade que atende, com exemplares raros de espécies ameaçadas de extinção ou que apresentem algum tipo de dificuldade para aquisição, um mercado bastante exigente e lucrativo. Os principais compradores são estrangeiros estabelecidos na Europa (Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Itália, Suíça, França, Reino Unido e Espanha), Ásia (Singapura, China, Hong Kong, Japão e Filipinas) e América do Norte (Estados Unidos e Canadá).

Biopirataria: ramo do tráfico que movimenta grandes quantias e exige muito planejamento e organização, já que necessita de gente especializada para identificar as espécies e seus subprodutos. Insetos e aracnídeos (besouros, vespas, aranhas e escorpiões,) répteis (serpentes) e anfíbios (sapos) produtores de venenos (peçonhas) são os principais alvos desse grupo, responsável por atender indústrias farmacêuticas e institutos de pesquisa (normalmente estrangeiros). Nesse segmento do tráfico de fauna são vendidas também as substâncias extraídas dos espécimes – o grama do veneno de algumas cobras brasileiras chega a custar mais de US\$ 30 mil.

Produtos da fauna: são as partes dos animais utilizadas na indústria da moda (peles de mamíferos, couro de répteis, penas, garras e presas) ou em peças de decoração (asas de borboletas, por exemplo).

O Ibama (WORKSHOP DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À FAUNA, 2009) tem categorias bastante parecidas com as da Renctas. São elas: colecionadores, científico, estimação, biopirataria e lembranças. Apesar de a classificação ser similar, percebemos que a ONG não aborda as vendas ilegais que acontecem em feiras populares de rua (as chamadas feiras do rolo, muito comuns no Nordeste e nas periferias das grandes cidades) e na internet (com destaque para redes sociais, em especial o Facebook), existentes para suprir a demanda de interessados por bichos de estimação.

Tendo como referência o destino dado ao animal, acreditamos serem necessárias as seguintes categorias: estimação (espécimes para venda em feiras e internet), coleção (espécimes para colecionadores e zoológicos), criadouros/lojas (espécimes para se passarem como animais legalizados, principalmente em criadouros comerciais e *pet shops*), biopirataria (espécimes e suas substâncias para pesquisas, laboratórios e indústrias) e produtos (partes de animais para serem transformadas e vendidas como mercadorias).

Para cada um desses tipos de tráfico, existem diferentes rotas de distribuição até o comprador final. É evidente que o especialista que procura um determinado inseto ou aracnídeo para pesquisa em laboratório (biopirataria) utiliza caminhos e procedimentos diferentes dos traficantes que capturam centenas de papagaios-verdadeiros no Cerrado do Mato Grosso do Sul para serem vendidos na Região Metropolitana de São Paulo.

A maior parte dos animais traficados no Brasil é transportada por via terrestre (estradas e rodovias) em caminhões, ônibus e carros particulares que cruzam milhares de quilômetros desde o ponto de captura até o consumidor final. Apenas na região Norte, os meios fluviais são mais utilizados, isso por uma característica própria e singular do sistema de transporte local (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 22).

De acordo com a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 21) e WWF-Brasil (1995, p. 19), a maioria dos espécimes traficados no Brasil é originária das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e tem como principal destino as regiões Sudeste e Sul. Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro se destacam por terem, além dos principais consumidores em quantidade, portos e aeroportos utilizados pelas quadrilhas mais bem

organizadas para escoar espécimes para o exterior (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 21). Marques (2016) destaca que as grandes e médias cidades do Nordeste também são importantes mercados consumidores de animais silvestres, sendo abastecidos por traficantes que agem no país todo. Recife, João Pessoa, Fortaleza, Teresina e muitos municípios baianos, como Feira de Santana e Vitória da Conquista, são centros “consumidores” de destaque.

Outra característica geral a ser considerada diz respeito à relação existente entre o comércio interno e o tráfico internacional no Brasil. Devido ao tipo de composição social que alimenta e mantém esta rede de comércio clandestino, às dimensões geográficas do país e às interferências culturais que permeiam esta atividade, é impossível imaginar a existência do tráfico internacional desvinculado do comércio ilegal praticado no País.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, no Brasil, a base de sustentação do contrabando internacional apoia-se no comércio nacional. Sem o tráfico interno, o volume de espécies oriundas do Brasil e comercializadas no mercado internacional seria certamente menor, se comparado com as estimativas atuais. (WWF-BRASIL, 1995, p. 15)

O tráfico internacional de espécimes nativas do Brasil, em geral, tem como destino os Estados Unidos (maior consumidor mundial de vida silvestre), países da Europa e Japão. Em geral, os animais passam primeiro pela Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Panamá, Paraguai e México, onde ganham documentação falsa autorizando o transporte (WWF-BRASIL, 1995, p. 21). Atualmente, há registros de casos de chineses atuando no Brasil com o contrabando de barbatanas de tubarão e de animais marinhos, como pepinos-do-mar (CHINESES..., 2016). Na Amazônia boliviana, bem próximo da fronteira com o Brasil, mais chineses estão envolvidos com o envio ilegal de dentes de onças-pintadas para a Ásia (GABRIEL, 2018).

Apesar dos diferentes tipos de tráfico, que utilizam rotas diversas, a estrutura das associações criminosas é sempre a mesma: fornecedores, intermediários e compradores (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 28-30; WWF-BRASIL, 1995, p. 18-19).

Fornecedores: são os responsáveis pela captura e coleta de animais e ovos na natureza. Em geral, pertencem às classes mais baixas e se envolvem com o tráfico de fauna para complementar sua pouca renda. Devemos lembrar que há os que capturam animais para a biopirataria, que são especialistas com outro perfil social e econômico.

A lógica que leva o lavrador, o posseiro, o mateiro, o coureiro, o caboclo ribeirinho, o pequeno proprietário rural, o garimpeiro e outros setores

economicamente marginalizados a caçar animais silvestres ou a desmatar e poluir áreas de florestas primárias é a lógica da sobrevivência.

[...] A consciência predominante nesse segmento é a de que os recursos disponíveis na natureza são infinitos, capazes, portanto, de suportar qualquer ação predadora.

Esta visão de que a fauna e a flora são inesgotáveis leva esses agentes a atuar como um verdadeiro “exército de formigas”, disperso ao longo de todo o território nacional. (WWF-BRASIL, 1995, p. 18)

Intermediários: é um grupo vasto, que envolve atores com as mais diversas funções, podendo ser subdividido por diferentes critérios. Com pouca expressão financeira, no primeiro degrau dos intermediários estão os transportadores de animais (mascates, barqueiros, caminhoneiros, motoristas de ônibus), que mantêm contato direto com os apanhadores e pagam pouco pelos espécimes. Donos de imóveis que funcionam como depósitos e fazendeiros ligados a pequenos e médios comerciantes (segundo degrau e responsáveis pelo fornecimento para os grandes comerciantes) também estão nesse primeiro grupo.

Os pequenos e médios comerciantes têm ganhos maiores. Eles fazem a conexão com os grandes comerciantes, que conhecem a demanda das feiras de rua e dos compradores finais da internet, e também recebem as encomendas de consumidores finais – sejam eles de fora do país, como colecionadores especializados, zoológicos, institutos de pesquisa e laboratórios farmacêuticos, ou nacionais, como *pet shops*, criadouros credenciados e zoológicos. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 29; WWF-BRASIL, 1995, p. 18).

Um grupo mais sofisticado de intermediários (vendedores finais) é o que trafica animais pela internet. Inicialmente, o comércio criminoso acontecia em portais que publicam anúncios de produtos variados e em sites com aparência de legalidade. A Renctas fez uma pesquisa em 1999 e identificou 4.892 anúncios em sites, oferecendo répteis, aves, mamíferos (primatas, felinos e marsupiais), anfíbios (sapos amazônicos) e peixes ornamentais (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 19). Esse tipo de atuação na internet tem diminuído porque a fiscalização consegue identificar os envolvidos com certa facilidade. Atualmente, no país, o Facebook e o WhatsApp concentram a maior parte desse comércio ilegal virtual.

Consumidores: são os criadores domésticos que mantêm os animais em suas residências como bichos de estimação, grandes colecionadores, zoológicos, laboratórios e institutos de pesquisa (biopirataria), criadouros científicos para fins de pesquisa, criadouros científicos para fins de conservação, criadouros comerciais (nesses três últimos grupos estão

incluídos os autorizados pelo poder público), profissionais de moda e confecções (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 30; WWF-BRASIL, 1995, p. 19).

2.1.4 Consequências do tráfico de animais

Descrever as consequências do tráfico de fauna é um trabalho complexo. Nossa intenção é abordar a questão de forma sucinta, apresentando seus principais pontos. A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 54-59) faz uma divisão em três grandes grupos: consequências sanitárias, consequências econômicas/sociais e consequências ecológicas.

As consequências sanitárias estão relacionadas à transmissão de zoonoses (doenças ou infecções naturalmente transmitidas entre animais vertebrados e homens). Mais de 180 zoonoses já foram descritas, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2005, p. 53). Leite (2017) afirma serem mais de 200. Algumas são bastante conhecidas da população, como a raiva, a febre amarela, a hepatite, a herpes simples, a tuberculose (ligadas a macacos e micos), a salmonelose, as verminoses, as micoses (ligadas a jabutis e lagartos), a ornitose ou “febre do papagaio” e a toxoplasmose (ligadas a papagaios e passarinhos).

A situação de estresse que esses animais passam durante a comercialização pode levar à queda de resistência imunológica e desenvolvimento de doenças transmitidas por estes animais, tornando-os portadores de agentes infecciosos dentro das residências. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 55)

O segundo conjunto de consequências engloba os prejuízos econômicos e sociais. Por ser um comércio ilegal, o Estado não recolhe impostos, empregos formais não são gerados e o setor de saúde pública acaba tendo mais gastos em consequência das zoonoses. Também há a necessidade de o poder público investir no aparelhamento e treinamento dos órgãos de fiscalização e repressão, nos centros para receber e recuperar animais apreendidos (centros de triagem de animais silvestres, os Cetas, e os centros de reabilitação de animais silvestres, os Cras), na realização das solturas e na manutenção de uma estrutura burocrática para administrar tudo.

O turismo também perde em atrativos, a agricultura acaba tendo de investir mais em controle de pragas relacionadas a desequilíbrios ecológicos, a pecuária gasta para evitar a contaminação de animais de produção e a indústria farmacêutica e as populações tradicionais sofrem com a biopirataria.

[...] se 40% dos medicamentos do planeta são produzidos a partir de espécies naturais, incluindo a fauna, e somente o Brasil concentra 10% da biodiversidade mundial, fica claro que a manutenção das florestas e das espécies que nelas vivem não é apenas uma questão ética, mas estratégica também do ponto de vista econômico. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2005, p. 51)

Socialmente, essa atividade ilegal é responsável pela exploração de integrantes de comunidades carentes (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2005, p. 51), que acabam também envolvidos com outras formas de crimes e bandidos. Afinal, já está comprovada a ligação entre os tráficos de animais e de entorpecentes e o contato com falsificadores de documentos e de anilhas, por exemplo.

Ecologicamente, o tráfico de fauna é apontado como a segunda causa da extinção de espécies no Brasil (WWF-BRASIL, 1995, p. 15), atrás apenas da perda de habitat. Quando não ocorre a extinção da espécie e sim a redução da quantidade de indivíduos em uma determinada região, pode ocorrer aumento ou decréscimo da população de outros animais localizados acima ou abaixo de seu nível trófico (dependendo de sua função ecológica), além de aumentar a possibilidade de haver cruzamentos consanguíneos, o que gera descendentes com menor capacidade adaptativa às alterações ambientais. A ausência de indivíduos de espécies dispersoras de sementes (por fezes ou durante a alimentação) ou polinizadoras pode também afetar a estrutura da flora, impactando o fluxo gênico, algumas teias alimentares e até complexos ecossistemas (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 57).

Para Rocha (2009), manter o animal em cativeiro ou simplesmente fora de seu habitat significa matá-lo ecologicamente. “O espécime que não cumpre sua função ecológica e genética tem o mesmo peso que um animal morto.”

Outro problema ecológico é a inevitável introdução de espécies em um determinado ecossistema. O trânsito de animais pelo Brasil com os traficantes acaba fazendo com que espécies sejam levadas para regiões onde nunca existiram. Quando ocorrem fugas ou solturas inadequadas desses espécimes, existe a possibilidade de que os indivíduos da espécie introduzida se adaptem, não tenham predadores e se reproduzam, passando a competir com os animais de espécies nativas de mesmo nível trófico, por exemplo. Essa competição e a introdução de doenças podem gerar consequências imprevisíveis e negativas (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 58).

2.1.5 Como reduzir o tráfico de animais silvestres no Brasil

Diversas obras e pesquisas fornecem caminhos para reduzir o tráfico de animais no Brasil. Barreto et al. (2012), Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, 2007, 2016), WWF-Brasil (1995), Fundação SOS Mata Atlântica; Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2005) e Sarney Filho (2003, 2006) são algumas delas. As utilizamos para elaborar um breve esquema do que consideramos ser necessário para diminuir o comércio ilegal de fauna em território nacional.

O tráfico de fauna é um problema complexo e tem de ser combatido com uma série de medidas que devem, sempre que possível, serem implantadas juntas. Atualmente, o que se verifica é o poder público atuando predominantemente por meios repressivos para tentar solucionar o problema, o que se torna totalmente ineficiente já que, por exemplo, a legislação é inócua.

A fiscalização ambiental no Brasil sempre foi alvo de críticas. Desorganização de um lado e truculência de outro ajudam a compor a imagem de uma atividade que não consegue atender, a contento, as obrigações de zelar e proteger os recursos naturais brasileiros. E o que torna mais caótico os serviços públicos de fiscalização ambiental no país não é – ao contrário do que se propaga – a falta de recursos financeiros e humanos. O que falta é diretriz e competência gerencial. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2016, p. 32-33)

As medidas de combate ao tráfico de fauna têm de começar antes de o problema estar consumado, ou seja, antes da captura ou coleta dos animais. Para tanto, o poder público e entidades envolvidas na solução do problema devem:

- a) implantar programas de geração e substituição de fontes de renda para combater a pobreza nas áreas de coleta e captura e, assim, desestimular a população a enxergar os animais como fonte complementar de ganho financeiro. O poder público deve mapear as regiões onde os espécimes são retirados da natureza para atuar naquelas que tenham na pobreza um elemento incentivador;
- b) elaborar um plano de educação ambiental de médio e longo prazos para sensibilizar e conscientizar a população dos problemas relacionados ao tráfico de fauna. Não estamos propondo campanhas ou projetos, com data para acabar, mas uma ação sem prazo, com enfoque principal, mas não exclusivo, nas crianças e nos jovens. Essa é a forma mais eficiente de atacar o mercado negro de fauna, pois pretende-se reduzir a demanda. Afinal, só tem quem vende porque tem quem compre.

A partir do momento em que o crime for cometido, são necessárias as seguintes ações do Estado:

c) estruturar, equipar e incentivar órgãos de repressão e fiscalização, com, inclusive, combate à corrupção dos agentes públicos;

d) contar com uma legislação com punições mais severas, tipificando o crime “tráfico de fauna” e, assim, diferenciando as penas de quem cria sem autorização das de quem trafica;

e) possuir boa infraestrutura para o pós-apreensão, visando o retorno do espécime ao seu ecossistema de origem. Para obter sucesso, é necessário:

I) técnicos para primeiros socorros aos animais durante as apreensões;

II) rede estruturada e preparada de centros de triagem de animais silvestres, os Cetas, e os centros de reabilitação da animais silvestres, os Cras, que funcione 24 horas durante sete dias da semana para receber, realizar os primeiros cuidados e dar destinação aos espécimes;

III) equipes especializadas e procedimentos técnicos eficientes para a realização de solturas (introdução, reintrodução e revigoramento populacional);

IV) áreas para solturas credenciadas e distribuídas por todos os biomas; e

V) monitoramento pós-soltura para correção de rotas e aferição de sucesso de metodologias.

Hoje, nos parece que o Estado brasileiro não está interessado em acabar com a cultura do criar animais silvestres como bichos de estimação. Manter a possibilidade de as pessoas comprarem espécimes silvestres para serem *pets* é um reforço à existência desse tipo de cultura.

Não é eficiente que as ações para a redução do mercado negro de fauna se façam apenas com a publicação de leis e normas e ações de fiscalização e repressão, como acontece no Brasil. A mudança da cultura da parte da população que compra animais silvestres é, segundo os autores citados no início deste capítulo, uma necessidade – apesar de setores da sociedade considerarem que a ampliação do comércio legalizado de espécimes aumentaria o acesso das pessoas aos *pets* silvestres, reduzindo assim a captura e a coleta na natureza.

Discordamos dessa posição. O fato de o sistema de fiscalização de criadouros comerciais e amadores não ser eficiente permite que animais retirados da natureza sejam legalizados por meios fraudulentos, como acontece atualmente.

O Ibama começou a realizar em todo o Brasil no ano de 2016, a Operação Delivery, que consiste em entregar pessoalmente as anilhas de marcação dos pássaros mediante conferência dos nascimentos nos criadores amadoristas. Havia a suspeita de que animais estavam sendo retirados da natureza, legalizados fraudulentamente e vendidos. De acordo com o órgão²², dados de 2010 indicaram haver uma coincidência entre as espécies mais apreendidas pelos agentes de fiscalização e as criadas legalmente e registradas no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (Sispass).

Para confirmar a suspeita e, ao mesmo tempo, combater a fraude, o Ibama resolveu verificar nos próprios criadouros se os nascimentos estavam ocorrendo e só entregar as anilhas (anéis de identificação que ficam nas pernas dos espécimes) necessárias.

No primeiro ano da operação houve a redução de mais de 90% nas solicitações de anilhas. Foi detectado também uma redução de aproximadamente 60% nas declarações de nascimentos realizadas no sistema, comparando-se ao ano anterior à execução da operação. Ou seja, criadores informavam um número irreal de nascimentos, muito superior ao que de fato ocorre, para receber anilhas e colocá-las em pássaros capturados na natureza. Dessa forma, dava-se uma aparência de legalidade a um espécime ilegal, que seria traficado.

Outro fator contra a afirmação de que o comércio legalizado de silvestres-*pet* ajuda a combater o tráfico está no fato de que o custo para reproduzir e criar animais de algumas espécies da fauna silvestre nativa brasileira é alto. Portanto, os preços desses espécimes continuariam a ser um impeditivo para boa parte da população interessada, como já ocorre. Deve-se lembrar também que o preço de um animal legalizado é maior que o ilegal vendido em feiras de rua ou pela internet.

Destacamos que, atualmente no Brasil, já há um grande número de espécies de animais da fauna silvestre sendo reproduzidos e criados para serem vendidos como bichos de estimação e, ainda assim, o tráfico dessas mesmas espécies é intenso.

2.2 O jornalismo ambiental no Brasil e a cobertura do tráfico de animais

O jornalismo especializado em meio ambiente brasileiro surgiu em sintonia com o nascimento da prática na Europa e nos Estados Unidos. Foi uma resposta da imprensa a todo

²² Informação fornecida pelo coordenador de Operações de Fiscalização do Ibama, Roberto Cabral Borges, durante o I Congresso “Os Animais e a Cidade – Legislação e Políticas Públicas”, realizado em 5 de junho de 2016 na Câmara Municipal de São Paulo.

um contexto mundial da década de 1960, quando o ambientalismo como manifestação social se apresentou forte e passou a influenciar e pressionar governantes.

No Brasil, a cobertura de questões ambientais ainda é sazonal, com períodos em que há mais investimentos em seções e editorias e épocas em que se apenas noticia o essencial. O tráfico de animais silvestres é uma pauta nova, que surgiu para os jornalistas brasileiros há menos de duas décadas e ainda deve ser melhor estudada.

2.2.1 A história da imprensa brasileira especializada em meio ambiente

A especialização de parte da imprensa, tanto do Brasil quanto do restante do mundo, para a cobertura de temas ligados ao meio ambiente é um fenômeno recente. Apesar de haver a publicação de matérias em anos anteriores, foi a partir da década de 1960 que jornalistas e veículos de comunicação passaram a encarar a questão ambiental como um tema merecedor de espaço próprio. Até então, os assuntos ligados à ecologia apareciam esporadicamente nas pautas, geralmente com o olhar voltado a problemas como saúde pública, desastres (enchentes e deslizamentos de encostas, por exemplo) e episódios de extremos climáticos (excessos de calor ou de frio, falta de chuvas, etc.). O interesse não estava necessariamente voltado à questão ambiental, mas passava por ela.

Apesar de o olhar jornalístico predominante no Brasil de antes da década de 1960 não estar voltado para a questão ambiental como um tema, já havia alguns profissionais ligados à imprensa que se dedicavam ao assunto. Urban (2001, p. 31) lembra que a primeira reunião nacional sobre políticas de proteção ao meio ambiente aconteceu no Rio de Janeiro em 1933 (Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza). O encontro foi convocado pela Sociedade dos Amigos das Árvores, que havia sido fundada dois anos antes pelo botânico Alberto Sampaio e contava com a participação de diversos intelectuais, jornalistas e políticos.

Um dos membros mais ativos da Sociedade dos Amigos das Árvores era o jornalista Leôncio Correia, fundador do *Correio da Manhã*, fato que sempre assegurou boa divulgação dos assuntos da sociedade. Paranaense, poeta apaixonado pela paisagem dos pinheirais, devastada pela exploração desenfreada, Correia transformou a *Araucaria angustifolia* no símbolo da Sociedade dos Amigos das Árvores. (URBAN, 2001, p. 31)

De acordo com Fante et al. (2015), foi nos anos 50 do século passado que o precursor da imprensa brasileira especializada em temas ambientais atuou: o funcionário público Henrique Luís Roessler, no Rio Grande do Sul. Sua dedicação às questões ecológicas era tão grande que, em 1955, ele fundou a União Protetora da Natureza (UPN).

E, relacionado ao Jornalismo, Roessler escreveu 301 significativas crônicas semanais publicadas no jornal *Correio do Povo* (de Porto Alegre) entre 1957 e 1963. (FANTE et al., 2015)

Urban (2001, p. 56) relata que os artigos publicados por Roessler influenciaram bastante a opinião pública, ajudando a formar uma “corrente simpática à questão ambiental.”

A visão profunda e a atuação complexa de Roessler desencadeou o surgimento de entidades ambientalistas no RS e no país, como a reconhecida Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (Agapan), fundada em 1971 por José Lutzenberger, Celso Marques, entre outros. (FANTE et al., 2015)

Ainda de acordo com Urban,

Os textos de Roessler, reunidos mais tarde numa publicação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), causam surpresa sobretudo pelo domínio dos temas ecológicos e pela habilidade com que propagava suas ideias. (URBAN, 2001, p. 56)

Como já afirmamos, é a partir da década de 1960 que o jornalismo e os jornalistas começaram a enxergar o meio ambiente como um tema que necessitava de cobertura rotineira e passível de especialização. Esse fenômeno estava inserido em uma sociedade recém-saída da Segunda Guerra Mundial, bipolarizada (entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS), que convivia com confrontos militares regionais e temia um conflito nuclear. Nela, estavam surgindo movimentos de contestação, como a contracultura, o pacifismo, a luta contra o racismo, o feminismo e o ativismo ambiental, além dos primeiros eventos internacionais de análise da situação ecológica protagonizados por intelectuais e governos de países com influência na economia e na geopolítica do Ocidente²³.

Devemos lembrar que em 1962 foi lançado o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, bióloga marinha e escritora que durante quatro anos reuniu provas de que o uso indiscriminado do pesticida DDT causava danos ambientais e à saúde humana, como câncer. Antes do lançamento do livro, a revista *New Yorker* publicou partes da obra em três edições seguidas (BONZI, 2013, p. 208).

O clamor que se seguiu à publicação de *Silent Spring*, que em curto período vendeu meio milhão de cópias e permaneceu na lista dos livros mais vendidos do *New York Times*

²³ A preocupação mundial com questões ambientais pelos governantes não nasce nesse período, pois já no pós-Segunda Guerra, em 1949, fora realizada nos Estados Unidos a Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos Naturais (UNSCCUN). Aos participantes (530 delegados de 49 países) não foram impostos compromissos, mas um primeiro alerta global sobre a ocorrência de problemas ambientais causados pela ação humana (crescimento populacional, crescimento do consumo, grande queima de combustíveis fósseis, poluição) estava sendo dado pelos pesquisadores que participaram. “Inquestionavelmente, a UNSCCUN foi o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional.” (MCCORMICK, 1992, p. 53)

por 31 semanas, forçou o governo de John Kennedy a iniciar estudos sobre o pesticida. O uso do DDT e de outras 11 substâncias citadas por Carson foi proibido nos Estados Unidos em 1972.

O ano de 1968 pode ser considerado um ano emblemático para a gestão da política ambiental no mundo. Em 12 e 13 de setembro, aconteceu em Paris a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como Conferência sobre a Biosfera. Organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o encontro deu continuidade ao tema da cooperação internacional em pesquisa ecológica iniciado na Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos Naturais²⁴, em 1949. Nesse mesmo ano, um grupo informal de 30 economistas, cientistas, educadores e industriais, a convite de Aurelio Peccei, um ex-executivo da Fiat e da Olivetti e presidente do Comitê Econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), se encontrou em Roma para discutir os problemas ambientais que o mundo enfrentava e, dali, nasceu o Clube de Roma.

Já em 1970 o Clube possuía setenta e cinco membros de vinte e cinco países. Sua meta definida era incentivar a compreensão dos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais interdependentes do "sistema global" e encorajar a adoção de novas atitudes, políticas e instituições capazes de minorar os problemas. A degradação ambiental era justamente um desses problemas. (MCCORMICK, 1992, p. 86)

Vale destacar que, a pedido do Clube de Roma, uma equipe do Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT, na sigla em inglês), liderada por Dennis Meadows, preparou o famoso relatório “Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*), que posteriormente foi publicado como um livro. De caráter propositadamente catastrófico, com clara intenção de chocar a sociedade mundial, o relatório de 1972 concluiu que

[1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade sustentável de estabilização econômico-ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada. (OLIVEIRA, 2012, p. 78)

Exatamente nesse período, surge um dos ícones do ativismo ambiental: o Greenpeace. Em 1969, milhares de pessoas se reuniram em Douglas, Columbia Britânica, fronteira

²⁴ Ver nota 23 na p. 73.

ocidental do Canadá com os Estados Unidos, para protestar contra testes nucleares realizados em Amchitka, nas ilhas Aleutas (região do Alaska). Dois anos depois, alguns dos organizadores daquele protesto que fechou a fronteira resolveram ser mais incisivos em seus atos e formaram um grupo de 12 pessoas que utilizaram um velho barco de pesca para tentar chegar às ilhas e impedir mais um teste. Eles acabaram presos pela guarda costeira americana e o teste nuclear aconteceu, mas a ação ganhou enorme repercussão na imprensa. Dessa ação, nasceu uma das ONGs ambientalistas mais conhecidas do mundo (GREENPEACE, 2011).

Esse tipo de ativismo também surge no Brasil. Em 1971, José Lutzenberger e Augusto Carneiro fundam a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). A entidade, que existe até hoje, conseguiu bastante destaque no movimento ambientalista por suas ações no Rio Grande do Sul que chamavam a atenção da imprensa e da opinião pública. Em 1973, o pintor espanhol e ambientalista Emilio Miguel Abella circulava pelo centro de São Paulo (SP) usando uma máscara contra gases e exibindo cartazes de protesto contra a poluição atmosférica (URBAN, 2001, p. 46).

Em meio a essa ebulição social toda, surgiu, em 1969, a primeira entidade de jornalistas ambientais do mundo. A *Association des Journalistes-écrivains pour la Nature et l'Écologie* (Associação dos Jornalistas-escritores para a Natureza e a Ecologia)²⁵ foi fundada pelo jornalista francês Pierre Pellerin e permanece em atividade até hoje. Os jornalistas e os veículos de comunicação estavam se mostrando sintonizados e participantes do momento.

Em abril de 1970 trezentos mil americanos - talvez mais - participaram do Dia da Terra, a maior manifestação ambientalista da história. Reportagens de capa e manchetes de jornais proclamaram o advento do ambientalismo como uma questão pública fundamental. Para a revista Time o meio ambiente era o tema dos anos 70. 2 Para a Life tratava-se de um movimento que estava destinado a dominar a nova década.3 Nesse ínterim já havia começado o trabalho para uma das maiores conferências das Nações Unidas jamais realizada, a qual reuniu representantes de 113 nações em Estocolmo, para discutir os problemas do meio ambiente global. (MCCORMICK, 1992, p. 63)

No Brasil, o trabalho do jornalista Randau Marques com temas ambientais começava a aparecer.

Em 1968, aconteceu em Paris a Conferência da Biosfera. Na mesma época, surgiu na França a primeira entidade de jornalismo ambiental. No mesmo ano, era preso no Brasil - pela Operação Bandeirantes - o jovem repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente. Randau foi considerado subversivo na época porque escreveu num

²⁵ O endereço do site da Association des Journalistes-écrivains pour la Nature et l'Écologie é <http://jne-asso.org/blogjne/>.

jornal da cidade paulista de Franca (berço dos curtumes) reportagens sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros com chumbo, e já questionava a expressão "defensivos", mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores. Depois, Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde. (BELMONTE, 1997)

No mesmo ano do lançamento do relatório Limites do Crescimento, 1972, aconteceu na Suécia um dos mais importantes e conhecidos encontros internacionais de chefes de Estado sobre a questão ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou, simplesmente, Conferência de Estocolmo.

Enquanto a Conferência da Biosfera de 1968 concentrou-se sobre os aspectos científicos, a Conferência de Estocolmo foi o primeiro grande encontro internacional que planejava propor ações corretivas.

O evento resultou diretamente na criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP - *United Nations Environmental Programme*). E marcou igualmente uma transição do Novo Ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para a perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Acima de tudo, trouxe o debate entre os países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos - com suas percepções diferenciadas das prioridades ambientais - para um fórum aberto e causou um deslocamento fundamental na direção do ambientalismo global. (MCCORMICK, 1992, p. 97)

Para o Brasil, o grande marco da história do jornalismo ambiental foi a cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, realizada no Rio de Janeiro (RJ) em 1992.²⁶

Esse evento motivou jornais, revistas e emissoras de televisão e rádio a organizarem editorias especializadas e lançarem páginas, seções, cadernos e programas específicos sobre meio ambiente.

Uma das premissas do jornalismo ambiental é perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, privilegiando a qualidade de vida no planeta e do planeta. Esse foi um dos legados da Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, uma cúpula sem precedentes na História, seja pelos assuntos discutidos, seja pelo gigantismo do encontro: 104 reis, rainhas e chefes de estado, acompanhados de um

²⁶ Vale destacar que, entre a Conferência de Estocolmo e a Rio 92, outro grande momento aconteceu na história dos eventos internacionais relacionado ao movimento ambiental: em setembro de 1983, 38 anos depois da Conferência da Biosfera e 11 anos depois da Conferência de Estocolmo, a Assembleia Geral da Organização (continuação nota 26) das Nações Unidas (ONU) aprovou a criação de uma comissão independente encarregada de abordar a questão da relação entre meio ambiente e desenvolvimento. A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizou sua primeira reunião em outubro de 1984, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega. Em 1987, o relatório da comissão foi publicado sob o título de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), considerado o documento que lançou as bases atuais do chamado desenvolvimento sustentável.

séquito de 10 mil delegados de 180 países. Nove mil jornalistas foram credenciados para cobrir o maior evento de todos os tempos até então, e também os encontros paralelos, com destaque para o Fórum Global, que reuniu 12.000 representantes de 5.600 ONGs de 165 países no Aterro do Flamengo. Os veículos de comunicação do Brasil responderam rápido à demanda por notícias desse novo e intrigante filão: meio ambiente. Novos cadernos e suplementos foram criados, numa saudável competição para ver quem conseguia explicar melhor a complexa pauta do encontro. Na falta de jornalistas especializados para preencher todas as vagas abertas, recorreu-se ao auxílio luxuoso de técnicos de diversas áreas alçados à condição de colunistas e articulistas. Nunca, em nenhum outro período da História, se falou tanto em meio ambiente. Uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações, onde uma montanha de pautas até então solenemente desprezadas, mais por ignorância que por má fé, justificaram coberturas espetaculares. Num intervalo de poucos dias, expressões que só eram conhecidas no meio científico viraram tema de acalorados debates em mesas de botequim. (TRIGUEIRO, 2008, p. 81)

2.2.2 O jornalismo ambiental brasileiro hoje e a cobertura do tráfico de animais

Apesar dos esforços e investimentos ocorridos durante a Rio 92, a boa estruturação do jornalismo ambiental nas redações não se consolidou. Com o passar dos anos, houve a redução do interesse dos veículos de comunicação jornalísticos pela questão ambiental, restando ao tema, geralmente, espaço para divulgar o exótico e as tragédias ou as descobertas científicas.

Nos principais veículos de comunicação do País, a Rio-92 justificou a criação de editorias especiais de meio ambiente que não resistiram ao tempo e sucumbiram com o passar dos anos. Passada a febre da Conferência - que teve o seu brilho ofuscado pelo processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor -, sobreveio um período de decantação, em que os assuntos de meio ambiente voltaram a ser cobertos predominantemente pelas editorias de ciências. (TRIGUEIRO, 2008, p. 82)

A tendência da imprensa brasileira em dar mais espaço para temas ambientais quando ocorrem tragédias (deslizamentos de encostas e enchentes motivados pela ocupação humana de áreas de preservação, derramamentos de produtos químicos em rios, derramamentos de petróleo e seus derivados no mar, grandes incêndios em áreas com natureza conservada e tantos outros casos) ou quando a sociedade está na iminência de enfrentar um grande problema ambiental (secas, crise na produção de energia elétrica e falta de água para o abastecimento público, a produção industrial e a agropecuária, por exemplo) é chamada por Bueno (2007a) de “síndrome da baleia encalhada”. O fenômeno

tem a ver com a espetacularização da tragédia ambiental, com a procura do inusitado e do esotérico e o recurso ao sensacionalismo. O Jornalismo Ambiental se ressentiu desta perspectiva acrítica de veículos e jornalistas, que contempla as questões ambientais a partir de fatos isolados, de acidentes ambientais espetaculares, como os tsunamis, os vazamentos de óleo na Baía de Guanabara, matança de indígenas, incêndios incontrolláveis de reservas

florestais ou aniquilamento em massa da fauna (focas, pinguins, peixes, etc.). Esta síndrome significa uma cobertura estática, paralisante, do meio ambiente, como se fosse possível (e desejável) ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante dos grandes interesses que a promovem e a sustentam. A “baleia encalhada” é certamente um flagrante trágico da degradação ambiental, mas os veículos veem nela apenas uma forma plástica (?) de ilustrar as suas páginas e telas, sem investigar o fenômeno que a originou. O debate e a conscientização ambiental não podem limitar-se a uma foto parada, ainda que colorida e de grande impacto, porque dependem de uma cobertura mais investigativa que busque enxergar além das imagens. (BUENO, 2007a, p. 38)

Quando meio ambiente não é tratado como “notícia-espetáculo” (BUENO, 2007b, p. 27), o tema é hoje abordado entre os assuntos menos importantes.

O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica. As reportagens quase sempre são fruto do interesse e da curiosidade do próprio jornalista. Dificilmente resultam de uma decisão das chefias, pois o status editorial ainda não é proporcional ao tamanho da crise ecológica planetária. Talvez pela complexidade dos assuntos e pela ainda incipiente presença do jornalismo ambiental nas faculdades de Comunicação Social. (BELMONTE, 2004, p. 21-22)

Scharf (2004), ao escrever sobre a possível relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, identifica um dos motivos dessa falta de interesse da imprensa pelo tema:

Contudo, os profissionais da imprensa cotidiana, em geral, relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais da economia. Ainda são poucos os jornalistas que cobrem a questão de forma criativa e consequente, que enxergam, estudam e exploram as múltiplas conexões existentes entre a natureza e o mundo do dinheiro, do comércio exterior ao sistema financeiro.

Tal deficiência se explica, em parte, por um erro histórico: achar que o meio ambiente só interessa a jovens românticos e idealistas. Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social. O valor da natureza é puramente estético, idealizado. Nada mais.

Essa ideia de um paraíso natural um tanto inatingível, do qual a humanidade se vê excluída, é uma herança evidente da cultura clássica, que exaltava rios e árvores na figura de belos faunos e ninfas. Até o início do século XX, foram raros os autores que não pintaram a natureza de forma emocional, atribuindo-lhe contornos irreais e separando-a do convívio com as sociedades humanas. (SCHARF, 2004, p. 51)

A sazonalidade passou a ser uma das características do jornalismo brasileiro quando o tema é meio ambiente. Por curtos períodos, os veículos de comunicação se estruturam para essa cobertura, seja em espaços específicos ou mesclando notícias e reportagens ao material produzido pelas demais editorias (política, economia, polícia, gestão pública, cotidiano das cidades, etc.). Sustentabilidade, aquecimento global, resíduos sólidos, gestão da água,

desmatamento, energias renováveis, poluição atmosférica, saneamento ambiental e tantos outros tópicos passaram a ocupar vários espaços nos veículos jornalísticos, mas, em geral, sem regularidade.

As pautas envolvendo fauna silvestre fazem parte desse contexto, com o noticiário e as reportagens, normalmente, destacando o exótico (diferente), o curioso ou as tragédias como extinções de espécies, mortandade e casos de maus-tratos.

O tráfico de animais silvestres começou a ser abordado pela imprensa muito recentemente, principalmente a partir de eventos como o lançamento do 1º Relatório Nacional sobre Tráfico de Fauna Silvestre da ONG Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), em 2001, e as duas Comissões Parlamentares de Inquérito que investigaram, em 2003 e entre 2004 e 2006, a atividade no Brasil. A atuação dos jornalistas brasileiros e as abordagens dos veículos de imprensa nacionais na cobertura do mercado negro de fauna silvestre não foram, até o momento, estudadas e carecem de pesquisas.

3 DO UNIVERSO METODOLÓGICO, AS TEORIAS E OS MÉTODOS

Neste capítulo, estamos no espaço da proposição das teorias e das regras de interpretação de nosso objeto empírico (LOPES, 1990, p. 107). Nosso alicerce teórico é formado por matérias-primas de diferentes campos da Ciência. À abordagem da Análise Crítica do Discurso, que já traz elementos da Linguística e das Ciências Sociais, foram somadas as teorias do Cotidiano de Agnes Heller e Michel de Certeau e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Definitivamente, nosso objeto de estudo é interdisciplinar²⁷.

Sabemos que a determinação de um campo ou disciplina é feita a partir de seu objeto, e, no caso da Comunicação, tal determinação se dá a partir de um objeto multifacetado que faz referência a uma pluralidade de aspectos: problemas de conhecimento individual, problemas de ordem semântica e técnica, de organização social, de funções econômicas e culturais, de desenvolvimento etc. (LOPES, 1990, p. 92)

Apesar de a pesquisa que desenvolvemos não ter a intenção de discutir a relação entre a Comunicação Social e as Ciências Sociais ou as características do objeto de estudo da Comunicação Social, algumas observações sobre esses temas são pertinentes neste momento em que apresentamos nosso quadro teórico de referências.

A organização em disciplinas hoje predominante nas universidades e institutos de pesquisa foi instituída com base na ideologia liberal do século XIX, portanto, em tese, cada campo científico²⁸ deveria ter fronteiras bem definidas e suas próprias regras. Mas, na prática, essa compartimentalização funcionou de forma diferente.

Sabemos o que as dificuldades de fronteira causaram nos itinerários intelectuais dos campos (sociologia, política, economia e antropologia), e que eles foram complexos e variados. Mas como o mundo real evoluiu, a linha de contato entre o “primitivo” e “civilizado”, “político” e “econômico” embarçou-se. Invasões intelectuais tornaram-se comuns, e os invasores moveram as estacas mas não as quebraram. (LOPES, 2003, p. 287)

Lopes (2003, p. 287) afirma, portanto, que a divisão das Ciências Sociais em disciplinas separadas e sem pontos de intersecção não existe.

²⁷ Correspondendo a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento científico e de sua divisão epistemológica, e exigindo que as disciplinas científicas, em seu processo constante de interpenetração, fecundem-se cada vez mais reciprocamente, a interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. Ela torna possível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 145-146).

²⁸ Ver campo científico em Bourdieu (1983).

Dito de outro modo, as diferenças dentro de uma disciplina tendem a ser maiores do que as diferenças entre elas. Na prática a sobreposição é substancial, e nas histórias desses campos ela tem crescido todo o tempo. (LOPES, 2003, p. 287)

Tal sobreposição, defende Lopes (2003, p. 287), não significa que os cientistas sociais devam fazer uma única forma de trabalho, pois existe a necessidade de haver áreas especializadas (campos de estudo), como na Biologia ocorre com a Botânica e a Zoologia. Tais campos de estudo surgem e devem surgir como um novo padrão de organização chamado transdisciplinarização ou pós-disciplinarização (FUENTES, 1998²⁹ apud LOPES, 2003, p. 287), em que são superados os limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas.

Esse fenômeno ocorre de forma parecida na Comunicação Social.

Lopes (2003, p. 288) afirma existir uma relação orgânica entre as Ciências Sociais e a Comunicação, pois a sociedade moderna foi sendo moldada e organizada nas formas da comunicação. “As ciências humanas são ao mesmo tempo efeito e meio do posterior desenvolvimento da sociedade da comunicação generalizada” (VATTIMO, 1987³⁰ apud LOPES, 2003, p. 288). A circulação de informações não é mais simplesmente um aspecto da modernização, mas o centro e o protagonista, apresentando-se como objeto.

A complexidade dos fenômenos comunicacionais, que acabam presentes em diversos campos do conhecimento, torna difícil seu estudo por uma só disciplina. Esse aspecto, debatido quando se aborda a existência ou não de uma Ciência da Comunicação (LOPES, 1990, p. 91), nos leva a um padrão metodológico caracterizado pela pluralidade, pelo trabalho com diversas disciplinas (campos de estudo).

Sabemos que a determinação de um campo ou disciplina é feita a partir de seu objeto, e, no caso da Comunicação, tal determinação se dá a partir de um objeto multifacetado que faz referência a uma pluralidade de aspectos (...). (LOPES, 1990, p. 92)

A Comunicação é, portanto, necessariamente interdisciplinar. E esta pesquisa também.

O desenvolvimento de nosso trabalho mostrou ser possível combinar diferentes teorias com enfoque predominantemente qualitativo. Construimos um quadro teórico de referências com a Análise Crítica do Discurso alinhada a Fairclough, as teorias do Cotidiano de Heller (2008) e de Certeau (1998) e a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010).

²⁹ FUENTES, Raúl. Institucionalización y postdisciplinarización de las ciencias sociales em México. In: FUENTES, Raúl, REGUILLO, Rossana (coords.). **Pensar las ciencias sociales hoy**. Guadalajara: Iteso, 1998.

³⁰ VATTIMO, Gianni. Ciencias humanas e sociedade de la comunicación. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús; SILVA, Armando (comp.). **Proyectar la comunicación**. Colombia: Tercer Mundo Ed., 1987.

3.1 A Análise Crítica do Discurso

Situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. (RAMALHO; RESENDE, 2004, p. 184)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) necessita, portanto, da ocorrência de uma condição para sua existência: a inter-relação entre análise linguística e crítica social, em que “a análise linguística alimenta a crítica social, e a crítica social justifica a análise linguística” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 21).

A ACD, que Ramalho e Resende identificam como Análise de Discurso Crítica, por isso o uso de ADC acima, é nossa escolha para a realização da análise linguística dos textos selecionados dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. De caráter interdisciplinar, ela tem raízes na Ciência Social Crítica, que nos oferece base científica para trabalhar com problemas sociais relacionados ao poder como forma de controle.

Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 23)

A ACD tem alguns de seus fundamentos na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, inicialmente descrita por Max Horkheimer, em 1937, no texto Teoria Tradicional e Teoria Crítica.

Em regra geral o indivíduo aceita naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da sua existência, e se esforça para preenchê-la. Ademais ele encontra a sua satisfação e sua honra ao empregar todas as suas forças na realização das tarefas, apesar de toda a crítica enérgica que talvez fosse parcialmente apropriada, cumprindo com afã a sua parte. Ao contrário, o pensamento crítico não confia de forma alguma nesta diretriz, tal como é posta à mão de cada um pela vida social. A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planejada e a objetivos racionais. (HORKHEIMER, 1975, p. 138)

Horkheimer (1975) teoriza por um pensamento contrário ao organicismo que considera cada pessoa como parte de uma sociedade estruturada para que se trabalhe e atue pelo bom funcionamento de um sistema. Nesse sistema, a “produção não está dirigida à vida da coletividade nem satisfaz as exigências dos indivíduos, mas está orientada à exigência de poder de indivíduos e se encarrega também da penúria da vida da coletividade”

(HORKHEIMER, 1975, p. 142). Há, portanto, um princípio em que é “suficiente que os indivíduos se preocupem apenas consigo mesmo” (HORKHEIMER, 1975, p. 142).

A economia burguesa estruturou-se de tal forma que os indivíduos, ao perseguirem a sua própria felicidade, mantenham a vida da sociedade. Contudo essa estrutura possui uma dinâmica em virtude da qual se acumula, numa proporção que lembra as antigas dinastias asiáticas, um poder fabuloso, de um lado, e, de outro, uma impotência material e intelectual. A fecundidade original dessa organização do processo vital se transforma em esterilidade e inibição. Os homens renovam com seu próprio trabalho uma realidade que os escraviza em medida crescente e os ameaça com todo tipo de miséria. A consciência dessa oposição não provém da fantasia, mas da experiência. (HORKHEIMER, 1975, p. 142)

A Análise Crítica do Discurso, que van Dijk (2012, p. 10) chama de Estudos Críticos do Discurso (ECD) por considerá-la um domínio transdisciplinar³¹ de práticas acadêmicas envolvendo todas as ciências humanas e sociais (ele não a considera um método), é “um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder” (VAN DIJK, 2012, p. 9).

Além do mais, os ECD não estão meramente interessados em qualquer tipo de poder, mas especificamente se concentram no *abuso* de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais. (VAN DIJK, 2012, p. 10)

Neste ponto de nossa argumentação, que envolve a escravização de Horkheimer (1975, p. 142) e a dominação de van Dijk (2012, p. 10), ambas citadas nos dois trechos acima, encontramos visões de mundo convergentes entre a Teoria Crítica e a Análise Crítica do Discurso: existe uma estrutura de poder que forja um sistema de dominação responsável por desigualdades e injustiças sociais que, muitas vezes, não é percebido pelos dominados.

Van Dijk (2012, p. 113) afirma que a ACD é uma investigação analítica voltada principalmente para o modo como os abusos de poder, a dominação e a desigualdade ocorrem na fala, nos textos escritos e em toda forma de comunicação.

A ACD enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de *poder* e de *dominação* na sociedade. (VAN DIJK, 2012, p. 115)

A expressão Análise Crítica de Discurso foi criada pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, sendo publicado pela primeira vez em 1985 em um artigo para o *Journal of Pragmatics*. Como disciplina, a ACD se consolidou no início da

³¹ Fairclough (2012, p. 308) também aborda o caráter transdisciplinar da Análise Crítica do Discurso ao afirmar que ela mantém uma relação dialógica com outras teorias sociais, não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar por suscitar avanços teóricos e metodológicos que vão além das fronteiras de várias teorias e métodos.

década seguinte, após simpósio realizado em 1991, em Amsterdã (Holanda), que reuniu Fairclough, van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak (WODAK, 2003³², p. 21 apud RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 21).

Vale destacar que, assim como van Dijk, Fairclough tinha uma denominação própria para a sua linha de ACD. É a chamada Teoria Social do Discurso.

A Teoria Social do Discurso, segundo Fairclough (2016, p. 288), deve ser parte de um trabalho interdisciplinar maior e ser encarada como um método (que como tal é denominada pelo próprio autor como Análise do Discurso Textualmente Orientada – ADTO) para conduzir uma pesquisa com questões externas à própria ACD. Dessa forma, perguntas a serem investigadas pela Sociologia, Ciência Política, História e diversas outras disciplinas das ciências sociais e humanidades podem considerá-la como mais uma ferramenta disponível.

Nota-se aqui uma aparente divergência entre os Estudos Críticos do Discurso (ECD) de van Dijk e a Teoria Social do Discurso de Fairclough: afinal, esta análise é ou não um método? A discussão não nos parece ser tão relevante e, por isso, afirmarmos ser “aparente” a divergência.

Van Dijk (2012, p. 10-11) defende a expressão Estudos Críticos do Discurso ao definir sua teoria como “um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais.” Para o autor, não existe uma forma única para a realização dos ECD já que eles são formados por diversos métodos diferentes que podem ser conjugados de acordo com as características da pesquisa e as necessidades do pesquisador.

Fairclough tem uma visão parecida com van Dijk, mas sua enunciação sobre a Análise Crítica do Discurso, ora chamando de método ora de teoria, causa um pouco de confusão.

Devo declarar previamente que guardo certas reservas quanto ao conceito de *método*. Não é difícil pensar em *método* como uma espécie de habilidade transferível se considerarmos a definição do termo como uma técnica, uma ferramenta numa caixa, da qual se pode lançar mão quando necessário e depois devolvê-la. A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose [...], que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307-308)

³² WODAK Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de sua historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Comps.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 169-222.

É interessante destacar que, em seu livro, no parágrafo anterior ao acima transcrito, Fairclough (2012, p. 307) afirma: “Meu objetivo neste capítulo é descrever a Análise Crítica do Discurso (ACD) como um método que possa ser usado na pesquisa social científica.”

Em resumo, van Dijk apresenta seus Estudos Críticos do Discurso a partir de um olhar macro e totalizante, como uma teoria formada por partes de outras teorias, enquanto Fairclough, com a Teoria Social do Discurso (que ao ser trabalhada como método chama-se ADTO), descreve a Análise Crítica do Discurso a partir de sua aplicabilidade em diversas teorias. Em ambos há uma visão como teoria e uma visão como método, mas cada um descreve enfatizando um aspecto.

Destacamos que não existem apenas as linhas de Fairclough e van Dijk na ACD. A disciplina Análise Crítica do Discurso possui várias abordagens, mas, para esta pesquisa, trabalhamos basicamente com os parâmetros do linguista britânico. Para não gerar confusão na designação da teoria e do método que utilizamos aqui, decidimos usar a forma Análise Crítica do Discurso (ACD).

3.1.1 Discurso: entendendo o que será analisado

Antes de prosseguirmos detalhando a Análise Crítica do Discurso e a forma como a teoria é aplicada em nossa pesquisa, devemos definir sobre qual “discurso” estamos trabalhando. Afinal há diversas abordagens sobre o tema. Apesar de apresentarmos esta digressão, não pretendemos nos aprofundar nas definições. Mas consideramos ser essencial que façamos um recorte para delimitar exatamente qual a visão de discurso temos ao aplicar a ACD.

Duas abordagens sobre o discurso devem ser especialmente destacadas quando se trabalha com a Análise Crítica do Discurso, principalmente se for dada ênfase ao trabalho de Fairclough: a de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e a de Michel Foucault.

3.1.1.1 Mikhail Mikhailovich Bakhtin

Na ampla obra de Bakhtin que aborda a Linguística, encontramos elementos que são basilares para a ACD. Nos interessa aqui destacar os conceitos de discurso, de enunciado/enunciação e de dialogismo/polifonia.

De acordo com Cavalcante Filho e Torga (2011), é no trecho abaixo do livro Problemas da poética de Dostoiévski que Bakhtin apresenta de forma clara sua definição de discurso.

Intitulamos este capítulo ‘O discurso em Dostoiévski’ porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso (BAKHTIN, 1997b, p. 181, grifos do autor).

Fica claro que Bakhtin trabalha o discurso como a língua com seus aspectos formais e seus aspectos sociais e ideológicos sempre juntos, sendo impossível dissociar os falantes de seu cotidiano e ações. Não existe, portanto, a separação entre o código e seu contexto/uso. Tal definição vai de encontro à tradição de Ferdinand de Saussure, em que “qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da *langue*, e não de seu ‘uso’” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94).

Saussure faz uma clara distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala). *Langue* é o aspecto social da linguagem (*language*, no francês usado pelo autor), ou seja, externo ao indivíduo e que não pode ser criado ou modificado pelo mesmo. Estamos designando o conjunto de regras (fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas) que preexiste e subsiste a cada um dos falantes, sendo um contrato coletivo (LOPES, 1995, p. 77). Para o Saussure, a língua

não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 1999, p. 17).

Parole, a fala, é um momento individual que acaba influenciado por fatores externos não linguísticos, que podem ser sociais, dependentes da vontade dos falantes – o que, para Saussure (1999, p. 28), não deveria ser estudado pela Linguística. Lopes (1995, p. 77) destaca o caráter combinatório da *parole*, realizado pelo indivíduo, que acaba permitindo a atualização dos elementos do código (*langue*). “A *langue* é a condição para a existência da *parole*” (LOPES, 1995, p. 77).

Lopes (1995, p. 78) lembra que a

dicotomia que Saussure batizou de *langue/parole*, Hjelmslev batizou de *esquema/uso*, Jakobson fala, para a mesma relação, com a terminologia da teoria da informação, em *código/mensagem*, noções essas que correspondem, aproximadamente, às dos termos empregados por Chomsky para *competence* (competência)/*performance* (atuação).

Impossível em Bakhtin haver tal distinção:

Discurso é a língua *in actu*. É inadmissível contrapor língua e discurso em qualquer que seja a forma. O discurso é tão social quanto a língua. As

formas de enunciado também são sociais e, como a língua, são igualmente determinadas pela comunicação (BAKTHIN, 2016, p. 117)

Na visão bakhtiniana de discurso encontramos as definições de enunciado (oral ou escrito) e enunciação, sendo o primeiro termo a unidade de trabalho a partir da qual o linguista deve atuar.

Enquanto a abordagem saussureana pode trabalhar a frase como sua unidade, ou seja, uma sequência de palavras organizadas de acordo com uma sintaxe a ser analisada fora de um contexto de uso, em Bakhtin tal unidade analisável é o enunciado (a frase e seu contexto, indissociáveis). O entendimento da diferença entre as duas abordagens fica claro quando se percebe que uma frase (unidade de Saussure) pode gerar diferentes leituras/interpretações, dependendo do contexto. Uma frase pode, então, gerar inúmeros enunciados, segundo Bakhtin.

[...] um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. [...] A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados. (BAKTHIN/VOLOSHINOV, s.d., p. 6 apud BRAIT; MELO, 2014, p. 67)

Sobre a enunciação, de forma bastante simples, ela é definida como o acontecimento que gera o enunciado; o fato que produz o enunciado. Em Bakhtin/Voloshinov (s.d., p.10 apud BRAIT; MELO, 2014, p. 67), a enunciação está “na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal”. Brait e Melo (2014, p. 68) destacam a ideia da natureza social, cultural e histórica da enunciação, que retoma enunciações anteriores e se ligará a enunciações posteriores, produzindo outro importante conceito de Bakhtin: o dialogismo.

O dialogismo, segundo Fiorin (2017, p. 21), funda a concepção bakhtiniana de linguagem. “O discurso é dialógico por natureza”, sentencia Bakhtin (2016, p. 116). Vamos apresentar duas formas de encontrar o diálogo no discurso: a acima citada, em que são retomadas ideias para a formação do enunciado, que, por sua vez, será matéria-prima em outro processo de enunciação futuro; e a forma baseada no fato de que uma

ideia só se esclarece para si mesma no processo de esclarecimento para o outro. Por isso, não há nem pode haver, por assim dizer, um monólogo absoluto, ou seja, não endereçado a ninguém, uma expressão puramente individual de um pensamento para si mesmo. Semelhante monólogo individual absoluto, se é que o concebemos, dispensaria a língua,

compreensível para os outros, perderia qualquer relação no campo da língua (BAKTHIN, 2016, p. 118)

Temos então o dialogismo pela retomada e transmissão de ideias durante os processos de enunciação e o dialogismo pela obrigatória utilização da língua, que molda o pensamento em forma enunciável. Ambos intrínsecos.

Fiorin (2017) elabora e elenca três conceitos de dialogismo:

- dialogismo constitutivo: todo enunciado constitui-se a partir de outro(s) enunciado(s), ou seja, é réplica de outro(s) enunciado(s). “Um enunciado é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Vale destacar que existe a possibilidade de as vozes sociais envolvidas nesse processo não estarem explícitas, mas com certeza estão presentes;
- dialogismo composicional: quando ocorre a incorporação pelo enunciator da(s) voz(es) de outro(s) no seu enunciado, sendo claramente percebíveis. Há o discurso objetivado (com marcações indicando o discurso citado), com ferramentas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas e a negação; e há o chamado discurso bivocal, com separação não muito nítida, com uso da paródia e o discurso indireto livre, por exemplo. A partir deste ponto, segundo Fiorin (2017, p. 57-58), podemos trazer também o termo de interdiscursividade como sinônimo de dialogismo;
- dialogismo a partir da subjetividade: o sujeito não é submisso às estruturas sociais, mas também não tem total autonomia em relação à sociedade. A subjetividade molda-se em um processo de diálogo do indivíduo com os outros e as instituições. O “mundo interior é formado de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância” (FIORIN, 2017, p. 61).

A partir do entendimento do dialogismo, chegamos ao conceito, ainda que aqui bastante simplificado, da polifonia bakhtiniana: a presença de múltiplas vozes na constituição de qualquer discurso. Um conceito está diretamente ligado ao outro.

O fato de o discurso de Bakhtin ser social, o que trouxe para a Linguística o contexto do processo enunciativo, com suas características culturais e ideológicas, por exemplo, faz com que existam tipos de discursos ligados às diferentes atividades humanas. Em Os gêneros do discurso, escrito entre 1952 e 1953, o autor afirma que:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse

uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional da língua (BAKTHIN, 2016, p. 11).

Bakhtin apresentou sua proposta de classificação de gêneros a partir das atividades cotidianas dos indivíduos, pois é nesse contexto que ocorrem as relações entre os indivíduos e o processo enunciativo, com toda sua carga dialógica/interdiscursiva e polifônica. Ele sustenta que a grande diversidade de gêneros não indica um todo caótico, pois esses “tipos de enunciados relativamente estáveis” em termos temáticos, composicionais e estilísticos refletem o contexto social em que foram gerados (BAKTHIN, 1997a, p. 284³³ apud RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 17). É nesse universo dos gêneros do discurso que vamos encontrar, por exemplo, o gênero jornalístico.

3.1.1.2 Michel Foucault

A importância de Foucault na elaboração da Análise Crítica de Fairclough foi bastante evidenciada em Discurso e Mudança Social, onde o linguista dedicou um capítulo específico (2016, p. 63-92) para abordar a influência do livro Arqueologia do Saber (2008) em seu trabalho.

Assim como Bakhtin, Foucault diverge da linguística saussureana, que restringe a análise do discurso à *langue*. Outra característica similar é que ambos trabalham o enunciado como a unidade a ser analisada.

Repetidas vezes usei o termo "enunciado", seja para falar (como se se tratasse de indivíduos ou acontecimentos singulares) de uma "população de enunciados", seja para opô-lo (como a parte se distingue do todo) aos conjuntos que seriam os "discursos". À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 90)

E ao definir o enunciado, Foucault o caracteriza como uma unidade de sentido,

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98)

A caracterização do enunciado passa, portanto, pela distinção daquilo com que se pode confundi-lo. Ou seja, Foucault (2008, p. 89-98) define o enunciado por meio de um processo de diferenciação de outras três unidades: a proposição, a frase e o *speech act* (ato de fala).

³³ BAKTHIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

O fato de ser possível ter mais de um enunciado em uma mesma proposição (ideia) impede que ambos se confundam. Frase e enunciado também não podem ser a mesma coisa porque a primeira exige uma certa rigidez estrutural (própria da língua), o que nem sempre é encontrado no segundo.

Quando encontramos em uma gramática latina uma série de palavras dispostas em coluna - amo, amas, amat -, não lidamos com uma frase, mas com o enunciado das diferentes flexões pessoais do indicativo presente do verbo amare. (FOUCAULT, 2008, p. 92)

Por fim, o terceiro elemento diferenciador é o *speech act*. A frequente existência de um ato de fala contendo mais de um enunciado impede que ambos sejam o mesmo fenômeno (apesar de possuírem características em comum).

Após expor todos esses diferenciadores, Foucault concluiu:

Quando se quer individualizar os enunciados, não se pode admitir sem reservas nenhum dos modelos tomados de empréstimo à gramática, à lógica ou à "análise". Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda a sua extensão, e que se, às vezes, o enunciado assume as formas descritas e a elas se ajusta exatamente, acontece também que não lhes obedece [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 94-95)

O enunciado deve então ser tratado como uma “função que se exerce verticalmente” atingindo as unidades (FOUCAULT, 2008, p. 98) e não como uma estrutura com um número finito de modelos. Por meio do enunciado é que podemos então identificar proposições, frases e atos de fala.

Chegamos, então, à definição de discurso:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 2008, p. 132-133)

Para melhorar a conceituação do discurso em Foucault, precisamos também entender o papel do sujeito do discurso, ou seja, do sujeito social que produz o enunciado com todas as suas características que acabamos de apresentar. Fairclough (2016, p. 70) destaca ser impossível dissociar o produtor do enunciado do discurso em uma análise foucaultiana. Pelo contrário, o sujeito do discurso tem de ser considerado elemento intrínseco no processo, pois a ele cabe o papel de atingir os parâmetros da modalidade enunciativa envolvida.

Modalidades enunciativas são tipos da atividade discursiva que variam de acordo com o contexto social e histórico do processo comunicativo, bem como do sujeito e de seu papel

no ato. Temos, portanto, diferentes modalidades como o discurso médico, o discurso jornalístico, o discurso religioso e inúmeros outros com suas incontáveis formas de enunciado. (FOUCAULT, 2008, p. 56-61; FAIRCLOUGH, 2016, p. 70-73). Por ser datado historicamente e trazer em si as características de sua época de utilização, as características e regras das modalidades vão se modificando com o passar do tempo. É por isso que encontramos certos tipos de enunciados em determinados períodos, locais e instituições e não em outros.

Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não discursivos anteriores [...], e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social [...] (FAIRCLOUGH, 2016, p. 67).

O mesmo processo ocorre com os objetos do discurso, que são trabalhados de acordo com as características dos contextos discursivos e não discursivos.

Por objetos, Foucault entende objetos de conhecimento, as entidades que as disciplinas particulares ou as ciências reconhecem dentro de seus campos de interesse e que elas tomam como alvos de investigação. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 68)

Foucault também considera o conhecimento da vida comum como objeto, não se restringindo, portanto, ao universo da Ciência e suas disciplinas.

Podemos considerar, por exemplo, o tráfico de animais silvestres como um objeto do discurso, sendo possível, então, identificar um discurso sobre esse assunto. “Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 68).

Vale ressaltar que Fairclough (2016, p. 73) critica a visão foucaultiana da pesada influência do discurso no processo de formação do sujeito, considerado passivo e manipulável. Essa teoria de Foucault é bastante trabalhada em Vigiar e Punir, livro de 1975 que detalha as práticas discursivas adotadas em escolas, prisões e hospitais para moldar indivíduos aos parâmetros sociais desejados pelo poder, e em A Ordem do Discurso, de 1971, em que apresenta “procedimentos” utilizados para controle e delimitação na produção discursiva.

Ramalho e Resende (2013, p. 19-20) afirmam que, embora Fairclough não compactue totalmente com a proposta de análise de Foucault por considerar que o sujeito social tem papel ativo no processo de recepção do discurso (não sendo, portanto, tão constrangido pela sociedade) e pela ausência de uma efetiva análise de textos, ele reconhece a influência do

pensador francês na Análise Crítica do Discurso, principalmente por estabelecer vínculo entre discurso e poder.

3.1.2 Detalhando o uso da Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem de investigação do uso da linguagem como forma de prática social³⁴ (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95). Estamos nos situando em uma perspectiva sociodiscursiva, em que “a linguagem é parte irredutível da vida social, o que pressupõe relação interna e dialética de linguagem-sociedade” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 13).

Para elaborar sua definição de ACD, Fairclough recuperou em Bakhtin³⁵ e em Foucault³⁶ o enunciado como unidade analítica, não havendo, portanto, separação entre o texto (a língua e todas as suas regras) e seu contexto social, cultural e situacional – o que inclui o sujeito do discurso, responsável pela enunciação.

Estamos trabalhando neste momento com um conceito de discurso também elaborado a partir de elementos das teorias de Bakhtin e de Foucault. O discurso, em Fairclough, pode ser analisado como uma forma de representação das tensões sociais, mas também como lugar para exercer o poder e de luta para ter o direito desse exercício. Ou seja, ao discurso não cabe apenas o papel de reproduzir por meio de sua estrutura e conteúdo a disputa pelo poder e a estrutura social vigente, mas sim o protagonismo como ferramenta para chegar ao poder e como um meio de exercê-lo. Há nele um potencial de transformação da realidade.

A partir dessa característica como prática social, o discurso não pode mais ser considerado uma manifestação individual, como ocorre na leitura saussureana, restrita à *langue*, mas sim

[...] uma forma de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95).

O discurso passa então a ter uma relação dialética com a estrutura social, sendo esta tanto uma condição como um efeito da prática social.

³⁴ Práticas sociais são “maneiras recorrentes”, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 15). Ramalho e Resende (2004, p. 186) simplesmente as definem como “modo de ação sobre o mundo e a sociedade”.

³⁵ Ver 3.1.1.1 na p. 86.

³⁶ Ver 3.1.1.2 na p. 90.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

É interessante destacar que Fairclough chega a fazer dois usos do termo discurso: o acima descrito, ligado à prática social (e que mais nos interessa), mas também como um modo particular de representar algum fato ou experiência. Essa última possibilidade fica clara quando abordamos a criação comercial legalizada de animais silvestres para bichos de estimação. Quem a considera uma forma de incentivo ao tráfico por incentivar a cultura do animal silvestre como *pet* tem um discurso sobre esse fato, já que acha que a atividade auxilia na redução da demanda por animais ilegais (retirados diretamente da natureza) tem outro tipo de discurso totalmente diferente. Um mesmo fato ou fenômeno pode ter diversas formas de discurso.

Fairclough (2016, p. 104-105) esquematiza sua proposta de ACD a partir de três dimensões analisáveis (etapas): o texto, a prática discursiva e a prática social. “É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais indispensável na análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 104).”

Figura 2 – Concepção tridimensional do discurso

Fonte: FAIRCLOUGH, 2016, p. 105

Na prática, a análise é uma operação que ocorre simultaneamente nas três dimensões, sendo que, muitas vezes, não há um limite nítido entre cada uma delas.

O **texto** é a dimensão do manuseio da língua, com suas regras e limites concretos. De acordo com Fairclough (2016, p. 107–108), a “análise textual pode ser organizada em quatro

itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual.” No vocabulário, o analista trabalha com as palavras individuais; na gramática com palavras combinadas em orações e frases; na coesão aborda-se a ligação entre orações e frases; e na estrutura textual o foco está nas propriedades organizacionais do texto. O linguista ainda alerta que outros três itens, apesar de ligados aos aspectos formais dos textos, não fazem parte da dimensão textual, mas da análise da prática discursiva. São eles: a força dos enunciados (tipos de atos de fala, como promessas, pedidos, ameaças, etc.), a coerência e o dialogismo representado pela intertextualidade e pela interdiscursividade³⁷.

A **prática discursiva** é uma dimensão que envolve os processos de produção, distribuição e consumo textual, sendo necessário levar em consideração as diferenças entre os tipos de discurso (o discurso jornalístico é um deles) de acordo com fatores sociais do contexto. Ela é responsável por mediar as outras duas dimensões, ou seja, o texto e a prática social. É com a prática discursiva que elementos como ideologia e hegemonia, formadores da dimensão prática social (que abordaremos a seguir), são colocados no texto. Como já foi relatado, é nesta análise que aplicaremos os conceitos de força dos enunciados, coerência e intertextualidade/interdiscursividade.

A dimensão de análise como **prática social** trabalha aspectos ideológicos e hegemônicos do discurso. Fairclough (2016, p. 121-122) buscou em Althusser (1971) as bases teóricas para abordar ideologia. O próprio linguista britânico destaca três pontos:

- a ideologia tem existência material nas práticas das instituições (o que permite investigar as práticas discursivas como formas materiais da ideologia);
- os sujeitos do discurso sofrem influência da ideologia na sua constituição;
- os aparelhos ideológicos de Estado (instituições como a educação e a mídia) são locais e marcos delimitadores na luta de classes, o que leva à conclusão de que a luta no discurso e subjacente a ele é objeto de uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Apesar da influência, Fairclough tem restrições à visão de Althusser sobre ideologia.

Particularmente, o trabalho de Althusser contém uma contradição não resolvida entre uma visão de dominação, que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe, cujo resultado está sempre em equilíbrio. Com efeito, a visão anterior é predominante, havendo

³⁷ Ver dialogismo composicional em 3.1.1.1 na p. 86.

marginalização da luta, da contradição e da transformação (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

É importante ressaltar que Fairclough também sofre grande influência de Gramsci, que não concorda com essa passividade e a manipulação total.

A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 1999, p. 314).

Fairclough (2016, p. 126) conclui que as práticas discursivas são ideologicamente atuantes à medida que contribuem para manter ou reestruturar relações de poder. Afinal, o linguista britânico defende o conceito de que as ideologias surgem em sociedades marcadas por relações de dominação (seja de classe ou de grupo social). Ele considera que diferentes tipos de discurso possuem diferentes graus de investimento ideológico, sendo possível tal constatação ao se comparar, por exemplo, o discurso da publicidade com o das ciências físicas.

Na prática da análise de textos, o analista deve observar aspectos como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas e o estilo ao levar em consideração a ideologia. Já os aspectos hegemônicos da análise focada na prática social são influenciados fortemente por Gramsci e sua teorização sobre hegemonia, que Fairclough destaca ser

o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio estável' (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127).

Essa aliança é a responsável pelo uso de ferramentas ideológicas para, junto com concessões de outros grupos, conseguir o consentimento para o exercício de sua hegemonia sobre as demais classes/grupos subalternos. Deve-se destacar que a hegemonia é sempre instável, foco constante de lutas e rearranjos de alianças e das relações de dominação/subordinação, que se manifestam em instituições como família, escola, etc.

Fairclough (2016, p. 128–129) resgata o caráter instável da hegemonia, com seus processos de articulação, desarticulação e rearticulação dos papéis dos atores sociais no acesso e exercício do poder, para aplicá-lo na Análise Crítica do Discurso. Nas estruturas discursivas, ou seja, nas ordens do discurso, esse processo também se manifesta a partir do dialogismo.

Pode-se considerar uma ordem do discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a

articulação e a rearticulação de ordens do discurso são, consequentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 129)

Sigamos com o raciocínio do linguista britânico, que afirma que a prática discursiva, junto com os processos de produção, distribuição e consumo (interpretação) dos textos, faz parte da luta hegemônica, sendo que esta atua na reprodução e transformação das ordens do discurso³⁸ e nas relações sociais assimétricas.

Por isso nosso interesse em analisar o discurso jornalístico sobre o tráfico de animais veiculado pela Folha de S. Paulo e O Globo por meio da ACD.

Entre os aspectos hegemônicos da análise focada na prática social, deve-se observar as orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais no texto (RESENDE; RAMALHO, 2013, p. 29).

O modelo tridimensional de Análise Crítica do Discurso foi proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 (data da publicação do livro Discurso e Mudança Social). De acordo com Resende e Ramalho (2013, p. 29), em 1999, com Discourse in Late Modernity: Rethinking critical discourse analysis, houve uma mudança na ACD, que passou a dialogar com o Realismo Crítico³⁹. A obra foi escrita com Lilie Chouliaraki.

Essa nova versão

[...] mantém as três dimensões do discurso, contudo de maneira mais pulverizada na análise e com um fortalecimento da análise da prática social, que passou a ser mais privilegiada nesse modelo posterior. Observa-se que houve, entre os modelos, um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como *um* momento das práticas sociais (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 29).

O discurso, que na página 93 definimos como uma forma de representação das tensões sociais, mas também como lugar para exercer o poder e de luta para ter o direito desse

³⁸ Ordens do discurso são variações estruturais relacionadas segundo o domínio social ou o contexto institucional em que são geradas. Elas são responsáveis pelo caráter histórico do discurso, ou seja, para cada contexto histórico, político, cultural e social, o sujeito utiliza de discursos (na concepção foucaultiana, que pode ter como exemplo, o discurso jornalístico), gêneros (dentro do discurso jornalístico temos reportagem, notícia, artigo, etc.) e estilos específicos (estilo não como manifestação individual, mas como manifestação dialógica, em que a forma como o leitor é abordado, o papel do leitor, a entonação, etc. são levados em consideração). No modelo tridimensional do discurso de Fairclough, as ordens do discurso estão no nível intermediário; das práticas sociais. A definição de interdiscursividade (ou intertextualidade discursiva), conceito de Bakhtin resgatado por Fairclough (2016, p. 119), contempla exatamente “a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso”.

³⁹ O Realismo Crítico considera a vida um sistema aberto, com dimensões da vida social, incluindo físico, químico, biológico, econômico, social, psicológico e linguístico. Essas dimensões possuem estruturas distintas, com efeitos gerativos nos eventos. Por isso, na produção da vida (social ou natural), a operação de qualquer mecanismo é mediada por outros mecanismos. (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 34-35)

exercício, ganhou, na reelaboração teórica da ACD a partir do Realismo Crítico, o mesmo peso que o mundo material, as relações sociais e as pessoas com suas crenças, valores, atitudes e experiências de vida têm na formação da prática social.

Chouliaraki e Fairclough (1999)⁴⁰, em conformidade com Bhaskar (1998; 2002), entendem que as pesquisas em ACD devem estar voltadas para problemas práticos da vida social, vislumbrando, assim, uma ‘crítica explanatória’ (BHASKAR, 1998; 2002), construída com base nas descobertas dos problemas sociais, oriundos das práticas sociais, e a partir delas buscar soluções para a sua superação. (PAPA, 2011)

A nova proposta, que deu bastante importância para as questões ligadas à hegemonia e à ideologia, é formada por cinco etapas (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 36-37):

- percepção de um problema que esteja baseado em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como universais;
- identificação de obstáculos para a superação do problema, ou seja, encontrar elementos da prática social que sustentam o problema e que impeçam mudanças. Nesta etapa são realizadas três análises: da conjuntura (mapear as práticas sociais as quais o discurso faz parte e as práticas sociais ligadas ao problema ou que são consequências dele), da prática particular (centrar-se em uma prática ou selecionar algumas) e do discurso (voltada para a estrutura, trabalhando com as ordens do discurso, e para a interação, que faz a análise linguística de recursos do texto e suas relações com a prática social);
- verificar a função do problema na prática, ou seja, não só descrever os conflitos de poder em que o discurso está envolvido, mas também a função do problema na prática discursiva e social;
- explorar possíveis modos de ultrapassar os obstáculos, verificando possibilidades de mudanças para a superação dos problemas; e
- realizar uma reflexão sobre a análise, verificando se a pesquisa que está sendo desenvolvida realmente pretende realizar algum tipo de mudança na prática social.

É possível reparar que essa forma de análise não é voltada somente ao texto. Na valorização do não textual, o discurso passa a ser um elemento que forma a prática social com a mesma importância das relações sociais (disputa de poder e luta hegemônica), dos fenômenos mentais (crenças, valores e desejos, ou seja, campo da ideologia) e das atividades

⁴⁰ CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

materiais (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 38). Cada um desses elementos que formam a prática social, chamados momentos da prática, se articulam e rearticulam (nunca são estáveis), representando no nível do discurso a luta hegemônica existente.

Essas cinco etapas funcionam bem para serem aplicados no planejamento e estruturação da pesquisa. Tendo como referência o modelo metodológico de Lopes (1990), o proposto por Fairclough tem vários pontos em comum com os níveis teórico, em que ocorre a formulação da problemática teórica e da proposição de regras de interpretação, e metódico, em que há a estruturação do objeto de pesquisa e a determinação de métodos (LOPES, 1990, p. 107-110).

Ramalho e Resende (2013, p. 148) afirmam que a mais recente revisão da Análise Crítica do Discurso apresentada por Fairclough ocorreu em 2003 com *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. A intenção, ao recontextualizar conceitos da Linguística Sistêmica Funcional de Michael Alexander Kirkwood Halliday, que estuda os sistemas internos das línguas sob o foco das funções sociais, foi melhorar a análise textual em sua ACD.

Fairclough apresenta então três tipos de significado, que atuam simultaneamente em qualquer enunciado e representam formas de diálogo entre o discurso e a prática social: o significado acional (modos de agir), o significado representacional (modos de representar) e o significado identificacional (modos de ser). Ou seja, teremos a análise discursiva como um nível intermediário entre o texto (por meio dos gêneros, discursos e estilos) e o contexto (agir, representar e identificar).

Para entender a análise proposta, é preciso estar familiarizado com o significado de ordem do discurso⁴¹.

Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310)

Os discursos (no conceito mais concreto, ou seja, como maneiras particulares de representar parte do mundo), os gêneros e os estilos são os elementos de um sistema de redes

⁴¹ Ver nota 38 na p. 97.

de ordens do discurso. CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH (1999⁴², p. 63 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 47) afirmam que

[...] o sistema social da linguagem formado por ordens do discurso também constitui redes potenciais de opções, e, portanto, de significados. Entretanto, a rede de opções de ordens do discurso não é formada por palavras e orações (ainda que seja possibilitada por elas), mas, sim, por gêneros, “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular”, discursos, “tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”, e estilos, “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua identidade”.

Resende e Ramalho (2011, p. 44) definem:

Gêneros discursivos são, portanto, maneiras relativamente estáveis de agir e interagir discursivamente na vida social. Discursos são maneiras relativamente estáveis de representar aspectos do mundo, de pontos de vista particulares. Estilos, por fim, são maneiras relativamente estáveis de identificar, discursivamente, a si e a outrem.

É importante salientar que ordens do discurso organizam e transformam ordens sociais, orientando a variação linguística. Ao mesmo tempo, o discurso tem sua face como prática social, sofrendo, portanto, influência do contexto. O processo é cíclico.

As ordens do discurso organizam nossas ações discursivas, enquanto as ordens sociais regulam nossas práticas sociais. São fenômenos sincrônicos.

Fairclough, como relatado, trabalha com os elementos textuais gênero, discurso e estilo em sua proposta de ACD a partir de divisões que ele nomeou como “significados”.

O **significado acional** (modos de agir) é o responsável pela análise que liga o gênero com o agir. “Cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto” (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 62), ou seja, o texto (falado ou escrito) é visto como modo de (inter)ação em eventos sociais e um bom indicativo de relações de poder entre os interlocutores. É o caso, por exemplo, dos textos jornalísticos, religiosos e em consultas médicas, chamados por Chouliaraki e Fairclough (1999⁴³, p. 56 apud RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 63) de gêneros situados. No caso do gênero jornalístico, por exemplo, podemos ter divisões como a reportagem, a entrevista, a crônica e o artigo para ficarmos nos mais conhecidos.

⁴² CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

⁴³ Idem.

Na análise pelo significado acional, entre outros aspectos integrantes, levamos em consideração a intertextualidade/interdiscursividade, conceito elaborado a partir de Bakthin e a sua teorização da dialogicidade⁴⁴.

O **significado representacional** (modos de representar) está ligado ao discurso como forma de representação de perspectivas do mundo. As pessoas, com todas as suas características, têm diferentes relações com seus contextos, por isso, elaboram discursos característicos com suas identidades e com os contatos que mantêm com os outros.

Um mesmo fato ou fenômeno pode ser transformado em texto de diferentes maneiras (discursos), dependendo do contexto ideológico e social do enunciador. O uso do vocabulário e a forma de apresentação dos atores sociais são elementos que ajudam a identificar os variados discursos (RAMALHO; RESENDE, 2013, p. 71-76)

Por fim, o **significado identificacional** (modos de ser) está ligado a maneiras de identificar(-se) e está ligado ao conceito de estilo (identificação de atores sociais em textos, ou seja, aspectos discursivos do modo como o autor se identifica e identifica os demais). Deve-se destacar que a possibilidade de se identificar e identificar os outros leva à atribuição de valores, o que significa uma relação de poder intrínseca.

Nessa análise destacam-se a avaliação (afirmações avaliativas com juízos de valor), a modalidade (trabalha com intensidade, com o quanto os atores sociais se comprometem ao emitirem enunciados) e a metáfora.

Apesar das mudanças realizadas por Fairclough com o passar dos anos, a Análise Crítica do Discurso permanece, em sua essência, como uma forma de trabalhar o texto como parte da prática social.

O linguista inglês afirma (2012, p. 310) que as práticas sociais se relacionam e se organizam formando a ordem social, que pode possuir diversas naturezas (política, econômica, educacional, etc.). Por meio da ordem social, encontramos o pensamento e a organização das classes sociais de uma sociedade, com destaque para a classe hegemônica. O fato de a ordem social estabelecida se manifestar em ordem de discurso (aspecto semiótico de uma ordem social) permite que a sociedade produza discursos com as características da organização social vigente, ou seja, discursos das diferentes práticas sociais.

⁴⁴ Ver 3.1.1.1 na p. 86.

Vale retomar a afirmação de que o discurso, para Fairclough, não é apenas uma forma de representação das tensões sociais, mas também um lugar para exercer o poder, de luta para exercê-lo e, sobretudo, um meio de transformação social.

Entretanto, é necessário destacar que pelo acesso mais fácil aos diferentes conteúdos (informação) e gêneros discursivos, a classe hegemônica geralmente consegue a predominância de seu discurso e de seus interesses – o que significa exercitar e expressar seu poder (VAN DIJK, 2012, p. 44). Normalmente forma-se um ciclo em que os discursos reproduzem a ideologia das classes hegemônicas, ao mesmo tempo em que essa ideologia está imbricada em uma ordem social e em uma ordem de discurso.

Mas também há, na organização da ordem social, o discurso de transformação e combate ao discurso das classes hegemônicas.

Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310)

Na ACD, devemos considerar que a reprodução de uma ordem social por meio de uma ordem do discurso e a utilização do discurso pela classe hegemônica para manter o *status quo* não exclui a possibilidade de haver discursos contrários. Os discursos das classes subalternas, que nos apresentam possibilidades de mudanças, são as acima chamadas manifestações marginais, subversivas e alternativas.

Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação. Mas a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 311)

O ciclo que se retroalimenta, envolvendo a ordem social e a ordem do discurso, um influenciando o outro, está intrinsicamente ligado ao cotidiano dos indivíduos. É no dia a dia das pessoas que os discursos reproduzem ou transformam a ordem social.

3.2 As teorias do Cotidiano e das Representações Sociais

Discurso é texto e contexto. Indissociáveis. Essa premissa de Bakhtin foi recuperada por Fairclough. O “discurso é a língua *in actu*” de Bakhtin (2016, p. 117) gerou o “uso de linguagem como forma de prática social” de Fairclough (2016, p. 94).

As práticas sociais são “maneiras recorrentes”, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 15). Ramalho e Resende (2004, p. 186) simplesmente as definem como “modo de ação sobre o mundo e a sociedade”.

As proposições de Bakhtin e Fairclough nos levam ao discurso como elemento que forma o cotidiano, ao mesmo tempo que é influenciado por ele. A linguagem é “parte irreduzível da vida social, o que pressupõe relação interna e dialética de linguagem-sociedade” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 13). Chegamos, portanto, a mais um elemento de nosso quadro teórico: as teorias do Cotidiano.

3.2.1 Pensando o cotidiano com Heller e Certeau

Nos interessam nesta pesquisa as abordagens de Agnes Heller e de Michel de Certeau. Os pensamentos de ambos são bastante amplos, o que nos obriga a trabalhar com recortes da produção intelectual de cada um.

Nascida em 1929, Agnes Heller é uma filósofa húngara que foi aluna, assistente e colaboradora de Georg Lukács. Junto com pensadores do mesmo país, fez parte da chamada Escola de Budapeste, de linha marxista, atuante na segunda metade do século XX e que, inicialmente, se propôs a desenvolver a obra de Lukács. Posteriormente, seus integrantes chegaram a questionar o trabalho do mestre. O cotidiano e a história, de 1970, é o livro da autora que nos interessa.

“A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” (HELLER, 2008, p. 31. Grifo da autora). Dessa forma, a filósofa húngara deixa claro que é no cotidiano em que tudo acontece para todos, ou seja, é nele que encontramos desde os fazeres mais simples de nossa vida doméstica bem como as matérias-primas para a produção intelectual. Essa grande abrangência faz Heller afirmar que o cotidiano é heterogêneo (HELLER, 2008, p. 32).

Além de heterogêneo, o cotidiano teorizado de Heller é hierárquico. Dependendo do período histórico, cada atividade tem um valor ou ainda um determinado *status* na estrutura econômica e social vigente.

A partir desses dois pilares, Heller considera que está no cotidiano todos os elementos necessários para a vida em sociedade.

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as

habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. (HELLER, 2008, p. 33)

Partindo desse raciocínio, Heller explica que o processo de aprendizado para o viver inclui os mais simples hábitos das pessoas (como o beber utilizando copos ou comer usando pratos e talheres, por exemplo) até chegar à “assimilação imediata das formas do intercâmbio ou comunicação social” (HELLER, 2008, p. 33). É do cotidiano também que o homem retira elementos para a formação de sua linguagem, que, conforme abordado no capítulo sobre a *Análise Crítica do Discurso*⁴⁵, influenciará e determinará sua vida em sociedade.

Essa assimilação, esse “amadurecimento” para a cotidianidade, começa sempre “por grupos” (em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores. (HELLER, 2008, p. 34)

Essa abordagem sobre o amadurecimento nos permite utilizar o mesmo raciocínio no processo de formação da cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação, tratado no capítulo **2.1.1 As origens de uma cultura: os silvestres-*pet***⁴⁶. As pessoas expostas em seu cotidiano a familiares, vizinhos, comerciantes e matérias jornalísticas em que esse costume é considerado normal têm uma grande chance de reproduzir esse comportamento.

Neste ponto, Heller não segue pelo caminho da manipulação total do indivíduo por estruturas sociais como a família, a escola, o trabalho, a religião e tantas outras.

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral (por exemplo, a escolha entre tomar um ônibus cheio ou esperar o próximo); mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não o lugar a uma mulher de idade). Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade. (HELLER, 2008, p. 39-40)

Heller está afirmando que o homem (a individualidade) tem dois aspectos: o individual e o chamado humano-genérico. “A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico.” (HELLER, 2008, p. 34). O aspecto individual é o “eu”, em se procura satisfazer as necessidades básicas, como fome, sede, deixar de sentir dor, amar, ter paixões. O aspecto humano-genérico está relacionado à substância

⁴⁵ Ver capítulo 3.1 na p. 83.

⁴⁶ Ver p. 44.

humana e nele estão as características de seu grupo social e sua consciência do “nós” – e não mais do “eu” (HELLER, 2008, p. 35-36).

É fácil, para o indivíduo, fazer escolhas ligadas à satisfação das necessidades do “eu”. Essas opções estão ligadas ao cotidiano, ao já conhecido, e podem ser conscientes ou não. Em compensação, é preciso um esforço fora do cotidiano, deixando de lado a satisfação imediata do “eu” para atingir o aspecto “humano-genérico”. Afinal, é preciso uma ação consciente e fora do cotidiano para colocar em primeiro plano as necessidades e interesses de seu grupo social.

Heller (2008, p. 39) explica que os valores que se tornam referência para o protagonismo do aspecto humano-genérico do indivíduo está na ética.

As exigências e normas da ética formam uma *intimação* que a integração específica determinada (e a tradição do desenvolvimento humano) dirige ao indivíduo, a fim de que esse submeta sua particularidade ao genérico⁴⁷ e converta essa intimação em motivação interior. A ética como motivação (o que chamamos de moral) é algo individual, mas não uma motivação particular: é individual no sentido de atitude livremente adotada (com liberdade relativa) por nós diante da vida, da sociedade e dos homens. (HELLER, 2008, p. 39)

Percebe-se que, apesar de a escolha poder envolver situações mais ou menos cotidianas, ela existe como possibilidade e, quando envolve mudanças mais profundas, depende de um esforço fora do cotidiano, de parar, refletir e decidir sem automatismos. Tal esforço, quando consciente de estar na direção do humano-genérico e renunciando ao “eu”, é a chamada *catarse*⁴⁸ (HELLER, 2008, p. 42). Deixa-se assim o indivíduo heterogêneo (eu e o humano-genérico) e se aproxima do homogêneo (quase todo do humano-genérico).

A existência desses momentos conscientes de esforço fora do cotidiano, a *catarse*, nos permite apresentar uma diferença basilar entre as abordagens de Heller e Michel de Certeau.

⁴⁷ Submeter o particular ao genérico significa, em Heller (2008, p. 39-40), caminhar no sentido da ética vigente, no sentido dos valores do chamado humano-genérico, que está acima da cotidianidade.

⁴⁸ A definição de Heller para *catarse* vai ao encontro a de Antonio Gramsci: “Pode-se empregar a expressão “*catarse*” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da *práxis*; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 1999, p. 314-315).

Pensador francês nascido em 1925, Certeau era jesuíta. Sua obra transita por diversos campos da Ciência, entre eles a História, a Antropologia, a Linguística, a Filosofia e a Psicanálise. A invenção do cotidiano: Artes de fazer, de 1990, é o trabalho que nos interessa.

“Este ensaio é dedicado ao homem ordinário.” Certeau (2014, p. 55) já deixa claro, logo no início de sua dedicatória, sobre qual universo simbólico pretende atuar. O cotidiano do autor é tratado como uma cultura formada pelas “artes de fazer”. Para ele, não basta identificar atos e ações realizadas no dia a dia, mas interpretar o contexto para conhecer qual o efeito aquele fato fez surtir no indivíduo. Para ele, não basta somente identificar objetos e representações sociais como fazem alguns estudiosos e pesquisadores, é “necessário balizar o uso que deles fazem grupos ou os indivíduos.” (CERTEAU, 2014, p. 38).

Por exemplo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. (CERTEAU, 2014, p. 38)

Entretanto, esse uso não está evidente.

A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de “produção” (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. (CERTEAU, 2014, p. 38-39)

Essa ação totalitária que busca impedir a expressão das interpretações feitas pelo homem ordinário é o mesmo processo a que se refere a Análise Crítica do Discurso ao explicar a elaboração do discurso pela classe hegemônica para manter o *status quo*. A ACD afirma que a classe hegemônica tenta reproduzir a ordem social vigente por meio de uma ordem do discurso, o que é facilitado pelo fato dela ter acesso a meios de difusão para a sociedade – o que não exclui, nesse processo todo, a possibilidade de haver discursos contrários.

O objetivo de Certeau, ao abordar o cotidiano na obra acima citada, é exumar (verbo utilizado por ele) e entender a cultura que coloca os indivíduos como dominados, “o que não quer dizer passivos ou dóceis.” (CERTEAU, 2014, p. 38). Para ele, sempre há uma interpretação nas artes de fazer. “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2014, p. 38), ou seja, o consumo de bens simbólicos sempre gera apropriações e ressignificações que não são controladas pelo emissor/produtor.

Nesse ponto, fica clara a diferença que queremos destacar da teoria de Heller e seu processo de interpretação dos fatos e fenômenos sociais a partir de episódios com a suspensão do cotidiano para, a partir de parâmetros éticos, buscar o humano-genérico (catarse).

Certeau defende a ideia de haver interpretação constante pelo indivíduo, o que também permite a possibilidade da existência de reação ao processo de dominação. No raciocínio dele, os detentores do poder não conseguem garantir uma leitura homogênea e uniforme do produto simbólico que produzem por toda a sociedade. O processo de submissão de indígenas durante a colonização espanhola no continente americano é um exemplo metafórico utilizado pelo autor para explicar o potencial de reação ao discurso totalitário.

[...] mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (Isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregar-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. (CERTEAU, 2014, p. 89)

Certeau (2014, p. 89) afirma que o mesmo processo se dá, ainda que em menor grau, no uso que as camadas mais populares da sociedade fazem das culturas difundidas pelas “elites produtoras de linguagem.” Para os produtos culturais, essas elites chamam tal processo de “vulgarização” ou “degradação”. Mas essa elaboração simbólica seria, segundo o autor, apenas uma revanche caricatural e parcial contra o poder dominador.

Seja como for, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da “ordem” que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles.

Deve-se portanto analisar o uso que se faz deles. (CERTEAU, 2014, p. 90)

Em comum entre Heller e Certeau, e que nos interessa bastante, está o fato de o ser humano, inclusive os mais fracos, ter potencial e possibilidade de realizar transformações na sociedade a partir de seu cotidiano.

3.2.2 As representações sociais de Moscovici

Romeno naturalizado francês, Serge Moscovici tem sua obra trabalhada tanto pela Psicologia (seu campo de formação e atuação) como na História e as Ciências Sociais. A teoria das Representações Sociais, que nas últimas décadas tem influenciado pesquisadores na Europa e nas Américas, incluindo o Brasil (OLIVEIRA, 2004), foi publicada pela primeira vez em 1961, na tese de doutorado do pesquisador (*La psychanalyse, son image, son public*).

A teoria das Representações Sociais é parte de uma corrente da Psicologia chamada Psicologia Social. Para formulá-la, Moscovici recorreu ao conceito de representações coletivas de Émile Durkheim, do final do século XIX.

Segundo Oliveira (2012a, p. 71), “as representações podem representar qualquer coisa, ou seja, qualquer objeto pode ser mentalmente representado. As representações são assim funções mentais. Representando, fazemos viver o mundo.” Durkheim elaborou dois conceitos distintos envolvendo essas funções mentais: as representações coletivas e as representações individuais.

As representações coletivas “sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. É, portanto, inicialmente, uma forma de conhecimento socialmente produzida.” (OLIVEIRA, 2012a, p. 71). Elas são responsáveis pela coesão social por serem resultantes dos laços sociais que os homens estabelecem entre si. Pelo fato de resultarem de um esforço coletivo, essas representações têm autonomia das representações individuais.

A existência, na teoria de Durkheim, dessa separação entre representações coletivas e representações individuais fez com que a primeira fosse objeto da Sociologia e a segunda da Psicologia. Objetos diferentes passaram a ser tratadas em disciplinas distintas.

Apesar de ter as representações coletivas como uma de suas fontes para a elaboração da teoria das Representações Sociais, Moscovici não é um herdeiro ou continuador dessa linha de trabalho de Durkheim. Entre as perspectivas defendidas por ambos há uma diferença fundamental: enquanto a teoria das representações coletivas é responsável pela manutenção da coesão social, obrigando e forçando a conservação de uma unidade identitária (analogia orgânica, em que o problema jamais está no todo, mas nas partes/órgãos, que devem ser tratados), a teoria das Representações Sociais advoga pela existência de mudanças na sociedade e pelo entendimento de como essas modificações acontecem (DUVEEN, 2010, p. 14-15). Essa possibilidade de modificações sociais vai ao encontro das ideias de Agnes Heller, com sua catarse, e de Michel de Certeau, com as interpretações e ressignificações constantes e não episódicas.

Segundo Sá (1996, p. 30), Moscovici sempre evitou elaborar uma definição precisa para as representações sociais por considerar que a concisão poderia restringir o alcance conceitual da teoria. Entre as diversas formas de explicá-la, Sá destacou uma, apresentada pelo próprio Moscovici:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1981, p. 181⁴⁹ apud SÁ, 1996, p. 31)

Duveen (2010) define, sinteticamente:

As representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros. (DUVEEN, 2010, p. 8)

Em Jodelet (2001),

Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (JODELET, 2001, p. 17)

As representações sociais, portanto, nos apresentam maneiras de pensar e interpretar o cotidiano, em que indivíduos e grupos definem formas de conceituar e de agir, enfim, de se posicionar perante situações e objetos. Elas são mediadoras do comportamento humano no cotidiano das pessoas na sociedade; são o senso comum.

Para Moscovici (2010, p. 33), as pessoas comuns, que não contam com o auxílio de instrumentos científicos, ou seja, do embasamento da Ciência, analisam o mundo de uma maneira semelhante, pois todas as informações que conseguem já possuem algum grau de distorção (interpretação) presente em representações sociais vigentes e impostas a objetos e pessoas. Além de atrelada a nossa capacidade cognitiva, a leitura de mundo que desenvolvemos fica, portanto, moldada a elementos (representações) a que estivemos e estamos expostos nos ambientes familiar, escolar, religioso, etc. É o que Heller (2008, p. 34) chamou de amadurecimento.

As representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância, desde o dia em que

⁴⁹ MOSCOVICI, Serge. On social representations. In: FOREGAS, Joseph Paul (Ed.). **Social cognition: perspectives on everyday understanding**. London: Academic Press, 1981. p. 181-109.

a mãe, com todas as suas imagens e conceitos, começa a ficar preocupada com o seu bebê. Estas imagens e conceitos são derivadas dos seus próprios dias na escola, de programas de rádio, de conversas com outras mães e com o pai e de experiências pessoais e elas determinam seu relacionamento com a criança, o significado que ela dará para seus choros, seu comportamento e como ela organizará a atmosfera na qual ela crescerá. A compreensão que os pais têm da criança modela sua personalidade e pavimenta o caminho para sua socialização. (MOSCOVICI, 2010, p. 108)

Essa relação do eu com o restante do mundo é sempre mediada pelas representações sociais. Moscovici (2010, p. 33) conclui, portanto, que essa mediação faz com que pessoas e objetos se tornem parcialmente inacessíveis e que os conheçamos de forma vaga, distorcida.

Durante nosso processo de formação, somos expostos às informações dos locais em que vivemos, aos ensinamentos e aos exemplos fornecidos por nossos pais, familiares e professores, aos comportamentos veiculados pelos meios de comunicação de massa e à uma série de outras situações que acabam nos fornecendo modelos integrantes de representações sociais (hábitos, culturas e comportamentos). Criamos então categorias, que serão utilizadas para comparar e classificar todos os estímulos externos a que somos expostos em nosso dia a dia. Esse mecanismo é fundamental para que nossas respostas aos estímulos externos do cotidiano sejam rápidas e a vida siga no ritmo que conhecemos.

Nesse processo instantâneo de análise, o que nos parece familiar é, então, um indicativo de que a representação social daquele estímulo externo (pessoa, objeto ou situação) já estão presentes em nós para aquele contexto (MOSCOVICI, 2010, p. 34-35). Ou seja, já havíamos criado uma categoria, permitindo o entendimento e impedindo uma repulsa ou estranhamento iniciais.

Chegamos, portanto, ao ponto em que fica clara a existência de duas abordagens para as representações sociais: uma como produto e outra como processo. De acordo com Jodelet (2001, p. 22), “as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e como processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade.”

Enquanto produto, as representações sociais são as ideias de objetos e fenômenos sociais que nos são passadas pela coletividade em nosso cotidiano (o senso comum), já na abordagem enquanto processo, as representações sociais são o caminho em que indivíduos e grupos transformam algo estranho e desconhecido em algo próximo, conhecido e previsível; o que é feito por meio de duas ferramentas: a objetivação e a ancoragem (MOSCOVICI, 2010).

Na objetivação, o indivíduo dá concretude a um determinado conceito, acoplando imagens reais, concretas e compreensíveis de sua história e de seu cotidiano aos novos esquemas conceituais com os quais tem de lidar. Realizada a objetivação, é feita a ancoragem, isto é, “classificar e dar nome a alguma coisa” (MOSCOVICI, 2010, p. 61). A ancoragem tenta classificar o novo conceito em alguma categoria já existente em nosso universo de conhecimento, tornando-o, finalmente, familiar. Vale ressaltar que, quando o indivíduo não consegue realizar tal classificação (ancoragem), surge a resistência e um distanciamento desse objeto ou conceito. Não existe neutralidade.

Moscovici explica que a “finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar” (2010, p. 54).

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que sempre aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias. A mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite o murchar do diálogo, sob o peso da repetição. (MOSCOVICI, 2010, p. 54-55)

A chance de haver mudanças, segundo Duveen (2010), existe e faz parte do processo de familiarização de algo novo ou de alguém novo. Ele afirma que, quando alguma representação social não consegue assimilar um conceito ou situação até então desconhecido, por exemplo, ocorre uma ruptura que força a ocorrência de alteração.

Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem. Em outras palavras, nestes pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto onde o não-familiar aparece. E, do mesmo modo que a natureza detesta o vácuo, assim também a cultura detesta a ausência de sentido, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não-familiar, e assim restabelecer um sentido de estabilidade. (DUVEEN, 2010, p. 15-16)

Sobre as mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas, é interessante lembrar que já abordamos as propostas de Heller e de Certeau⁵⁰. E Moscovici (2010, p. 44-45) vai ao encontro das teorias do Cotidiano já apresentadas a partir de dois aspectos. Primeiro, ele considera que a mente humana não é uma caixa-preta que simplesmente recebe informações e estímulos para serem transformados em gestos, juízos e opiniões previsíveis, mas que possui vida e atividade próprias. A loucura é um exemplo dessa imprevisibilidade. Segundo,

⁵⁰ Ver 3.2.1 Pensando o cotidiano com Heller e Certeau, na p. 103.

Moscovici refuta a teoria da total manipulação de grupos e pessoas realizada pela ideologia dominante por meio de mecanismos do estado, da igreja ou da escola, por exemplo.

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento”. (MOSCOVICI, 2010, p. 44-45)

Deve-se destacar que a possibilidade de mudança não significa a eliminação das diferenças e das variadas representações sociais. Na teoria de Moscovici (2010, p. 79), o ponto de partida é a diversidade de indivíduos, atitudes e fenômenos, que ao conviverem causam estranhamento e imprevisibilidade. “Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e os grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2010, p. 79).

Se fizermos uma aproximação com a Análise Crítica do Discurso, concluiremos que as diferentes representações sociais sempre existirão, pois os pontos de vista (a ideologia) dos integrantes da classe hegemônica são diferentes dos encontrados nas demais classes da sociedade. Isso nos leva a ter diferentes discursos, que organizados em uma determinada ordem dos discursos representam a ordem social vigente.

Fairclough (2016, p. 28) destaca que “as relações entre a mudança discursiva, social e cultural não são transparentes para as pessoas envolvidas” e deve-se evitar a imagem de que essa mudança é linear, de cima para baixo. Ele afirma existir a possibilidade de pessoas resistirem às mudanças vindas de cima, bem como também pode ocorrer delas se apropriarem do novo discurso. É o mesmo raciocínio de Moscovici, com a reação ao não-familiar, e de Certeau quando afirma que os detentores do poder não conseguem garantir uma leitura homogênea do produto simbólico que produzem por toda a sociedade, havendo, portanto, uma releitura com nova utilização.

Jodelet (2009, p. 698-699) destaca que as representações sociais podem, dependendo da forma que circulam na sociedade, contarem com a adesão por concordância pelos indivíduos ou com a adesão por submissão, consequência de constrangimentos e jogos de poder. E a imprensa tem seu papel nessa possibilidade de transformação das pessoas. Basta verificar o papel dos meios de comunicação de massa na formação e na divulgação de

representações sociais, bem como no processo de amadurecimento dos indivíduos (HELLER, 2008, p. 34), para entendermos a importância e a dimensão deles e seu potencial para a promoção de mudanças. Segundo Jodelet (2002, p. 22), as representações sociais atuam no sentimento de pertencimento afetivo e normativo dos indivíduos, que as interiorizam por meio de experiências, práticas, modos de condutas e pensamentos transmitidos no convívio social ou pela comunicação social.

Moretzsohn (2007), baseando-se na premissa de que “o jornalismo se justifica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer os cidadãos” (MORETZSOHN, 2007, p. 25), defende que a imprensa tem de “oferecer informações confiáveis para que o público tire suas próprias conclusões” (MORETZSOHN, 2007, p. 29). Para ela, permitir que o homem, sujeito, pense por si a partir das informações coletadas em seu cotidiano, o que inclui o acesso ao noticiário, é facilitar a possibilidade da ocorrência da ressignificação (seja na visão de Moscovici, Heller ou de Certeau).

Mas, para tanto, o jornalista precisa estar atento em não ser um mero repetidor. Ele deve abandonar o lugar-comum do profissional forjado para “relatar fatos”, ideia essa baseada na alegação de que “contra fatos, não há argumentos” (MORETZSOHN, 2007, p. 25).

Assim como Heller (2008), Certeau (2014) e Moscovici (2010) afirmam existir possibilidades de mudanças na sociedade a partir do cotidiano, Moretzsohn (2007) considera factível ocorrer essas ressignificações no universo jornalístico. É o “pensar contra os fatos”.

Pensar contra os fatos é não desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreendê-los em sua complexidade, contrariando o processo de naturalização que nos faz aceitá-los sem considerá-los, pois é essa inconformidade em aceitar o mundo “tal qual é” que conduz à formulação de perspectivas capazes de modificá-lo. (MORETZSOHN, 2007, p. 25)

Apesar de considerar a existência da possibilidade de mudanças em diversas teorias, Moretzsohn (2007) critica Certeau e milita em favor da visão de Heller. Sobre o trabalho do pensador francês para “identificar, nas múltiplas habilidades das pessoas comuns, práticas de resistência intuitivas, ‘astúcias’ que negariam a passividade no consumo de bens materiais ou simbólicos” (MORETZSOHN, 2007, p. 39), ela afirma:

O que poderia ser um estimulante exercício de investigação da complexidade existente na relação entre produção e consumo, dilui-se, porém, num delirante elogio das “vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ [...]”. De Certeau não desconhece, por certo, o “poder dominador da produção”, mas sua aposta na maneira pela qual os consumidores reelaboram e utilizam o que lhes é oferecido (ou imposto) acaba por apagar a relação de dominação. (MORETZSOHN, 2007, p. 40-41)

Moretzsohn ainda observa que

[...] toda a argumentação gira em torno do elogio ao voluntarismo e à intuitividade rebelde dos “fracos”, sem qualquer consideração quando à evidência de que o marginal ou subalterno só poder tirar proveito de sua situação ao preço de permanecer nela. E é claro que não se diz uma única palavra a respeito das “astúcias” da classe dominante, ainda que boa parte delas esteja consagrada nos aparatos legais. (MORETZSOHN, 2007, p. 41-42)

Para ela, a teoria de base marxista de Heller (2008), com a suspensão da cotidianidade em um processo de catarse, contribui para a ocorrência de ressignificações.

Considerando que seu objeto são os fatos imediatos do cotidiano transformados em notícias, que por sua vez retornam a esse cotidiano, seria possível afirmar a particularidade do jornalismo como atividade marcada por um cotidiano exercício da suspensão, no qual o jornalista precisa empregar “toda a sua força” para realizar sua tarefa. (MORETZSOHN, 2007, p. 238)

Pensar contra os fatos é ir na direção contrária à ordem social e, portanto, à ordem do discurso que pode atuar como ferramenta de construção e manutenção de uma sociedade pensada pelas classes hegemônicas e que transmite, pelos meios de comunicação de massa, suas representações sociais.

Sobre o papel das representações sociais, Duveen (2010) explica:

Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros. (DUVEEN, 2010, p. 8)

Mas será que a Folha de S. Paulo e O Globo, os dois jornais diários nacionais de maior circulação no Brasil, agem dessa forma quando o assunto é a cobertura do tráfico de animais silvestres? Ou será que eles compactuam com o *status quo*, reforçando a cultura e as representações sociais hegemônicas existentes?

O senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado. Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que, enraizadas no olho da mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão constantemente sendo retocadas. No processo, a estocagem de representações sociais, sem a qual a sociedade não pode se comunicar ou se relacionar e definir a realidade, é realimentada. (MOSCOVICI, 2010, p. 95)

4 MERGULHANDO NOS TEXTOS

Chegamos à fase da descrição de nossa pesquisa. É o momento em que se “faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise.” (LOPES, 1990, p. 129)

É nessa fase que realizamos a organização, a crítica e a classificação dos dados coletados na fase da observação⁵¹ (LOPES, 1990, p. 123-129) para, em seguida, efetuarmos procedimentos analíticos.

4.1 Busca, seleção e classificação dos textos: trabalhando com números

Nossa proposta inicial, apresentada inclusive no projeto de pesquisa, era trabalhar com os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. A abordagem proposta restringia-se à análise da cobertura promovida pelos dois maiores impressos diários paulistas durante o ano de 2014. Mas, assim que começamos a selecionar os textos para a construção do corpus, verificamos que havíamos feito escolhas inadequadas.

A busca por textos (fase da observação) foi realizada nas páginas dos acervos digitais de ambos os jornais em seus sites. Inicialmente, procuramos edição por edição, verificando todas as páginas. Apesar de muito trabalhosa, a técnica tinha o mérito de reduzir as chances de deixarmos de encontrar alguma matéria publicada. Mas, logo que terminamos o levantamento das publicações de 2014, constatamos que havia uma quantidade pequena de material para ser posteriormente analisado. Decidimos então ampliar o período dos jornais analisados para cinco anos, sendo definido o intervalo entre 2010 e 2014.

Não cogitamos utilizar material veiculado após 2014, pois tínhamos como meta concluir a etapa de constituição do corpus no primeiro semestre de 2015. Esse limite também permitiu realizar o levantamento de textos apenas no material já inserido no acervo, evitando um processo de acompanhamento das edições publicadas simultaneamente à etapa de procura e coleta de material.

Ainda na etapa de formação do corpus para análise, realizamos mais uma mudança: trocamos o jornal O Estado de S. Paulo pelo diário fluminense O Globo. O processo de decisão para essa alteração começou com a constatação de que a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo haviam publicado uma quantidade pequena de textos de nosso interesse em 2014.

⁵¹ A fase da observação objetiva a coleta de dados e de evidências concretas dos fenômenos em estudo. Dependendo da natureza da pesquisa, técnicas diferentes são aplicadas ou até combinadas, como questionários, entrevistas, observação direta, observação indireta e tantas outras. (LOPES, 1990, p. 123-129)

Consideramos, então, a possibilidade de o fato repetir-se nos demais anos da pesquisa e tomamos a decisão de substituir um dos dois jornais. Para isso, definimos que passaríamos a trabalhar também com veículos de fora do Estado de São Paulo e solicitamos ao Instituto Verificador de Comunicação (IVC) o *ranking* de 2014⁵² dos jornais diários brasileiros pelo critério de circulação, em que são somadas as quantidades de impressos (venda avulsa mais assinaturas) e de assinantes da versão digital. Naquele ano, a Folha de S. Paulo foi o jornal líder, com uma circulação média diária de 351.745 exemplares (8,48% do mercado nacional) e O Globo foi o segundo colocado, com uma circulação média diária de 333.860 exemplares (8,05% do mercado nacional). Tais dados alicerçaram nossa escolha pela Folha de S. Paulo e por O Globo, os jornais com maior circulação média diária do país e que também tinham a característica de serem veículos de circulação nacional e não apenas restritos a seus Estados de origem.

As mudanças realizadas nos obrigaram a fazer uma modificação na técnica de busca de textos. Com a ampliação do período de pesquisa para cinco anos (2010 a 2014), ficou claro que seria inviável procurar o material sobre tráfico de fauna silvestre e criação doméstica de animais silvestres página por página em todas as edições dos dois jornais. Decidimos, então, utilizar as ferramentas de pesquisa por palavras e datas de cada um dos sites dos acervos digitais de ambos os veículos.

Para o jornal Folha de S. Paulo, o acervo é acessado pelo endereço <https://acervo.folha.com.br> (entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016, quando essa etapa foi realizada, o endereço era <http://acervo.folha.uol.com.br>). Já para O Globo, o acesso é pelo endereço <http://acervo.oglobo.globo.com>.

Para realizar a busca pelos textos, foram utilizadas as seguintes expressões/palavras-chave: tráfico de animais, tráfico de animais silvestres, tráfico de fauna, tráfico de fauna silvestre, mercado negro de animais, mercado negro de animais silvestres, comércio ilegal de animais, comércio ilegal de animais silvestres, comércio ilegal de fauna, comércio ilegal de fauna silvestre, traficante de animal, animal silvestre, animal selvagem, comércio de animal, comércio de fauna, animal em cativeiro, bicho de estimação, apreensão de animal, ave + Ibama, ave + autorização, ave + apreendida, ave + polícia, pássaro + Ibama, pássaro + autorização, pássaro + apreendido, pássaro + polícia, passarinho, papagaio, primata, macaco + Ibama, macaco + polícia, macaco + apreendido, macaco + autorização, Cetas, Cras, gaiola +

⁵² O ranking de 2014 do IVC está disponível no Anexo A, na p. 317.

ave, gaiola + pássaro, jabuti, iguana, tartaruga + apreensão, tartaruga + Ibama, tartaruga + tráfico, jiboia, arara + Ibama, arara + polícia, arara + apreendida, arara + autorização, biopirataria, elefante + marfim, rinoceronte + chifre, tigre + caça, pangolim (nome popular de mamíferos de sete espécies que possuem escamas no corpo e vivem em zonas tropicais da Ásia e da África) e lóris (nome popular de oito espécies de primatas que habitam parte da Ásia). O uso das palavras rinoceronte, chifre, elefante, marfim, tigre, pangolim e lóris é explicado pelo fato de estarem contextualizadas no tráfico internacional de animais e suas partes. Todas as palavras e expressões também foram pesquisadas no plural.

Concluída a fase de coleta de textos, obtivemos o seguinte resultado: 254 matérias, sendo 102 da Folha de S. Paulo e 152 de O Globo.

Separando por ano, temos:

Gráfico 1 – Total de textos sobre tráfico de animais e criação em cativeiro doméstico da Folha de S. Paulo e O Globo entre 2010 e 2014

Fonte: o autor

Número de textos ano a ano encontrado nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período de 2010 a 2014, além do total encontrado por veículo no mesmo período.

Com o corpus de textos definido, foi possível iniciar as análises quantitativas e qualitativas por tema (para a formação de categorias e classificação) que permitiram identificar as diferentes abordagens da cobertura do tráfico de fauna e da criação de silvestres

como bichos de estimação e verificar qual é a abordagem predominante de cada um dos jornais. Nessa etapa, por meio da leitura dos conteúdos, foram identificados os pontos em comum entre eles para formação de categorias. A divisão em grupos também serviu para a seleção do material que foi submetido à Análise Crítica do Discurso, na etapa de estudo qualitativo realizado nos textos.

Foram elaboradas as seguintes categorias: (I) Repressão, (II) Biopirataria, (III) Comportamento, (IV) Destinação, (V) Produtos Culturais, (VI) Legislação, (VII) Conservação/Pesquisa, (VIII) Espécies Invasoras, (IX) Tráfico Geral e (X) Outros. Explicando cada uma, temos:

I – Repressão: textos em que predomina a ação dos órgãos de fiscalização e controle do poder público na repressão do tráfico, seja na esfera criminal (o que inclui a privação de liberdade e multa) ou ainda na apreensão de animais, de suas partes (penas, peles, garras, dentes, etc.) e de seus subprodutos (como peças de decoração e de vestuários feitas, sem autorização, com partes de animais silvestres, por exemplo).

II – Biopirataria: textos em que a abordagem predominante é a retirada de animais silvestres e/ou seus subprodutos (como peçonha de cobras ou material genético) para servirem de matéria-prima para pesquisas científicas e desenvolvimento de produtos em faculdades, universidades, laboratórios privados e empresas.

III – Comportamento: textos em que a abordagem predominante são os hábitos e os comportamentos das pessoas em seus cotidianos que incentivam a cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação e, conseqüentemente, o tráfico de fauna.

IV – Destinação: textos que enfocam, principalmente, as instituições que recebem animais silvestres apreendidos em operações de repressão do tráfico e da manutenção ilegal de fauna silvestre em cativeiro doméstico e que abordam os projetos de devolução dos animais aos seus ecossistemas de origem (revigoramento populacional e reintrodução).

V – Produtos Culturais: textos que tratam da produção artística, de trabalhos para a indústria do entretenimento ou de eventos culturais. Encontramos material que aborda documentário, animação infantil para cinema, jogo de vídeo game, resumos de capítulos de novela, peça de teatro, exposição, além de notas sobre palestras, sobre bastidores de ensaio fotográfico de revista masculina e sobre campanhas publicitárias.

VI – Legislação: textos em que a legislação sobre o tráfico de animais, a criação doméstica de animais silvestres e questões relacionadas, como casos discutidos judicialmente, são os temas

predominantes. Estão incluídos nesse grupo material que trata de leis, decretos, resoluções, instruções normativas e as demais formas de reger e ordenar juridicamente a questão, bem como propostas do Legislativo e do Executivo para a alteração do regramento oficial existente.

VII – Conservação/Pesquisa: textos em que o tema principal são projetos de conservação ou pesquisas científicas em que o tráfico de fauna e a manutenção ilegal de animais silvestres como bichos de estimação são citados ou são parte do trabalho desenvolvido.

VIII – Espécies Invasoras: textos em que o tema central são as espécies invasoras, ou seja, aquelas que foram introduzidas em uma região onde não ocorriam naturalmente, o que acontece quando animais escapam dos traficantes, das autoridades ou do cativeiro, ou ainda quando são soltos propositalmente pela pessoa que os comprou e se arrependeu. Tal situação pode gerar uma série de problemas ambientais.

IX – Tráfico Geral: textos em que o tráfico de fauna é abordado de forma geral, sem haver o aprofundamento de algum de seus aspectos.

X – Outros: textos de diferentes temáticas que acabaram sem categoria específica. Eles abordam diversos assuntos relacionados ao tráfico de fauna, mas que, por serem únicos em seu tema, não justificaram a criação de um grupo.

Realizadas a leitura e a classificação dos textos para a formação das categorias, foi possível ranquear os grupos a partir da quantidade de material de cada um. A intenção foi identificar qual o tipo de abordagem é mais comum para cada veículo.

Essa categorização dos textos nos forneceu uma primeira informação importante: a cobertura de ações de fiscalização e repressão ao tráfico de fauna silvestre e à criação ilegal de animais silvestres como bichos de estimação predomina, quantitativamente, nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Dos 254 textos que formam o corpus da pesquisa, 77 foram enquadrados na categoria Repressão (30,31%). A Folha de S. Paulo publicou 33 deles (42,85% do total da categoria) e O Globo 44 (57,14% do total da categoria).

A segunda categoria com mais textos foi a Biopirataria. Identificamos 31 (12,20%) com essa linha de conteúdo, sendo 6 na Folha de S. Paulo (19,35% do total da categoria) e 25 em O Globo (80,64% da categoria).

A terceira categoria no *ranking* foi a Comportamento. Identificamos 30 (11,81%) com essa linha de conteúdo, sendo 17 na Folha de S. Paulo (56,66% do total da categoria) e 13 em O Globo (43,33% da categoria).

As categorias Destinação e Produtos Culturais empataram com 24 textos cada (9,44% do total). Para uma melhor organização, definimos aleatoriamente que ambas ficariam em quarto lugar. Na categoria Destinação, a Folha de S. Paulo publicou 9 (37,5% do total da categoria) e O Globo veiculou 15 (62,5% do total da categoria) e na Produtos Culturais, os dois jornais foram responsáveis por 12 textos cada (50% do total da categoria).

Na sexta posição ficou a categoria Outros, com 21 textos do total do corpus. A Folha de S. Paulo é responsável por 7 deles (33,33% do total da categoria) e O Globo por 14 (66,66% do total da categoria).

Em sétimo lugar está a categoria Legislação. Foram identificados 16 textos (6,29%), sendo 7 da Folha de S. Paulo (43,75% do total da categoria) e 9 de O Globo (56,25% do total da categoria).

A categoria Conservação/Pesquisa ficou em 8º, com 13 textos (5,11%). Desse total, 6 foram publicados na Folha de S. Paulo (46,15% do total da categoria) e 7 em O Globo (53,84% do total da categoria).

Espécies Invasoras ficou em 9º, com 12 textos (4,72%). Na Folha de S. Paulo foram publicados 5 (41,66% do total da categoria) e em O Globo foram veiculados 7 (58,33% do total da categoria).

Por último, em 10º, ficou a categoria Tráfico Geral, com 6 textos (2,36%). Todos os textos foram publicados em O Globo.

Gráfico 2 – Ranking das categorias

Fonte: o autor

As categorias estão em ordem decrescente pela quantidade de textos, da esquerda para a direita. A categoria Repressão foi a que teve o maior número total de textos (77), bem como em cada um dos jornais (33 na Folha de S. Paulo e 44 em O Globo).

Gráfico 3 – Ranking das categorias em porcentagem

Fonte: o autor

Ranqueamento das categorias em porcentagem com base no total de textos.

Outra constatação feita a partir da categorização foi que, além de predominar na soma dos textos da Folha de S. Paulo com os publicados em O Globo, a categoria Repressão também contou com a maior quantidade de material quando a referência é o ranking de cada

um dos jornais isoladamente. Essa informação afasta, portanto, qualquer possibilidade de o resultado de um jornal alavancar a categoria para essa posição, na hipótese de ela não ser representativa quantitativamente no outro jornal.

Essa distorção ocorre na categoria Biopirataria. Apesar de ela estar em segundo lugar no ranqueamento que considera a quantidade de textos, a distribuição deles não é proporcional entre os jornais. Dos 31 textos publicados sobre o tema, O Globo é o responsável por 25 deles (80,64%), enquanto a Folha de S. Paulo veiculou apenas 6 (19,35%). Há, portanto, uma clara preferência pelo assunto por parte do diário fluminense, o que não se reflete no outro diário. Essa diferença, se não for destacada, pode gerar a falsa impressão de que o assunto tem a mesma relevância para os dois veículos.

Em outras três categorias ocorre o mesmo fenômeno. Em Destinação, dos 24 textos, O Globo é responsável por 15 deles (62,5% do total da categoria) e a Folha de S. Paulo por 9 (37,5% do total da categoria). No grupo Outros, que conta com 21 textos, O Globo conta com 14 (66,66% do total da categoria) e a Folha de S. Paulo com 7 (33,33% do total da categoria). Por fim, dos 6 textos de Tráfico Geral, todos foram publicados em O Globo.

A ocorrência do desequilíbrio entre as quantidades de textos de cada um dos jornais das categorias Destinação e Tráfico Geral são relevantes por permitirem identificar as preferências dos jornais pelos temas que elas abordam. Já o fato de a categoria Outros ser formada por textos de temáticas diversas impede que se conclua haver uma predileção temática por algum dos veículos.

Gráfico 4 – Ranking das categorias da Folha de S. Paulo

Fonte: o autor

As categorias estão em ordem decrescente pela quantidade de textos, de cima para baixo. A categoria Repressão foi a que teve o maior número total de textos (33). A categoria Tráfico Geral não conta com textos. As categorias Legislação e Outros empataram em 5º lugar e as categorias Biopirataria e Conservação/Pesquisa em 7º.

Gráfico 5 – Ranking das categorias de O Globo

Fonte: o autor

As categorias estão em ordem decrescente pela quantidade de textos, de cima para baixo. A categoria Repressão foi a que teve o maior número total de textos (44). As categorias Conservação/Pesquisa e Espécies Invasoras empataram em 8º lugar.

Além de permitir identificar os diferentes enfoques na cobertura do tráfico de fauna e da criação de animais silvestres como bichos de estimação de cada um dos jornais e as preferências ou tendências de abordagens dos dois veículos, a categorização do material que compõe o corpus também auxiliou no processo de escolha dos textos a serem trabalhados pela Análise Crítica do Discurso e pela teoria das Representações Sociais. Cada grupo foi, então, dividido em subcategorias e delas foram selecionados os textos submetidos à análise qualitativa. A intenção, com essa nova formação de grupos, era descartar abordagens que não fossem interessantes e concentrar esforços na escolha de textos que realmente possam representar a diversidade de aspectos do problema.

A categoria Repressão ficou com as subcategorias Ação Pontual, Situacional e Circunstancial.

A categoria Biopirataria ganhou as subcategorias Fiscalização, Legislação e Circunstancial.

A categoria Comportamento passou a contar com as subcategorias Hábito, Cultura e Circunstancial.

A categoria Destinação, com as subcategorias Natureza, Cativo, Cetáceos e Circunstancial.

A categoria Produtos Culturais ficou com as subcategorias Vídeo, Teatro, Exposição, Game, Palestra, Publicidade e Impresso.

A categoria Outros foi dividida nas subcategorias Artigo, Óbito, Animais e Circunstancial.

A categoria Legislação ganhou as subcategorias Geral, Caso e Lei Específica.

A categoria Conservação/Pesquisa passou a contar com as subcategorias Circunstancial, Zoonoses, Genética, Biodiversidade e Listagens/Espécies.

A categoria Espécies Invasoras, com as subcategorias Papagaios, Várias, Tigres D'água, Pererecas e Micos.

A categoria Tráfico Geral recebeu as subcategorias Número-legenda/Frase/Fotolegenda e Geral.

Das 10 categorias, foram selecionados para análise 15 textos de oito delas. O processo de escolha e a apresentação de cada uma das subcategorias desses oito grupos estão

detalhados em **4.2.4 Analisando as matérias**⁵³. As categorias Produtos Culturais e Outros não tiveram textos selecionados.

As subcategorias da categoria Produtos Culturais são Vídeo, Teatro, Exposição, Game, Palestra, Publicidade e Impresso, indicando o tipo de meio de comunicação a que o texto se refere. Já a categoria Outros ficou dividida nas subcategorias Artigo (todos textos do articulista José Simão, da Folha de S. Paulo), Óbito (texto em homenagem a alguém que faleceu), Animais (textos em que o tema principal são espécies de animais vítimas do tráfico) e Circunstancial (textos que não abordam especificamente o tráfico de fauna, mas o citam em algum trecho).

4.2 A análise qualitativa

Nossa pesquisa buscou identificar como os jornais Folha de S. Paulo e O Globo enxergam o tráfico de animais silvestres, incluindo a criação doméstica de silvestres como bichos de estimação, entre 2010 e 2014. Trabalhamos, portanto, com textos variados publicados nos dois diários, ou seja, além das matérias jornalísticas, também separamos cartas de leitores, resumos de capítulos de novelas e todo e qualquer conteúdo que não fosse publicidade.

Conforme expusemos ao apresentar nossa base teórica no capítulo **3 Do universo metodológico, as teorias e os métodos**⁵⁴, nos propusemos a trabalhar com a Análise Crítica do Discurso (ACD) muito alinhada a Fairclough, com as Teorias do Cotidiano de Heller (2008) e de Certeau (2014) e com a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010). Neste capítulo, vamos desenvolver a análise dos textos e nossa principal ferramenta será a ACD.

Principal, mas não a única.

Além de trabalhar com a ACD, vamos utilizar elementos do discurso gráfico utilizados em jornais impressos. A intenção é conseguir mais indicações que ajudem a mensurar a importância dada a cada um dos textos naquela edição publicada.

Acreditamos também ser possível identificar a representação social ligada ao tema tráfico de animais que está sendo veiculada em cada uma das matérias. Por isso, estamos trabalhando com Moscovici. O conjunto das representações sociais de todos os textos nos

⁵³ Ver p. 131.

⁵⁴ Ver p. 81.

permitirá ter um bom indício sobre qual a mensagem, ou quais as mensagens, que a Folha de S. Paulo e O Globo passam para seus leitores sobre o mercado negro de fauna e a criação de silvestres como bichos de estimação. Tal informação somada à análise quantitativa realizada e à Análise Crítica do Discurso fornecerão subsídios suficientes para conhecermos o trabalho desenvolvido pelos dois jornais.

4.2.1 A Análise Crítica do Discurso como método

A Análise Crítica do Discurso não tem uma forma fixa e única para sua aplicação, conforme apresentamos em **3.1 A Análise Crítica do Discurso**⁵⁵. Essa característica é consequência do fato de a multidisciplinaridade da ACD permitir que, dependendo do objetivo da pesquisa, o analista utilize ferramentas e técnicas de diferentes teorias para atingir seu objetivo.

Entretanto, essa maleabilidade não significa ausência de parâmetros e regras. Vamos orientar nossa análise com base no trabalho de Fairclough. O processo de desenvolvimento da ACD do linguista britânico passou por algumas etapas⁵⁶, sendo necessário destacar que essa evolução não gerou fortes alterações em sua essência teórica. A cada etapa nova, encontramos elementos da anterior.

A base da aplicação da Análise Crítica do Discurso como método é o modelo tridimensional do discurso de 1998 e alterado em 1992. Esse modelo é formado pelas análises textual, da prática discursiva e da prática social.

Para a realização da análise textual, trabalha-se com o vocabulário (as palavras individualmente), a gramática, a coesão e a estrutura textual. Na análise da prática discursiva, nosso olhar estará nos tipos de discurso e nos seguintes elementos textuais: a força dos enunciados (que pode ser verificada, por exemplo, com os tipos de atos de fala como as promessas e ameaças), a coerência e o dialogismo. Por fim, a análise da prática social busca informações sobre a ideologia (por meio dos sentidos das palavras, metáforas, pressuposições e outros elementos) e sobre o quadro hegemônico montado (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, por exemplo).

O modelo tridimensional foi reelaborado e, em 2003, Fairclough publica sua mais recente versão da ACD. Nela, encontramos os significados acional, representacional e

⁵⁵ Ver p. 83.

⁵⁶ Ver 3.1.2 Detalhando o uso da Análise Crítica do Discurso na p. 93.

identificacional, que possuem muitos elementos em comum com a análise tridimensional e serão a referência metódica de nossa análise.

Entre os elementos que formam o significado acional, se destacam a intertextualidade, a coesão, as vozes do discurso (direto, indireto e indireto livre) e pressuposições. No significado representacional, verificamos o contexto ideológico e hegemônico como geradores de discursos. O uso do vocabulário e as formas de apresentação dos atores sociais, que podem ser personalizados por nomeação, generalização, agregação e coletivização, e impersonalizados por espacialização e instrumentalização, são analisados. Já o significado identificacional trabalha com metáforas e modulações que indicam probabilidades ou obrigatoriedades.

A impossibilidade de separar texto e contexto da ACD faz com que a identificação e a análise do momento histórico, da composição social, do quadro econômico e de outros tantos valores externos sejam extremamente importantes na análise. São esses elementos que ajudam a identificar ideologias e a construção hegemônica, informações fundamentais para que se elabore uma conclusão da análise feita.

4.2.2 Alguns elementos de análise do discurso gráfico de um jornal

Prado ([1971 ou 1972] apud SILVA, 1985, p. 39) afirma:

Nosso tempo é caracterizado pela descoberta da linguagem e do discurso, a consciência de que não há dizer natural. Em nenhum lugar se admite o inocente. É um tempo terrível, tudo tem significado. Até mesmo um discurso gráfico.

Tudo passou a ter significado e nada é feito sem querer. Tal afirmação aplica-se à confecção dos textos jornalísticos e também ao processo de disposição desses textos nas páginas dos veículos impressos.

Nosso trabalho não tem a intenção de abordar com profundidade detalhes sobre a importância de projetos gráficos, da diagramação e dos elementos gráficos usados pelos jornais na publicação das matérias. Afinal, essa não é nossa proposta. Para nossa abordagem, vamos destacar poucos pontos que consideramos ter bastante relevância para mensurar a importância das matérias.

Pretendemos aqui utilizar apenas algumas informações básicas que podem, sem que nos arrisquemos a realizar erros de interpretação, fornecer mais alguns elementos sobre a importância de cada matéria a partir do contexto em que se encontra, ou seja, a partir da edição e da página em que foi impressa.

Para Pivetti,

O domínio da organização das informações por sua disposição visual, dentro de um mesmo espaço físico, torna-se a chave instrumental do discurso e parte integrante do conteúdo jornalístico; sendo que este último pode ser concebido, única e exclusivamente, em função de sua percepção visual. (PIVETTI, 2006, p. 34)

Em nossa análise, destacamos:

- se a matéria foi citada em capa de caderno ou na capa do jornal;
- se a matéria foi publicada em página impar ou em página par; e
- se a matéria possui ou não fotografia ou alguma arte (imagens criadas para ilustrar, complementar ou substituir um texto, ou seja, infográficos, ilustrações ou charges).

Acreditamos que os itens acima nos fornecem, de forma rápida, informações importantes sobre a relevância dada às notícias pelo veículo jornalístico. Não entramos em outras possíveis interpretações que os três critérios, em conjunto com outros elementos gráficos, fornecem.

É possível afirmar que as matérias consideradas mais importantes (relevantes) para uma determinada edição do jornal recebem alguma menção/destaque nas capas de cadernos ou na capa do veículo. Esse recurso é utilizado para atrair a atenção do leitor, que, se interessado, buscará na matéria o conjunto de informações anunciado na chamada.

Tal procedimento também foi bastante utilizado como forma de atrair potenciais leitores a comprar o jornal em banca. Hoje, com a maior parte da tiragem impressa dos jornais destinada a assinantes e a distribuição das edições diárias dos grandes jornais em formato digital (com sites e aplicativos para acesso por meio de aparelhos móveis, como *tablets* e *smartphones*), a função comercial das capas dos jornais perdeu parte de sua importância. Apesar dessa função já não ser tão indispensável, citar uma matéria nas primeiras páginas dos jornais e dos cadernos (quando o recurso de capa de caderno existe no projeto gráfico do veículo) permite ao leitor ter um breve resumo do que há de mais relevante na edição impressa a que está tendo acesso (na perspectiva do veículo de comunicação em questão) e também tentar identificar a visão de mundo defendida pelo jornal.

Uma das finalidades do projeto gráfico de um jornal é atrair e manter a atenção do leitor junto à publicação, tornando a experiência de leitura das notícias fácil e agradável. A primeira página do jornal funciona como um convite à leitura ou à compra da edição e as páginas internas dão continuidade a essa experiência, oferecendo informações e entretenimento. (DAMASCENO, 2013, p. 11)

Esse processo de hierarquização das matérias ocorre em todo o jornal. Em cada editoria do veículo, o conteúdo produzido diariamente é dimensionado (tamanho) e distribuído no espaço das páginas destinado ao conteúdo jornalístico (que é definido após a venda dos anúncios) de acordo com a importância do tema abordado naquele momento/fechamento. (Damasceno, 2013, p. 20). Parte desse processo inclui definir se as matérias serão publicadas em página par ou em página ímpar e se, junto ao texto, haverá alguma fotografia ou arte.

4.2.2.1 Página ímpar e página par: diferentes importâncias

De acordo com Damasceno (2013, p. 31), historicamente e de modo geral, as páginas pares recebem as notícias menos importantes, enquanto nas ímpares são publicadas as mais relevantes. Tradicionalmente, tanto os jornalistas quanto os anunciantes consideram que as páginas ímpares são as primeiras a serem visualizadas pelos leitores quando é realizado o movimento de virada de página. É importante destacar que tal teoria vale para a ordem de leitura ocidental, em que as páginas pares são as páginas de entrada e as ímpares de saída e o movimento de leitura é da esquerda para a direita.

Contudo, o primado do lado direito sobre o esquerdo não é unanimidade entre os autores. De acordo com o que já foi abordado, em uma composição tudo é relativo, isto é, por mais que alguns padrões tendam a se sobressair, a condição do conjunto dos elementos é determinante para a percepção. (DAMASCENO 1993, p. 31)

Ainda assim, ao citar tal divergência, Damasceno (1993, p. 311) lembra que até autores que discordam da teoria de que a página ímpar é mais importante concordam ser ela amplamente aceita entre os editores de jornais.

4.2.2.2 A presença de fotografias e/ou artes

Silva (1985, p. 28) afirma que as artes gráfica e da palavra coexistem no jornalismo impresso. “O jornal é antes de tudo coisa que se vê; do todo se parte para os grandes títulos e para as ilustrações. Desce-se, depois, ao texto.” Novamente temos uma hierarquia de importância, sendo que, agora, tratamos as ilustrações (fotografias e artes) como elementos mais relevantes que o texto no processo de atrair a atenção do leitor.

Silva (1985) ainda afirma que as fotografias e as artes (que ele denomina ilustrações), além de embelezarem plasticamente as páginas,

carregam toda a carga emocional e informativa de uma ação ou de um fato qualquer, dispensando outro tipo de informação complementar, seja ele através de um texto, título ou legenda. (SILVA, 1985, P. 20)

Fotografias, portanto, têm potencial autonomia na produção de sentido e também são mais importantes que os textos quando utilizadas no processo de diagramação.

Torna-se lógico considerar que as matérias com ilustrações são mais importantes, o que nos faz considerar a presença ou não de fotografias e/ou artes como mais um bom indicativo de relevância do conteúdo publicado.

4.2.3 Identificando representações sociais

As representações sociais nos apresentam maneiras de pensar e interpretar o cotidiano. Por meio delas, indivíduos e grupos definem formas de conceituar e de agir, enfim, de se posicionar perante situações e objetos. Elas são instrumentos de mediação do comportamento humano no cotidiano em sociedade; são o senso comum ou algum conhecimento já reificado pela Ciência.

As informações que recebemos durante nosso processo de formação, seja na família, na escola ou pela imprensa, por exemplo, nos permitem formar as representações sociais. Mas como identificá-las nos textos a serem analisados?

Não há fórmulas ou regras fixas.

É importante ter claro que as representações sociais não são opiniões sobre determinado assunto ou tema. Elas são conceitos coletivos, aceitos por grupos sociais. Saber constatar isso é fundamental para não as retirar do plano coletivo e, inadvertidamente, leva-las para o campo individual.

Para identificar representações sociais, em nossa pesquisa baseada em textos⁵⁷, é preciso saber que elas estão lastreadas em fatores cognitivos e simbólicos e que necessariamente estão relacionadas a significações. Ou seja, elas representam alguma forma de pensamento vigente na sociedade.

Ajuda também, nesse processo de identificação, observar e conhecer um pouco do contexto ideológico, social e espacial do grupo que as produziu. Traços dessas informações estarão nos discursos e, conseqüentemente, aparecerão nas representações sociais.

⁵⁷ Em pesquisas com atividade de campo para identificação de representações sociais, o processo é o inverso. Ou seja, enquanto em nossa pesquisa partimos de matérias jornalísticas que já apresentam significações coletivas (de um grupo), nas pesquisas baseadas em coleta de dados em campo, parte-se da identificação de comportamentos e significações individualizados para a identificação de uma representação social (coletiva).

4.2.4 Analisando as matérias

O levantamento do material que aborda o tráfico de fauna e/ou a criação de animais silvestres como bichos de estimação entre 2010 e 2014 pelos dois jornais chegou ao total de 254 textos. Desse universo, 102 foram publicados pela Folha de S. Paulo e 152 por O Globo. Conforme relatamos em **4.1 Busca, seleção e classificação dos textos: descobrindo números**⁵⁸, elaboramos um método para a seleção dos textos que seriam objeto de análises quantitativas e também para posterior seleção de material a ser analisado qualitativamente por meio da Análise Crítica do Discurso e na identificação das representações sociais. Afinal, não seria viável e nem tão pouco necessário analisar todos os textos encontrados.

Para selecionar os textos a serem trabalhados dentre os 254 do corpus, utilizamos as categorias criadas em **4.1 Busca, seleção e classificação dos textos: descobrindo números** com os objetivos de identificar as diferentes abordagens dos dois jornais na cobertura do tráfico de fauna e da criação de silvestres como *pets* e verificar qual a abordagem predominante de cada um dos diários. São elas: Repressão (com as subcategorias Ação Pontual, Situacional e Circunstancial), Biopirataria (com as subcategorias Fiscalização, Legislação e Circunstancial), Comportamento (com as subcategorias Hábito, Cultura e Circunstancial), Destinação (com as subcategorias Natureza, Cativo, Cetas/Cras e Circunstancial), Produtos Culturais (com as subcategorias Vídeo, Teatro, Exposição, Game, Palestra, Publicidade e Impresso), Legislação (com as subcategorias Geral, Caso e Lei Específica), Conservação/Pesquisa (com as subcategorias Circunstancial, Zoonoses, Genética, Biodiversidade, Listagens/Espécies), Espécies Invasoras (Papagaios, Várias, Tigres D'água, Pererecas, Micos), Tráfico Geral (Número-legenda/Frase/Fotolegenda e Geral) e Outros (com as subcategorias Artigo, Óbito, Animais e Circunstancial).

De cada categoria foram identificadas as duas (2) subcategorias com as maiores quantidades de textos. De cada uma dessas subcategorias foram selecionados de um (1) a três (3) textos. O critério de escolha desses textos baseou-se na leitura atenta de cada um e sua representatividade para o tema em questão. Ou seja, aplicamos uma avaliação qualitativa. O processo foi aplicado em cada um dos jornais.

Vale ressaltar que os textos da subcategoria Circunstancial (textos que não abordam o tema da categoria com certo detalhamento, mas citam o problema em algum trecho), existente em algumas categorias, foram descartados do processo acima. Também houve casos em que

⁵⁸ Ver p. 115.

algumas subcategorias tinham material em apenas um dos jornais, não estando, portanto, representada igualmente nos dois veículos.

Ao final desta etapa, selecionamos 43 textos. Pelo fato de todos serem matérias jornalísticas, passaremos a utilizar o termo matérias (e não somente textos) durante as análises qualitativas. Essa quantidade de material nos obrigou a investir em uma nova seleção, que teve como critério de escolha, novamente, a representatividade do tema/pauta abordado.

Encerramos o processo de seleção das matérias a serem submetidas à Análise Crítica do Discurso e à identificação da representação social com 15 textos. As categorias Produtos Culturais (que inclui textos sobre documentário, animação infantil para cinema, jogo de vídeo game, resumos de capítulos de novela, peça de teatro, exposição e notas sobre palestras a serem realizadas, sobre bastidores de ensaio fotográfico de revista masculina e sobre campanha publicitária) e Outros (com textos que não se enquadraram em nenhuma outra categoria e não conseguiram, por serem únicos em sua temática, formar uma categoria) não tiveram textos escolhidos.

Abaixo, cada categoria com suas matérias selecionadas.

Categoria Repressão:

- Operação contra tráfico de animais prende seis (Folha de S. Paulo, 11 de agosto de 2011 – subcategoria Ação Pontual)
- Como se fosse tudo legal (O Globo, 6 de setembro de 2014 – subcategoria Situacional)

Categoria Biopirataria:

- Piratas da floresta rondam a Amazônia (O Globo, 29 de setembro de 2011 – subcategoria Legislação)

Categoria Comportamento:

- Deram um pé no louro (Folha de S. Paulo, 2 de outubro de 2014 – subcategoria Hábito)
- Com a macaca (O Globo, 25 de agosto de 2013 – subcategoria Hábito)
- O canto das aves (O Globo, 15 de maio de 2010 – subcategoria Hábito)

Categoria Destinação:

- ONG tenta devolver papagaio à mata natal (Folha de S. Paulo, 6 de março de 2011 – subcategoria Natureza)

- Um prejuízo e tanto para a biodiversidade (O Globo, 15 de novembro de 2011 – subcategoria Cetos)

Categoria Legislação:

- Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio (Folha de S. Paulo, 21 de outubro de 2010 – subcategoria Caso)
- Tráfico de animais ganha impulso legal (O Globo, 2 de julho de 2013 – subcategoria Lei Específica)

Categoria Conservação/Pesquisa:

- Invasão na natureza promove epidemias (Folha de S. Paulo, 23 de julho de 2012 – subcategoria Zoonoses)
- Alta tecnologia contra o tráfico de animais (O Globo, 27 de abril de 2010 – subcategoria Genética)
- A última ararinha (O Globo, 4 de maio de 2010 – subcategoria Espécies)

Categoria Espécies Invasoras:

- A invasão dos micos (O Globo, 14 de maio de 2013 – subcategoria Mico)

Categoria Tráfico Geral:

- Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet (O Globo, 26 de novembro de 2014 – subcategoria Geral)

Na sequência, apresentamos as análises textuais das matérias, que estão separadas de acordo com suas categorias. Para cada matéria há a reprodução do texto publicado, informações sobre seus elementos gráficos (**Na página**), uma contextualização do fato abordado (**Os fatos e o contexto**), a análise textual (**No texto**) e a indicação da representação social (**A representação social**).

4.2.4.1 A categoria Repressão

A categoria Repressão é formada por matérias jornalísticas em que predomina a ação dos órgãos de fiscalização e controle do poder público na repressão do tráfico, seja na esfera criminal (o que inclui a privação de liberdade e multa) ou ainda na apreensão de animais, de suas partes (penas, peles, garras, dentes, etc.) e de seus subprodutos (como peças de decoração e de vestuários feitas sem autorização com partes de animais silvestres, por exemplo).

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a que conta com um número maior de matérias. No total, foram encontradas 77 matérias (30,31%), sendo 33 (42,85% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 44 (57,14% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Ação Pontual, Situacional e Circunstancial.

I - Ação pontual: textos em que o tema principal é alguma ação de fiscalização do poder público que gerou prisão, emissão de multa e/ou apreensão de animal, por exemplo.

II – Situacional: textos que apontam serem necessárias ações repressivas e fiscalizadoras (o aumento da caça de elefantes para abastecer o comércio ilegal de marfim, por exemplo) ou que relatam características ou problemas na estrutura de repressão ou de fiscalização.

III – Circunstancial: textos que não abordam a repressão ao tráfico de animais silvestres como tema principal, mas citam o comércio ilegal de fauna durante algum trabalho repressivo do poder público (ação de fiscalização por fraude tributária que acaba encontrando animais em cativeiro sem autorização, por exemplo).

4.2.4.1.1 Texto 1 - Operação contra tráfico de animais prende seis

Folha de S. Paulo – 11 de agosto de 2011 – Cotidiano – página C3

Categoria Repressão, subcategoria Ação Pontual.

Operação contra tráfico de animais prende seis

Bichos eram vendidos sem aval do Ibama

De São Paulo

Uma operação da Polícia Federal prendeu seis pessoas ontem, suspeitas de participar de uma organização que vendia animais silvestres em sete Estados.

A quadrilha vendia animais pela internet no Brasil e no exterior e não tinha autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Segundo a PF, os investigados recebiam encomendas de répteis, anfíbios, mamíferos e pássaros. Os animais eram obtidos em criadouros irregulares ou capturados.

A PF tinha mandados de busca e apreensão nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraíba, expedidos pela Vara Federal Ambiental de Curitiba (PR).

Os locais estão sendo fiscalizados pelo Ibama e serão autuados de acordo com as irregularidades encontradas. Os animais em situação irregular ficarão apreendidos.

Os presos são suspeitos de tráfico internacional de fauna, tráfico de animais silvestres, estelionato, sonegação fiscal, falsidade ideológica e biopirataria, entre outros crimes. A **Folha** não obteve os nomes dos acusados.

A matéria acima é uma típica notícia, ou seja, o relato jornalístico de um fato pontual. No caso, o jornal Folha de S. Paulo informa sobre os resultados de uma operação da Polícia Federal que resultou na prisão de suspeitos de integrarem uma quadrilha de tráfico de animais. Em nossa classificação, a matéria foi enquadrada na categoria Repressão e na subcategoria Ação Pontual.

Na página

A matéria foi publicada sem foto na página C3 (página ímpar), da editoria Cotidiano. Só há outra matéria na página: “PMs são suspeitos de extorquir dinheiro”, que está na parte superior, abrindo a página. A maior parte do espaço da página está destinado a um anúncio publicitário.

A matéria não foi destacada com chamadas na capa do jornal e não possui fotografia ou qualquer ilustração.

Figura 3 – Página C3 da edição de 11 de agosto de 2011 da Folha de S. Paulo com a matéria analisada

PMs são suspeitos de extorquir dinheiro
Grupos telefônicos mostram negociação de propina para permitir despejo de consultor em área preservada

Operação contra tráfico de animais prende seis
Bichos eram vendidos sem aval do Ibama

Le Mans

Os fatos e o contexto

A matéria preparada pela Folha de S. Paulo chama a atenção pelo fato de que seu título (“Operação contra tráfico de animais prende seis”), linha-fina (“Bichos eram vendidos sem aval do Ibama”) e *lead* não informam que o caso de tráfico de animais abordado era realizado pela internet, por meio de um site que levava o comprador a acreditar tratar-se de uma transação comercial legal. Eis o *lead*:

Uma operação da Polícia Federal prendeu seis pessoas ontem, suspeitas de participar de uma organização que vendia animais silvestres em sete Estados (FOLHA DE S. PAULO, 2011, p. C3).

A partir do segundo parágrafo, a matéria informa que o crime era realizado pela internet e inicia-se uma série de obviedades.

- o comércio não tinha autorização do Ibama;
- os acusados recebiam encomendas;

- os animais eram de criadouros irregulares ou capturados na natureza; e
- os locais estão sendo fiscalizados e serão autuados de acordo com as irregularidades encontradas.

Outros dois parágrafos informam os Estados onde foram realizadas a operação e os prováveis crimes encontrados.

Vale destacar que não seria necessário um grande esforço de reportagem para abordar o assunto com mais detalhes. Nos sites da Agência Brasil⁵⁹ – da Empresa Brasileira de Comunicação, do governo federal – e do Governo do Brasil⁶⁰ há material informativo datado de 10 de janeiro de 2011 (dia anterior à publicação da Folha de S. Paulo) disponível até hoje (julho de 2018) sobre essa ação do Ibama e da Polícia Federal que ficou conhecida como Operação Arapongas. Também houve uma entrevista coletiva na sede da Polícia Federal de São Paulo, na capital paulista, cidade onde funciona a redação do jornal, para fornecimento de detalhes sobre o caso.

A Polícia Federal esclareceu que as investigações sobre os traficantes de fauna começaram em 2010, após denúncias informando que o site comercializava animais irregulares desde 2007. A página de comércio virtual de fauna afirmava textualmente que os espécimes vendidos eram legalizados pelo Ibama, sendo possível parcelar as compras em até 18 vezes. Uma arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) era oferecida por R\$ 55 mil, conforme matéria publicada pelo site G1⁶¹, que faz parte do grupo Globo.

⁵⁹ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-10/ibama-e-policia-federal-prendem-trafficantes-de-animais-e-vao-investigar-compradores>

⁶⁰ <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/08/policia-federal-prende-seis-pessoas-em-operacao-contratrafico-de-animais>

⁶¹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/ibama-apreende-quase-dois-mil-animais-em-operacao-de-trafficco-ilegal.html>

Figura 4 – Reprodução da página do site que vendia animais traficados

Matéria de Brembatti (2011) publicada pelo site do jornal paranaense Gazeta do Povo⁶² em 10 de agosto de 2011 informa que:

Sete pessoas foram presas e aproximadamente 10 mil animais silvestres e exóticos foram apreendidos ontem na operação Arapongas, comandada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ibama. Arara-azul, puma, jaguatirica e outras espécies brasileiras ameaçadas de extinção eram vendidas pela internet (BREMBATTI, 2011).

Fica claro que o caso não se tratava de uma simples operação contra o tráfico de animais. Não somente pela dimensão dos trabalhos desenvolvidos, mas também por haver comércio de animais raros e pouco usuais no universo do mercado negro de fauna, como puma (*Puma concolor*, mais conhecido como onça-parda ou suçuarana) e jaguatirica (*Leopardus pardalis*).

O tráfico de animais pela internet não é um fenômeno novo, já identificado por Renctas (2001). O que chama a atenção para essa forma de comércio é a dimensão que ela

⁶² <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/site-mantinha-venda-ilegal-de-fauna-silvestre-axghw6g6lpq3gkad2tmpkm3im>

tem ganhado no mercado negro, pois tornou-se muito comum. Em 1999, Renctas chegou a identificar 4.892 anúncios para compra, venda e troca de animais silvestres em sites brasileiros e estrangeiros. Atualmente, sites de comércio eletrônico já possuem normas para evitar esse tipo de atividade criminosa, o que diminuiu bastante o uso desse tipo de ferramenta.

Tem chamado a atenção é a utilização de redes sociais pelos traficantes. Comunidades e perfis de usuários no Facebook e grupos no WhatsApp são os preferidos pelos infratores e já começam, ainda com pouca efetividade, a serem monitorados e investigados pelos órgãos de fiscalização.

No texto

A matéria apresenta cinco atores sociais: a Polícia Federal, o Ibama, a Justiça (Vara Federal Ambiental de Curitiba), os acusados (aqui considerados como um conjunto) e o próprio jornal (a Folha). Em nenhum trecho do texto, pessoas foram citadas nominalmente. Exceto pelos acusados, todos os envolvidos são entidades que acabam passando pelo processo de personificação e ganhando a característica humana de realizar ações: “Polícia Federal prendeu”, “Segundo a PF”, “A PF tinha dados”, a Vara Federal Ambiental de Curitiba expediu mandados, Ibama fiscaliza e a “Folha não obteve os nomes dos acusados”.

Esse processo de personificação gera uma valorização do ator social envolvido, podendo dar-lhe poder ou esvaziá-lo de poder. A segunda circunstância ocorre, por exemplo, quando alguma entidade está desacreditada perante a opinião pública e o agente da ação, ligado a tal entidade, deixa de ser citado nominalmente para que a entidade seja destacada.

No caso da matéria da Folha de S. Paulo, o efeito desejado é exatamente o contrário, valorizando-se a ação de repressão da Polícia Federal e do Ibama. Ainda houve a citação da Vara Federal Ambiental de Curitiba como um órgão que endossou e autorizou a ação. Valoriza-se, dessa forma, a ação do poder público.

Apesar da valorização da ação repressiva do Estado, a Folha de S. Paulo mostrou preocupação em não qualificar as pessoas presas como traficantes de animais ou bandidos. O jornal utilizou os termos “suspeitas”, “suspeitos” e “acusados” para identificar o grupo. O recurso é amplamente utilizado por vários veículos de comunicação pelo fato de os infratores não terem sido julgados pela Justiça.

A última frase do último parágrafo (“A **Folha** não obteve os nomes dos acusados.”) não nos permite afirmar que o jornal deixou de procurar os seis detidos para ouvir o que eles teriam a dizer sobre as acusações. Mas, a cobertura superficial de uma operação para coibir o tráfico de animais com características peculiares nos faz concluir que não houve um grande esforço de reportagem para realização da matéria.

A ausência das vozes dos acusados fez predominar a versão da Polícia Federal, corroborada pelo Ibama e a Vara Federal Ambiental de Curitiba. Ficaram valorizados, portanto, os discursos dos órgãos de fiscalização e controle do Estado e da Folha de S. Paulo.

Essa valorização do discurso do poder público realizado pelo veículo de comunicação também aparece com as afirmações de que cessaram as atividades da quadrilha. Essas afirmações estão nos três primeiros parágrafos, representadas pelos verbos “vender” e “receber”. Ambos foram conjugados no pretérito imperfeito do indicativo (“vendia” e “recebiam”), tempo verbal que tem entre suas características representar um fato habitual ou corriqueiro, mas que já pode ter sido encerrado. A ideia de que a atividade criminosa foi interrompida com a ação repressora do Estado fornece um sentido positivo à operação.

Há uma contradição no fato de haver a divulgação da provável interrupção do tráfico de animais e ainda não terem sido encerradas as ações fiscalizatórias do Ibama nos criadouros envolvidos. Há um problema de coesão pelo fato de não se explicar claramente que os mandados de busca e apreensão eram para os criadouros estabelecidos nos estados citados que ainda estavam sendo verificados pelo Ibama.

Em sua estrutura geral, o texto está construído da seguinte forma:

- *lead*, com o resumo da notícia, no primeiro parágrafo;
- ainda em liberdade: explicação das atividades da quadrilha antes da ação policial (segundo e terceiro parágrafos);
- ação policial: corroborada pela Justiça e também composta pela ação do Ibama (quarto e quinto parágrafos); e
- prisão realizada: tipificação dos crimes cometidos (último parágrafo).

Os crimes de capturar animais na natureza e mantê-los em cativeiro, transportá-los e vendê-los sem autorização legal não são suficientes para manter os acusados presos. São crimes em que o infrator responde ao inquérito e ao processo em liberdade. Como o jornal não apresentou essa explicação e indicou que uma série de outros crimes estavam sendo atribuídos

aos envolvidos, ficou subentendido que os seis detidos pela Polícia Federal permaneceram presos.

Essa suposição, construída pelo texto da Folha de S. Paulo, é mais um elemento que indica para o leitor ter sido um sucesso a ação repressiva do poder público. Sobre essa operação policial, não houve qualquer outra publicação por parte do jornal.

A representação social

Ação repressiva dos órgãos de fiscalização e controle do Estado desarticularam uma quadrilha de traficantes de animais. Esse resultado é corroborado pelo jornal Folha de S. Paulo.

Estado e veículo de comunicação em sintonia com o discurso de que a repressão resolve o problema do comércio ilegal de fauna.

4.2.4.1.2 Texto 2 - Como se fosse tudo legal

O Globo – 6 de setembro de 2014 – Caderno Niterói – capa o caderno e páginas 3 e 4

Categoria Repressão, subcategoria Situacional.

Figura 5 – Páginas de O Globo com a reportagem sobre as feiras que vendem animais silvestres em São Gonçalo (RJ)

Capa do caderno Niterói – **Tráfico de animais liberado em feiras livres**

Pássaros da Mata Atlântica são vendidos em São Gonçalo, diante de PMs

Além da venda de hortaliças e produtos típicos, as feiras livres de Neves e Alcântara, em São Gonçalo, são território livre para o tráfico de animais silvestres. Conforme constatado pela equipe do GLOBO-Niterói, a venda de pássaros nativos da Mata Atlântica, uma atividade criminosa, é praticada nos dois locais, muitas vezes sob a vista grossa de PMs. Atrás de barracas com espécimes cuja venda é permitida, coleiros, trinca-ferros e canários-da-terra, entre outros, ficam, em geral, escondidos em alçapões. Aprisionados em casinhas de madeira e ocultos em bolsas, são vendidos por preços que variam entre R\$ 20 e R\$ 120. Previsto por lei, os crimes do gênero têm penas que podem ser de seis meses a um ano.

PÁGINAS 3 e 4

Página 3 – Como se fosse tudo legal

Comércio de pássaros silvestres acontece livremente nas feiras de Neves e Alcântara

Leonardo Sodré

leonardo.sodre.rpa@oglobo.com.br

Domingo é dia de feira, de comprar frutas, legumes e verduras, comer pastel, tapioca e beber caldo de cana. Mas, em Neves e Alcântara, em São Gonçalo, outra atividade, esta criminosa, foi acrescentada à lista de hábitos típicos desses lugares: a venda de pássaros nativos da Mata Atlântica. No domingo passado a equipe do GLOBO-Niterói constatou, nos dois locais, a venda de aves silvestres ocorrendo livremente.

Gaiolas, potes com ração e apetrechos variados para criação domiciliar de pássaros ficam escondidos atrás das bancas. Camufladas entre gaiolas com espécimes nascidas em cativeiro – originárias de outros países, como calopsitas e periquitos, cuja venda é permitida – há casinhas com coleiros, trinca-ferros, canários-da-terra e marias-pretas, alguns vítimas de maus-tratos. Aprisionados em pequenos alçapões de madeira, ocultos em bolsas, são vendidos por preços entre R\$ 20 e R\$ 120.

Criar esses animais, para apreciação de seu canto, parece comum para os frequentadores das feiras, que pouco se importam se adquirir uma ave é ou não crime. Em meio à ilegalidade, outra cena chama a atenção: PMs fardados caminham tranquilamente entre as barracas, alheios à prática criminosa.

– Isso é uma cultura antiga e enraizada em São Gonçalo. Ao aprisioná-los em gaiolas, as pessoas acham que estão fazendo o bem para os pássaros, o que não é verdade. Estão contribuindo para o desequilíbrio da fauna. Esses pássaros são de difícil reprodução em cativeiro. E os criminosos não querem saber: capturam todos os exemplares que estão na natureza – alerta o biólogo da Uerj Ricardo Santori, que realiza um trabalho educativo de conscientização e observação de aves nas escolas de São Gonçalo.

Continua na página seguinte

Página 4 – Prisões só ocorrem mesmo com os animais silvestres

Tráfico de passarinhos tem fiscalização ineficiente e pena branda

Leonardo Sodré

leonardo.sodre.rpa@oglobo.com.br

Uma determinação da Justiça federal, de 2012, obriga o município de São Gonçalo a fiscalizar regularmente as feiras livres nos bairros de Alcântara e Neves para coibir o comércio ilegal de animais silvestres, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A prefeitura afirma que realizou uma operação, com apoio de agentes do Comando de Polícia Ambiental (CPAm), em ambas as feiras, no último domingo, 31 de agosto. De acordo com o município, em Alcântara, 48 pássaros foram apreendidos e um homem que fugiu foi pego no bairro do Engenho Pequeno com 18 coleiros. A prefeitura alega não ter encontrado nada ilegal em Neves. E embora a comercialização de pássaros silvestres estivesse ocorrendo livremente nas duas feiras, como foi constatado pela equipe de reportagem do GLOBO-Niterói, não foram vistos agentes de fiscalizando nenhum dos lugares.

Entre os 48 pássaros apreendidos em Alcântara, havia espécies como a do tiziu, que custam, em média, R\$ 100; do canário-da-terra, que chegam a sair por R\$ 20; e do trinca-ferro, entre R\$ 100 e R\$ 200. Os pássaros mais caros no comércio ilegal são o sabiá, que custa, em média, R\$ 300, e o curió, cujo valor varia de acordo com a quantidade de canto que a ave faz repetidamente, e em sequência, podendo a chegar a R\$ 10 mil.

PENALIDADE É BRANDA

O crime ambiental de tráfico de animais está previsto em duas leis – 5.197, de 1967, e 9.605, de 1998 – e no decreto 3.179, de 1999. A pena dada a quem for flagrado envolvido nesse tipo de crime varia de seis meses a um ano de detenção e multa. O infrator, no entanto, dificilmente fica preso.

– Nós realizamos operações quase toda semana. Já deflagramos 31 ações somente este ano, mas é um trabalho de enxugar gelo, porque o cara é pego, encaminhado para o Juizado Especial Criminal (Jecrim), assina um papel e vai para casa. As chances de voltar a se envolver é grande – explica o inspetor da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (Dpma), Anderson Rios, afirmando que quando o caso é registrado no Jecrim e o acusado se compromete a comparecer em juízo ele é liberado e responde em liberdade.

O conjunto de textos publicados nas três páginas (transcrito acima) pertence a um gênero jornalístico chamado reportagem. Esse tipo tem na apuração mais aprofundada e na apresentação de uma quantidade maior de detalhes dos fatos e circunstâncias suas principais características. É, geralmente, apresentado em textos mais longos.

A reportagem sobre a venda de animais silvestres em duas feiras do município fluminense de São Gonçalo é uma denúncia. O repórter, informado da existência de uma irregularidade, foi ao local e comprovou sua existência. A partir da comprovação, ele tenta compreender os motivos para a existência do problema e pode apontar propostas de soluções.

Em nossa classificação, a matéria foi enquadrada na categoria Repressão e na subcategoria Situacional.

Na página

A reportagem está distribuída em três páginas: a capa do caderno Niterói, a 3 e a 4. Ela é a principal matéria da edição, sendo a manchete do caderno. Em todas as páginas há fotografias.

Na capa, foi publicada uma grande chamada para as matérias publicadas nas páginas 3 e 4. Ela é formada por um antetítulo⁶³ (“Crime ambiental”), um grande título de três linhas por três colunas (“Tráfico de animais silvestres liberado em feiras livres”), uma linha-fina, uma grande foto vertical de três colunas de largura e um texto com as principais informações que remetem ao aspecto repressivo/policial da reportagem. Essa página foi diagramada em cinco colunas (em O Globo, há um número grande de páginas com seis colunas).

As duas matérias que formam a reportagem estão nas páginas 3 e 4, ou seja, ocupam uma página ímpar (e a página 3, de qualquer jornal é, em geral, considerada uma página

⁶³ “Antetítulo: colocado acima do título principal, assim como o título auxilia na função de instigar a leitura.” (DAMASCENO, 2013, p. 22).

nobre) e a par na sequência, forçando o leitor a virar a folha. Em nossa avaliação, tal quebra de leitura promovida pelo movimento de virar a folha pode gerar desinteresse do leitor, que terá sua atenção chamada para um novo bloco de informações na nova página.

Esse movimento de virar a folha para sair da página 3 e chegar à página 4 foi forçado pelo fato de haver um grande anúncio de quase meia página na ímpar. Por conta disso, a segunda matéria da reportagem, que poderia ter sido diagramada abaixo da matéria de abertura da página, teve de ser publicada na 4.

Os editores dos jornais diários recebem as páginas em branco para trabalharem já com indicações dos espaços dos anúncios, portanto, com marcações de áreas onde não poderão publicar conteúdo jornalístico (DAMASCENO, 2013, p. 31-32). Tal processo deve ter ocorrido nessa edição do caderno Niterói, forçando o editor a separar as duas matérias pelo fato de ele ter priorizado utilizar a página 3.

Na página 3, a matéria de abertura foi publicada com o antetítulo “Crime ambiental”, o título “Como se fosse tudo igual” em uma linha que ocupa toda a extensão da página, uma linha-fina, uma foto horizontal grande, o texto e o olho⁶⁴ ““As pessoas acham que estão fazendo o bem para os pássaros, o que não é verdade” Ricardo Santori Biólogo’. Chama a atenção o fato de terem sido utilizadas colunas bem largas, o que deixou a página com quatro colunas.

O uso de colunas mais largas e do olho indicam a intenção de “minimizar a aparência densa e a sensação de texto longo para ler” (DAMASCENO, 2013, p. 32).

Na página 4, a matéria “Prisões só ocorrem mesmo com os animais silvestres” está abrindo (a primeira, no alto) a página. Ela possui o antetítulo “Crime ambiental”, título em duas linhas por três colunas, linha-fina e duas fotografias, o que lhe fornece um bom destaque visual.

Os fatos e o contexto

A venda ilegal de animais silvestres em feiras de rua é bastante comum em diversas regiões do Brasil. Os traficantes de fauna aproveitam a existência das feiras-livres, onde são comercializados alimentos, para oferecerem espécimes aos interessados. Há também as

⁶⁴ “Olho da matéria: pode ser o destaque de um trecho da notícia ou uma citação da fala de algum personagem desta, nesse caso mediante a utilização de aspas na maior parte das vezes. De um modo geral, o olho é usado para quebrar a massa de texto da página, tornando-a mais dinâmica e atraente para leitura.” (DAMASCENO, 2013, p. 23).

chamadas feiras do rolo (ou feiras de rolo), em que as pessoas levam todo tipo de objetos usados e de origem não comprovada, muitas vezes de procedência ilícita, para a realização de trocas e vendas. Nessas últimas, é possível encontrar peças de veículos, aparelhos eletrônicos, celulares, ferramentas, bicicletas, objetos de decoração e animais.

O tráfico de animais em feiras é extremamente comum nos municípios nordestinos. Nas demais regiões do país, essa atividade criminosa também ocorre, mas com uma frequência menor. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, também existem, com destaque para as feiras da Vila Mara (zona leste da capital paulista) e de Duque de Caxias (na Baixada Fluminense), apenas para citar as mais conhecidas. As feiras de Neves e Alcântara, em São Gonçalo, citadas na reportagem, são parte desse contexto.

O comércio de aves, principalmente pássaros, predomina nas feiras, mas, dependendo da localidade, sempre foi possível encontrar algumas espécies de répteis, principalmente jabutis e iguanas, e de pequenos primatas, como os saguis.

Com o aumento da repressão nas feiras mais conhecidas, os traficantes de fauna começaram a ter muitos animais apreendidos pelos órgãos de fiscalização. Até então, eles levavam grandes quantidades de espécimes para esses locais, onde ofereciam abertamente a interessados. Para evitar prejuízos, os bandidos mudaram de tática, passando a deixar os animais em imóveis próximos às feiras e anunciando oralmente os bichos que possuem para comercializar.

Somente quando o negócio está praticamente fechado é que alguém traz o animal ou o comprador é levado para algum ponto onde receberá o que pediu. Dessa forma, caso ocorra de serem surpreendidos por policiais ou algum outro agente de fiscalização, apenas poucos espécimes são apreendidos.

Após a publicação da reportagem, não houve, até o final de nosso acompanhamento do jornal (dezembro de 2014), qualquer outra citação ao tráfico de animais nas feiras de São Gonçalo ou a uma melhoria na fiscalização.

No texto

A reportagem se apresenta como uma denúncia. Duas irregularidades são divulgadas pelo jornal: o tráfico de animais silvestres em feiras livres e a falta de atuação de policiais militares que, apesar de presentes nesses locais, não reprimem a prática criminosa. O título da manchete do caderno (“Tráfico de animais liberado em feiras livres”) foi construído

utilizando o recurso da ironia⁶⁵, que acaba sendo contextualizado pela linha-fina, em que o leitor é informado da ocorrência do comércio irregular de pássaros na frente de policiais militares.

O título (“Como se fosse tudo legal”) e a linha-fina da matéria de abertura, publicada na página 3, seguem exatamente a mesma linha da manchete. Novamente, o título foi confeccionado com um jogo de palavras que apresenta ao leitor ideias contrárias. Mas, diferentemente do recurso da ironia na manchete, este título não deixa subentendida a mensagem, ou seja, deixa claro que há um conflito de situações pelo uso do “Como se fosse”. Se na manchete seria necessário ler o título e a linha-fina para haver entendimento que uma ironia está presente, o título da matéria da página 3 apresenta diretamente a interpretação de ideias contrárias.

Na página 4, novamente a ironia volta a ser utilizada no título. Em “Prisões só ocorrem mesmo com os animais silvestres” não seria necessário obter qualquer outra informação para entender que há um sentido subentendido. Ainda assim, a linha-fina informando a existência de problemas de fiscalização e a previsão legal de penas brandas garante o entendimento da ironia.

Analisando a estrutura da reportagem (manchete, matéria da página 3 e matéria da página 4) a partir dos títulos e suas respectivas linhas-finas, temos:

- manchete: denúncia da existência do tráfico de animais em feiras livres diante de policiais militares;
- matéria da página 3: o comércio ilegal de pássaros silvestres acontece livremente em duas feiras;
- matéria da página 4: há problemas com a fiscalização e com a legislação para coibir tal prática criminosa.

Se, a partir dessa estrutura, incluirmos os textos, verificaremos que o prometido pelos títulos e linhas-finas está correto. Mas o título e a linha-fina da matéria da página 3 poderiam ser mais precisos sobre o conteúdo que seria apresentado detalhadamente na matéria. Dificilmente, o leitor, ao entrar em contato com o título e a linha-fina, teria noção que o texto abordaria a questão da cultura e do hábito de criar pássaros silvestres em situação de cativeiro

⁶⁵ Ironia: “[...] relação lógica de contrariedade entre duas significações, em que a figurada (subentendida) estivesse em oposição à própria (expressa).” (BRANDÃO, 1989, p. 20). É dar a entender o sentido oposto ao que se afirma.

doméstico, bem como a indiferença do restante dos frequentadores da feira e, pior, dos policiais que estavam trabalhando no local.

Chegamos então a uma nova questão: apesar de os títulos e suas linhas-finas estarem coerentes com o conteúdo das matérias a que estão ligados, o teor da matéria da página 3 cria um problema de coesão para a estrutura da matéria. Em nenhum trecho da manchete (título, linha-fina e texto), a questão cultural que leva as pessoas a comprarem animais ilegais nas feiras é abordada. Nela, a manchete, se encontra a denúncia e a questão da pena prevista pela lei.

Com essa construção da manchete, criou-se um problema ao se destacar a questão cultural na matéria da página 3 no lugar do crime em si e da falta de repressão. A simples citação do hábito de criar e conviver com o comércio ilegal de silvestres para bichos de estimação na manchete resolveria o caso.

A estrutura da reportagem, a partir dos textos, é:

- manchete: denúncia da existência do tráfico de animais em feiras livres diante de policiais militares;
- matéria da página 3: o comércio ilegal de pássaros silvestres é motivado por uma cultura/hábito;
- matéria da página 4: há problemas com a fiscalização e com a legislação para coibir tal prática criminosa.

Não há elementos no texto que indiquem haver a intenção de esconder o fator cultural para valorizar a questão da repressão e da punição aos criminosos, tanto que publicaram a matéria com a abordagem dos hábitos abrindo a reportagem na importante página 3. No entanto, como já foi destacado acima, a falta dessa informação na manchete e a construção de título e linha-fina pouco precisos criaram uma divergência entre o que foi “anunciado” e o que foi “entregue” ao leitor.

Na reportagem, vamos encontrar as seguintes vozes: a do jornalista (a matéria é assinada), a do biólogo Ricardo Santori, da prefeitura de São Gonçalo e a do inspetor da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente Anderson Rios. Apesar da acusação de que policiais militares não estariam atuando, não há qualquer declaração ou justificativa da PM fluminense. Também não se encontra o discurso de representantes dos feirantes ou da

população frequentadora das feiras. E esses dois últimos grupos são atores sociais citados na reportagem.

Apesar de não terem declarações publicadas sobre o problema, policiais militares e população frequentadora tiveram seus comportamentos caracterizados pelo jornalista. Os policiais militares fazem “vista grossa” (texto da manchete) e “caminham tranquilamente entre as barracas, alheios à prática criminosa” (texto da página 3), indicando claramente ao leitor que o representante do poder público responsável por reprimir crimes não o fazia de forma consciente, mesmo diante do ilícito.

Já os frequentadores “pouco se importam se adquirir uma ave é ou não crime” (texto da página 3) e “acham que estão fazendo o bem para os pássaros” (texto da página 3). Os dois trechos indicam diferentes formas de encarar o comportamento das pessoas. No primeiro está expressa a visão do jornalista, que considerou que os frequentadores simplesmente ignoram a ilegalidade, enquanto que, no segundo trecho, dito pelo biólogo, há um problema claro no conhecimento que as pessoas têm do costume de criar pássaros em gaiolas. O repórter ignorou a possibilidade de o comportamento dos frequentadores da feira refletir uma falta de informação e considerou proposital a atitude ilegal.

O uso vocabular também ajudou caracterizar os atores envolvidos. Ao jornalista, que na reportagem torna-se “equipe do Globo-Niterói” em um processo que lhe fornece o respaldo do veículo de comunicação, foi relacionado nos três textos o verbo “constatar” (uma vez na voz ativa e duas vezes na voz passiva, sendo a equipe do jornal o agente da passiva), gerando uma ideia de firmeza, confiança e credibilidade.

Os animais estão ligados aos termos “vítimas” (página 3), “aprisionados” (manchete página 3), “ocultos” (manchete), “escondidos” (manchete e página 3) e “camufladas” (página 3), que podem ser agrupados em um conjunto com mesmo valor semântico. Quando ligados aos verbos, aparecem em construções na voz passiva. No texto da manchete, temos “Aprisionados em casinhas de madeira e ocultos em bolsas, são vendidos por preços que variam entre R\$ 20 e R\$ 120.” O sujeito está oculto e com um valor de paciente da ação verbal. Na matéria da página 4, o trecho “48 pássaros foram apreendidos” temos novamente os animais como sujeitos pacientes.

Em um campo semântico totalmente diferente estão as palavras ligadas aos acusados de envolvimento com o tráfico de aves. A eles, a matéria da página 4, que trata das ações de

repressão e das penalidades, relacionou os termos “liberado” e “liberdade”, além da expressão “assina um papel e vai para casa”.

Ao biólogo Ricardo Santori (página 3) coube o uso do discurso direto associado ao verbo “alertar”, escolhas do jornalista que fornecem credibilidade à análise do especialista ouvido.

O discurso direto é uma espécie de teatralização da fala dos outros. Por isso, produz um efeito de sentido de verdade. O leitor ou o ouvinte tem a impressão de que quem cita preservou a integridade do discurso citado e de que, portanto, é autêntico o que ele reproduziu (FIORIN; SAVIOLI, 2002, p. 48)

O inspetor Anderson Rios, da Polícia Civil fluminense, também teve sua declaração reproduzida em discurso direto (matéria da página 4). Essa ferramenta de destaque e credibilidade, em compensação, veio acompanhada do uso do verbo “explicar”. No caso, foi dado um bom espaço às justificativas apresentadas pelo representante da polícia para a não solução do tráfico de fauna nas duas feiras de São Gonçalo. Ele, resumidamente, alegou que a polícia prende e a Justiça solta.

Em situação parecida a do representante da Polícia Civil, ou seja, tendo de justificar porque o poder público não consegue coibir o tráfico de animais nas feiras, está a prefeitura de São Gonçalo (matéria da página 4). As explicações do órgão estão na voz ativa e ligadas aos verbos “afirmar” e “alegar”. A matéria deixa entendido também que a prefeitura só se envolveu com a fiscalização pelo fato de haver uma ordem judicial determinando tal ação.

É interessante notar que a denúncia de O Globo envolve o descaso de policiais militares em reprimir o tráfico de aves silvestres nas feiras, mas somente um representante da Polícia Civil tem voz na reportagem. A falta de uma justificativa da PM, ou de que a instituição foi procurada pelo jornalista, mas não se manifestou, revela um problema na elaboração ou edição da reportagem.

Outro problema encontrado na reportagem é não esclarecer quem é o infrator passível de punição legal por envolvimento no tráfico de aves nas duas feiras. A matéria da página 3 trouxe para a discussão a questão cultural, ou seja, o hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação. O texto deixa claro que as pessoas estão cometendo um crime ao comprar uma ave (apesar de, aparentemente, pouco se importarem, como descreve o repórter) e também, na declaração do biólogo Ricardo Santori, quem captura os animais. Mas, somente no final da matéria da página 4, após o intertítulo “Penalidade é branda”, é que a questão da punição é retomada.

Na matéria da página 4, afirma-se que a pena prevista para quem for flagrado “envolvido nesse tipo de crime” varia de seis meses a um ano de detenção e multa e que o infrator dificilmente fica preso. A distância entre a caracterização de quem é infrator (na página 3) e a descrição das possíveis punições (no final da página 4) obriga o leitor a fazer essa conexão, que poderia estar clara caso as informações estivessem próximas.

Podemos concluir que a estruturação da reportagem trouxe um elemento importante para a discussão do tráfico de fauna em território nacional: a questão cultural. O hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação é o motor desse mercado ilegal no Brasil. E as feiras de rua têm grande destaque nesse universo.

O jornalista conseguiu enxergar que existe um fator cultural motivando o problema, mas não seguiu por esse caminho para tentar encontrar uma nova proposta para reduzir o comércio ilegal de animais no Brasil. O traficante de fauna só existe porque tem gente que compra os animais que ele oferece, e mudar o comportamento desses compradores por meio de educação ambiental é uma possibilidade que poucos exploram no poder público.

Apesar do esforço, a reportagem manteve-se presa à ideia de que a repressão policial e a punição por meio da Justiça são as formas viáveis para combater o tráfico de fauna. Se a fiscalização não funciona, O Globo mostra que é pela falha de alguns policiais e da prefeitura e não pelo equivocado modelo adotado para tentar resolver o problema.

A representação social

O combate ao tráfico de animais em feiras deve ser feito pela via repressiva, com ações efetivas da polícia. Esse é o argumento central da reportagem. O fato de haver sido constatada a existência de um fator cultural incentivando a atividade ilegal não foi considerado como potencial meio de se elaborar outro modelo para solucionar o problema.

O Globo e o poder público (polícia, prefeitura e Justiça) compactuam com a ideia de que a repressão é o melhor caminho para combater o tráfico de fauna nas feiras citadas.

4.2.4.2 A categoria Biopirataria

A categoria Biopirataria é formada por matérias jornalísticas em que a abordagem predominante é a retirada de animais silvestres e/ou seus subprodutos (como peçonha de cobras ou material genético) para servirem de matéria-prima para pesquisas científicas e desenvolvimento de produtos em faculdades, universidades, laboratórios privados e empresas.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a segunda com maior número de matérias. No total, foram encontradas 31 matérias (12,20%), sendo 06 (19,35% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 25 (80,64% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Fiscalização, Legislação e Circunstancial.

I – Fiscalização: textos em que o tema principal é alguma ação de fiscalização do poder público.

II – Legislação: textos em que predominam informações e discussões sobre a legislação pertinente ao tema biopirataria, como a utilização de recursos genéticos pelas indústrias cosmética e farmacêutica.

III – Circunstancial: textos que não abordam a biopirataria como tema principal, mas a citam em algum trecho do material publicado.

4.2.4.2.1 Texto 3 - Piratas da floresta rondam Amazônia

O Globo – 29 de setembro de 2011 – Planeta Terra – páginas 12, 13, 14 e 15

Categoria Biopirataria, subcategoria Legislação.

Página 12 - Piratas da floresta rondam Amazônia

Roubo de biodiversidade que começou com a borracha atrasa desenvolvimento

Cláudio Motta

claudio.motta@oglobo.com.br

A borracha fabricada de seringueiras nativas da Amazônia (*Hevea brasiliensis*) respondia por 99,7% da produção mundial em 1905. Dez anos depois, o percentual caía para 32,4%, chegando a 6,9% em 1922. O declínio que arruinou a economia de seringais da Amazônia, encerrando o ciclo da borracha, tem razões na biopirataria praticada pelo inglês Henry Wickham, que contrabandeou para a Inglaterra 70 mil sementes, depois plantadas na Malásia. O caso serviu de inspiração para o escritor americano Joe Jackson, que contou essa história em 448 páginas no livro “O ladrão do fim do mundo”. Ao reviver o roubo, o jornalista americano também reforçou o debate sobre a fragilidade do patrimônio genético da Amazônia e os caminhos para explorar economicamente a floresta.

Entre os capítulos do livro figura a saga da criação de Fordlândia, a cidade na qual Henry Ford tentou produzir no Brasil. Problemas ambientais e sociais, no entanto, fizeram do ambicioso investimento um retumbante fracasso.

— A floresta não pode ser industrializada. Ford pensou que poderia mecanizar a produção de borracha em Tapajós da mesma maneira que mecanizou a produção de carros em Michigan. Ele podia ter o controle do seu produto, mas não podia fazer o mesmo com a natureza, que sempre tem alguma surpresa nova. A borracha obteve sucesso na Ásia porque o mal das folhas, ou qualquer praga comparável, não existia lá – disse Jackson.

A estagnação econômica da Amazônia causada pela substituição da seringueira nativa por plantação na Malásia pelos ingleses durou até 1970, de acordo com o pesquisador sênior do instituto de pesquisa Imazon, Alberto Veríssimo. A recuperação ocorreu com a mineração, pecuária bovina e extração de madeira, atividades de baixo valor agregado.

— Esse crescimento resultou em desmatamento e gerou também muitos conflitos sociais. O modelo desse ciclo caracterizado pelo Imazon como “boom-colapso”, isto é, um rápido crescimento de renda e emprego a partir da exploração predatória dos recursos naturais, seguido de uma exaustão dos recursos naturais e consequente redução da vida econômica, é inaceitável no século XXI. Desenvolvimento terá de ser baseado no uso mais racional e sustentável dos recursos naturais – disse Alberto.

Os desafios hoje são tão grandes como a imensidão da Amazônia. Entre eles, o pesquisador do Imazon lista a mudança do padrão de produção, regularização da terra e consolidação da presença do estado. Além disso, é preciso inovação tecnológica e capacitação técnica.

Página 13 - Livro conta a história do ladrão que arruinou a região

Cláudio Motta

claudio.motta@oglobo.com.br

Jornalista e escritor americano, Joe Jackson nunca estivera no Brasil até ouvir falar num jantar sobre Henry Wickham, um inglês comum e sem dinheiro que roubara 70 mil sementes de seringueira na Amazônia, no início do século XX. A biopirataria causou a ruína da economia local e mudou o mapa da produção da borracha. Após um ano e meio de pesquisas, que incluiu a visita à floresta por quase um mês, ele publicou “O ladrão no fim do mundo” (Objetiva).

O Globo: Por que abrir o livro com o provérbio “Deus é grande, mas a floresta é maior”?

Joe Jackson: Eu ouvi isso em Santarém. A história realmente começa falando de humildade. Todos envolvidos no comércio da borracha – Wickham, Henry Ford, o império britânico e os barões da borracha de Manaus – pensaram que podiam dobrar a floresta com sua vontade, geralmente para explorá-la, como também em nome do rei ou do país. Mas é claro que, no final, a floresta se mostra maior. É um tema que Shakespeare adorava: a arrogância, ou a tendência do homem inflar seu lugar natural. E, claro, isso sempre acaba mal.

O Globo: O senhor considera esse o maior caso de biopirataria?

Joe Jackson: Acho que não. Por exemplo, Clements Markham e outros pegaram a cinchona, que produz quinino, no Peru em 1859. E há a aventura brasileira que trouxe o café da Etiópia em 1747. Porém, a biopirataria praticada por Wickham foi única porque houve terríveis consequências para o país lesado. Eu acho que o contrabando continua ocorrendo, tanto para corporações multinacionais como por uma combinação internacional de leis. Acredito que a maior ameaça para a Amazônia hoje são o desmatamento e a exploração predatória, como as corridas para obter ouro nas cercanias de Itaituba.

O Globo: Qual é a maior ameaça à biodiversidade?

Joe Jackson: A exploração desenfreada das riquezas naturais é a maior ameaça à biodiversidade de qualquer nação. Considerando o tamanho da Amazônia e sua importância para a saúde do planeta, as decisões do Brasil podem ter um alcance global. Fui diversas vezes surpreendido pela semelhança entre histórias do Brasil e dos Estados Unidos com a ideia de “lugar selvagem”. No Brasil, a Amazônia, nos Estados Unidos, o Oeste. Em ambos os casos, havia a ideia de fazer fortuna explorando os recursos naturais, que poderiam deixar qualquer um rico rapidamente. Os Estados Unidos cometeram muitos erros que não podem ser reparados. Porém, o modelo americano no qual há forte presença federal pode atenuar a exploração maciça, além de dar mais ferramentas para planejar o uso dos recursos naturais do país.

O Globo: O que esperar de concerto da Rio+20?

Joe Jackson: Espero uma nova consciência criada a partir de eventos recentes. Nos 20 anos desde a primeira conferência das Nações Unidas, havia uma ridícula resistência sobre os efeitos do aquecimento global e outras questões ambientais. No meu país, essa tem sido uma batalha política contra os Republicanos. Desde a administração Bush-Cheney, os Republicanos têm uma posição de guerra contra iniciativas ambientais. Enquanto isso, temos visto desastres mundiais causados pelas mudanças climáticas. Às vezes o peso da opinião

internacional não importa para um país. Tomara que haja um número suficiente de delegações para conseguir algo de concreto e duradouro na Rio+20.

Páginas 14 e 15 – **Mecanismos de proteção para a floresta ainda são incipientes**

Cláudio Motta

claudio.motta@oglobo.com.br

O instrumento internacional de proteção das riquezas produzidas a partir da biodiversidade dos países que ainda preservam suas florestas é o protocolo de Nagoia. Ele prevê regras para a exploração econômica de material genético e de repartição dos benefícios gerados, mas ainda não está em vigor.

Criado em 2010, o protocolo conta o apoio formal 54 países membros da ONU desde que recebeu 12 novas assinaturas no último dia 20, em cerimônia realizada em Nova York. Suas regras só passarão a valer três meses depois de serem ratificadas nos congressos nacionais de pelo menos 50 nações.

Para o secretário Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias, é fundamental que o protocolo vigore até 2012. Ele acha que este será um instrumento de proteção da biodiversidade brasileira, sobretudo das riquezas da Amazônia.

— Alguns países, entre eles o Brasil, já estabeleceram legislações nacionais de proteção à biodiversidade. Porém, países mais ricos preferem continuar usando recursos genéticos como se não houvesse qualquer exigência. Isso ocorre particularmente nos setores farmacêutico e cosmético, que não usam genes, mas moléculas com propriedades aromáticas. No entanto, o protocolo de Nagoia prevê a inclusão de moléculas resultantes do metabolismo dos organismos — disse Braulio.

O secretário executivo da Convenção de Diversidade Biológica da ONU, Ahmed Djoghlaif, fez um apelo para que o protocolo de Nagoia entre em vigor antes mesmo da Conferência de Desenvolvimento Sustentável, que será realizada em junho de 2012, a Rio +20:

— Peço urgência aos signatários para ratificar o processo que permita a entrada em vigor do Protocolo de Nagoia em 2012, como uma contribuição da Década da Biodiversidade das Nações Unidas (2011-2020) na Rio +20.

Na prática, países que têm diversidade biológica ficam com poucos instrumentos para preservar suas florestas. Além disso, muitas vezes ainda são obrigados a pagar mais por

produtos feitos a partir de princípios ativos descobertos em suas fronteiras. Isso ocorre inclusive com medicamentos. Braulio Dias cita o caso da Indonésia:

— Há cerca de dois anos a Indonésia cedeu acesso a vírus causadores de gripe a instituições de pesquisa na Europa e Estados Unidos, que transferiram a fabricação de vacinas para empresas privadas. Estas deram acesso prioritário à Europa e aos Estados Unidos. Ou seja, o país que ajudou a desenvolver o remédio não teve acesso aos benefícios de resultantes. A convenção de diversidade biológica procurou corrigir isso com o protocolo de Nagoia.

Já a presidente da ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), Suzana Padua, vai além. Ela defende a criação de tratados internacionais para a preservação da biodiversidade que referendassem a criação de taxas internacionais. Ela reconhece, no entanto, a grande dificuldade de determinar quem é que vai pagar por isso.

— Os produtos vendidos a partir de elementos encontrados na floresta devem ter parte do lucro revertido para a ações de proteção da biodiversidade. Além disso, as florestas têm um valor, que deve ser pago para ser mantido. O nó é determinar quem vai pagar isso. Na verdade, acredito que o mundo deveria pagar uma cota para o Brasil manter suas áreas verdes. A biodiversidade deveria ser protegida como uma joia da coroa por sua importância ambiental — afirmou Suzana.

Para discutir a importância da biodiversidade, o Ipê está ajudando a promover reuniões no Brasil com representantes do setor privado, da sociedade civil, de populações tradicionais (como grupos indígenas), de instituições de pesquisa e do governo.

Entre as propostas, está a criação de mais unidades de proteção. Essa estratégia tradicional é considerada muito eficaz pelo coordenador do programa Cerrado e Pantanal do WWF-Brasil, Michael Becker. Ele aponta o desmatamento, sobretudo o provocado pela expansão desordenada das fronteiras agrícolas, como a principal ameaça à biodiversidade. E, no caso da Mata Atlântica, a perda de áreas verdes pela urbanização.

— É preciso ter mecanismos em que as boas práticas sejam remuneradas. Estamos negociando com os setores da soja e da pecuária. Além disso, deve haver uma remuneração clara aos que preservam a reserva legal como um serviço ambiental. Estamos falando de mecanismos financeiros, como a geração de créditos de carbono, para apoiar preservação da mata em pé.

O Brasil enfrenta, ainda, outro problema para aproveitar o potencial econômico de sua biodiversidade. A legislação nacional é considerada controladora demais. Isso acaba gerando dificuldades para o desenvolvimento tecnológico nacional.

— Temos todo o interesse de tentar fazer a modernização do marco legal. É preciso garantir o controle das nossas florestas, mas isso não pode servir como desestímulo para pesquisas. Em última instância, não queremos ter toda a biodiversidade para não fazer nada com ela — afirmou Bráulio.

O conjunto de textos publicados nas quatro páginas (transcritos acima) formam uma reportagem. Esse gênero do texto jornalístico normalmente se caracteriza pela apuração mais aprofundada, a apresentação de uma quantidade maior de detalhes dos fatos e das circunstâncias, além de ser mais longa que a notícia.

A reportagem sobre a biopirataria na Amazônia aborda, a partir do lançamento de um livro que relata o caso do envio ilegal de sementes de seringueiras para fora do Brasil, a questão das legislações nacional e internacional existentes e em implantação para combater o problema. Em nossa classificação, a matéria foi enquadrada na categoria Biopirataria e na subcategoria Legislação.

Na página

A reportagem está distribuída em quatro páginas, com fotos, além de uma citação no índice do caderno. O conjunto é formado por três matérias. A primeira (“Piratas da floresta rondam a Amazônia”) está publicada na página 12, ao lado da segunda matéria (“Livro conta a história do ladrão que arruinou região”). Os dois textos formam um conjunto gráfico dentro da reportagem por estarem lado a lado e terem sido impressos, assim como as imagens, em preto e branco.

Essas opções de formação de um conjunto com as duas matérias e a impressão sem cor têm uma razão: ambos os textos remetem ao passado; ao caso do inglês Henry Wickham, que contrabandeou 70 mil sementes de seringueiras para a Inglaterra. Elas foram plantadas na Malásia e a nova zona produtora acabou arruinando com a economia da Amazônia.

Figura 6 – Páginas 12 e 13 de O Globo com as duas primeiras matérias da reportagem sobre biopirataria na Amazônia

O conjunto das matérias das páginas 12 e 13 está dominado pelo grande título “Piratas da floresta rondam Amazônia”, que vem acompanhado da linha-fina “Roubo de biodiversidade que começou com a borracha atrasa desenvolvimento”. Na página 13, há um olho destacando a seguinte declaração de Joe Jackson: “Todos pensaram que podiam dobrar a floresta em nome do rei ou do país. É claro que, no final, a floresta se mostra maior”.

A terceira matéria, “Mecanismos de proteção para a floresta ainda são incipientes”, está diagramada nas páginas 14 e 15 com duas grandes fotos coloridas. Na fotografia da página 14, horizontal acompanhado a disposição do texto abaixo, há um barco navegando no rio Jari. A imagem do pequeno elemento humano em meio à imensidão do conjunto floresta-rio é significativa quando composta com a legenda “Rio Jari, na Amazônia: desafio de conciliar atividade econômica com meio ambiente”.

Figura 7 – Páginas 14 e 15 de O Globo com a matéria que aborda a legislação sobre biopirataria

A segunda fotografia, já na página 15, é vertical e acompanha a disposição, também vertical, do texto na página. A imagem tem um dos animais símbolos da Amazônia, o boto-cor-de-rosa, único elemento da fauna que aparece na reportagem toda.

Os fatos e o contexto

As reportagens, como a maioria dos textos dos gêneros jornalísticos, precisam de algum elemento que justifique sua divulgação. Pode ser uma denúncia, trazendo algo inesperado ou inédito, um fato novo sobre um fenômeno social já conhecido ou uma nova pesquisa ou dado. Esses artifícios levam a uma proximidade temporal com a realidade, bem como permitem que, muitas vezes, os leitores (no caso dos impressos, por exemplo) remetam o conteúdo jornalístico a seu universo de conhecimento.

No caso da reportagem sobre biopirataria de O Globo, o lançamento do livro O ladrão do fim do mundo, de Joe Jackson, é o motivo. As matérias publicadas nas páginas 12 e 13 praticamente são sobre o livro, o trabalho do autor e algumas de suas opiniões sobre a questão da biopirataria e da conservação da biodiversidade.

A reportagem foi publicada em 27 de setembro de 2011. O livro foi lançado em 22 de agosto do mesmo ano pela editora Objetiva e ainda era uma novidade no mercado.

A biopirataria é uma atividade ilegal bastante sofisticada e especializada, envolvendo não somente a fauna, mas as mais diversas formas de vida. O crime é praticado por pessoas treinadas e capacitadas para identificar animais, plantas, fungos, etc. que podem fornecer substâncias para a extração e sintetização de princípios ativos usados nas indústrias de medicamentos, de cosméticos e de alimentos. Esses especialistas também se aproximam de comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros para coletarem informações sobre o uso dos recursos naturais.

Sarney Filho (2003, p. 14) destacou informações passadas à comissão parlamentar de inquérito que investigou o tráfico de animais e plantas no Brasil no final de 2002 e início de 2003 sobre “convênios firmados entre instituições de ensino e pesquisa brasileiras e instituições estrangeiras que, em alguns casos, podem funcionar como meio de amparo à biopirataria.” Ou seja, pesquisadores com autorização de trabalho no Brasil podem estar envolvidos com esse tipo de crime.

A situação torna-se mais grave, ainda de acordo com Sarney Filho (2003, p. 49-50; 2006, p. 21-22), quando o material biológico levado do Brasil permite que sejam sintetizados princípios ativos que acabam sendo patenteados fora do país. Há casos, então, de medicamentos sendo desenvolvidos a partir de conhecimentos e substâncias nacionais sem o devido retorno financeiro às comunidades tradicionais e ao Estado brasileiro.

Nesse processo, não somente a biodiversidade por meio do patrimônio genético é atacada, mas também o conhecimento acumulado por gerações de populações que aprenderam na convivência com a natureza a utilizar os recursos naturais.

Em geral, os países com grande biodiversidade, forte sociodiversidade e legislação ainda problemática para a defesa dessa riqueza, como o Brasil, são o alvo das quadrilhas.

Especificamente no campo do tráfico de fauna, a biopirataria é bastante representativa. Os principais animais vítimas desse comércio estão entre répteis, anfíbios, aracnídeos e insetos. A produção de substâncias pelos espécimes, como as peçonhas (o popular veneno) por cobras, é o atrativo.

Quanto ao reino animal, estima-se que cerca de cinco a seis mil espécimes da rã *Phyllomedusa bicolor*, por conterem dermorfinas, foram contrabandeados para a Europa, especificamente para a Itália, a partir do rio Javari, pela antropóloga Katharine Milton, da Universidade da Califórnia [...], que ainda hoje entra e sai do País sem problemas. (SARNEY FILHO, 2006, p. 21-22)

A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 42) cita exemplos dos valores de 2001 no mercado negro internacional de algumas substâncias produzidas por cobras: o grama da peçonha da *Bothrops jararaca* (jararaca-da-mata ou simplesmente jararaca) valeria US\$ 433,70 e da *Bothrops atrox* (jararaca-do-norte) custaria US\$ 223,80. Já 100 mg da peçonha da *Bothrops alternatus* (urutu) fora avaliada na época em US\$ 183,50 e a mesma quantidade do “veneno” da *Bothrops neuwiedi* (jararaca-cruzeira ou boca-de-sapo) estava em US\$ 97,90.

O Protocolo de Nagoia, citado na matéria das páginas 14 e 15, foi elaborado exatamente para tentar combater alguns problemas gerados pela biopirataria internacional. O documento é um acordo internacional resultante da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada no Japão em 29 de outubro de 2010.

O documento pretendeu deixar mais claras e previsíveis as condições e as regras que permitam o acesso aos recursos genéticos, além de garantir uma repartição dos benefícios oriundos dessa atividade econômica às comunidades que forneceram essa possibilidade (por meio do conhecimento tradicional ou do acesso ao material). O protocolo entraria em vigor 90 dias após o 50º país tivesse ratificado internamente o acordo, o que aconteceu em outubro de 2014. Ou seja, na época da elaboração da reportagem, ele ainda não estava valendo.

O Brasil, apesar de ter assinado o protocolo em 2010, ainda não o ratificou – o que tem de ser feito pelo Congresso Nacional. Internamente, desde 20 de maio de 2015, o país tem uma nova lei sobre o tema: a Lei nº 13.123, chamada de Lei da Biodiversidade. Ela substituiu a Medida Provisória nº 2.186/2001, considerada uma das pioneiras no mundo em alinhamento com Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992, e que já tentava reger o acesso ao patrimônio genético e garantir alguma distribuição de benefícios às comunidades de origem do conhecimento ou do material.

A alteração da legislação nacional, com a nova lei de 2015, chegou a ser apontada como uma necessidade para que, na sequência, o Congresso ratificasse o Protocolo de Nagoia.

No texto

A reportagem apresenta-se com um título forte: “Piratas da floresta rondam a Amazônia”. O uso das palavras “piratas” e “rondam” cria um universo semântico ligado à ação e à criminalidade. Como a leitura isolada do título permite uma gama grande de interpretações, a linha-fina ajuda a delimitar esse universo, ligando-o a questão da perda de biodiversidade.

Essa mesma linha-fina, apesar de ajudar na delimitação do tema da reportagem, ainda se mostra bastante abrangente, não fornecendo nenhuma informação nova ou factual e indicando que o texto deverá seguir um caminho baseado em fatos históricos. O que causa estranhamento por estarmos em um veículo jornalístico.

E realmente, o texto da matéria da página 12 foi confeccionado para apresentar um fato histórico ligado à biopirataria: o contrabando de milhares de sementes de seringueiras da Amazônia brasileira para a Inglaterra, de onde saíam para serem cultivadas na Malásia. E a justificativa para elaboração desse relato está no lançamento do livro O ladrão do fim do mundo, realizado em 22 de agosto de 2011, pouco mais de um mês antes da publicação da reportagem de O Globo.

Vale destacar que o lançamento do livro não foi citado como algo recente pelo jornalista.

O primeiro parágrafo da matéria resume a importância da borracha para a economia da Amazônia, seu declínio e o motivo da mudança de cenário motivado pela biopirataria, bem como a existência do livro. Para o jornalista de O Globo, a publicação “reforça” o debate sobre a exploração do patrimônio genético da região e do potencial econômico da floresta. Mas, para o uso do verbo “reforçar” deveria haver na matéria ou recentemente na memória das pessoas alguma discussão sobre o assunto.

Na matéria não há nada antes do “reforçou” que justifique o uso desse verbo. Na mesma edição do jornal, também não há. A outra matéria mais próxima que aborda a questão da biopirataria e a exploração dos recursos naturais da floresta Amazônica foi publicada pelo diário em 19 de julho do mesmo ano: “Há quatrilhões sob a Amazônia”. Portanto, há um distanciamento temporal considerável, o que não permitiria então o uso do “reforçar”. Concluímos que a utilização da palavra, e também do termo “debate”, visou criar no imaginário do leitor um grau de importância e relevância ao assunto, como se o mesmo fosse alvo de discussões constantes.

O segundo parágrafo faz a transição da questão da biopirataria para as consequências sociais e ambientais da exploração não sustentável dos recursos da floresta. Nele, é citado o fracasso do investimento de Henry Ford.

O terceiro parágrafo se apresenta como o início de uma crítica ao modelo de exploração desenfreada da floresta. A partir do exemplo de Ford, citado no parágrafo anterior, o jornalista utiliza uma declaração em discurso direto do autor do livro. Nela, predomina a

ideia de que a Amazônia necessita de um modelo econômico diferente, não baseado na exploração tradicional. A repetição do verbo “poder” é bastante emblemática, afinal a palavra tem em seu significado a questão da possibilidade infinita – quase que a mesma leitura possível para o substantivo de mesma grafia (o “poder”).

A partir desse parágrafo, a matéria apresenta os novos erros da exploração econômica da Amazônia. Novamente, a região é vista como um celeiro de recursos à espera de serem retirados, seja via mineração, atividade madeireira, pecuária extensiva, etc. O clímax da crítica se dá no quinto parágrafo, em que o pesquisador do Imazon, Alberto Veríssimo, apresenta a ideia do “boom-colapso”. O conceito é forte e ganha reforço por ser apresentado por discurso direto, além do adjetivo “inaceitável” para o modelo exploratório e do verbo ter (conjugado como “terá”, futuro do presente do indicativo), fornecendo o tom de obrigação para o chamado “uso racional e sustentável dos recursos naturais”.

Ficou claro na matéria que o lançamento do livro foi utilizado para apresentar a questão da biopirataria, que por sua vez foi parte de uma argumentação em defesa de um novo modelo de utilização dos recursos naturais da Amazônia. Nos chamou a atenção o fato de que, em momento algum, trabalhou-se diretamente o conceito de conservação, que, pode ou não, dependendo do referencial do leitor, estar ligado à questão do uso sustentável.

A segunda matéria, publicada na página 13 com o título “Livro conta a história do ladrão que arruinou a região”, segue de forma bem próxima a estrutura argumentativa da matéria da página 12. Ambas partem do livro, a história do contrabando de sementes e a força da floresta, abordam a biopirataria e terminam tratando sobre biodiversidade e formação de um novo modelo de exploração dos recursos naturais. Apesar dessa semelhança, elas são exemplos de diferentes gêneros de texto do jornalismo, pois na 12 encontramos uma entrevista⁶⁶.

Não há uma boa correspondência entre o título dessa matéria e as informações apresentadas no texto. Apenas o parágrafo introdutório da entrevista é que possui dados da história do envio ilegal das sementes. Nenhuma das perguntas e das respostas traz mais detalhes sobre o caso.

⁶⁶ O termo “entrevista” tem mais de um significado no universo jornalístico. O termo indica uma técnica de obtenção de informações em que o jornalista pergunta à sua fonte o que deseja saber. É também um gênero do texto jornalístico baseado na reprodução de perguntas e respostas alternadas em discurso direto, quase que reproduzindo um diálogo. No meio da imprensa também é chamada de pingue-pongue.

Sobre a biopirataria, a matéria/entrevista tem somente uma pergunta, a segunda (“O senhor considera esse o maior caso de biopirataria?”). E a resposta traz informações superficiais sobre outros casos e uma transição para o início da abordagem sobre a questão de outras ameaças à biodiversidade: “Acredito que a maior ameaça para a Amazônia hoje são o desmatamento e a exploração predatória [...]”.

A última matéria da reportagem, “Mecanismos de proteção para a floresta ainda são incipientes”, publicada nas páginas 14 e 15, é a mais importante do conjunto e a que mais se aprofundou na questão da biopirataria. Pelo fato de a publicação ser de 2011, o Protocolo de Nagoia ainda não entrara em vigor e não tínhamos a atual Lei da Biodiversidade, de 2015. A matéria explica superficialmente o acordo internacional, alerta para o fato dele não vigor, os esforços para mudar a situação daquele momento e apresenta algumas propostas para reduzir o problema e, sobretudo, melhorar a proteção à biodiversidade.

Encontramos os discursos do poder público brasileiro (Braulio Dias, do Ministério do meio Ambiente), do representante da ONU (Ahmed Djoghlaif) e de dois representantes de ONGs (Suzana Pádua, do Instituto Ipê, e Michael Becker, do WWF-Brasil).

Braulio e Ahmed têm seus discursos caracterizados por falas genéricas sobre a importância do Protocolo de Nagoia e, sobretudo, com foco na necessidade de mais países ratificarem o acordo para que ele entre em vigor. O jornal, por exemplo, destacou que o representante do Ministério do Meio Ambiente acha (grifo nosso) que o acordo é importante para a proteção da biodiversidade brasileira, principalmente a da Amazônia. Essa é uma frase totalmente desnecessária para a construção da matéria, afinal, é uma informação óbvia.

O discurso de Braulio ganha mais força quando, via discurso direto, é destacada sua fala criticando ações de países ricos que tentam continuar explorando material genético e moléculas de matérias-primas originárias de outras nações.

Já o discurso do representante da ONU é marcado pelo esforço para conseguir colocar em vigor o Protocolo de Nagoia. A ele estão associados o substantivo “apelo”, o verbo “pedir” (na forma conjugada “peço”) e o substantivo “contribuição”.

Os discursos dos representantes das ONGs mostraram-se genéricos no combate à biopirataria e mais ligados à conservação da biodiversidade. Ambos destacam o fato de que é preciso valorar os recursos naturais e os serviços ambientais prestados pela natureza e remunerar boas práticas econômicas. A biodiversidade é caracterizada como uma “joia da coroa” por Suzana Pádua.

Partindo da ideia de que tudo que tem valor econômico deve ser explorado, a matéria é encerrada com Braulio afirmando que a legislação nacional tem de ser melhorada para não ser tão restritiva para o desenvolvimento tecnológico, pois, “não queremos ter a biodiversidade para não fazer nada com ela”. Menos de quatro anos depois da publicação da matéria, a então presidente Dilma Rousseff sancionava a Lei da Biodiversidade.

Encontramos duas ideias na reportagem: uma ligada ao combate à biopirataria e outra à conservação da biodiversidade. Isso deve-se ao fato de que as três matérias que formam o conjunto misturam os dois tópicos.

- Biopirataria: O Globo, o poder público brasileiro e a ONU consideram que o combate à biopirataria passa, necessariamente, por melhorias na legislação e por uma gestão mais eficaz do setor.

- Biodiversidade: O Globo, o poder público e as ONGs ligadas à proteção da biodiversidade ouvidas concordam com a necessidade de valorar os recursos naturais e os serviços ambientais da natureza como forma de incentivar a conservação.

A representação social

A conservação da biodiversidade e combate à biopirataria passam pela ideia de que a natureza tem de ser encarada como um recurso e ser valorada, o que traria métodos de gestão e uso sustentável. Ou seja, a natureza será eficientemente protegida se tiver valor econômico.

4.2.4.3 A categoria Comportamento

A categoria Comportamento é formada por matérias jornalísticas em que a abordagem predominante são os hábitos e os comportamentos das pessoas em seus cotidianos que acabam incentivando a cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação e, conseqüentemente, o tráfico de fauna.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a terceira com maior número de matérias. No total, foram encontradas 30 matérias (11,81%), sendo 17 (56,66% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 13 (43,33% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Hábito, Cultura e Circunstancial.

I – Hábito: textos em que o tema principal é o hábito de pessoas em criar animais silvestres como bichos de estimação.

II – Cultura: textos em que predominam informações sobre gastronomia, culinária, moda, decoração e educação ambiental.

III – Circunstancial: textos que não têm os assuntos ligados às subcategorias Hábito e Cultura como tema principal e apenas os citam em algum trecho do material publicado.

4.2.4.3.1 Texto 4 - Deram um pé no louro

Folha de S. Paulo – 12 de outubro de 2014 – Revista São Paulo – página 40

Categoria Comportamento, subcategoria Hábito.

Deram um pé no louro

Após 24 anos em bar, papagaio sem licença é dedurado e levado para reabilitação

Bruno B. Soraggi

De São Paulo

O Alfredinho, o Tio, o Risadinha, o Alemão: a clientela do Zé Ladrão está desconsolada há duas semanas. É que levaram embora o papagaio-mascote do boteco. Desde então, naquele número 478 da rua Apinajés, em Perdizes, região oeste, só se fala da ausência da ave, e no poleiro agora vazio balança o melancólico sulfite: "Onde está o Fred?". Era ali que o louro papagaiava, solto, nas tardes de seus últimos 24 anos. O bar tem 25.

Batizado em homenagem ao cantor Freddie Mercury (1946-1991), o animal foi apreendido pela Polícia Ambiental, que recebeu denúncia anônima, e encaminhado ao centro de recuperação de animais silvestres no Parque Ecológico do Tietê, divisa com Guarulhos - onde foi fichado e agora é o número 17.617. Ele não pode receber visitas.

"Quando o pegaram, falei: 'Vocês estão tirando metade do meu coração'", desabafa José Vicente Rodrigues, 74, o português cujo apelido batiza o bar. "Minha mulher chorou, passei mal três dias... É amor, fazer o quê? A gente se apegou!"

O baque também pegou o Walter, cliente antiquíssimo que leva a alcunha de Papagaio por ser um dos preferidos do Fred. Era ele quem cuidava da ave quando o luso saía em viagens. "O Fred reconhecia meu carro. Sempre tinha que agradá-lo, e eu era o único que o colocava no ombro sem ele sujar", lembra o habituê.

Ninguém ali sabe quem abriu o bico. Até chegou-se a desconfiar de um comerciante da área, mas o suspeito jurou não ter sido ele o delator.

A confraria de amigos logo se articulou. O Naná imprimiu os papéis de protesto; o Fernando, que cuida da página do Zé Ladrão no Facebook, colocou a cara do Fred no perfil e espalhou a notícia; até equipe de TV se pôs de prontidão. Na última semana, todos ajudavam na compilação de provas para munir uma advogada e tentar reaver a ave mais amada do quarteirão. "O Fred era mais querido que o próprio dono", brinca a funcionária de uma farmácia dobrando a rua Caiubi.

Só que, ainda que bem tratado, o animal não tinha licença do Ibama, que não costuma regularizar animais silvestres sem comprovante de origem legal. "Foi presente do cunhado, chegou aqui filhotinho", afirma Zé – papagaios podem viver mais de 60 anos.

Fato é que a lei considera crime manter espécimes silvestres em cativeiro sem autorização, e a reintegração à natureza pode fazê-los procriar, "essencial para a existência da espécie", diz a Secretaria do Meio Ambiente.

De trás do balcão, quem conta do "caçula" tagarelando com crianças e assobiando para moças é o Zé Ladrão. Fechando a porta sob o toldo que anuncia "Bar do Zé L...", quem se despede é um homem reticente.

O texto acima tem traços do gênero jornalístico-literário denominado crônica. Esse tipo de composição não prima pela exatidão das informações encontrada na notícia e contém elementos narrativos encontrados na literatura. Uma de suas principais características é utilizar fatos do cotidiano para, a partir deles, elaborar diferentes pontos de vista ou alguma abordagem inusitada.

De acordo com Melo (1985⁶⁷, p. 111 apud TUZINO, 2009, p. 3), a crônica tem “a feição de relato poético do real, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária”. O autor destaca que, no Brasil, o gênero é marcado por ser um texto breve, relacionado à atualidade e publicado em jornal ou revista.

O texto foi publicado em uma revista semanal encartada no jornal. Ele aborda a apreensão pela Polícia Militar Ambiental de um papagaio que vivia em um bar paulistano e as consequências emocionais de tal fato na comunidade e, principalmente, no proprietário do estabelecimento. “Deram um pé no louro” foi classificado na subcategoria Hábito da categoria Comportamento.

⁶⁷ MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Na página

A crônica está publicada na página 40 da Revista São Paulo, suplemento encartado semanalmente aos domingos na Folha de S. Paulo. Ela está composta pelo antetítulo “Bichos”, seguido de uma grande foto horizontal que ocupa a área das três colunas de texto existentes na página, legenda, o título “Deram um pé no louro” em uma linha por três colunas, uma linha-fina e o texto.

A página está dividida em duas áreas praticamente simétricas, formando dois grandes blocos horizontais. O superior, com o antetítulo, fotografia, legenda, título e linha-fina. Já o inferior é composto pelo texto. A divisão entre eles se dá com a assinatura do autor e os espaços em branco de cada lado do nome.

Figura 8 – Página 40 da revista São Paulo da Folha de S. Paulo

Essa distribuição de elementos favorece bastante à leitura do conjunto fotografia-título, que mostra a imagem de um homem entristecido olhando para a gaiola vazia do papagaio apreendido. A essa ausência do animal soma-se o título “Deram um pé no louro”. O reforço de ideias é claro e aparecerá no texto.

Os fatos e o contexto

O tráfico de fauna é responsável pela retirada de mais de 38 milhões de animais silvestres todos os anos da natureza brasileira (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 32). Desse total, entre 60% (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2005, p. 39) e 70% (WWF-BRASIL, 1995, p. 11) ficam em território nacional para abastecer a demanda interna.

Pesquisa de Destro et al (2012, p. 428) indica que cerca de 80% dos animais apreendidos com traficantes ou em cativeiro doméstico ilegal no Brasil, entre 2005 e 2009, eram aves. A maior parte são das ordens dos Passeriformes (pássaros) e dos Psitaciformes (araras e papagaios). Essas informações, como já apresentamos em **2.1 Conhecendo o tráfico de animais silvestres no Brasil**⁶⁸, indicam que o principal motivador do mercado negro de fauna no Brasil é o hábito do brasileiro em criar os silvestres como bichos de estimação.

A apreensão do papagaio do Zé Ladrão é um caso nesse universo. Pelas informações publicadas na crônica, a ave sem procedência legal, ainda filhote, foi dada ao comerciante como presente. Ou seja, o animal foi capturado na natureza e traficado. Na Região Metropolitana de São Paulo, geralmente, o comércio de filhotes de papagaios-verdadeiros (*Amazona aestiva*) acontece todos os anos entre setembro e dezembro, período em que ocorrem os nascimentos dos animais da espécie no cerrado do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Minas Gerais e oeste da Bahia.

Moradores dessas regiões recolhem as aves recém-nascidas dos ocos de árvores onde nasceram e as entregam para os traficantes de fauna de São Paulo que pagam por esse serviço. Esses bandidos enviam os filhotes, às centenas, amontados em caixas nos bagageiros de ônibus, porta-malas de carros e em caminhões. Na capital paulista e nos municípios vizinhos, os animais são vendidos em feiras de rua e pela internet.

⁶⁸ Ver p. 41.

Fotografia 3 – Foto de um grupo de 336 filhotes de papagaios-verdadeiros apreendidos em Ourinhos (SP) em 2 de outubro de 2012

Foto: Polícia Rodoviária Federal

As aves foram encontradas dentro de caixas no banco traseiro e no porta-malas de um carro que vinha de Ivinhema (MS) e seguia para a capital paulista (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2012).

O papagaio do Zé Ladrão tem grande chance de ter percorrido esse esquema, inclusive sofrendo maus tratos. A ave é vítima da ação de traficantes de animais incentivados pelo desejo de muitos brasileiros que, como o comerciante, gostam de criar animais silvestres como bichos de estimação.

A ausência desses animais na natureza pode levar a uma série de consequências negativas ao meio ambiente e ao homem. Cada espécie tem funções ecológicas em seu habitat, tais como controlar por predação a população de outras espécies, ser parte da alimentação de alguns animais, espalhar sementes e ajudar no fluxo gênico de espécies da flora, etc. A retirada constante de grandes quantidades de filhotes pode levar a uma redução populacional ou até a extinções locais, podendo causar desequilíbrios nos ecossistemas envolvidos.

No texto

A crônica publicada está estruturada na alternância de dois conjuntos semânticos: um policial e outro emotivo. A construção do texto foi realizada com palavras, frases e parágrafos que gravitam entorno dessas duas ideias, criando um jogo de oposição de sentidos.

Um dos polos dessa oposição semântica aparece sempre investido de uma apreciação positiva, enquanto o outro é valorizado negativamente (FIORIN; SAVIOLI, 2002, p. 6)

Nossa análise concluiu que o conjunto emotivo foi carregado de sentido positivo, enquanto os elementos ligados ao tema policial, responsáveis pelo cumprimento da lei, acabaram recebendo a carga negativa.

O título da crônica, “Deram um pé no louro”, foi criado a partir de uma expressão popular que significa “sumiram com o louro”. Para reforçar a ideia de que algo estranho aconteceu, a linha-fina foi escrita com termos policiais, o que faz parecer que a ave estava envolvida em algo irregular, acabou denunciada e, por isso, foi presa. O papagaio, tratado pela composição como criminoso, na verdade é a grande vítima, afinal ele estava irregular por ter sido traficado e, durante uma ação de fiscalização, acabou encaminhado ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Parque Ecológico do Tietê – instituição responsável por tentar devolver os espécimes à vida livre. A utilização da voz passiva (o papagaio é o sujeito paciente), com as palavras “sem licença”, “dedurado” e “reabilitação”, criam o clima policialesco.

O primeiro parágrafo da crônica começa mantendo o estilo crônica policial ao encadear quatro clientes do bar onde vivia o papagaio a partir de seus apelidos e por já anunciar que o comerciante é conhecido como Zé Ladrão. Mas a palavra “desconsolada” começa a quebrar o clima sugerido e se inicia a transição para o emotivo. Temos então a “ausência da ave”, o “poleiro agora vazio”, o “melancólico sulfite” e, finalmente, a pergunta: “Onde está o Fred?”.

O segundo parágrafo segue o esquema de alternância entre grupos semânticos diferentes e marca posição no universo policial. Novamente, o papagaio ganha ares de criminoso. O texto, na voz passiva, tem no termo “animal” o sujeito paciente, que acaba sendo “apreendido pela Polícia Ambiental, que recebeu denúncia anônima”, é levado para um centro de recuperação, fichado e, como na população carcerária, perde sua identidade, passa a ser um número e não recebe visitas. O parágrafo prima por desconstruir Fred, o papagaio-mascote, para construir o animal 17.617 isolado de qualquer convívio.

No terceiro parágrafo, o tom emotivo ganha espaço e todo o sentimento de carinho do comerciante que o criava e de sua mulher é relatado. Com a expressão “Quando o pegaram”, o autor faz a transição dos elementos policiais para iniciar os elementos que marcam o apego do casal ao Fred. A partir daí, encontramos “metade do meu coração”, “chorou”, “passei mal”, “É amor” e “A gente se apegou!”.

O parágrafo seguinte tem a função de reforçar o clima emotivo e destacar os bons sentimentos que os humanos nutrem pelo papagaio Fred. Nele, é mostrado que o cliente Walter também sofreu um “baque” e o quanto a ave correspondia ao carinho dele.

Até este momento do texto, o autor está construindo a ideia de que um absurdo foi cometido contra o papagaio, que mesmo ilegal era bom (como se a questão da ilegalidade do animal pudesse contaminar um pretendo caráter), e contra os que o amavam. No quinto parágrafo fica clara essa intenção, afinal alguém “abriu o bico” (sinônimo de denunciar). A retomada do clima policial (negativo) fica marcado pelas palavras “desconfiar”, “suspeito” e “delator”. Está definido: quem avisou a polícia da situação irregular é o errado!

Além do autor do texto, os frequentadores do bar também chegaram a essa conclusão. Está no sexto parágrafo, em que se elenca afirmativamente uma série de ações da “confraria de amigos” visando o retorno de Fred. As orações, sempre na voz ativa e com verbos de ação (“imprimiu”, “colocou” e “ajudavam”), relatam que até uma advogada foi acionada.

O sétimo parágrafo é bastante importante. Somente nele, já quase no final da crônica, é que o autor apresenta o motivo da apreensão do papagaio. Ele era ilegal. Há ainda um erro de informação ao se afirmar que o Ibama “não costuma regularizar animais silvestres sem comprovante de origem legal.” Não existe a possibilidade de haver esse tipo de legalização. Se o espécime é ilegal, ou seja, foi capturado na natureza e traficado, o poder público tem a obrigação de atuar, sendo impossível regularizar essa situação para a pessoa interessada em manter a posse.

O máximo que pode acontecer é, dependendo de algumas circunstâncias, o infrator conseguir a guarda provisória do animal pelo órgão fiscalizador ou pela Justiça.

O autor da crônica ainda afirmou, numa aparente tentativa de atenuar a ação ilegal de criar o papagaio vítima do tráfico, que o animal era bem tratado – conceito esse que pode ser bastante discutido. Afinal, um animal que nasceu livre e viveu a vida toda em cativeiro, como na gaiola que aparece na fotografia, pode ser considerado bem tratado? Ele nunca voou, nunca

viveu em bando (característica intrínseca do comportamento da espécie), nunca pareou, enfim, nunca foi um papagaio de verdade.

Um pouco dessa realidade e da possibilidade do retorno à vida livre, apontado pela Secretaria do Meio Ambiente, está no penúltimo parágrafo de forma extremamente superficial. Após seis parágrafos construindo a ideia de que o papagaio deveria ficar com o comerciante, o autor da crônica apresenta em dois parágrafos as justificativas do poder público para apreendê-lo. Feito isso, como que por obrigação jornalística, quem escreveu o texto sacramenta emotivamente: o “caçula” faz falta a rotina do boteco e ao comerciante, que agora é um “homem reticente”.

A Folha de S. Paulo investiu na repercussão da crônica. Na edição seguinte da revista semanal, publicada em 19 de outubro, um novo texto foi publicado, “O louro e o Zé”, bem como trechos de três cartas enviadas por leitores.

Na seção de cartas, na página 4, há duas mensagens de leitores criticando a apreensão do papagaio e uma (abaixo das outras) criticando a matéria. As duas primeiras, de um economista e um empresário, o poder público é considerado despreparado por retirar do comerciante um animal “saudável, adaptado e feliz”, além de desperdiçar esforços e preocupação com uma ave “bem tratada” no lugar de coibir desmatamento e crimes contra animais de espécies ameaçadas na Amazônia e Mata Atlântica.

Na outra carta, uma médica lamenta que a crônica fora escrita para os amigos do dono do bar se manifestarem a favor do papagaio e para colocar os demais leitores contra a lei. A quantidade de cartas criticando a apreensão e o fato de elas estarem diagramadas acima da única que critica o texto são indicativos claros da posição do jornal no caso: o papagaio tem de voltar para o comerciante.

O texto “O louro e o Zé”, publicado na mesma edição, ganhou uma chamada na capa da revista, uma página a mais de texto, duas fotografias e um olho. A composição, um misto de crônica com reportagem, informa sobre a devolução do papagaio Fred para o comerciante em cumprimento a uma determinação da Justiça. Na imagem que abre o texto, logo acima do título, o comerciante beija o papagaio, que está apoiado em uma de suas mãos.

Fotografia 4 – Imagem que abre “O louro e o Zé”, na edição de 19 de outubro de 2014 da revista São Paulo da Folha de S. Paulo

Foto: BITTAR; FOLHAPRES, 2014

O texto, escrito pelo mesmo autor, traz mais informações sobre o trabalho do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Parque Ecológico do Tietê, onde Fred esteve por 17 dias. Em quatro parágrafos estruturados no formato mais sisudo da reportagem, mostrou-se a importância do trabalho de recuperação de espécimes silvestres para devolução à natureza, além da crítica à devolução do papagaio ao comerciante Zé Ladrão feita pela veterinária e coordenadora do local, Liliane Milanelo: “Acho um desserviço com o nosso trabalho e o de instituições de fiscalização. Mantê-los em cativeiro é financiar o tráfico.”

Apesar do espaço para mostrar a importância e o esforço em reabilitar animais silvestres criados ilegalmente ou de forma errada pelas pessoas, o texto não apresentou uma mudança de ideias quando comparado ao da semana anterior. Os quatro últimos parágrafos retomam o estilo de crônica, dando ênfase ao emocional com palavras e expressões como “não conseguir conter o choro”, “Agora é alegria”, “chorou quando viu a ave novamente” e “um homem mais contente” (uma clara alusão à forma como foi encerrado a primeira crônica, em que Zé Ladrão, sem o Fred, era um homem reticente).

Na edição de 26 de outubro, o caso é novamente retomado. Na seção de cartas, duas mensagens sobre a devolução de Fred foram publicadas. Em ambas, se destaca o termo “justo”. Novamente, por meio da utilização de opiniões de leitores, a Folha de S. Paulo se posicionou favoravelmente à manutenção do papagaio com o comerciante.

A repercussão da apreensão e devolução do papagaio Fred teve um capítulo final em 16 de novembro, quando foi publicado pela revista São Paulo a crônica “O triste fim do louro do Zé”. O autor inicia o texto mostrando a alegria do retorno do papagaio e todas as providências tomadas para dar mais conforto ao animal. Nesse primeiro parágrafo, emotivo e marcado pela expressão “vida de marajá”, havia planos. Ou seja, havia futuro.

Mas a última linha já fez a ligação com o que seria a marca do segundo parágrafo, uma contraposição com a notícia da morte. A partir desse ponto do texto, o autor passa a caracterizar a comoção que tomou todos que conheciam Fred e haviam, inclusive, sido citados nas outras crônicas. “Walter desabou em luto”, a Preta “se desfez em lágrimas” e Sônia “não quis participar do enterro”.

A história do papagaio, segundo a Folha de S. Paulo, sofre uma “reviravolta” quando ocorre a apreensão. O uso desse termo indica que estava tudo bem e a ação do poder público retirando do animal foi a causa desse final. O veterinário que cuidou do papagaio no final da vida afirma que o estresse causou queda de imunidade, o que pôde levar ao quadro de pneumonia. Já a coordenadora do centro de reabilitação considera a hipótese de que a retirada do papagaio de junto das fêmeas com quem fora colocado, após a decisão da Justiça de devolvê-lo ao comerciante, causou “frustração reprodutiva” e estresse.

A crônica termina bastante emotiva, salientando as palavras “saudade” e “tristeza”. É interessante notar que a morte do papagaio serviu para, no final do texto, discutir um pouco dos procedimentos do poder público e da Justiça (com as declarações dos veterinários e as possíveis consequências da apreensão e da devolução do animal) e os sentimentos das pessoas que se apegaram a ele. Não se abordou, entretanto, a questão do hábito de criar espécimes silvestres como bichos de estimação e muito menos foi colocado o próprio papagaio como centro das discussões.

O Brasil sofre com falta de centros de triagem e de reabilitação de animais silvestres, conhecidos como Cetas e Cras. A carência desse serviço faz com que as poucas estruturas existentes vivam superlotadas. A não priorização do poder público na melhoria da infraestrutura pós-apreensão faz com que o atendimento aos espécimes não seja adequado e

permite-se com que haja argumentação favorável pela devolução dos animais às pessoas que os criavam.

A revista São Paulo da Folha de S. Paulo ainda publicou na edição de 23 de novembro três cartas sobre o caso. Uma criticando os procedimentos nos profissionais do centro de reabilitação, outra criticando a devolução do animal e uma última considerando uma maldade a apreensão.

A representação social

Animal silvestre que, mesmo ilegalmente, já vive com seres humanos como *pet* não deve ser apreendido pelo poder público. Ou seja, silvestre pode ser bicho de estimação.

4.2.4.3.2 Texto 5 – Com a macaca

O Globo – 25 de agosto de 2013 – Revista O Globo – páginas 22, 23 e 24

Categoria Comportamento, subcategoria Hábito.

Com a macaca

Cresce o número de pessoas que escolhem primatas como animais de estimação, um excêntrico luxo que pode custar até R\$ 50 mil

Por Joana Dale

RIO - Quando Roberta de Andrade Neves, uma empresária carioca de 40 anos e mãe de quatro filhos, chegou em casa com Sallomé no ombro, a família inteira achou que ela tinha perdido o juízo.

— Uma macaca de estimação? — indagou, incrédula, a publicitária Tathiana de Andrade Neves, irmã de Roberta.

Roberta adquiriu Sallomé, uma fêmea de macaco-prego, há três meses na *pet shop* Birds, na Barra (um dos 497 estabelecimentos autorizados a comercializar animais silvestres no país, segundo o Ibama). Um filhote de primata custa, em média, R\$ 50 mil.

— Sempre fui apaixonada por macacos e, sabendo disso, uma amiga comentou que tinha visto uma macaquinha à venda. Não sabia nem que a comercialização era legal. Curiosa, fui à loja e me apaixonei ao primeiro pulo de Sallomé para o meu colo. Avisei ao dono da *pet shop* que iria levá-la para casa mesmo sem saber como pagaria. Estou pagando até hoje — diz

Roberta, que negociou descontos: na “carteira de identidade” de Sallomé, abaixo do número de seu chip (espécie de CPF animal), consta o valor de R\$ 35 mil.

Sallomé mora com Roberta numa cobertura duplex no Leblon, onde também vivem um buldogue francês, um peixe e uma tartaruga. Toma banho no chuveiro e usa xampu Johnson. Tem um viveiro, onde tira cochilos numa rede de chita e faz as refeições. No café da manhã, bebe leite na mamadeira. À tarde, toma Danoninho de banana. No jantar, come purê de batata-inglesa que, uma vez por semana, é acompanhado de carne moída.

— Ela não gosta de aipim nem de batata-baroa. Mas adora geleia de mocotó, que provou por recomendações da veterinária — conta Carlene Carvalho, que foi babá dos filhos de Roberta e hoje cuida de Sallomé.

Para trocar a fralda da serelepe macaca, que tem 8 meses, pesa um quilo e meio e veste tamanho recém-nascido da Huggies, Carlene sua a camisa para segurar seus bracinhos.

— Quando fizer um ano, ela vai desfraldar — prevê Roberta. — É uma macaca inteligente. Quando faz xixi, nos avisa que precisa ser trocada, apontando para a fralda. Cuidar de uma macaca dá mais ou menos o mesmo trabalho que cuidar de uma criança.

De dia, Sallomé anda solta pela casa e se exercita na escada que leva ao segundo andar do apartamento. Os passeios acontecem em ocasiões especiais, pois a empresária teme deixar Sallomé estressada. Quando saem juntas, precisam parar a cada esquina, pois gente à beça quer tirar fotos com a macaca. Foi assim no último passeio da família na Praia do Leblon, no início do mês. Foi assim no lançamento de coleção de uma multimarcas de luxo em Ipanema, duas semanas atrás. E é assim toda vez que Sallomé vai com Roberta buscar os filhos no Colégio Santo Agostinho.

A macaca já foi a duas festinhas infantis e “levou” presente com direito a cartão personalizado com o seu nome. Em outubro, vai ganhar festa para comemorar seu primeiro aniversário.

Sallomé nasceu no criadouro Aves do Paraíso, em Xanxerê, município de Santa Catarina, o único autorizado a vender macacos-prego no Brasil. Cuta, a macaca do jogador Emerson Sheik, do Corinthians, e Julia, a macaca da socialite paulistana Renata Scarpa, também vieram do mesmo plantel.

— A procura por macacos de estimação tem aumentado a cada ano — afirma Raquel Pedroso, proprietária do Aves do Paraíso, fundado em 2002. — É um bicho para magnatas,

pelo alto custo de tudo relacionado a ele. O macaco-prego vive bem por 40, 50 anos, e, em geral, se reproduz uma vez por ano.

Comprar um macaco é legal desde que o animal tenha nascido em cativeiro. Sem certidão de nascimento, a macaca Carla chegou a ser retirada da residência da dona-de-casa Elizete Carmona, em São Carlos, São Paulo, no último dia 3, após denúncia de vizinhos. Carla foi levada quando ainda era chamada de Chico (após exames, descobriu-se que era uma fêmea) para a Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis, onde ficou hospedada por 16 dias. Na semana passada, Elizete conseguiu autorização judicial para ter sua macaca de volta. O caso esquentou o debate acerca da Resolução 457 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, datada de 25 de junho deste ano, que trata da guarda provisória de animais silvestres apreendidos: ambientalistas acreditam que a nova legislação possa incentivar o tráfico de animais.

— A decisão acaba sendo uma deseducação ambiental. Independentemente da boa fé da senhora, a macaca Carla foi retirada da natureza de forma ilegal — critica Roberto Cabral, analista ambiental do Ibama.

Em março, o astro pop Justin Bieber, de 19 anos, ganhou um macaco-prego albino de presente. No mesmo mês, o macaco Mally foi confiscado na alfândega de Munique por seu dono não estar com os certificados de vacina. Com agenda a cumprir, o cantor seguiu viagem em turnê e abandonou o bichinho. Mally virou propriedade do governo alemão em maio, quando Justin Bieber perdeu o prazo determinado pelas autoridades para pagar a multa de US\$ 1,5 mil. Desde então, o macaco vive num parque de animais, onde virou uma espécie de astro do mundo animal, com muitos fãs.

Em São Paulo, a macaca Julia, de Renata Scarpa, virou estrela de um comercial de TV no qual rouba um celular — macaquice digna das travessuras de Crystal, macaca-atriz que fuma e bate carteiras no filme “Se beber não case 2”. Adestrada por André Poloni, a macaquinha brasileira dá salto mortal, toma iogurte com a colher e dorme chupando o dedo do pé. O adestrador tem seis “clientes” primatas, além de ratos, galos, peixes e cães.

— Comecei adestrando minha cadela com os métodos que aprendi num livro. Depois, fiz cursos de especialização e aprendi a técnica chamada “reforço positivo”, que permite adestrar qualquer tipo de animal — diz ele, que tem 26 anos, cursa Veterinária, também tem um macaco de estimação e estuda a espécie em seu trabalho final de curso. — O prego é o macaco mais inteligente da América Latina. Nos Estados Unidos, a ONG Helping Hands

treina macacos para auxiliar tetraplégicos. Eles pegam leite na geladeira e põem canudinhos nos copos...

O adestrador de macacos recomenda o uso de coleiras quando os primatas vão à rua: apesar da inteligência exaltada, eles não têm noção de perigo, e podem atravessar a rua correndo ou levar um choque ao subir em um poste. André vai além nas advertências:

— Embora os macacos-prego sejam encantadores, há ocorrências de acidentes. Quando eles atingem a maturidade sexual e não estão bem treinados, podem fazer estragos, como morder o braço de pessoas e até arrancar dedos. Na linguagem dos biólogos, eles são chamados de “macacos-praga”, pois antigamente pessoas sem instrução os compravam e, depois de uma mordida ou um ataque, abandonavam os bichos em zoológicos. Se o macaco não tiver atividade física frequente, fica estressado em cativeiro.

No Zoológico do Rio, no Alto da Boa Vista, há cerca de 60 macacos-prego.

— O macaco-prego é o bicho mais engraçado do zoológico, ele joga comida nos visitantes e faz graça para as câmeras fotográficas. Em casa, ele pode se tornar agressivo, sim, se não chegar bem novinho. E mais: o animal pode ser dócil com o dono e mudar de comportamento de uma hora para outra com um estranho. Isso acontece, pois se trata de uma domesticação muito recente — resalta o biólogo Marcos Jabour, do Zoológico do Rio.

Em resumo, Marcos é contra a comercialização de macacos-prego:

— É legal, mas quem vai na casa das pessoas conferir se o animal está sendo bem tratado? O Ibama não tem condições de fiscalizar todas as residências que possuem animais silvestres. Nada substituiu o ambiente natural.

A matéria “Com a macaca”, acima transcrita, trata-se de uma reportagem. Ela tem uma estruturação bastante utilizada pelos jornalistas que recorrem a um caso ou personagem para, a partir desse exemplo, apresentar um fenômeno maior. A reportagem apresenta uma apuração mais detalhada que as matérias do noticiário, tem um texto mais ousado, que foge ao padrão do uso do *lead* e da formatação como pirâmide invertida⁶⁹ e é mais extensa.

⁶⁹ A pirâmide invertida é uma forma de estruturar o texto noticioso. A imagem sugerida pelo nome é uma analogia ao fato de que as informações mais importantes (a base) devem estar no início da matéria. O que for menos importante vai sendo escrito nos parágrafos seguintes. As informações que estiverem no final da composição correm um risco maior de não serem lidas, caso o leitor se desinteresse antes, além de facilitar o trabalho do editor que pode necessitar realizar cortes para adequar o texto ao espaço disponível na página.

A reportagem foi classificada na subcategoria Hábito da categoria Comportamento.

Na página

A reportagem ocupa três páginas da Revista O Globo. Ela não teve chamada na capa e o texto foi diagramado junto com seis fotografias. O título “Com a macaca” é precedido do antetítulo “Mundo Animal” e está acompanhado da linha-fina que informa ter aumentado o número de excêntricos que escolhem ter um primata como bicho de estimação.

Por estarem lado a lado, as páginas 22 e 23 permitiram uma composição entre o título e a fotografia grande da 23 (a empresária Roberta segurando no colo a macaca Sallomé). A expressão popular “Com a macaca”, que em geral quer dizer que a pessoa está brava, enfezada ou agitada, acabou esvaziada de sentido para ficar com sua leitura denotativa para compor com a imagem grande ao lado: a mulher segurando a macaca como se fosse uma criança. Chama a atenção o olhar direto da macaca para o leitor, que ajuda a capturar ainda mais a atenção das pessoas para a reportagem.

Figura 9 – Páginas 22 e 23 e a composição do título com a foto grande

Na página 24, as fotos de celebridades (o jogador de futebol Emerson Sheik e o cantor Justin Bieber) com seus macacos também ajudam na função de capturar a atenção dos leitores e fazê-los ler a reportagem.

Figura 10 – Página 24 e as fotos com celebridades

Os fatos e o contexto

É antiga e cultural a aproximação dos humanos aos animais para criá-los como bichos de estimação. Há registros indicando que, desde a idade Média, na Europa ocidental, macacos e outros espécimes eram criados nas residências. “Esses animais eram, além de companhia, fonte de alimento e de dinheiro, pois podiam ser trocados ou vendidos.” (SANCHES, 2008).

Para uma parte da população, a menos abastada, esses animais eram fonte de alimentação ou instrumento de trabalho. Para outra, a porção mais rica segundo Thomas (2010, p. 156), o espécime era artigo de luxo e mantido como mascote. “Macacos de estimação eram importados já no século XIII.” (THOMAS, 2010, p. 156).

A ligação entre o *status* social e a raridade do animal estava presente. Reis e governantes gostavam de criar animais exóticos e ofereciam os bichos como presentes entre si. O hábito excêntrico, vinculando posição social e o tipo do espécime a ser criado, passou

pelos séculos e ainda é possível ser encontrado nos dias de hoje. A reportagem de O Globo deixa claro o fenômeno.

No texto temos uma empresária, moradora de uma cobertura duplex no Leblon (bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro), que por impulso compra uma macaca de R\$ 35 mil. O animal, tratado como uma criança, é cuidado pela babá da família e exibido no círculo social deles (escola, festinhas, passeios).

A empresária já criava um cachorro, um peixe e uma tartaruga. Mas não foi o suficiente.

Esse tipo de comportamento, o criar um animal considerado diferente como indicativo de *status* social ou pertencimento a um grupo de seletos, é constatado entre as pessoas que compram ou capturam primatas, felinos silvestres, anfíbios, répteis e aracnídeos (aranhas, por exemplo) para tê-los como bichos de estimação. Como são animais mais caros e difíceis de serem encontrados no comércio legalizado, existe um mercado ilegal que pode oferecer esses espécimes para interessados de diferentes níveis sociais. Há também demanda pelos de espécies exóticas (não nativas do Brasil).

Os primatas mais comercializados, tanto de forma legal quanto ilegal, são os saguis. Saguis-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*) e saguis-de-tufos-pretos (*Callithrix penicillata*), nascidos em criadouro comercial autorizado, normalmente custam entre R\$ 3 mil (SAIBA..., 2016) e R\$ 6 mil. No mercado negro, o valor é bem inferior, sendo possível adquirir um animal por R\$ 600 (POLÍCIA... , 2016) e até um casal por R\$ 450 (PEIXOTO, 2016).

Figura 11 – Anúncio oferecendo os saguis em página do Facebook

Fonte: Catve/Reprodução Facebook
(POLÍCIA... , 2016)

Segundo a proprietária do criadouro comercial legalizado responsável pela reprodução e venda de macacos-prego citada na reportagem, trata-se de “um bicho para magnatas”. E a matéria acentua a questão do status ao citar o jogador de futebol Emerson Sheik, o cantor Justin Bieber e a socialite Renata Scarpa como exemplos de pessoas que criam esses primatas como bichos de estimação.

No texto

O título da reportagem não fornece subsídios para que o leitor tenha uma noção exata do que a matéria irá abordar. A expressão “Com a macaca”, como já observamos, é comumente usada para dizer que a pessoa está brava, enfezada ou agitada. Na matéria, a intenção não foi utilizar esse sentido conotativo, mas a leitura denotativa da expressão.

Como o sentido do título ficou abrangente demais, foi elaborada uma linha-fina que delimita exatamente o que a reportagem pretende transmitir: muita gente está optando por criar primatas como bichos de estimação; o que se for feito de acordo com a legislação, é caro.

O início da reportagem já tenta chamar a atenção do leitor pelo inusitado que é ter um macaco como *pet*. A expressão “perdeu o juízo” e o segundo parágrafo todo têm essa intenção. Esse último trecho foi composto a partir de uma pergunta com sentido de espanto: “Uma macaca de estimação?”. Para reforçar a ideia da surpresa expressa pela irmã da empresária que comprou a macaca Sallomé, o adjetivo “incrédula” foi utilizado.

Os parágrafos seguintes foram escritos e concatenados uns aos outros para aprofundar a ideia de animal de luxo e caro, apresentada na linha-fina, e introduzir a questão da humanização da macaca. Assim foi feito até (incluindo) o oitavo parágrafo.

O luxo fica marcado principalmente no terceiro e quarto parágrafos, que descrevem a compra por impulso da macaca-prego em um *pet shop* do sofisticado bairro da Barra, na capital fluminense, onde um animal da espécie pode custar até R\$ 50 mil. Sallomé saiu por R\$ 35 mil.

A passagem do luxo para os trechos com a humanização da macaca acontece no quinto parágrafo. Logo na primeira frase, mostra-se que a empresária mora em uma cobertura duplex, no bairro elitizado do Leblon, onde Sallomé tem de tudo, inclusive produtos de marcas consideradas boas, como banho de chuveiro com xampu Johnson, viveiro com rede de chita para os cochilos, lanche com Danoninho de banana e um jantar bastante nutritivo e balanceado. Se não fosse informado tratar-se de um animal de estimação, o leitor provavelmente acharia que o texto estava comentando sobre a rotina de uma criança.

E é exatamente essa a ideia que se apresenta nos sexto, sétimo e oitavo parágrafos: Sallomé não é uma macaca, mas uma criança. Ela tem babá, usa fralda Huggies e é chamada de “serelepe”. “Cuidar de uma macaca dá mais ou menos o mesmo trabalho que cuidar de uma criança.” A frase fecha o oitavo parágrafo. É claro o fenômeno do antropomorfismo.

A partir desse trecho da reportagem é feita a passagem para a retomada da ideia do início do texto: o inusitado. A primeira frase ainda traz informações sobre a rotina do animal (que estavam nos três parágrafos anteriores). Na sequência, entra-se na rotina da macaca fora do lar: passeios, lançamento de uma coleção de uma marca de luxo, ida até a escola dos filhos da empresária e duas festinhas.

E tudo isso chamando a atenção das pessoas. “Quando saem juntas, precisam parar a cada esquina, pois gente à beça quer tirar fotos com a macaca.” Está no nono parágrafo. O inusitado de ter uma macaca como bicho de estimação chama a atenção da sociedade. O

mesmo efeito que nobres da Idade Média desejavam criar ao obter esses animais e até a dá-los como presentes a outros nobres: ser alguém diferenciado, pertencente a um grupo de poucos.

“Em outubro, vai ganhar festa para comemorar seu primeiro aniversário”. Está no parágrafo seguinte. Animais não precisam desse tipo de comemoração, portanto fica implícito que o desejo de exposição social é da empresária.

A partir do décimo parágrafo, a reportagem começa a mudar sua estrutura, havendo uma alternância de informações mais técnicas sobre o comércio legalizado de macacos-prego e sobre a criação desses animais como bicho de estimação.

Inicialmente, a matéria mostra que o único criadouro autorizado a reproduzir e comercializar os macacos já vendeu animais para o jogador de futebol Emerson Sheik e a socialite Renata Scarpa, celebridades e que podem ser considerados exemplos de pessoas bem-sucedidas. É deste estabelecimento que veio Sallomé. Em oposição, foi mostrada a situação de outra macaca, Carla, apreendida em São Carlos, no interior de São Paulo, por ser vítima do tráfico de fauna. Do caso paulista, que foi bastante divulgado pela imprensa, O Globo destacou que nem o sexo do animal era conhecido – tanto que o criavam como se fosse um macho. Novamente, utilizou-se o recurso de deixar ideias implícitas, desta vez indicando que o ilegal conta também com falta de informações e ausência de cuidados.

A reportagem aproveitou o caso da macaca Carla, que por decisão judicial foi devolvida para a moradora de São Carlos, para lembrar do debate sobre a aprovação, em 22 de maio de 2013, da Resolução Conama nº 457 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. A reportagem explica superficialmente sobre o que se trata a norma e em nada esclarece o motivo para a polêmica sobre ela.

A Resolução Conama nº 457 trata da destinação de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais, bem como dos entregues voluntariamente pela população. Ela determina que, na falta de vagas em centros de triagem, em centros de recuperação de animais silvestres ou em zoológicos, os espécimes poderão ficar temporariamente com voluntários previamente cadastrados no órgão ambiental estadual ou com os próprios infratores. E é neste último ponto em que a polêmica se concentrou.

Muitos ambientalistas criticaram a possibilidade de deixar o animal silvestre vítima de captura sem autorização ou de tráfico com a pessoa que o cria ilegalmente. Mesmo alegando ser em caráter provisório, sabe-se que os centros que recebem fauna vivem lotados e, portanto, o que seria por um curto período acabaria se tornando permanente. Ou seja,

indiretamente, o infrator teria sua irregularidade regularizada – ainda que haja a investigação policial, o processo criminal e a aplicação de multa. Como a punição legal prevista é muito branda, não levando ninguém para a cadeia ou forçando o pagamento da multa, o crime cometido fica sem punição alguma, já que até o animal também poderá ficar com a pessoa.

Mas nada disso está explicado na reportagem e a questão da Resolução 457 aparece perdida no meio do texto. O não desenvolvimento do tema polêmico e a passagem do abandono de uma macaca pelo cantor Justin Bieber geraram um problema de coesão, que volta a acontecer na passagem para o parágrafo seguinte (sobre as macacas que participam de um comercial para televisão e um filme nacional).

Deste ponto do texto (16º parágrafo) até o final, um adestrador e um biólogo do zoológico do Rio de Janeiro dão dicas e apontam problemas para criar um macaco-prego como *pet*. O adestrador, primeiro a aparecer na reportagem, foi a voz em três parágrafos, sendo um no discurso indireto livre, um no discurso direto e outro no discurso indireto.

No parágrafo com discurso indireto livre, o adestrador se mostra um especialista estudioso, o que é reforçado pelo Globo com mais informações sobre a capacitação do profissional (“curso Veterinária, também tem um macaco de estimação e estuda a espécie em seu trabalho final de curso.”). O adestrador ainda salienta o macaco-prego como a espécie mais inteligente da América Latina.

Nos dois parágrafos seguintes, o adestrador apresenta dicas (como o uso de coleira) de forma branda, com os verbos “recomendar” e “poder” e o substantivo “advertência”, e os problemas como a ocorrência de mordidas, ataques e estresse. A questão dos acidentes é apresentada no discurso direto e com cada ponto negativo acompanhado de um atenuante. Os macacos são “encantadores”, mas há “acidentes”. Se não estão bem treinados, “podem fazer estragos”. E ainda: se o animal não tiver atividade física, fica estressado. Ou seja, a parte ruim só acontecerá se a pessoa que o cria não respeitar alguns pontos.

Já o biólogo do zoológico tem nos dois últimos parágrafos a essência de sua opinião: é contra a comercialização de macacos-prego como bichos de estimação por considerar que não haverá fiscalização para saber se o animal está bem e porque o ambiente natural é o melhor para os espécimes. Tudo muito superficial. Apesar dessa fala ir de encontro ao que se apresentou até então sobre os macacos como *pets*, O Globo ainda a colocou com uma declaração do biólogo que também apresenta qualidades dos macacos: são engraçados e fazem graça para quem os fotografa.

Chama a atenção o fato de que somente no final parece uma opinião sobre a falta de adequação de criar animais dessa espécie como bichos de estimação. Mas esse discurso ficou restrito a uma declaração no final.

O Globo apresentou o comércio de macacos-prego para bichos de estimação como uma excentricidade de gente bem-sucedida financeira e socialmente e que deseja a atenção da sociedade. Em quase toda a reportagem, esse é o discurso do jornal, dos proprietários de animais, da dona do criadouro e do adestrador.

Há uma crítica à legislação e ao fato da possibilidade de deixarem um animal ilegal com o infrator, feita pelo representante do Ibama. No discurso dele não há comentários sobre o comércio dos macacos como *pets*.

A representação social

O Globo reforçou a cultura do criar animais silvestres como bichos de estimação, acrescentando o elemento de que essa prática, dependendo da espécie, é uma excentricidade.

4.2.4.3.3 Texto 6 – O canto das aves

O Globo – 15 de maio de 2010 – Baixada – páginas 6, 7 e 8

Categoria Comportamento, subcategoria Hábito.

Página 6 - O canto das aves

A relação de amor, os cuidados e o preconceito enfrentado pelos passarinhos da Baixada em nome de sua paixão pelas espécies

Luana Soares luana.soares@oglobo.com.br; luana.soares@extra.inf.br e

Marta Paes marta.paes@oglobo.com.br; marta.paes@extra.inf.br

Há quem goste de pássaros. E há os passarinhos, como são conhecidos os criadores das aves. Para eles, os bichinhos, além de uma verdadeira paixão, são uma terapia e, em alguns casos, pequenas fortunas – há pássaros de R\$ 90 mil – de valor afetivo ainda maior. Seja pelo prazer de ouvir o canto de um curió logo pela manhã, pela satisfação de ter um animal campeão ou, como eles próprios garantem, pela preservação das espécies, é grande o grupo de entusiastas de aves na Baixada Fluminense, muitos deles dedicados à criação de pássaros em cativeiro.

Aos 7 anos, o atual policial aposentado Sílvia Leitão ganhou da madrinha seu primeiro passarinho, um coleiro. A paixão pelas aves surgiu, segundo ele, ao ouvir o canto do animal pela primeira vez. Desde então, passou a se envolver com a criação e a coleção das aves, a quem dedica tempo, cuidados e carinhos. Atualmente, possui 12 pássaros – dois bicudos, quatro trinca-ferros e seis papa-capins -, e é um dos diretores da Federação dos Eco Passarinheiros do Estado do Rio de Janeiro (Feepaer).

– Somos vistos como malfeitores da fauna, mas estamos preservando as espécies. E não fazemos nada sem a autorização do Ibama – ressalta.

Página 7 - Vida longa e preservação nos cativos

Em setembro de 2003, o trinca-ferro Vinte Polegadas, um dos pássaros de Sílvia e campeão brasileiro de canto de 2001, foi sequestrado. Na época, o animal foi avaliado pela revista especializada “Passarinhos & Cia.” em R\$ 90 mil. Para o dono, quem fez o roubo sabia que estava levando um campeão.

– Essa é uma cultura antiga, passada de geração em geração. Quem gosta tem um patrimônio inestimável. Mas, infelizmente, somos alvos da cobiça alheia – diz o passarinho, proprietário do atual campeão estadual de canto, o trinca-ferro Veneno, capaz de dar 247 cantos em apenas 15 minutos.

Os passarinhos sempre foram considerados bichos de estimação para o comerciante Marcos Antônio de Oliveira Crespo, que tem aves em casa desde criança. Há 25 anos, ele começou a participar de torneios e coleciona troféus conquistados com o canto de bicudos.

– Os pássaros de torneio são escolhidos. Não pode ser qualquer um. Quando eles nascem, aprendem a cantar com um mestre, que é um passarinho também selecionado, ou ouvindo CD com cantos das aves – explica Marcos Antônio.

Na casa onde ele mora, em Nova Iguaçu, há gaiolas espalhadas por todos os lados. São cerca de 15 bicudos, com os quais Marcos Antônio conversa e brinca diariamente. Ela já tentou se desfazer dos bichos uma vez, mas não aguentou.

– Meu pai adoeceu e eu achei melhor dar todos os passarinhos. Só que, quando acordei sem eles em casa, senti um vazio imenso. Ficou tudo muito pior – conta.

Marcos Antônio lamenta a falta de uma política nacional voltada para a criação de pássaros. Segundo ele, além de gerar emprego com o mercado de rações, gaiolas e outros produtos, o cativeiro é responsável pela preservação de várias espécies.

– As pessoas dizem que o certo é deixar os bichinhos voarem. É muito bonito falar isso, mas várias espécies estão em extinção pelo desmatamento e os agrotóxicos. No cativeiro, o passarinho tende a viver mais do que na natureza – explica Marcos Antônio.

A convicção de que o cativeiro ajuda na preservação é também o que fortalece a paixão do sanitarista Robson Marinho por passarinhos. Diferentemente de Marcos Antônio e Sílvio Leitão, ele não tem interesse em cursos de canto. Mas, como os outros, investe tempo e dinheiro na criação dos bichos.

– A paixão por passarinhos é uma herança do meu avô. Sempre gostei e, há 15 anos, comecei a adquirir várias espécies para formar o plantel – conta Robson, dono do criadouro Marinho Castelo dos Pássaros.

Ele transformou o terraço de sua casa, em Nilópolis, num viveiro, onde cria curiós, corrupeiros e saíras. Gastou cerca de R\$ 10 mil para montar o criadouro. O cuidado com o ambiente inclui tela de proteção para evitar a entrada de gaviões e um ventilador que borrifava gotículas de água para amenizar o calor nos dias mais quentes.

– Quem gosta cuida. A criação é só para contemplar a beleza das aves – diz o criador.

“UM CLUBE DE FÃS MOVIDOS APENAS PELA PAIXÃO” na página 8

Página 8 - **Um clube de fãs movido apenas pela paixão**

Entre os criadores, há também os que, além de não se preocuparem com torneios, investem em espécies menos nobres, em termos de mercado. Enquanto um trinca-ferro pode custar até R\$ 90 mil, o tico-tico é comprado por cerca de R\$ 400. Mas é essa a espécie que ganha a simpatia de Laelso Amaral. Criador e vendedor de larvas do besouro *Tenebrio molitor* (alimento para aves), ele vem se dedicando há quatro anos também à criação de tico-ticos e tzius por puro hobby.

– Trabalho com larvas há seis anos e também vendo outros produtos para pássaros. Mas a criação de tico-ticos e tzius começou quando voltei a morar em sítio. Lembro da minha infância e adolescência, quando via muitos ninhos dessas espécies. Passei a criá-las porque, há cerca de cinco anos, já não via tantos. Por isso, eu me cadastrei no Ibama para ser criador

amador. Construí um criadouro e um berçário só pelo prazer de cuidar dos passarinhos – diz Laelso, que gasta em média R\$ 250 para cuidar de cerca de 20 pássaros.

A criação de pássaros silvestres tem de ser legalizada pelo Ibama. Há duas formas de aquisição: a compra em criadouros comerciais, que emitem nota fiscal, e a troca entre amadores, que também devem ser registrados pelo Ibama. A inscrição é feita no Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes (Sispass) pelo site <www.ibama.gov.br>. A licença tem de ser adquirida antes do pássaro, que precisa ter origem legal.

– Muitas pessoas criam aves sem procedência porque têm essa cultura. É muito importante que os criadores adquiram pássaros legalizados, até porque aqueles comprados em feiras tendem a morrer. Essa cultura só vai mudar se houver educação – diz Robson Marinho.

A matéria “O canto das aves” (transcrita acima) é uma reportagem. O texto foi construído a partir de vários depoimentos de passarinhos que, logicamente, defendem a atividade. Os próprios personagens apresentam informações para se defender de acusações, em que seriam apontados como “malfeitores da fauna” (3º parágrafo). Por conta disso, a apuração jornalística deveria ter encontrado alguém que encabece o discurso contra a atividade dos criadores. Ficou faltando. Grave problema ligado à questão da isenção das jornalistas e do veículo, no caso, O Globo.

A falta de equilíbrio na composição das fontes e informações fez com que a reportagem perdesse seu caráter informativo e de debate sobre a questão para ser um grande panfleto em favor dos passarinhos. Sequer um representante de algum órgão de fiscalização do poder público foi ouvido.

Por conta da falta desses dois discursos, um ligado aos que criticam a atividade e outro de quem fiscaliza, a reportagem perde em credibilidade, mas serve para deixar claro o apoio de O Globo aos passarinhos.

A matéria foi classificada na subcategoria Hábito da categoria Comportamento.

Na página

A reportagem é o destaque do caderno Baixada, que concentra assuntos de interesse dos moradores e frequentadores da Baixada Fluminense. É a matéria de capa.

Figura 12 – Capa da edição de 15 de maio de 2010 do caderno Baixada

A matéria ocupa três páginas (6, 7 e 8). Em somente uma das páginas, a 8, foram publicados anúncios. Nela, o espaço de conteúdo jornalístico está na metade superior.

Figura 13 – Páginas 6, 7 e 8 da reportagem sobre os passarinhos da Baixada Fluminense

A reportagem é constituída com os seguintes elementos gráficos: título, linha-fina, seis fotografias com legendas, capitular (o H grande no início do primeiro parágrafo), intertítulos, um olho e, no final, um pequeno texto oferecendo a possibilidade de assistir a um vídeo.

A publicação destacou graficamente o primeiro parágrafo da reportagem (*lead*). Esse trecho do texto começa com uma capitular (primeira letra da primeira palavra que se destaca por ter um tamanho bem maior que as demais) e aparece em uma coluna mais larga que a padrão, com um espaçamento entre linhas maior e com o corpo das letras maior. É interessante notar que esse parágrafo apresenta ao leitor um resumo do que será encontrado.

Outro recurso gráfico utilizado para chamar a atenção do primeiro parágrafo é a utilização de negrito na primeira frase e no início da segunda: “Há quem goste de pássaros. E há os passarinhos...” Ou seja, dentro do parágrafo que resume a reportagem, destacou-se um trecho que é a essência da mensagem que O Globo pretende transmitir ao leitor.

Das seis fotos, quatro são de passarinhos. Em três delas, eles estão segurando gaiolas com pássaros e em uma um deles se exhibe com seus troféus de torneios. A fotografia da página 8 chama a atenção pela forma com que o passarinho Laelso Amaral está próximo da gaiola com um pássaro, lembrando bastante um beijo. Ao lado da imagem, foi diagramado um olho com a seguinte frase do criador: “Construí um criadouro e um berçário só pelo prazer de cuidar dos passarinhos”. Coerente e reforçando a ideia.

Nas duas outras fotos, foram destacados o trinca-ferro Veneno (um campeão) logo na imagem grande que está acima do título da reportagem (página 6) e o conjunto de gaiolas de um dos criadouros no final da página 7.

Os fatos e o contexto

A reportagem de O Globo trata da atividade dos passarinhos que, a todo momento, afirmam ser a criação amadora de pássaros uma herança cultural, ligada, sobretudo, à costumes familiares. E, realmente, esse aspecto está correto.

Em pesquisa realizada com dados do policiamento ambiental da PM paulista, Silva (2014) concluiu que

a vontade de possuir animal silvestre é alicerçada na cultura repassada do indivíduo para seus descendentes e pessoas que convivem ao seu redor, influenciando sua maneira de pensar e agir. (SILVA, 2014, p. 38)

Ele entrevistou por questionário 129 pessoas que foram autuadas em 2011, 2012 e 2013 na Região Metropolitana de São Paulo por terem sido flagradas em posse de animais silvestres sem autorização legal. A pesquisa identificou que 59% dos infratores alegaram a cultura familiar como motivo para criar animais silvestre em cativeiro, ou seja, a influência de

pais e avós que também possuem ou possuíam espécimes silvestres como bichos de estimação.

Outra informação importante da pesquisa está na constatação de que apenas “15% dos entrevistados alegam desconhecer a ilegalidade da ação de manter animais silvestres sem licença, autorização ou permissão em cativeiro como animal de estimação.” (SILVA, 2014, p. 38) Portanto, a maioria sabe que estava em situação ilegal.

O costume de criar animais silvestres como bichos de estimação, identificado nos valores culturais de muitas famílias brasileiras, foi forjado em território nacional desde o século XVI. Com o início do processo de ocupação da então colônia, ocorre o contato de diferentes universos culturais (o indígena, o europeu ocidental e o africano trazido como escravo) que tinham em comum o costume de manter espécimes da fauna selvagem.

Muitas etnias indígenas mantinham espécimes da fauna silvestre nas aldeias como *cherimbane* (ou *xerimbabos*), que significa na língua tupi “coisa muito querida”. De acordo com Saez (2010), os *xerimbabos* não eram somente filhotes encontrados na floresta ou cujos pais foram mortos em caçadas. Havia também aves, como papagaios e araras, retirados ainda pequenos dos ninhos que divertiam a comunidade e forneciam penas para adereços. “Eles sempre entenderam os animais como humanos de um outro tipo”, ressalta Saez (2010). Em alguns casos, os filhotes de animais silvestres chegavam até a serem amamentados pelas mulheres.

Uma outra matriz dessa cultura é a europeia, que aportou no território que viria a ser o Brasil com os colonizadores portugueses. Na Europa ocidental da Idade Média já se registrava o fato de animais como macacos, doninhas, ovelhas ou porcos serem encontrados nas residências. Os espécimes eram fontes de alimento, mas também companhia para as pessoas (SANCHES, 2008).

Por fim, sobre a influência dos negros trazidos da África como escravos entre os séculos XVI e XIX, Rugendas⁷⁰ (1979 apud CAMPHORA, 2017, p. 67-68) destaca a captura de cobras não peçonhentas por serem consideradas dotadas de força sobrenatural negros com poder sobre serpentes peçonhentas. Procuramos mais informações sobre a contribuição dos negros, mas as referências são poucas. É muito provável que nossa busca por informações tenha sido insuficiente.

⁷⁰ RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

Esse hábito de criar silvestres como bichos de estimação intensifica-se na Idade Moderna com as Grandes Navegações. A expansão dos impérios europeus com as colônias na África, Ásia e Américas permitiu o estabelecimento de rotas comerciais marítimas e terrestres, o que fomentou a importação de animais de diversas espécies de diferentes partes do mundo pelas Metrôpoles. Aos poucos, o interesse das pessoas por espécimes exóticos cresceu e os comerciantes notaram haver um mercado em expansão (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 12). Foi nos séculos XVI e XVII, de acordo com Thomas (2010, p. 156-157), que a presença de mascotes nas residências da classe média europeia, incluindo aves criadas em gaiolas, se intensificou. As pessoas sentiam-se atraídas pelo canto de canários, rouxinóis, pintassilgos e cotovias ou pela capacidade de animais de algumas espécies imitar a voz humana, como os papagaios.

Na Inglaterra, onde havia mercado de pássaros canoros já no século XII,

(...) canários, importados aos milhares desde meados do século XVI, já tinham uma criação nacional, e dizia-se serem tão numerosos que “mesmo as pessoas humildes” podiam se permitir comprá-los. (THOMAS, 2010, p. 157)

O mesmo acontecia em Portugal.

Os universos culturais indígena e europeu se fundiram no Brasil, onde durante séculos não houve qualquer controle por parte do Estado sobre a coleta, captura, criação e comércio de animais silvestres como bichos de estimação. Somente com a chegada de Getúlio Vargas e seu projeto político para o país é que se iniciou alguma ação do poder público nessa área. Em 1934 entra em vigor o Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro), que estabelece a proibição da caça e do comércio de pássaros canoros (artigos 128 e 129) que não tenham origem em “parques de criação”.

A existência de legislação não significa que houve significativa fiscalização e repressão aos infratores. A melhoria no controle só passou a ocorrer décadas depois, com a Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (Lei de Proteção à Fauna), e a Portaria 3.175 de 1972 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passou a regulamentar a criação amadorística de pássaros. Por séculos, o hábito de criar animais silvestres como *pets*, em especial as aves, aconteceu livremente no Brasil, consolidando uma cultura que fomenta o tráfico de fauna.

De acordo com Destro et al (2012, p. 428), 80% dos animais apreendidos pelos órgãos de fiscalização entre 2005 e 2009 eram aves. O número praticamente se repete em outras pesquisas, como a da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p.

37), com 82%, e a de Ferreira (2000), com 86%. Desse universo, os animais das espécies da ordem dos Passeriformes (popularmente conhecidos como passarinhos e que, em geral, chamam a atenção pela plumagem ou pelo canto) são maioria: 44, 47% em levantamento feito pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2001, p. 38) e 58,87% segundo Ferreira (2000).

No texto

A reportagem tem um título que não expressa o conteúdo desenvolvido no texto. Esse problema se agrava com a composição feita entre o título “O canto das aves”, a foto grande diagramada acima (do trinca-ferro Veneno), a legenda informando que o pássaro é um recordista fluminense de cantos e a foto menor, onde um criador aparece exibindo troféus. Esse conjunto estaria perfeito caso a matéria fosse sobre torneios de cantos ou sobre pássaros campeões de campeonatos.

Para identificar o que realmente será apresentado ao leitor, é preciso ler a linha-fina: a pauta é sobre os passarinhos. Essa linha-fina, construída para ter um caráter emotivo, contém os seguintes elementos-chave (expressão ou palavras): “relação de amor”, “cuidados”, “preconceito enfrentado” e “paixão”. Definiram-se, portanto, duas ideias que estarão ligadas aos passarinhos: uma positiva, ligada aos sentimentos e dedicação deles aos pássaros, e outra negativa, relacionada ao preconceito que enfrentam.

O primeiro parágrafo (*lead*) da reportagem reforça e desdobra a ideia positiva dos sentimentos nutridos pelos passarinhos por suas aves, apresentada na linha-fina. O trecho em negrito “Há quem goste de pássaros. E há os passarinhos”, escrito para iniciar o parágrafo, contém a principal afirmação da matéria: não existe quem goste mais dos pássaros que os passarinhos.

A palavra “passarinhos” não apenas designa um grupo, funcionando como um substantivo, mas passa a ter caráter de adjetivo no grau superlativo.

A partir da construção de “passarinhos” como adjetivo, ainda no *lead*, aparecem as palavras e expressões “bichinhos”, “verdadeira paixão”, “terapia”, “valor afetivo”, “satisfação” e “preservação de espécies”. O parágrafo, que tem diagramação especial como já foi observado, apresenta dois desdobramentos do apego sentimental dos criadores aos pássaros (ideia positiva): a ligação emotiva dos passarinhos com suas aves é muito maior que os altos valores que alguns desses animais possuem no mercado e o fato de que o trabalho deles ajuda a evitar extinções.

Um terceiro desdobramento da ideia positiva do sentimento nutrido pelos passarinhos é a tradição cultural ligada à atividade, apresentada no segundo parágrafo, com o relato sobre Sílvio Leitão. Três dos quatro criadores citados na reportagem afirmam terem começado ainda crianças, por influência de algum familiar.

A partir de Sílvio Leitão foram apresentadas as ideias da paixão pelas aves, do costume passado de geração para geração (no caso dele, por meio da madrinha), do trabalho pela conservação de espécies e a negativa, citada superficialmente na linha-fina com o termo “preconceito”: “Somos vistos como malfeitores da fauna”. Essa ideia negativa não recebeu detalhamento, pelo contrário, foi alvo de argumentos contrários apresentados pelo criador em declaração publicada em discurso direto: ele representa uma federação de “Eco Passarinheiros” e sua atividade ajuda a evitar extinções, além de ser autorizada pelo Ibama.

Na página seguinte (7), é apresentada a questão dos altos valores que alguns pássaros chegam a ser avaliados. São apresentados, em dois parágrafos, o valor (R\$ 90 mil) de um dos pássaros de Sílvio, que já foi alvo de cobiça ao ser sequestrado, e o trinca-ferro campeão fluminense de canto desse mesmo criador. Além da abordagem sobre dinheiro e *status* do animal, O Globo destacou a declaração de Sílvio em que ele afirma serem os passarinhos “alvos da cobiça alheia”. O jornal forneceu *status* financeiro e social aos criadores.

Entorno do passarinho Marcos Antônio de Oliveira Crespo, O Globo destacou o costume de criar pássaros iniciado ainda quando criança (que, para o passarinho, é impossível de abandonar), a participação vitoriosa em torneios de canto de bicudos, a necessidade de uma política nacional para esse setor da economia e o auxílio na “preservação de várias espécies”.

O Globo utilizou Marcos para acrescentar a participação da criação de pássaros na economia e, sobretudo, criticar a postura de quem defende que as aves devem viver apenas na natureza. A explicação dele para justificar, ecologicamente, a criação em cativeiro é problemática. Ele começa alegando que o desmatamento e o uso de agrotóxicos estão promovendo extinções de espécies, portanto, o cativeiro garante para os pássaros uma vida mais longa. O raciocínio do criador restringiu-se à questão do bem-estar dos indivíduos e não à conservação de espécies, como na lógica que ele tentou construir.

O fato de os animais viverem mais tempo nas gaiolas do que na natureza não é garantia da conservação das espécies. Animais de espécies ameaçadas em cativeiro podem ajudar como forma de um banco genético e em futuras solturas para reintroduções e

revigoramentos populacionais. Mas, animal fora da natureza não cumpre suas funções ecológicas, ou seja, não preda, não serve de alimento para outros, não dissemina sementes, enfim, não cumpre seu papel no equilíbrio da teia ecológica em que a espécie está inserida. Viver em uma gaiola é o mesmo que estar morto, pois a ausência nos ecossistemas é a mesma.

Há também de se levar em consideração o fato de que, segundo o Ibama⁷¹, existe uma relação direta entre as principais espécies de pássaros traficadas com as espécies que são autorizadas a serem reproduzidas e criadas amadoristicamente como bichos de estimação. De acordo com o órgão, dados de 2010 indicaram haver uma coincidência entre as espécies mais apreendidas por seus agentes de fiscalização e as criadas legalmente e registradas no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (Sispass).

O canário-da-terra foi a espécie com maior número de apreensões e a segunda com maior número de aves registradas no Sispass. O curió foi a segunda mais apreendida e a primeira mais criada naquele ano. Já o trinca-ferro foi a terceira espécie com maior número de registros no sistema de criadores amadores e a quinta mais apreendida. Essas coincidências ainda envolvem o papa-capim e o sabiá.

A partir de 2015, o Ibama passou a organizar a Operação Delivery, que consiste em entregar pessoalmente as anilhas de marcação dos pássaros mediante conferência dos nascimentos nos criadores amadoristas. Anteriormente, cada criador simplesmente indicava pelo Sispass a quantidade de pássaros nascidos e solicitava as anilhas, que eram retiradas pelo solicitante, sem qualquer conferência sobre a veracidade das informações fornecidas.

Como resultado, no primeiro ano da operação houve a redução de mais de 90% nas solicitações de anilhas. Foi detectado também uma redução de aproximadamente 60% nas declarações de nascimentos realizadas no sistema, comparando-se ao ano anterior à execução da operação. Ou seja, criadores informavam um número irreal de nascimentos, muito superior ao que de fato ocorre, para receber anilhas e colocá-las em pássaros capturados na natureza. Dessa forma, dava-se uma aparência de legalidade a um espécime ilegal, que seria traficado. É o que se chama “esquentar o animal”.

Essa fraude significa que não somente o desmatamento e os agrotóxicos são grandes responsáveis pela extinção de espécies, como sugerido na matéria, mas também, ressaltando-se a proporção de cada fenômeno, os criadores de pássaros envolvidos com o tráfico de fauna.

⁷¹ Informação fornecida pelo coordenador de Operações de Fiscalização do Ibama, Roberto Cabral Borges, durante o I Congresso “Os Animais e a Cidade – Legislação e Políticas Públicas”, realizado em 5 de junho de 2016 na Câmara Municipal de São Paulo.

Para exemplificar que existem criadores sem ambições econômicas ou por reconhecimento social em torneios de cantos de pássaros, O Globo citou o caso do passarinho Robson Marinho. Ele também reforçou a ideia da cultura ligada a costumes familiares (no caso dele, uma “herança do avô”), mas se diferenciou dos demais por investir R\$ 10 mil para montar seu criadouro porque “gosta” e apenas deseja “contemplar a beleza das aves”.

Por fim, o último passarinho citado pelo jornal foi Laeslo Amaral. Quem imaginou que o melhor exemplo de criador possível era Robson, enganou-se. Tanto que o intertítulo (página 8) publicado antes do início do parágrafo que descreve Laeslo fornece uma pista do que vem mais à frente: “Um clube de fãs movido apenas pela paixão”.

Laeslo cria aves sem grande valor comercial (tico-ticos e tizius), não participa de torneios e iniciou essa atividade por ter verificado que os animais dessas espécies estavam desaparecendo. Além do desapego financeiro e por *status* social, ele se mostra realmente preocupado com conservação.

A reportagem termina com duas informações. A primeira, no penúltimo parágrafo, explica como as pessoas podem tornar-se um criador amador. Novamente, o jornal deixa claro que apoia a atividade. A segunda informação, no último parágrafo, está em uma fala do criador Robson Marinho: “é importante que os criadores adquiram pássaros legalizados, até porque aqueles comprados em feiras tendem a morrer.” O fato de a informação ser passada pelo passarinho (discurso direto), reforça a intenção de O Globo criar uma boa imagem para a categoria e sua atividade.

Entretanto, não fica claro se a preocupação do passarinho é com o tráfico de fauna e toda a crueldade contra os animais envolvida ou com possíveis prejuízos econômicos gerados pelas mortes.

A representação social

A criação amadora de pássaros da fauna silvestre faz parte da cultura do brasileiro, é uma forma de exprimir amor pelos animais, tem potencial econômico e ainda ajuda a proteger as espécies da extinção. Ou seja, reforçou-se a cultura do criar animais silvestre como bicho de estimação.

4.2.4.4 A categoria Destinação

A categoria Destinação é formada por matérias jornalísticas em que predomina o destino dado aos animais apreendidos pelos órgãos de fiscalização e controle, como Ibama, Polícia Federal, polícias estaduais, corpo de bombeiros e guardas municipais.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a quarta em número de matérias. No total, foram encontradas 24 matérias (9,44%), sendo 09 (37,5% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 15 (62,5% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Natureza, Cetas/Cras, Cativo e Circunstancial.

I - Natureza: textos em que o tema principal é o retorno do animal silvestre apreendido para vida livre, ou seja, para seu ecossistema de origem.

II – Cetas/Cras: textos em que as principais abordagens são a destinação de animais apreendidos para centros de triagem de animais silvestres (Cetas) e centros de reabilitação de animais silvestres (Cras) e as atividades desenvolvidas por essas instituições – responsáveis pelo primeiro atendimento ao espécime. Os Cetas recebem animais silvestres para, depois de cuidados, serem distribuídos a centros de reabilitação (Cras), onde serão preparados para o retorno à vida livre, ou a criadouros e zoológicos (cativo permanente).

III – Cativo: textos em que os temas predominantes são a destinação de animais silvestres apreendidos para outras instituições que não Cetas ou Cras e as atividades desenvolvidas por elas.

IV – Circunstancial: textos que não abordam a questão da destinação dos animais apreendidos como tema principal, mas citam o problema em matéria com outro tema principal.

4.2.4.4.1 Texto 7 – ONG tenta devolver papagaio à mata natal

Folha de S. Paulo – 06 de março de 2011 – Cotidiano – página C12

Categoria Destinação, subcategoria Natureza.

ONG tenta devolver papagaio à mata natal

Eles foram retirados de Mato Grosso do Sul por traficantes; entidade busca recursos para transportá-los

Operação inédita está avaliada em R\$ 100 mil; são quase 70 papagaios-verdadeiros abrigados na cidade de Jucituba

Eduardo Geraque

De São Paulo

Os 68 papagaios-verdadeiros abrigados em Jquitiba (72 km a sudoeste de SP) não conhecem sua mata natal. Eles foram retirados com poucos dias de vida dos ninhos em que nasceram, em setembro de 2006, em Mato Grosso do Sul. Fruto da ação de traficantes de animais.

A volta desses bichos para o local em que nasceram, consequência de uma operação inédita em todo o país, conduzida por uma ONG (Organização Não-Governamental), deve ocorrer em meados deste ano.

O que falta são recursos financeiros para o transporte.

"Poucas operações como essa ocorreram até agora no país. Pouca gente sabe o que ocorre depois das notícias de grandes apreensões", diz Marcelo Rocha, presidente da SOS Fauna.

As cenas a seguir são fortes. Os 68 papagaios (*Amazona aestiva*) que sobreviveram estavam ao lado de outros 124 filhotinhos. Deste grupo, cinco morreram depois que estavam sendo cuidados pela equipe da ONG.

Dos demais, distribuídos para alguns criadores com anuência do Ibama, não se têm mais notícias.

"Eles devem ter morrido", afirma Rocha.

A um custo de R\$ 1 por dia com cada papagaio – a conta, portanto, passa dos R\$ 100 mil – uma verdadeira operação de guerra precisou ser montada para que esses bichos pudessem, quem sabe, voltar para casa.

De acordo com Rocha, várias instituições e pessoas físicas já ajudaram durante esse tempo.

Ele diz ter recebido exclusivamente dinheiro privado. "As esferas de Estado nunca nos ajudaram."

RETORNO

Ainda no final de 2006, os 68 papagaios que continuavam vivos estavam com saúde, voando em viveiros no interior de São Paulo.

Após, inclusive, a realização de estudos genéticos com os animais, que ajudaram a precisar de onde eles vieram, começou a se desenhar a operação de retorno.

"Eles serão recolocados na região de Nova Andradina, na propriedade de um fazendeiro que está sensibilizado pelo trabalho", diz a bióloga Juliana Ferreira, que também está colaborando com a organização ambientalista paulista.

"Durante todos estes anos, um dos trabalhos feitos foi o de ensinar eles a obterem alimento sozinhos."

TRÁFICO INTENSO

Ao contrário do que pode parecer, a soltura dos bichos em Mato Grosso do Sul não é um momento que deve ser exaltado, dizem os ambientalistas. "É importante, claro, essa volta, mas esses papagaios nunca deveriam ter sido retirados dos locais onde eles estavam vivendo", diz.

Para Rocha, muito mais do que os papagaios, quem ganha é a biodiversidade do país. "Existe uma série de relações ecológicas que podem estar sendo perdidas sem esses animais na mata. Nem sabemos precisar quantas."

Os 192 papagaios apreendidos, em 2006, na rodovia Castello Branco, pela polícia, são apenas uma pequena mostra do que é retirado das florestas de todo o país, estima Rocha.

"Apenas 10% dos animais traficados são apreendidos. Se este número está na casa dos 700 por ano, só em São Paulo, mais de 6.000 animais devem entrar de forma ilegal na região metropolitana de São Paulo, o grande polo consumidor nacional.

Quando ocorrer, a volta dos papagaios para a mata é voluntária. Um grande viveiro é montado na mata, para uma ambientação. Depois ele é aberto e quem se sentir seguro para voar, voa.

A matéria da Folha de S. Paulo acima é uma notícia publicada com a intenção de conseguir ajuda para a soltura de 68 papagaios-verdadeiros apreendidos com traficantes de fauna em 2006, ou seja, cinco anos antes. Ela não tem um *lead* clássico, pois também não tem um fato pontual a ser relatado.

A matéria parte de uma situação para desenvolver toda uma argumentação e tentar sensibilizar alguém ou alguma empresa ou instituição a auxiliar financeiramente com o projeto de devolução dos papagaios à vida livre.

A notícia foi classificada na subcategoria Natureza da categoria Destinação.

Na página

A matéria “ONG tenta devolver papagaio à mata natal” ocupa uma página par, ou seja, não tão nobre. Na página seguinte, a ímpar C13, está uma matéria sobre a liberação de professores que passaram em concurso, mas foram barrados por serem obesos, para assumirem seus cargos.

Apesar de não estar em uma página considerada nobre, a matéria foi diagramada ocupando toda a metade superior da página. Não há outro conteúdo jornalístico na C12. Na metade inferior, há um único grande anúncio publicitário.

Figura 14 – Reprodução da página C12 da edição de 06 de março de 2011

A matéria conta com um título de uma linha por seis colunas, ocupando toda a extensão horizontal da página. Logo abaixo, encontra-se a linha-fina, que completa o sentido

do título, deixando claro que o problema para a soltura das aves é a falta de dinheiro e que há uma busca por ajuda.

Mais abaixo, há outro elemento gráfico, em negrito, que funciona como uma espécie de *pré-lead*. Ele, assim como a linha-fina, chama a atenção para a questão da necessidade de recursos para a realização da devolução dos papagaios.

Uma grande fotografia está no centro da área da matéria. A imagem mostra parte dos papagaios que foram apreendidos com os traficantes de fauna e estão prontos para o retorno ao Mato Grosso do Sul (Estado de origem das aves). A legenda é descritiva, se restringindo apenas a indicar que aquelas são as aves sob os cuidados da ONG.

Abaixo da fotografia, existe uma arte⁷² com informações sobre a apreensão, óbitos registrados e o projeto de retorno e soltura das aves. O texto da matéria conta com o intertítulo “Tráfico intenso”, que dividiu o conteúdo em dois blocos: o primeiro, relatando o projeto para a devolução dos papagaios, e o segundo contextualizando a questão do tráfico e os problemas relacionados à retirada de animais silvestres da natureza.

Os fatos e o contexto

Como já afirmamos, a matéria “ONG tenta devolver papagaio à mata natal” é claramente um apelo por ajuda financeira para a instituição SOS Fauna devolver os papagaios apreendidos e reabilitados para seu ecossistema de origem. No Brasil, não são muitas as instituições que se dispõem a trabalhar com reabilitação e soltura de animais silvestres apreendidos e a própria infraestrutura do poder público é insuficiente para atender a demanda perante o potencial existente de retorno de espécimes à natureza após as apreensões.

Piores ainda do que o pequeno número de Cetas existentes no País são as suas condições de funcionamento. Segundo o próprio relatório citado, “a situação de precariedade dos Cetas é motivo de preocupação e exige medidas urgentes” (pág. 27), sendo que metade dos atuais centros existentes em dependências do IBAMA tem pouca possibilidade de receber animais ou resume-se a viveiros improvisados. Quanto aos demais centros, implantados em instituições vinculadas mediante cooperação técnica, muitos se encontram igualmente em situação precária.

Parte dessas informações já havia sido antecipada à CPIBIOPI pelo Coordenador Geral de Fauna do IBAMA, Ricardo José Soavinsky, em depoimento em 08/12/04. Analisando-se esses dados, observa-se que tanto a quantidade quanto a qualidade dos Cetas atualmente existentes no Brasil são insuficientes para oferecer atendimento especial e condições adequadas à recuperação, manutenção e destinação da fauna apreendida. Essa é uma das

⁷² “Arte: Imagens criadas para ilustrar, complementar ou substituir um texto. Podem ser infográficos, ilustrações ou charges.” (DAMASCENO, 2013, p. 24)

razões pelas quais o índice de mortalidade nessa etapa pode chegar a 50%, dependendo da maneira como os animais são acondicionados e transportados. (SARNEY FILHO, 2006, p. 382-383)⁷³

Após as apreensões realizadas por órgãos de fiscalização, há duas formas de procedimento, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 25 da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), o inciso I do artigo 107 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de junho de 2008, e a Instrução Normativa Ibama nº 19, de 2014: a soltura imediata, quando o agente responsável pela apreensão determina haver condições para a soltura⁷⁴, e o encaminhamentos para cativeiro (jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, centros de reabilitação e a criadouros regulares ou entidades assemelhadas), desde que confiados a técnicos habilitados.

Existe também a possibilidade da guarda doméstica provisória, prevista no inciso I do artigo 107 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de junho de 2008, que foi regulamentado pela Resolução nº 457, de 25 de junho de 2013, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Essa opção só é aplicada em caso de não ser possível a destinação para instituições com técnicos habilitados e seguindo uma série de critérios. Vale ressaltar que a resolução, além de permitir que os espécimes fiquem temporariamente com voluntários previamente cadastrados no órgão ambiental estadual, criou a possibilidade de os animais permanecerem com os próprios infratores.

Muitos ambientalistas criticam a possibilidade de deixar o animal silvestre com o infrator, que pode ser desde uma pessoa que simplesmente cria ilegalmente até o traficante de fauna. O caráter provisório da medida não foi suficiente para atenuar seus opositores. Eles alegaram principalmente o problema de as instituições que recebem fauna estarem permanentemente lotadas, o que acaba impedindo a retirada dos espécimes da guarda doméstica e tornando permanente essa situação.

A partir da entrada em vigência da Lei Complementar nº 140, de 2011, a competência para licenciar os Cetas e os demais empreendimentos que recebem animais silvestres passou da União (Ibama) para os Estados. Dessa forma, cada unidade da federação pode dar uma

⁷³ O relatório a que se refere o texto de Sarney Filho é: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Projeto Cetas-Brasil 2005. Brasília: Ibama, 2005. Acima, CPIBIOPI quer dizer Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiros, a Exploração e Comércio Ilegal de Madeira e a Biopirataria no País.

⁷⁴ Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2014, p. 115-116), ou seja, a Instrução Normativa Ibama nº 23, de 2014, o animal deve apresentar indícios de ter sido recém capturado, ter condições de sobreviver em vida livre e a espécie deve ocorrer no local.

denominação própria para essa categoria de centro. Em geral, por estarem bastante aceito, o nome Cetas é mantido. De acordo com definições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2015, p. 2), ou seja, a Instrução Normativa Ibama nº 7, de 2015, os Cetas são empreendimentos públicos ou privados com o objetivo de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar fauna silvestre proveniente da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária da população. Não é permitida a comercialização de espécimes.

Os centros de triagem deveriam ser a primeira instituição a receber e atender os animais silvestres apreendidos. Mas com a insuficiência de Cetas, outros tipos de instituições, como Cras⁷⁵ e zoológicos, acabam cumprindo esse papel. Essa inversão de papéis também acontece quando a inexistência de Cras e instituições autorizadas a realizar solturas obrigam aos Cetas a cumprirem esse papel. Atualmente, a distinção entre Cetas e Cras só existe no papel.

Após avaliação e recuperação nos Cetas, os animais são encaminhados para algum Cras, criadouro, mantenedouro, zoológico ou para instituições como a SOS Fauna. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2016, p. 13), os Cetas do órgão (24 centros distribuídos em 20 Estados e no Distrito Federal) receberam 568.645 animais no período de 2002 a 2014, uma média 43.742 espécimes por ano.

Do total recebido (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2016, p. 14), foram soltos 275.716 mil animais (48,5%) e destinados para cativeiro 81.633 mil espécimes (14,4%). Não foi divulgado o dado sobre óbitos para o período entre 2002 e 2014.

Entre 2010 e 2014, período em que os Cetas do Ibama receberam 206.517 animais, uma média de 41.303 espécimes por ano, as solturas chegaram a 54,6% do total de animais, os óbitos a 19,6%, a destinação para cativeiro a 8,3% (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2016, p. 18). Há uma categoria chamada “outros”, com 16,2% dos espécimes, mas o documento do Ibama não explica do que se trata.

⁷⁵ De acordo com do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2015, p. 2), os Cras são empreendimentos públicos ou privados com o objetivo de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar espécimes da fauna silvestre nativa para fins de reintrodução no ambiente natural. Não é permitida a comercialização de espécimes. Muitas vezes, os Cras cumprem o mesmo papel dos Cetas, como centro de primeiro atendimento, triagem e destinação para outras instituições.

Ou seja, independentemente do período (com e sem os dados dos óbitos), o quadro é bem parecido: aproximadamente a metade dos animais silvestres encaminhados aos Cetas do Ibama não retorna para vida livre (são óbitos e destinações para cativeiro permanente em zoológicos, mantenedouros de fauna, criadouros comerciais, criadouros científicos para fins de conservação ou criadouros científicos para fins de pesquisa), onde cumpririam todas as funções ecológicas que potencialmente poderiam cumprir.

Há ainda críticas sobre o processo de soltura promovido pelos Cetas e Cras.

Embora grande parte dos animais que chegam aos Cetas sejam soltos, a maioria das solturas são realizadas sem critérios, e nenhuma informação é fornecida sobre a taxa de sobrevivência e o impacto desses espécimes sobre os demais indivíduos e o meio. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2005, p. 22).

As solturas também são motivadas como forma solucionar a falta de vagas nos Cetas.

Muitas vezes a liberação de animais na natureza constitui-se na única alternativa de destinação viável para grupos mais comumente apreendidos, pois os criadouros apresentam pequena capacidade de recebimento destas espécies mais frequentes nos Cetas, que é atendida rapidamente após a implantação, ficando disponíveis para receber apenas os animais mais raros. (MARTINS, 2017, p. 201).

Vale destacar que estamos trabalhando apenas com os dados dos Cetas do Ibama e não com informações de centros ligados a ONGs, universidades e outras instituições particulares.

O contexto da falta de vagas em Cetas, as discussões sobre um processo de destinação estruturado que realmente privilegie o retorno de animais apreendidos à natureza, os problemas técnicos das solturas, além das elevadas taxas de óbito, fazem com que casos como o envolvendo a SOS Fauna, por contraste, chamem a atenção da imprensa e da população.

No texto

O título da matéria, “ONG tenta devolver papagaio à mata natal”, além de soar estranho por causa da incomum expressão “mata natal”, tem no verbo “tentar” a essência do que será apresentado no texto: o esforço de uma ONG para devolver animais traficados à vida livre sem qualquer ajuda do poder público.

Abaixo, uma linha-fina e uma espécie de *pré-lead* completam a mensagem do título. A linha-fina trata do retorno à origem, representado pelo verbo “retirar”, pela identificação do estado do Mato Grosso do Sul e pela “busca de recursos” para essa volta. O *pré-lead* aborda o

trabalho realizado por meio da expressão “operação inédita”, dos R\$ 100 mil já gastos e pela localização atual (Juquitiba).

Esses dois elementos também possuem o mesmo tipo de estruturação, formada por duas orações cada. A linha-fina tem a primeira oração sobre a localidade do futuro e a segunda oração sobre a necessidade de dinheiro (conjunto semântico de futuro: local-dinheiro). Já o *pré-lead* foi elaborado de forma inversa: a primeira oração trata do dinheiro, enquanto a segunda aborda o local do presente (conjunto semântico do presente: dinheiro-local).

O texto não tem um *lead* clássico do gênero jornalístico notícia. O primeiro parágrafo foi escrito com o objetivo de situar o leitor nas consequências da ação dos traficantes de fauna sobre esses papagaios. Essa intenção fica óbvia por causa do artigo “Os” no início do texto: o uso do artigo definido no plural remete a algo que já teria sido apresentado anteriormente e que faria com que o leitor retomasse a conexão com o assunto.

Mas não há notícia recentemente publicada pela Folha de S. Paulo para que essa conexão seja realizada. O leitor não conhece a história desses papagaios, caso se informe somente pelo jornal paulistano. A utilização do artigo definido “Os” também pode ter sido motivada para evitar começar o parágrafo com um número.

A situação apresentada por esse parágrafo é marcada pelo negativo. Os papagaios “não conhecem sua terra natal”, “retirados de seus ninhos” e vítimas de “traficantes de animais”. Com o leitor contextualizado do problema, o segundo traz o positivo: a solução está perto. Isso se identifica com as palavras “volta” e “meados deste ano”. Para valorizar o trabalho da ONG e prender a atração do leitor, esse retorno das aves ao Mato Grosso do Sul foi chamado de “operação inédita”.

Mas existe um “deve” na penúltima linha. Implantou-se a incerteza para atingir o positivo, que foi explicada em um parágrafo composto por apenas uma oração: “O que falta são recursos financeiros para o transporte.” O recurso de isolar a frase é proposital e faz com que a informação ganhe destaque.

Estranhamente, o parágrafo seguinte (o quarto) derrubou a tese da “operação inédita” ao começar com a afirmação em discurso direto do presidente da ONG de que “poucas operações como essa ocorreram até agora no país”. Impossível então ser uma iniciativa inédita. Apesar da contradição, o uso repetitivo do advérbio de intensidade “poucos” busca

valorizar a operação e a qualidade da informação publicada: o que é pouco é raro e, em muitas circunstâncias, enaltecido.

No quinto parágrafo, novamente o jornalista tenta prender (ou aumentar) a atenção do leitor e valorizar o trabalho da SOS Fauna: “As cenas a seguir são fortes.” O que se segue são mais três parágrafos informando sobre a possibilidade de 124 outros papagaios, apreendidos juntos dos 68, terem morrido. O recurso de dar uma qualidade de um ser vivo à cena gera uma expectativa que não se converte também pelo fato de não existirem cenas para o desenvolvimento de alguma narração ou descrição. O que se encontra nesse trecho, entre o quinto e o sétimo parágrafos, é a apresentação de dados, informações e uma suspeita (“Eles devem ter morrido”).

Os oitavo, nono e décimo parágrafos destacam o esforço para conseguir custear, sem auxílio do poder público, a reabilitação das 68 aves. Ainda assim, o texto apresenta a possibilidade de os animais não retornarem para natureza: o “quem sabe” entre vírgulas quebra a racionalidade da apresentação dos valores investidos e imprime uma mudança no ritmo da leitura para a transição ao emotivo – “voltar para casa”.

O intertítulo “retorno” delimita o início de um novo bloco de informações. Até esse elemento gráfico, o texto chama a atenção para o esforço da ONG, que conseguiu fazer o que o poder público não faz: recebeu os filhotes de papagaios e os reabilitou com uma taxa de óbito pequena. E tudo com o auxílio financeiro de instituições privadas e pessoas físicas.

A partir do intertítulo, é abordada a competência técnica envolvida. A matéria deixa de ouvir o presidente da ONG e dá voz a uma bióloga. São destaque os “estudos genéticos” e o trabalho para que os papagaios se alimentassem sozinhos. A identificação do local de origem de animais apreendidos com traficantes é uma das principais dificuldades durante o processo de soltura. Como não se tem um banco de dados que possibilite comparar o material genético das populações de espécies traficadas em suas regiões de origem com o material genético dos espécimes apreendidos e a investigação realizada pela polícia é bastante falha ao tentar conseguir informações sobre as áreas de captura, raramente se consegue determinar a localidade para onde devem ser devolvidos.

Por conta dessa dificuldade, muitas das solturas acabam ocorrendo simplesmente em regiões onde há registro de ocorrência da espécie. E, no caso dos papagaios da SOS Fauna, diferentemente dessa rotina, houve investimento nesse campo e conseguiu-se identificar a região de captura: Nova Andradina (MS).

Um novo intertítulo, “tráfico intenso”, marca o início de outro bloco de informações: sobre o contexto do tráfico de papagaios-verdadeiros no Mato Grosso do Sul. A matéria volta a dar voz para o presidente da ONG, que desconstrói a ideia de sucesso por reabilitar e poder soltar os animais: eles nunca deveriam ter saído de lá, onde têm funções ecológicas importantes a cumprir.

A desconstrução se dá com o uso do “ao contrário” (locução adverbial) influenciando a locução verbal “pode parecer”, que já pertence a um universo semântico indicando não ser a realidade. O “não” existente na oração seguinte (“não é um momento que deve ser exaltado”) confirma a desconstrução, que é reforçada pelo “dizem os ambientalistas”.

O leitor que desejar saber quem são os ambientalistas não terá essa resposta. O termo aparentemente foi usado para dar força à desconstrução por meio de um grupo com autoridade para se manifestar (recurso da generalização). Há também um problema de falta de elementos para identificar quem é o autor da declaração que fecha esse parágrafo. Temos nesse trecho o discurso dos ambientalistas e de alguém não identificado, o que gera um problema de coesão interna no trecho.

O parágrafo seguinte (16º) começa com uma declaração do presidente da ONG, o que permite supor que a fala acima sem autoria determinada seja dele.

Além da ideia apresentada de que o trabalho de reabilitação e soltura não deve ser comemorado, pois, apesar do esforço, os espécimes não deveriam ter sido retirados da natureza (onde têm funções a cumprir), a matéria mostra que o caso dos 192 papagaios em que sobreviveram 68 faz parte de um problema maior: apenas 10% dos animais traficados são apreendidos. Ou seja, o que se enxerga em casos como o relatado pelo jornal é apenas a “ponta do iceberg”. E números para comprovar são apresentados em um parágrafo (18º) que começa com a abertura de aspas (“Apenas), indicando o início do discurso direto, mas que não há outras aspas fechando para delimitar a declaração. Também não há a indicação de quem seria o autor da fala ou a fonte dos números.

O último parágrafo volta a utilizar recursos emotivos. A soltura irá ocorrer, não se sabe a data, por isso o uso do “quando ocorrer”. As duas últimas frases foram construídas para o leitor criar a imagem do momento da volta à liberdade, com o significativo verbo “voar” sendo usados duas vezes no final.

A Folha de S. Paulo buscou, com essa matéria, auxiliar a ONG SOS Fauna, ao mesmo tempo que mostrou o problema da falta de investimentos do poder público na reabilitação e soltura de animais silvestres apreendidos.

A representação social

ONGs e iniciativas particulares atuam na fase do pós-apreensão de animais traficados com mais competência que o poder público. O Estado não investe na reabilitação e na soltura dos espécimes vítimas do mercado negro de fauna.

O Estado não é competente na gestão da fauna silvestre.

4.2.4.4.2 Texto 8 – Um prejuízo e tanto para a biodiversidade

O Globo – 15 de janeiro de 2011 – Razão Social – páginas 16 e 17

Categoria Destinação, subcategoria Cetas/Cras.

Páginas 16 e 17 - **Um prejuízo e tanto para a biodiversidade**

Camila Nóbrega

camila.nobrega@oglobo.com.br

Além de gostar de viver ao ar livre, o carioca tem o hábito de querer levar um pedaço da natureza para casa. Isso faz com que, segundo o Ibama, a cidade seja uma das que mais tem cultura de pássaros em varandas, quintais e portarias. Longe de ser uma prática “verde”, trata-se de uma atitude que provoca o sofrimento dos bichos, confinados às vezes em minúsculas gaiolas. Muitos vêm de feiras ilegais espalhadas pelo Estado do Rio, que dão combustível a um grande problema no estado: o tráfico ilegal de animais. Só no ano passado, 4.800 foram apreendidos. Uma perda e tanto para a biodiversidade, já que 30% deles não sobrevivem e só 50% voltam à natureza.

Segundo a pesquisa “Economia de Ecossistemas e Biodiversidade” (Teeb, na sigla em inglês), preparada pelo Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma) e divulgada no ano passado, a perda de biodiversidade custa a cada país hoje em torno de US\$ 5 trilhões anuais. Aqui no Brasil, o prejuízo é engrossado pela captura ilegal. A lógica é: como há quem compre, há quem venda. E, às vezes, nas piores condições possíveis, como explica a veterinária e gerente de campanha da Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, sigla em inglês), Ingrid Eder:

— Quem compra animal em feira tem de saber que está alimentando o tráfico. E, mesmo quem compra de locais legalizados, deve repensar. As aves, por exemplo, mais comuns na casa das pessoas, são animais sociais, vivem em bandos. Quando o animal está em gaiola, você o está privando de tudo isso. Temos a campanha “Silvestre não é pet”, para mostrar que podem ser bonitinhos, mas os animais silvestres não são cachorros, que estão domesticados há cerca de 14 mil anos.

Ingrid ressaltou que o Brasil ainda tem uma rede muito falha, tanto no combate ao tráfico de animais quanto na reintegração daqueles que são apreendidos. Segundo ela, o Ibama tem feito esforços nesse sentido, mas falta uma compreensão melhor, do governo federal, sobre a importância do assunto. Trata-se, afinal, de perda de biodiversidade, um ativo ambiental e econômico importantíssimo para o país, que ainda fica à margem. Enquanto a floresta de pé está ganhando valor econômico, ainda não se tem noção da perda que uma ave em extinção, por exemplo, causa num ecossistema.

Depois de apreendidos por batalhões florestais da Polícia Militar e pelo próprio Ibama, aqui no Rio os animais são levados para o único Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama em todo o estado. O local acolhe atualmente cerca de dois mil animais, em uma estrutura precária, onde só tem um corredor de voo para as aves, construído por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) feito pelo Ministério Público com a casa de shows Rio Scenarium, localizada na Lapa. Após ter sido autuada por possuir animais empalhados e couro de onça, a casa financiou o projeto.

Além do espaço no Cetas, falta ainda dinheiro para fazer os exames necessários nos bichos apreendidos. Se um animal chega com um ferimento ou com suspeita de uma doença, por exemplo, ele só pode ser solto se os exames apontarem que ele está curado. Do contrário, ele pode contaminar a população solta na natureza. Segundo o veterinário responsável pelo Cetas, Vinícius Modesto de Oliveira, se houvesse mais investimentos, o índice de soltura poderia ser muito maior do que o atual, de 50%.

— Não temos estrutura para soltar mais animais, mas com certeza é uma perda para a biodiversidade. Como explicar quanto vale um papagaio, para que ele serve? É difícil quantificar, mas o valor é imenso. Os animais fazem parte de uma cadeia. Sem eles, a floresta não vive. Não adianta ter árvore de pé, se não há animais.

A condição que os animais chegam ao local já é complicada, pois muitos são escondidos em caminhões, debaixo de alimentos, para não serem capturados por fiscais. Em

um caso recente, o Cetas recebeu 950 passarinhos no mesmo dia, que estavam escondidos embaixo de seis toneladas de abóbora, em direção a feiras clandestinas. A maioria não sobreviveu.

Muitos animais apreendidos ficam em cativeiro no Cetas por toda a vida, já que são oriundos de outros ecossistemas e nem sempre há verba para levá-los de volta. O ideal, de acordo com o próprio Ibama, é que houvesse vários Cetas no estado.

Mas os problemas para a biodiversidade não estão ligados apenas ao tráfico ilegal de animais. Os próprios criatórios do Ibama – 70 mil em todo o estado – não têm fiscalização adequada. São sítios, fazendas, viveiros, que conseguiram a legalização do órgão para criar bichos silvestres mas, segundo Vinícius de Oliveira, há apenas 13 fiscais percorrendo esses locais para saber se as pessoas estão cuidando bem dos animais que pediram para criar. Se cada um fiscalizar um criatório por dia, eles precisariam de 14 anos para percorrer todos.

Por causa disso, segundo o superintendente do Ibama no Rio de Janeiro, Adilson Gil, embora a legislação federal permita que os criatórios vendam animais, não é garantia, para o comprador, de estar levando um bicho com saúde.

— A minha avaliação pessoal e da diretoria do Ibama é que o lugar de animal silvestre é na natureza. Mas é difícil mudar essa cultura porque o lucro para os donos de criatórios é alto.

Em 2007, o Conama fez uma resolução determinando que o Ibama criasse uma lista de animais silvestres que poderiam ser criados como domésticos, o que ficou conhecido como a lista pet. A consulta pública deveria ter acabado em seis meses, mas ela nunca foi fechada, por pressão dos criatórios, que só poderiam manter cerca de seis espécies.

Enquanto isso, as lojas pet se proliferam pelo estado. Segundo Manoel Fria, dono da Jarina Rações, loja de Laranjeiras que tem criatórios legalizados pelo Ibama, cresce cada vez mais a procura de famílias:

— Sou do tempo que nem existia loja pet, e se vendia macaco no Largo São Francisco. Ainda hoje, todo mundo sabe onde há feira ilegal. A pessoa sabe que está fazendo errado. Para comprar legal, é na pet. Nossos bichos vêm de criatórios e, se forem soltos, morrem.

Informações sobre a criação de animais silvestres estão disponíveis no <http://ibama.gov.br/fauna/animais>.

Página 16 (matéria secundária) – **Centros de recuperação privados**

Há pelo Brasil algumas iniciativas de empresas privadas em projetos de recuperação de animais. Um deles é da Klabin, na Fazenda Monte Alegre, no Parque Florestal da empresa, no município de Telêmaco Borba, Paraná. O local foi tema de reportagem do Razão Social em 2006. Os animais que chegam lá com algum tipo de ferimento são tratados e devolvidos à natureza se tiverem condições de sobrevivência. Alguns são criados em cativeiro para reprodução e o repovoamento das espécies que ocorrem na Fazenda. São grandes terrenos cercados, respeitando os hábitos e necessidades dos bichos.

Um projeto semelhante ocorre no município de Caldas Novas, no viveiro do Resort Rio Quente, o Bird Land. É um espaço ecológico onde aves de diferentes espécies convivem soltas para depois serem reintegradas aos seus habitats naturais. Ele funciona como zoológico para os visitantes, o que nem sempre é bem visto pelos especialistas em animais, mas há a reintegração dos mesmos à natureza, o que é um ponto positivo. A equipe técnica é composta de um biólogo, dois veterinários, um nutricionista e três tratadores e as visitas são feitas apenas após uma pequena capacitação dos visitantes.

Página 17 (matéria secundária) – **Estrutura precária do Cetas no RJ**

Uma visita de cerca de duas horas ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama, em Seropédica, deixou-me uma sensação de indignação e impotência. Logo na entrada, dois símbolos tradicionais da fauna brasileira dividiam uma gaiola tão pequena que mal conseguiam erguer a cabeça sem bater na grade: uma arara azul e um tucano, cujo bico havia sido quebrado pela própria arara. Os dois acabaram de chegar de uma apreensão do Ibama, vítimas do tráfico ilegal. Pensei: que bom, pelo menos chegaram a um centro de tratamento. Mas logo descobri que era possível que nunca mais saíssem dali.

Para libertar os dois e os quase dois mil animais instalados no local, seria necessário que eles fossem submetidos a exames laboratoriais que pudessem constatar que ambos não estão doentes e não são um risco para a população. Mas não há verba para isso. A arara ainda precisaria ser devolvida para seu bioma, na Floresta Amazônica ou no Cerrado, mas também não há dinheiro. E, antes que alguém se pergunte, embora animais possam ser retirados de criatórios para serem criados como domésticos, os bichos apreendidos não podem ser adotados, segundo a lei 9605, de 1998. Resta-lhes o confinamento no Cetas. (Camila Nobrega)

A matéria acima, de O Globo, é uma reportagem, gênero jornalístico em que a apuração é aprofundada, há uma maior quantidade de fontes, o texto é mais longo e vários aspectos de um tema são discutidos. A publicação do jornal abordou um aspecto da questão da destinação de animais silvestres apreendidos com traficantes ou em cativeiro domiciliar ilegal no estado do Rio de Janeiro: a situação precária do único centro de triagem de animais silvestres público em território fluminense, o Cetas do Ibama, em Seropédica.

A reportagem foi classificada na subcategoria Cetas/Cras da categoria Destinação.

Na página

A reportagem de O Globo foi publicada no caderno Razão Social e não foi chamada na capa do jornal e na capa do caderno. No índice, publicado na página 3, a matéria foi destacada com um pequeno texto e fotografia.

O Globo utilizou duas páginas para a publicação da reportagem, que é composta por uma matéria principal e duas secundárias. O fato de elas estarem uma ao lado da outra (espelhadas) permitiu que a diagramação trabalhasse a composição entre título e fotografia colocados em páginas diferentes: “Um prejuízo e tanto para a biodiversidade” está ao lado de uma grande foto de aves em cativeiro. Esse trabalho ajuda a identificar o tema da matéria, chama bastante a atenção do leitor e garante uma unidade de sentido para as duas páginas.

Figura 15 – Páginas 16 e 17 com a reportagem sobre o Cetas do Ibama no Rio de Janeiro

Tráfico de animais

Um prejuízo e tanto para a biodiversidade

Centros de recuperação privados

Figura 15 – Páginas 16 e 17 com a reportagem sobre o Cetas do Ibama no Rio de Janeiro

Figura 15 – Páginas 16 e 17 com a reportagem sobre o Cetas do Ibama no Rio de Janeiro

Figura 15 – Páginas 16 e 17 com a reportagem sobre o Cetas do Ibama no Rio de Janeiro

Acima do título fui utilizado o antetítulo “Tráfico de animais”, tematizando o material publicado. O título, em duas linhas por cinco colunas, está logo no alto da página 16 e ocupa toda a sua extensão. Logo abaixo, dois elementos se destacam: uma fotografia com um funcionário do Ibama empilhando gaiolas e uma matéria secundária. Eles têm a mesma dimensão e são vizinhos.

A fotografia com as gaiolas ajuda o título a compor um universo semântico ligado ao cativeiro e à perda de biodiversidade. O mesmo ocorre, como já foi destacado, entre o título e a fotografia publicada na página 17.

As duas fotografias são registros de cenas do Cetas do Ibama no Rio de Janeiro e contam com legendas. Na primeira foto, a legenda já traz uma informação de contexto (e não apenas uma descrição da imagem): menos de 50% dos animais recebidos são reintegrados à natureza. A segunda legenda é descritiva, relatando que um papagaio espera sua companheira em um local destinado ao treino de voo das aves apreendidas.

As duas matérias secundárias possuem exatamente o mesmo tamanho e, apesar de abordarem centros de recebimento de animais silvestres, mostram realidades distintas. A que aborda o bom funcionamento de estruturas privadas está na página 16, logo abaixo do título, e a que aborda os problemas do Cetas está na 17.

Os fatos e o contexto

A reportagem de O Globo apresentou um dos elementos mais problemáticos e menos conhecidos da estrutura formada pelas instituições envolvidas no combate ao tráfico de fauna: os centros de triagem de animais silvestres.

As ações de combate ao mercado negro de fauna no Brasil podem ser divididas em três etapas, sendo que cada uma delas conta com a atuação de instituições do poder público e privadas. Para evitar a captura de animais e a coleta de ovos e filhotes (uma etapa), ONGs e raros órgãos governamentais trabalham com educação ambiental. Nessa etapa é onde ocorre também alguma fiscalização com agentes do poder público (Ibama e polícias).

Quando não se consegue evitar a retirada dos animais de seus habitats, inicia-se uma etapa bastante dependente dos órgãos de fiscalização e controle do Estado (Ibama e polícias). É quando os espécimes acabam apreendidos durante o transporte, armazenamento e comercialização.

Realizada a apreensão, começa a etapa de atendimento emergencial aos animais, encaminhamento ao Cetas (quando possível) e destinação final (soltura ou cativeiro). Essa fase é bastante complexa e cara para os cofres públicos, demandando, para obter bons resultados, profissionais especializados de diversas áreas, infraestrutura adequada e tempo.

Os Cetas foram idealizados para serem a primeira fase de um sistema que objetiva dar uma destinação adequada aos animais apreendidos.

Conforme legislação vigente, ressalta-se que a criminalização da posse ilegal de animais silvestres acarreta ao Estado a obrigação de recolher, receber, identificar, tratar, reabilitar e destinar esses espécimes adequadamente. Assim, com o objetivo de realizar o manejo adequado da fauna silvestre proveniente de ações de fiscalização e de manter os animais em condições adequadas de acondicionamento e transporte, para garantir seu bem-estar físico sob a responsabilidade de técnicos habilitados, foram estabelecidos os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas). (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016, p. 8).

Mas a quantidade de Cetas existentes no Brasil e os baixos investimentos do poder público na área, frente a crescente demanda das ações de fiscalização que apreendem animais, das entregas voluntárias da população, dos resgates em áreas periurbanas e urbanas, das vítimas de atropelamento, de acidentes na rede de distribuição de energia e que necessitem de algum atendimento veterinário, fazem com que esses centros abriguem e atendam mais espécimes do que sua capacidade.

Os animais que recebem atendimento nos Cetas deveriam, depois de recuperados, serem destinados para algum Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras), onde haveria uma preparação para vida livre, para outros projetos que visem soltura ou o cativeiro definitivo em zoológicos, criadouros comerciais, mantenedouros de fauna, criadouros comerciais, criadouros científicos para fins de conservação ou criadouros científicos para fins de pesquisa. Mas a inexistência de Cras e instituições com projetos de solturas faz com que, rotineiramente, os próprios centros de triagem preparem os espécimes para o retorno à natureza.

O Ibama mantém 24 centros em 20 Estados e no Distrito Federal. Existem também Cetas de ONGs, universidades e outras instituições particulares. Mas a distribuição dessas estruturas de atendimento é bastante irregular. O estado de São Paulo possui 15 Cetas (três especializados em animais marinhos), entre particulares e públicos, enquanto o vizinho Rio de Janeiro tem apenas um (do Ibama).

Essa situação se reflete na qualidade do trabalho realizado nesses centros. Os 24 Cetas do Ibama receberam 568.645 animais no período de 2002 a 2014, uma média 43.742 espécimes por ano. Desse total, foram soltos 275.716 mil animais (48,5%) e destinados para cativeiro 81.633 mil espécimes (14,4%). Não foi divulgado o dado sobre óbitos para o período entre 2002 e 2014 (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016, p. 13-14).

Entre 2010 e 2014, os Cetas do Ibama receberam 206.517 animais, uma média de 41.303 espécimes por ano. As solturas chegaram a 54,6% do total, os óbitos a 19,6% e a destinação para cativeiro a 8,3% (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016, p. 18). Há uma categoria chamada “outros”, com 16,2% dos espécimes, mas o documento do Ibama não explica do que se trata.

Os dados do próprio Ibama indicam que aproximadamente metade dos animais que deram entrada nos Cetas não retornam para seus habitats, onde deveriam cumprir suas funções ecológicas e ajudar a manter os ecossistemas saudáveis e em equilíbrio. Já as solturas promovidas, tecnicamente chamadas de reintrodução (quando animais de uma espécie extinta em alguma localidade são soltos nessa área) e revigoramento populacional (soltura de animais de espécies que ocorrem na região), são qualitativamente bastante questionadas por serem realizadas com poucos critérios técnicos e nenhum monitoramento desses espécimes para mensurar o sucesso da ação e o impacto no meio ambiente (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016, p. 22)

Muitas solturas seriam motivadas como forma de reduzir a quantidade de animais dos centros,

pois os criadouros apresentam pequena capacidade de recebimento destas espécies mais frequentes nos Cetas, [...] ficando disponíveis para receber apenas os animais mais raros. (MARTINS, 2017, p. 201).

O Cetas de Seropédica, único do estado do Rio de Janeiro, faz parte desse contexto de falta de dinheiro, instalações inadequadas, excesso de animais para serem atendidos e o comprometimento da biodiversidade brasileira.

No texto

A reportagem “Um prejuízo e tanto para a biodiversidade” tem uma estrutura complicada, não permitindo ao leitor identificar de forma clara e rápida o tema principal abordado. A leitura e a distribuição gráfica dos elementos antetítulo (“Tráfico de animais”),

títulos da matéria principal e das secundárias, fotografias e legendas (sem considerar o texto) não são totalmente esclarecedoras.

O mesmo problema acontece com a estrutura do texto da matéria principal. Os três primeiros parágrafos, que tratam do tráfico de animais para abastecer o mercado de bichos de estimação, trazem uma alternância de trechos com argumentos baseados no bem-estar animal e de trechos sobre a necessidade de conservação das espécies da fauna. O quarto parágrafo faz a transição para um novo bloco de informações, que aborda a situação do Cetas do Ibama em Seropédica (RJ).

O bloco sobre o Cetas segue até o nono parágrafo. A partir desse ponto, até o final, no 15º parágrafo, a reportagem passa a abordar a questão dos criadores, não fazendo distinção entre criadores amadores e criadores comerciais.

A publicação das duas matérias secundárias sobre centros de atendimento de animais silvestres e das duas fotografias do Cetas de Seropédica nos dão a certeza que a intenção do jornal era publicar uma reportagem sobre o único centro de triagem de animais silvestres do estado do Rio de Janeiro.

Apesar de a matéria principal apresentar esse problema na coesão de sua estrutura, uma característica textual, ligada ao uso do vocabulário, perpassou todos os três blocos de informação (tráfico de animais, Cetas e criadores): foi dado destaque a vocábulos e expressões ligados à economia.

O título da reportagem, “Um prejuízo e tanto para a biodiversidade”, já apresenta, com a palavra “prejuízo”, essa característica. O segundo parágrafo tem como fonte de informação a pesquisa “Economia de Ecossistemas e Biodiversidade”, em que se valora a perda de biodiversidade a cada ano. E o tráfico de animais é apontado como um fator de prejuízo e ligado a uma lógica de mercado: “como há quem compre, há quem venda.” No quarto parágrafo, aborda-se a biodiversidade como ativo ambiental e econômico, ideia reforçada pela fala (discurso direto para ajudar na credibilidade), no sétimo parágrafo, do veterinário responsável pelo Cetas: “Como explicar quanto vale um papagaio, para que ele serve? É difícil quantificar, mas o valor é imenso.”

No bloco de informações sobre criadores, os vocábulos e expressões ligados à economia continuam sendo usados. No 11º parágrafo, é feita uma ligação causa-consequência para tentar explicar a cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação, que existiria porque “o lucro para os donos de criatórios é alto.” O proprietário de uma loja *pet*, como é

chamada na matéria, foi entrevistado e, além de confirmar o sucesso desse tipo de negócio (“lojas pet se proliferam”, de acordo com o Globo), teve uma fala destacada em discurso direto incentivando a compra de animais silvestres legalizados (13º parágrafo).

O jornal encerra a matéria principal indicando o site do Ibama para o leitor obter mais informações sobre a criação de animais silvestres.

Na principal matéria da reportagem, registramos a questão da economia em todos os três blocos de sua estrutura, seja pela presença de vocabulário e expressões ligadas a esse universo semântico ou pelas vozes apresentando o discurso sobre o valor financeiro da biodiversidade e dos animais (o veterinário responsável pelo Cetas, o superintendente do Ibama e o dono de loja *pet*). Deve-se destacar também, a citação de informação do relatório sobre a economia dos ecossistemas e biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU) e a fala do responsável pelo Cetas apresentando e defendendo a ideia de valorar a biodiversidade como ferramenta de conservação.

Além do elemento econômico permanentemente presente, encontramos uma alternância de argumentos mais emotivos, ligados à questão do bem-estar animal, com elementos mais racionais, do universo da conservação. Esse revezamento dividiu o primeiro parágrafo, que começa no universo do bem-estar e termina com dados ligados à conservação, e o segundo, com a questão da economia como ferramenta da conservação e o sofrimento imposto aos animais traficados. No terceiro predominou o tema bem-estar, sucedido pelo trecho seguinte que volta a abordar a conservação.

No bloco sobre o Cetas, que começa no quinto parágrafo, volta-se novamente ao tema mais emotivo do bem-estar, onde se destaca a lotação do centro e sua estrutura “precária”, com apenas um corredor para voo das aves. O sexto e o sétimo parágrafos, respeitando a alternância, retornam à questão da conservação, destacando a necessidade de mais investimentos para a melhoria dos serviços.

Esse bloco é encerrado no tom mais emotivo das abordagens ligadas ao bem-estar, mostrando, nos oitavo e nono parágrafos, o sofrimento gerado pelo tráfico aos animais e pela falta de atenção do poder público para a questão (verba e Cetas insuficientes).

O último bloco (10º ao 15º parágrafos), que aborda os criadores, O Globo aproveita que houve a citação sobre precariedade na gestão do Cetas pelo poder público federal e segue na mesma linha crítica. Desta vez, o serviço criticado é a fiscalização inadequada promovida pelo Ibama aos criatórios.

Apesar de O Globo apresentar vozes com o discurso contra a criação e a comercialização de animais silvestres como bichos de estimação (o gerente de campanha da ONG e o superintendente do Ibama), predomina o discurso contrário: se quiser ter um silvestre-*pet*, compre o legalizado. Esse recurso (uso da crítica) foi usado para tentar manter a coesão do texto na passagem entre os parágrafos de blocos temáticos diferentes (do tema Cetas para o tema criadores). Apesar de ajudar o leitor a não sentir essa mudança, o problema persistiu, já que a questão dos centros de triagem sequer voltou a ser citada nos cinco parágrafos seguintes.

O bloco sobre os criadores de animais silvestres apresenta um problema de informação ao considerar como se fosse um grupo só os criadores amadores e os comerciais. Os 70 mil criatórios do Ibama em território fluminense, citado no 10º parágrafo, correspondem ao universo dos amadores registrados no órgão ambiental da União. Essa confusão surge no 11º parágrafo com a declaração do superintendente do Ibama, que afirma que a falta de fiscalização possibilita a venda de animais não saudáveis.

Na sequência, ele ainda critica a cultura da criação doméstica em cativeiro de animais silvestres e justifica a existência dessa prática baseando-se no fator econômico (“o lucro para os donos de criatórios é alto”). Ou seja, para o representante do Ibama, o lucro incentiva esse comércio que, por sua, contribui com a cultura.

Em nossa pesquisa, como já apresentado em **2.1.1 As origens de uma cultura: os silvestres-*pet***⁷⁶, defendemos que desde o início do século XVI, com a chegada dos europeus, o início do processo de colonização no território brasileiro e o contato com os indígenas, ocorre uma mescla de costumes. Entre eles, destacamos o hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação que ambos universos culturais tinham.

Durante séculos, o Estado pouco interferiu para o controle dessa prática, bem como não tentou efetivamente controlar a retirada de animais silvestres de seus habitat para serem transformados em bichos de estimação.

Desde os tempos coloniais, os governos cogitaram de proteger as florestas e outros recursos, mas foram inócuas as medidas de proteção, sempre renovadas ao longo dos anos por meio de cartas-régias, leis, decretos, regulamentos que jamais produziram efeitos práticos. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2011, p. 7)

⁷⁶ Ver p. 44.

Somente na primeira metade do século XX, com a entrada em vigor do Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934), é que o poder público passou a atuar com mais efetividade. Mas foi em 1967, com a Lei 5.197 (conhecida como Lei de Proteção à Fauna), que a legislação ganha um caráter mais restritivo e controlador. Ou seja, por mais de quatro séculos, o hábito de criar animais silvestres como bichos de estimação ocorria sem o menor controle do Estado, permitindo com que essa cultura se consolidasse em muitos grupos sociais no Brasil.

Não acreditamos, portando, que seja a atividade econômica dos criadores o principal e mais forte fator para explicar esse costume. A exploração econômica regulamentada pelo poder público, como afirmamos, é recente frente à história de formação desse hábito. Atualmente, podemos considerar que a existência de um mercado legalizado é um contribuinte a mais à manutenção da cultura do silvestre-*pet*.

Os dois últimos parágrafos da matéria (14º e 15º) defendem abertamente o mercado legalizados de animais silvestres como bichos de estimação. No 14º, há a declaração (em discurso direto, ferramenta que reforça a ideia por, aparentemente, tirar a mediação do jornalista) do dono de uma loja que vende espécimes. A fala dele trabalha com a oposição entre certo e errado, sendo o correto comprar bichos de criatórios e o problema adquirir o ilegal nas feiras: “Ainda hoje, todo mundo sabe onde há feira ilegal. A pessoa sabe que está fazendo errado. Para comprar legal, é na *pet*.”

A defesa dessa ideia termina, no último parágrafo, com a indicação do site do Ibama para obter informações sobre a criação de animais silvestres.

A reportagem também é formada por duas matérias secundárias: uma sobre os centros de recuperação de animais de algumas empresas e outra sobre o Cetas do Ibama de Seropédica. Os dois textos mostram realidades totalmente diferentes, deixando clara a ideia de que o poder público (Ibama) é incompetente para gerir os centros de triagem.

A matéria “Centros de recuperação privados”, publicada na página 16, segue o estilo de escrita da matéria principal, com a utilização da terceira pessoa e a ausência do jornalista como voz explicitada no texto. O primeiro exemplo citado é o projeto da Klabin, no Paraná, que já foi pauta de O Globo. Esse fato permite que as informações sejam recuperadas e utilizadas, sem maior custo e esforço, pelo jornal. A iniciativa da empresa tem, segundo a reportagem, “grandes terrenos cercados, respeitando os hábitos e necessidades dos bichos.”

O mesmo tipo de abordagem é dado ao centro do Resort Rio Quente: “aves de diferentes espécies convivem soltas para depois serem soltas.” Nenhum problema é citado, diferente do que será descrito na matéria secundária que aborda o Cetas do Ibama em Seropédica. A matéria chamou a atenção para a utilização do centro como um atrativo aos turistas, o que “não é bem visto” pelos especialistas. Para aliviar a crítica, o jornal destacou logo na sequência: “mas há a reintegração dos mesmos à natureza, o que é um ponto positivo.” O uso da conjunção adversativa “mas” já indica a intenção de contrapor negativo e positivo.

A outra matéria secundária, “Estrutura precária do Cetas do RJ”, publicada na página 17, tem uma abordagem completamente diferente. A começar do título, que já tem no uso do adjetivo “precária” uma qualificação do trabalho realizado no centro de triagem de animais silvestres do Ibama em Seropédica.

Outro recurso que distingue bastante as abordagens entre as duas matérias secundárias é a pessoa do discurso utilizada em cada uma. Como destacamos, o texto sobre as iniciativas de empresas foi escrito com predominância da terceira pessoa do singular e a intenção de não deixar o discurso jornalístico aparecer. Já o que trata do Cetas do Ibama foi elaborado com ênfase na primeira pessoa do singular (eu), em tom de testemunho, recheado com impressões e sensações da jornalista.

O primeiro parágrafo é totalmente testemunhal e completamente emotivo, com uso marcante de adjetivos e advérbios: “sensação de indignação e impotência”, “símbolos tradicionais da fauna brasileira dividiam uma gaiola tão pequena” e “que bom, pelo menos chegaram a um centro de tratamento. Mas logo descobri que era possível que nunca mais saíssem dali.”

O segundo parágrafo tem como característica subsidiar com argumentos o “precária” do título e a “sensação de indignação e impotência”, que é a essência do trecho anterior. A falta de verbas para exames e para o retorno dos animais aos seus habitats em outras regiões determinam o confinamento sem prazo de término.

Há um equívoco no raciocínio da jornalista no trecho “embora animais possam ser retirados de criatórios para serem criados como domésticos, os bichos apreendidos não podem ser adotados”. É verdade que os espécimes apreendidos não podem ser adotados. Já os animais de criatórios não são “retirados”, mas os criadores comerciais legalizados reproduzem e comercializam os bichos, enquanto os amadores (de pássaros) podem doar as aves apenas

entre criadores amadores e seguindo a burocracia determinada pelo órgão ambiental de seu Estado. Ou seja, a jornalista criou uma situação contraditória para questionar a ausência da possibilidade de adoção pela população de animais apreendidos, o que também contribuiria para reforçar a cultura da criação doméstica de silvestres como bichos de estimação.

A representação social

De acordo com O Globo, os animais silvestres têm valor econômico em um crescente mercado de bichos de estimação, que deve ser incentivado. Ou seja, o jornal defende que animal silvestre pode ser criado como bicho de estimação.

O Globo também deixou claro que o poder público é incompetente na gestão da fauna silvestre.

4.2.4.5 A categoria Legislação

A categoria Legislação é formada por matérias jornalísticas em que a legislação sobre o tráfico de animais, a criação doméstica de animais silvestres e questões relacionadas, como casos discutidos judicialmente, são os temas predominantes. Estão incluídos nesse grupo material que trata de leis, decretos, resoluções, instruções normativas e as demais formas de ordenar juridicamente a questão, bem como propostas do Legislativo e do Executivo para a alteração do regramento oficial existente.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a sétima em número de matérias. No total, foram encontradas 16 matérias (6,29%), sendo 07 (43,75% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 09 (56,25% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Geral, Lei Específica e Caso.

I - Geral: textos em que não se aborda lei ou norma jurídica ou regulamentadora específica. O tema principal é a legislação em geral, sem especificações, normalmente com citações do tipo “a legislação sobre...” ou “as leis que tratam de...”.

II – Lei Específica: textos em que o principal assunto é uma determinada lei, decreto, resolução, instrução normativa, etc.

III – Caso: textos em que o tema predominante é algum caso real em que se discute a aplicação da legislação.

4.2.4.5.1 Texto 9 – Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio epilético

Folha de S. Paulo – 21 de outubro de 2010 – Cotidiano – página C7

Categoria Legislação, subcategoria Caso.

Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio epiléptico

Rogério Pagnan

De São Paulo

O papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*) é uma ave comum no Brasil. Soró, morador de Moema (zona sul de SP), faz parte dessa espécie, mas não merece o adjetivo.

Portador de epilepsia, doença rara para um papagaio, Soró tornou-se alvo de uma disputa judicial entre a socióloga Tânia de Oliveira, 63, e o Ibama de São Paulo.

Neste mês, a Justiça deu razão à mulher em caráter liminar. A decisão final, porém, não tem data prevista para ocorrer e Soró ainda não tem seu futuro definido.

O Ibama determinou no mês passado a entrega da ave porque, segundo ele, as normas brasileiras não permitem mais a criação dessa espécie em cativeiro.

O órgão sabia da existência da ave porque, desde 2002, por força de uma nova lei à época, a socióloga teve de pedir ao Ibama autorização para criar Soró em casa.

Agora, porém, a ordem é entregá-lo ao Ibama, pois a lei não permite mais que a ave viva em cativeiro.

Soró vive com os Oliveira há 26 anos. Tânia o herdou em 1997 e, desde então, passou a tratar a ave como membro da família. Chega a levá-lo em viagens que faz.

O papagaio-verdadeiro chega a viver 80 anos.

O papagaio chega a desmaiar quando tem convulsões. Por isso, o viveiro dele tem uma tela especial para que ele não caia no chão e se machuque. Soró fala o nome de todos da família, além de repetir frases inteiras.

SACRIFÍCIO

A possibilidade de entregar a ave tornou-se impensável para a família Oliveira porque no documento do Ibama, segundo os advogados, está escrito que o papagaio Soró deve ser entregue para "ser sacrificado, se doente, ou entregue à natureza, sendo sadio".

"Seria um desastre", disse o advogado Mauro Russo.

A assessoria do Ibama disse ontem que não havia um técnico que pudesse falar desse caso específico.

A juíza federal Tânia Lika Takeuchi, substituta da 6ª Vara Federal Cível, concordou com os argumentos do advogado para suspender temporariamente a entrega.

"A medida adotada pelo Ibama mostra-se desarrazoada na medida em que não traz qualquer benefício ao meio ambiente ou ao animal", diz trecho da decisão.

Para o veterinário Ygurey Tiaraju Elmano de Oliveira, especialista em papagaios, a melhor decisão da Justiça seria manter a ave onde está, porque o papagaio Soró não consegue mais viver na natureza sozinho.

"A gente sabe, por pesquisas científicas, que eles são animais que sonham, têm memória, têm uma certa consciência. Têm estresse e até depressão", disse.

"Nestas circunstâncias, não é saudável essa quebra de vínculo nem para o humano nem para a ave", disse.

"Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio", transcrito acima, é um típico texto do gênero jornalístico chamado notícia. Um fato ou ação que foge da rotina e tem potencial para chamar a atenção além da possibilidade de fornecer orientações sobre um fenômeno de interesse público justificam o investimento da Folha de S. Paulo na publicação.

A notícia também se caracteriza por restringir-se ao fato ou ação específica de sua pauta. Caso algum caso similar ou situação análoga seja citado, será feito de forma superficial. O mesmo acontece com análises ou opiniões de especialistas que, porventura, sejam consultados.

A matéria foi classificada na subcategoria Caso da categoria Legislação.

Na página

A matéria foi publicada na página C7 do caderno Cotidiano, ou seja, uma página ímpar (de maior importância). A notícia não teve destaque na capa do jornal, mas foi citada na última página do caderno Cotidiano, que é utilizada como um resumo com as principais matérias da edição toda. Essa seção chama-se "Folha Corrida – Seu dia em 5 minutos". Nessa página, foi publicado o seguinte: "Justiça de SP autoriza socióloga a manter em casa um papagaio silvestre de 26 anos que sofre de epilepsia Cotidiano C7".

Figura 16 – Página C14, um resumo com as principais notícias da edição e a chamada para a matéria da C7

Na página C7, é a única matéria. Ela foi diagramada em duas colunas (as da esquerda) ao lado de um grande anúncio de ferro a vapor e sobre um pequeno calhau⁷⁷. Apesar de estar em uma página ímpar, a matéria está entre o anúncio colorido e a página C6 com uma grande matéria com o chamativo título “Brasileira acusada de fazer sexo é absolvida”, fatores que criam uma competição e dificultam a atração do leitor.

⁷⁷ Calhau é um pequeno anúncio do próprio veículo de comunicação publicado em algum espaço não utilizado na página.

Figura 17 – Páginas C6 e C7

O antetítulo “Foco”, uma foto com título com a imagem de dois papagaios da mesma espécie do citado na matéria, linha-fina, legenda e as reproduções de três trechos do próprio documento da Justiça (decisão liminar) foram diagramados acima do título e do texto.

Os fatos e o contexto

A decisão de devolver o papagaio à socióloga, ainda que liminar (provisória até o julgamento do mérito da ação judicial), é polêmica. Matérias como essa, noticiando fatos semelhantes, são recorrentes na imprensa. Afinal, o comum é a apreensão ser realizada e o infrator não reclamar pela devolução do animal. Um caso similar, analisado sob outro aspecto, é parte desta pesquisa: a apreensão e devolução do papagaio do Zé Ladrão⁷⁸, também na cidade de São Paulo.

Na maioria dos casos, a abordagem da imprensa tende a ser bastante emotiva, apelando para argumentos ligados ao sofrimento da separação (tanto para o animal quanto para o humano) e a impossibilidade de retorno à vida livre de espécimes criados em cativeiro por longos períodos.

⁷⁸ Ver a análise da matéria “Deram um pé no louro” na p. 166.

Somente no estado de São Paulo, onde aconteceu o caso envolvendo o papagaio Soró, entre 2001 e 2012, 250 mil animais foram apreendidos. Ou seja, uma média de 25 mil por ano (SOCIEDADE PARA CONSERVAÇÃO DE AVES DO BRASIL, 2017, p. 10). Desde 2006, essa média tem sido de 30 mil espécimes. Não se tem um levantamento de quantas ações judiciais requerendo a devolução de bichos apreendidos chegaram à Justiça, mas, com certeza, o número não é significativo frente à quantidade de apreensões.

Esse é um dos motivos que fez com que o caso chamasse a atenção da Folha de S. Paulo: a singularidade da natureza da ação e a consequente decisão judicial. Por isso, toda vez que surge uma história como a disputa por Soró, a imprensa cobre.

O artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.695, de 12 de fevereiro de 1998) classifica como crime:

Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida [...]. (BRASIL, [21--]f)

O inciso III desse capítulo detalha a prática criminal, incluindo

quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. (BRASIL, [21--]f)

Geralmente, mas não exclusivamente, os agentes dos órgãos de fiscalização e controle se baseiam nesse artigo para combater o tráfico de fauna silvestres e coibir a criação doméstica ilegal de animais silvestres. Quando está caracterizada a prática ilícita, o artigo 25 da Lei de Crimes Ambientais e o inciso I do artigo 107 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de junho de 2008, determinam a apreensão do animal (exceto os que, após análise do agente responsável pela ação seguindo os critérios da Instrução Normativa Ibama nº 23, de 2014, forem considerados aptos para soltura imediata).

Ainda assim, há pessoas que constituem advogados e tentam judicialmente conseguir a guarda provisória do animal. Pelo fato de o espécime ter sido capturado na natureza, não existe a possibilidade de o solicitante conseguir a guarda permanente ou posse, como ocorre com as pessoas que comprem silvestres legalizados nascidos em criadouros comerciais.

Inúmeros são os argumentos que embasam os pedidos à Justiça. Em muitos deles, alega-se que a separação do animal do humano, em casos de convívio por longos períodos,

gera sofrimento a ambos e que o espécime não tem mais condições de sobrevivência na natureza. E o caso envolvendo Soró não foi diferente.

O argumento da impossibilidade de reabilitação para vida livre do papagaio teria grande chance de ser rechaçado caso o Ibama apresentasse à juíza do caso pesquisas que comprovam ser possível recuperar e soltar papagaios que viveram por anos em cativeiro doméstico. No Brasil, desde 2010 (mesmo ano da publicação da matéria da Folha de S. Paulo) a ONG Instituto Espaço Silvestre mantém um projeto de reintrodução papagaios-de-peito-roxo no Parque Nacional das Araucárias, em Santa Catarina (MARQUES, 2014, p. 16-19). Muitas dessas aves foram criadas por anos em cativeiro doméstico e hoje vivem livres na unidade de conservação.

A escassez de centros de triagem e de reabilitação de animais silvestres no Brasil e a baixa qualidade do trabalho desenvolvido por essas instituições, principalmente as públicas, também contribuem para que a Justiça tome decisões favoráveis às pessoas que solicitam a guarda provisória de animais apreendidos. De acordo Sarney Filho (2006, p. 382): “Piores ainda do que o pequeno número de Cetas existentes no País são as suas condições de funcionamento.”

Se o Estado tivesse uma infraestrutura adequada para recebimento e reabilitação dos espécimes com potencial de retorno à vida livre e desenvolvesse um trabalho com bons resultados, a probabilidade de a Justiça tomar decisões favoráveis às pessoas que criavam ilegalmente os espécimes seria bem menor.

A devolução de animais apreendidos é polêmica basicamente pelo debate entre quem considera que há sofrimento na separação da ave do humano que a criava e os que defendem a apreensão como parte do caráter educativo da lei. Afinal, o infrator, apesar de continuar respondendo criminalmente, passará a ter o papagaio de forma legal após a decisão da Justiça.

No texto

A matéria da Folha de S. Paulo tem no inusitado seu apelo ao leitor. A situação toda apresentada no título “Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio epilético” chama a atenção, a começar pelo fato de alguém entrar na Justiça por causa de um animal, atitude essa ainda considerada incomum. O outro elemento que se destaca é o adjetivo “epilético”. O uso dessa palavra, qualificando a ave, tornou o incomum uma raridade.

Para o noticiário do cotidiano das pessoas nas cidades, fatos raros são matéria-prima de primeira qualidade, sendo bastante valorizados pela maioria dos veículos de imprensa generalistas voltados para a cobertura do factual. Esse aspecto não foi destacado apenas no título. O próprio início do texto da notícia foge do padrão do *lead* tradicional e enfatiza que o papagaio Soró não é uma ave comum.

Nesse primeiro parágrafo, há uma construção elaborada com ideias contrárias. A primeira oração afirma que animais da espécie de Soró são comuns no Brasil. A conjunção adversativa “mas” introduz a desconstrução do adjetivo “comum” para o caso, processo esse que será realizado no segundo parágrafo com a questão da epilepsia. É também nesse segundo trecho da matéria, com o adjetivo “raro”, em que se consolida o caráter de fato incomum.

O final do segundo parágrafo apresenta a estrutura que norteará a matéria até seu final: a disputa judicial entre a socióloga e o Ibama pelo papagaio, que, apesar da decisão liminar em favor da mulher, ainda está indefinida. Ao apresentar esse contexto, no terceiro parágrafo a Folha de S. Paulo utilizou o termo “mulher” para designar a socióloga. Tal processo tira a força da ideia de uma profissional com formação universitária disputando contra o Ibama e fragiliza a pessoa, transformando o conflito em indivíduo *versus* Estado.

Os quarto, quinto e sexto parágrafos são um amontoado de informações equivocadas e pouco esclarecedoras sobre a legislação. A começar por “as normas brasileiras não permitem mais a criação dessa espécie em cativeiro.” A criação comercial legalizada de papagaios-verdadeiros nunca parou e existe até hoje e aves dessa espécie são bastante comercializadas como bichos de estimação.

Na sequência, a Folha afirma que, por força de uma nova lei, a socióloga teve de pedir autorização do Ibama para ficar com Soró. A tal lei não foi especificada, bem como a lei que não permite que o papagaio viva em cativeiro. Muito pouco esclarecedor, bastante superficial e, com certeza, há algum equívoco, pois, como já afirmamos, não existe lei que impeça a criação de papagaios em cativeiro – desde que a ave tenha procedência legal.

Notamos que o Ibama está acompanhado de palavras e expressões que indicam certeza e força, tais como “determinou”, “autorização” e “ordem”. Já a mulher está relacionada a “entrega” e “pedir”.

Após caracterizar e tentar explicar os elementos ligados ao Estado, como o Ibama e as leis, a Folha de S. Paulo passa para o universo da mulher (emotivo). A descrição passa a ser mais emotiva, tendo a família como elemento central: no 7º parágrafo temos 26 anos de

convivência, “os Oliveira”, “membro da família” e viagens juntos, enquanto no nono encontramos o relato das necessidades especiais do epilético Soró, que “fala o nome de todos da família”.

O intertítulo utilizado após a caracterização acima, “Sacrifício”, é o ápice da utilização de algum recurso para sensibilizar o leitor e ganhar a simpatia dele para a manutenção de Soró com os Oliveira. A possibilidade de o Ibama matar a ave torna-se um argumento extremamente forte, o qual o órgão ambiental não se manifestou para explicar (12º parágrafo).

A partir desse ponto, a Folha de S. Paulo não joga mais com o conflito mulher *versus* Ibama e apresenta discursos que se propõe como isentos: a Justiça (por meio da juíza) e o veterinário especialista em papagaios. Ambos se mostraram favoráveis a manter Soró com a família que o cria.

A decisão da Justiça está baseada, de acordo com a construção textual da Folha de S. Paulo, na não concordância em sacrificar o papagaio por causa da epilepsia. Já a opinião do veterinário é de que essas aves e os humanos sofrem muito com a “quebra de vínculo” ocasionada por uma separação. A utilização de trechos com discurso direto, tanto para relatar a decisão da juíza quanto para apresentar as declarações do veterinário deram mais força aos depoimentos: dos cinco últimos parágrafos, três estão entre aspas.

A representação social

A Folha de S. Paulo defendeu a permanência do papagaio com a família. O jornal reproduziu a ideia de haver um vínculo entre humano e animal que não deve ser quebrado. O fato de o espécime ser ilegal não foi argumento suficiente perante o fato dele ser doente e o Ibama ameaçar sacrificá-lo. De qualquer forma, o jornal não fez ou apresentou qualquer crítica ao fato de a ave silvestre estar sendo criada como *pet*.

Para a Folha de S. Paulo, animal silvestre pode ser bicho de estimação.

4.2.4.5.2 Texto 10 – Tráfico de animais ganha impulso legal

O Globo – 02 de julho de 2013 – Ciência – página 30

Categoria Legislação, subcategoria Leis Específicas.

Tráfico de animais ganha impulso legal

Governo federal permite que infratores permaneçam com espécies apreendidas

Renato Grandelle

renato.grandelle@oglobo.com.br

Uma nova resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), divulgada na última sexta-feira, praticamente legalizou o tráfico de animais silvestres no país, segundo especialistas do setor. O órgão federal criou duas formas de tratar a fauna apreendida. Uma é o depósito provisório, em que qualquer pessoa pode comprar e manter até dez animais, mesmo de origem ilegal, por tempo indeterminado. Outra é a guarda por terceiros, em que o governo federal, sem infraestrutura para receber os animais, os entrega para voluntários.

O documento desestimula a criação legal de animais em cativeiro e permite que espécimes apreendidos sejam “regularizados”. A fiscalização precária torna inviável monitorar estes animais, que se reproduzem em cativeiro e podem ser revendidos. Hoje, a pena para o tráfico de animais silvestres é de seis meses a um ano, além de multa. Agora, na prática, passa a ser apenas a multa - que, de certa forma, é “recompensada” pela manutenção da posse do animal.

As propostas já eram discutidas pelo Conama há dois anos. O Conselho ressalta que o infrator responderá a processo e, enquanto isso, só ficará com o animal que sequestrou se quiser. Mas, optando por isso, será responsável por todos os cuidados do espécime, como alimentação, tratamento e notificação de sua morte.

— A outra hipótese é a guarda dos animais silvestres — destaca o Capitão Marcelo Robis, representante no Ibama do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG). — É nossa consideração a pessoas que não têm estes animais, mas querem recebê-los.

Não se trata de uma mera cortesia. O país tem apenas 50 centros de triagem (Cetas), sendo metade deles administrados pelo Ibama. Estes locais seriam como “hotéis” para os animais apreendidos — eles ficariam sob cuidado de especialistas até terem condições para serem reintroduzidos na natureza ou doados para zoológicos.

Estes centros, porém, foram convertidos em “asilos”. Pela falta de infraestrutura e de funcionários, muitos animais morrem antes de sua transferência a um novo destino. Em muitos casos, os zoológicos não recorrem aos Cetas, por já deterem muitos exemplares das espécies apreendidas.

— O objetivo da medida do Conama é combater a falta de locais de destinação dos animais silvestres, e não acabar com o tráfico. Para isso, seria necessária uma política

nacional, ou então vamos enxugar gelo — admite Robis. — Queremos trabalhar com o traficante, fazer com que ele se responsabilize oficialmente pelo animal. É uma possibilidade fantástica de criarmos um banco de dados que contribua com a fiscalização da fauna.

A maioria dos animais silvestres comercializados vem das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e tem como destino Rio e São Paulo. Os estados alegam que o contrabando é transportado em rodovias federais, onde suas polícias não podem agir.

Os conselhos federais de Biologia (CFBio) e de Medicina Veterinária (CFMV) divulgaram notas contra a resolução. Segundo o CFBio, o documento “cria insegurança jurídica e desestimula a criação legal (de animais silvestres) em cativeiro”. O presidente do CFMV, Rogério Lange, por sua vez, diz que “um bem roubado não pode ficar com o ladrão”.

— É uma transferência de responsabilidade, porque o Estado deve ser o gestor da fauna — condena. — Em 2011, uma lei complementar do governo federal já havia transferido aos estados e municípios os cuidados com os animais em cativeiro. Hoje observamos um período de vacância. Ninguém sabe o que deve fazer, porque a maioria das prefeituras não têm recursos ou profissionais para assumir este novo papel.

MOEDA DE TROCA NAS ELEIÇÕES

Coordenador-geral da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), Dener Giovanini considera que uma situação excepcional — a impossibilidade de resgatar um animal apreendido — torna-se, agora, uma medida comum.

— Não há, no texto, a menor preocupação com o bem-estar do animal — acusa. — A maior punição imposta pelo documento é permanecer com o que roubou. A lei ambiental brasileira é leviana, uma falácia. Quem recebe multa nunca paga, e fica por isso mesmo. No máximo, terá que assistir a uma palestra ou distribuir algumas cestas básicas.

Tanto a lei de 2011 quanto a nova resolução do Conama tiram a biodiversidade das mãos do Estado. Para Giovanini, delegar a fauna a estados e municípios vai expor ainda mais os animais ao risco de extinção — além de convertê-los a uma moeda de troca:

— Os prefeitos poderão emitir um termo de guarda do animal silvestre, legalizando sua posse. É uma medida que podem usar, por exemplo, em busca de benefícios eleitorais.

O tráfico de animais silvestres movimenta em torno de US\$ 2 bilhões por ano no Brasil. Cerca de 38 milhões de espécimes são retirados da natureza no país por causa dessa

atividade. De cada dez indivíduos retirados de seu habitat, só um sobrevive às condições precárias de transporte e aos ferimentos.

Apenas as espécies mais valiosas costumam receber um tratamento especial. No mercado internacional, uma arara-azul-de-lear pode valer até US\$ 60 mil; um mico-leão-dourado, US\$ 20 mil. Há, também, espécies apreendidas clandestinamente pela indústria farmacêutica, que estuda substâncias químicas para produzir novos medicamentos. Alguns besouros amazônicos custam US\$ 8 mil.

A matéria acima tem características do gênero jornalístico chamado notícia. Ela apresenta uma decisão nova do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a Resolução nº 457, que permite que animais que deveriam ser apreendidos pelo poder público fiquem temporariamente com os infratores ou com pessoas cadastradas nos órgãos ambientais como voluntárias.

Mas, apesar do caráter e estrutura noticiosos, O Globo não tentou esconder do seu leitor ser contra a resolução. A matéria foi classificada na subcategoria Lei Específica da categoria Legislação.

Na página

A matéria “Tráfico de animais ganha impulso legal” é a principal da página da seção Ciência. Ela foi destacada na primeira página do jornal (capa), com o título “Estímulo ao tráfico de animais”, um pequeno texto e a foto de uma arara-canindé (espécie cujos animais são bastante desejados como bicho de estimação).

Figura 18 – Capa da edição de 02 de julho de 2013

A matéria está publicada em uma página par (30). Ela foi diagramada em três colunas (de cinco possíveis) e ocupa toda a altura da mancha de publicação da página. Foram diagramadas três fotografias: uma grande acima do título, de uma apreensão realizada pela Polícia Rodoviária Federal com vários filhotes de papagaios amontoados, e outras duas menores, uma acima da outra, de uma surucucu e de um besouro, animais também cobiçados no mercado negro de fauna.

O título foi posicionado abaixo da fotografia dos filhotes de papagaios, da legenda, que informa que os animais foram apreendidos com traficantes de fauna na rodovia Presidente Dutra (BR-116), e do antetítulo “Feira livre da natureza”. Ele foi diagramado em duas linhas por três colunas.

Abaixo do título, há uma linha-fina. No meio do texto, foi diagramado um olho, que, segundo Damasceno (2013, p. 32), tem a intenção de “minimizar a aparência densa e a sensação de texto longo para ler”.

Figura 19 – Página 30 da edição de 02 de julho de 2013

A chamada de capa, o espaço e a diagramação da matéria na página de Ciência indicam que O Globo considerou relevante o assunto.

Os fatos e o contexto

A aprovação da Resolução Conama nº 457, de 25 de julho de 2013, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), foi um dos assuntos mais polêmicos ligados à gestão da fauna silvestre no Brasil naquele ano.

A Resolução Conama nº 457,

Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 [...]. (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2013)

O objetivo dessa resolução é evitar que os agentes do poder público responsáveis por resgate de animais silvestres e pela fiscalização (Ibama e polícias, por exemplo) fiquem com a responsabilidade de cuidar dos espécimes no caso de não haver vagas em instituições apropriadas.

O inciso I do artigo 107 do Decreto nº 6.514, de 22 de junho de 2008, determina que

os animais da fauna silvestre serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, podendo ainda, respeitados os regulamentos vigentes, serem entregues em guarda doméstica provisória. (BRASIL, [21--]g)

De acordo com o decreto acima, os animais resgatados e apreendidos que não forem libertados imediatamente após a ação dos agentes do poder público (que para realizar a soltura têm de seguir os procedimentos elencados na Instrução Normativa Ibama nº 19, de 2014) devem ser entregues em instituições com profissionais capacitados ou para guarda doméstica provisória.

Até a aprovação da Resolução Conama nº 457, estava em vigência a Resolução Conama nº 384, de 27 de dezembro de 2006, que já regulamentava a entrega dos animais apreendidos e resgatados para voluntários previamente cadastrados pelo Ibama e aos infratores, nesse caso por um período máximo de 15 dias. Os agentes do poder público utilizavam o chamado Termo de Depósito Doméstico Provisório.

Com a entrada em vigor do Decreto Federal nº 6.514, de 2008 (que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais), foi revogado o Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dava embasamento legal à Resolução Conama nº 384 por já prever a entrega de animais apreendidos a fiéis depositários. Em texto enviado ao site Fauna News, o coronel Milton Sussumu Nomura, comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo e representante no Conama do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (entidade que participou da elaboração da Resolução nº 457), declarou:

Deixe-me esclarecer que ela se iniciou por meio de uma proposta da corajosa Organização Não Governamental Mira Serra, localizada no Rio Grande do Sul. Como se poderá ver no site do Conama a mencionada ONG estava preocupada em não ver revogada a Resolução 384, de 2006, por conta da edição do Decreto Federal 6.514, de 2008 (que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais), decreto este que revogou o então Decreto Federal 3.179/1999.

Essa Resolução 384, de 2006 disciplinava a concessão de depósito doméstico provisório de animais silvestres apreendidos. Veja, então, que essa situação, qual seja, depósito de animais silvestres apreendidos ao próprio autuado (de que trata a Resolução CONAMA 457) não é nova, pois já estava regulamentada pelo CONAMA, desde 2006, ou seja, há 07 anos. (MARQUES, 2013a)

Apesar de não ser novidade a possibilidade de deixar animais vítimas do tráfico de fauna ou criados ilegalmente pela população com os infratores, a aprovação da Resolução Conama nº 457 acabou chamando a atenção de ambientalistas para a questão, que começaram a criticá-la. Inúmeras matérias da imprensa foram veiculadas abordando a polêmica.

A Resolução Conama nº 457 criou o Termo de Depósito de Animal Silvestre (TDAS) e o Termo de Guarda de Animal Silvestre (TGAS). O TDAS é para os casos em que o infrator assume voluntariamente o dever de cuidar do animal apreendido até o poder público conseguir outra destinação ao espécime. Já o TGAS, quem assume voluntariamente e provisoriamente a responsabilidade é uma pessoa previamente cadastrada pelo órgão ambiental competente.

O voluntário cadastrado para receber animais silvestres apreendidos por meio do TGAS poderá se responsabilizar por até 10 espécimes, sendo possível aumentar esse número. Já os infratores que resolverem ficar com os bichos, por meio do TDAS, não têm a possibilidade de ficar com mais que 10. Chama a atenção o fato de que o TGAS não poderá ser concedido para pessoas com condenação penal ou administrativa por crime ou infração ambiental contra a fauna nos cinco últimos anos.

Art. 5º Não serão objeto de concessão do TDAS e TGAS os espécimes de espécies:

I - com potencial de invasão de ecossistemas, conforme listas oficiais publicadas pelos órgãos competentes;

II - que constem das listas oficiais da fauna brasileira ameaçada de extinção, nacional, estadual, ou no Anexo I da Convenção Internacional para o Comércio de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção-CITES, salvo na hipótese de assentimento prévio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA ou do órgão ambiental estadual competente;

III - cujo tamanho, comportamento, exigências específicas de manutenção e manejo sejam incompatíveis com o espaço e recursos financeiros disponibilizados pelo interessado; e

IV - das Classes Amphibia, Reptilia e Aves da Ordem Passeriformes com distribuição geográfica coincidente com o local da apreensão.

Parágrafo único. Não serão objeto de TDAS os animais silvestres vítimas de maus tratos comprovados por laudo técnico. (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2013)

Com a falta de investimentos do poder público em aumentar e melhorar a rede de centros de triagem e de reabilitação de animais silvestres (Cetas e Cras), locais responsáveis por receber, assistir e dar destinação adequada aos espécimes resgatados e apreendidos pelos órgãos de fiscalização do Estado, agentes do Ibama, das polícias, das guardas municipais e

dos bombeiros, por exemplo, encontram dificuldade para entregar os bichos. As principais consequências dessa situação são o prolongar a situação de sofrimento dos animais, aumento da taxa de óbitos e manter profissionais de instituições que não têm a função e a capacitação para dar atendimento aos espécimes deixando de cumprir o trabalho para o qual estão destinados legalmente.

O então capitão e chefe de Operações Especiais da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, Marcelo Robis Francisco Nassaro, declarou durante audiência pública organizada para discutir a Resolução Conama nº 457, realizada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2013:

“Hoje, os animais morrem na mão da fiscalização. Às vezes, apreendo uma espécie e não tenho para onde levá-la. O jeito é deixá-la em um quartel da Polícia, onde provavelmente morrerá”, comentou. (TÔRRES, 2013)

O coronel Nomura também salientou a posição do Ibama nesse contexto:

O próprio Ibama não só participou da discussão da Resolução 457 mas também contribuiu com alterações e inserções no seu texto, de forma que esse é um indicativo de que no âmbito nacional realmente há uma reconhecida falta de locais de recepção e de destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente. (MARQUES, 2013a)

Essa situação tem feito com que a legislação fosse adequada para permitir que animais silvestres fiquem provisoriamente com voluntários e com os próprios infratores até que se consigam vagas em Cetas ou Cras. Ou seja, o poder público tem preferido não investir em infraestrutura e profissionais competentes para atender os espécimes apreendidos com traficantes de fauna e em cativeiro doméstico ilegal⁷⁹ e os resgatados vítimas de atropelamentos em estradas e rodovias, de contato com a rede de distribuição de eletricidade, de caçadores, de colisões com edificações, de queimadas em vegetação nativa e áreas agrícolas, etc.⁸⁰ e tem passado sua responsabilidade para a população.

O Conama, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) presidido pelo ministro do Meio Ambiente, é composto por 107 entidades com direito a voto que representam órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil (ambientalistas, trabalhadores e população tradicional).

Vale destacar que a resolução 457 não “apareceu de uma hora para outra”. Ela é resultado de um processo de discussão que, infelizmente, parece não

⁷⁹ Os animais apreendidos representaram 64% do total de espécimes recebidos pelos Cetas do Ibama entre 2010 e 2014 (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, 2016, p. 16)

⁸⁰ Os animais resgatados representaram 13% do total de espécimes recebidos pelos Cetas do Ibama entre 2010 e 2014 (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, 2016, p. 16)

ter sido acompanhado de perto pelas entidades ambientalistas ligadas à conservação da fauna silvestre e pela imprensa (que ainda não se deu conta da dimensão da questão).

“Desde que a proposta entrou no Conama, inicialmente sob o ponto de vista do encargo de tutor de animais, passou por diversos níveis de discussão, desde bilaterais para busca de melhorias, atualizações e detalhamentos em âmbito interinstitucional, a discussões específicas de Câmaras Técnicas temáticas e da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (...)” – texto de nota de esclarecimento do Conama preparada em virtude da polêmica sobre a aprovação da Resolução 457.

A proposta passou por 10 reuniões de Câmaras Técnicas antes de seguir para votação. (MARQUES, 2013b)

Na votação que aprovou a Resolução 457, ocorrida na 110ª Reunião Ordinária, em 22 de maio de 2013, nenhuma das 89 entidades com direito a voto registrou posição contrária à proposta da ONG Mira Serra, que durante toda a tramitação foi trabalhada pelos representantes do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil até a apresentação do texto final. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que estava inabilitada a votar porque seus representantes haviam estourado o limite de faltas em reuniões do Conselho, posicionou-se contra a aprovação durante a reunião.

Com a divulgação da aprovação da Resolução Conama nº 457, especialistas, entidades ambientalistas e parlamentares começaram a se posicionar contra a norma.

“Essa Resolução é inconstitucional na medida em que permite que os animais em estejam sob guarda irregular sejam mantidos nessa mesma situação. A inconstitucionalidade reside no fato de que a Resolução desrespeita o artigo 25 da Lei Federal 9.605/98, que determina que os animais apreendidos sejam entregues a centros de reabilitação, santuários, zoológicos e assemelhados desde que sob cuidados de técnicos habilitados”, explica Vania Tuglio, promotora de Justiça do Ministério Público de SP e coordenadora do Gecap (Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo). (ANDRADE, 2013)

De acordo com a redação do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, na época da aprovação da resolução,

Os animais serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados. (BRASIL, [21--]f).

Seguindo o raciocínio argumentativo da promotora de Justiça Vania Tuglio, tanto a Resolução Conama nº 457 quanto Decreto nº 6.514, de 22 de junho de 2008, não estão de acordo com a Lei nº 9.605, de 1998. Pela hierarquia dos atos normativos, as leis são superiores aos decretos, que as regulamentam, e às resoluções.

Além do fato de a população estar absorvendo uma demanda do poder público, também foram criticados dois pontos que poderiam incentivar o mercado negro de silvestres. O primeiro é a possibilidade de pessoas sem histórico de envolvimento com crimes ou infrações contra a fauna, mas envolvidas com o tráfico de silvestres, serem voluntárias para receber animais via TGAS. O outro é a quantidade de espécimes (dez foi considerado um número alto) que poderá ficar com infratores e voluntários.

Entre os que criticaram a Resolução Conama nº 457 estavam o Greenpeace, a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), a Associação Mata Ciliar, a SOS Fauna, o Movimento Crueldade Nunca Mais, a Associação Brasileira de Veterinários de Animais Selvagens, a Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil (SZB), os conselhos Federal de Medicina Veterinária e de Biologia e os deputados federais Ricardo Izar, Ricardo Tripoli e Antonio Carlos Mendes Thame.

A matéria “Tráfico de animais ganha impulso legal” noticia a aprovação da Resolução 457 pelo Conama e faz parte dessa polêmica.

No texto

A chamada na capa do jornal tem como título “Estímulo ao tráfico de animais” e o texto: “Nova resolução do Conama permite que qualquer pessoa fique com até dez animais silvestres”. Há um problema na coesão entre os dois elementos, sendo difícil justificar o título com o texto elaborado. Faltou informação que explique a situação apresentada no título.

Os títulos da chamada da capa e da matéria, “Tráfico de animais ganha impulso legal”, causam estranheza por estarem ligados a uma notícia, gênero jornalístico com caráter informativo e não a um texto opinativo. Eles caberiam muito bem no editorial ou em um artigo assinado por algum especialista.

O título da matéria é uma oração formada por dois conceitos antagônicos com o objetivo de causar estranhamento no leitor e estimular sua curiosidade. Nele, encontramos referência ao ilegal, com a expressão “tráfico de animais”, e à legalidade, com “legal”.

O antetítulo “Fera livre da natureza” é uma ironia que trabalha com os mesmos conceitos antagônicos do título. Ele apresenta uma informação que não deve ser lida denotativamente, sendo necessário ao leitor reconhecer que a intenção era criar uma situação absurda. Logo abaixo do título, a linha-fina completa o contexto ao afirmar que o governo federal permite que infratores fiquem com animais apreendidos.

Os três elementos (antetítulo, título e linha-fina) formam uma composição bastante crítica à Resolução Conama nº 457. O Globo ironiza a iniciativa, define como principal problema a possibilidade de deixar animais com os infratores, o que incentivaria o mercado negro de fauna, e põe a culpa no governo federal.

Afirmar que o governo federal é o responsável pela resolução e sua aprovação poderia ser aceito se a matéria analisasse a composição do Conama. O conselho é formado por 90 entidades que representam órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil (ambientalistas, trabalhadores e população tradicional), mas a distribuição das vagas não é uma garantia de equilíbrio de forças. Na época da votação da Resolução Conama nº 457, essa era a composição do Conselho, deixando claro a maioria do poder público:

- Presidente do Conama e ministra do Meio Ambiente: Izabella Teixeira.
- Entidades civis e de trabalhadores: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Associação de Defesa do Meio Ambiente (Ademasp) – indicada pelo Presidente da República, Comunidade Científica (votou um representante do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, Instituto Brasil Central, Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), Associação Andiroba, Associação SOS Amazônia, Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas, Projeto Mira-Serra, Sócios da Natureza, Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí (Funpapi).
- Entidades empresariais: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional da Indústria (CNI) - com três votos, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - com dois votos, Confederação Nacional do Transporte, Setor Florestal (o titular era da Associação Brasileira de Produtores de Florestal Plantadas).
- Entidades representantes dos Municípios: Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional dos Prefeitos⁸¹, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Região Centro-Oeste),

⁸¹ Não teve direito a voto, mas se manifestou contra. As outras 89 entidades aprovaram a proposta.

Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Região Nordeste), Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Região Sul).

- Estados: Governo do Distrito Federal, Governo de Alagoas, Governo do Amapá, Governo da Bahia, Governo do Ceará, Governo de Goiás, Governo do Maranhão, Governo do Mato Grosso, Governo do Mato Grosso do Sul, Governo de Minas Gerais, Governo do Paraná, Governo da Paraíba, Governo do Pará, Governo de Pernambuco, Governo do Piauí, Governo do Rio de Janeiro, Governo do Rio Grande do Sul, Governo de Rondônia, Governo de Roraima, Governo de Santa Catarina, Governo de Sergipe, Governo de Tocantins.

- Governo federal: Agência Nacional de Águas (ANA), Casa Civil da Presidência da República, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comando do Exército, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério das Cidades, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria dos Portos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República,

Mas O Globo não abordou a responsabilidade do governo federal a partir da composição de forças do Conama. O jornal simplesmente considerou o conselho um órgão da União e não um colegiado consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

O texto da matéria começa mantendo coerência com a composição do antetítulo, título e linha-fina ao determinar: a nova resolução “praticamente legalizou o tráfico de animais silvestres no país”. E para reforçar seu ponto de vista, O Globo atribui a afirmação a “especialistas do setor”. O jornal identifica as duas novas formas de destinação da fauna

apreendida como o principal problema da Resolução Conama nº 457. Mas, ao tentar explicá-las, erros graves de apuração ficaram evidentes.

Ainda no *lead*, O Globo afirma que uma das formas de destinação é o depósito provisório, “em que qualquer pessoa pode comprar e manter até dez animais, mesmo de origem legal, por tempo indeterminado.” Da forma como o texto foi escrito, entende-se que é possível adquirir espécimes de forma ilegal e solicitar o depósito provisório, sem definição de prazo para retirada. A matéria, nesse trecho, tentou explicar o TDAS, documento emitido aos infratores flagrados com bichos em situação irregular que assumem voluntariamente a responsabilidade de cuidar do animal apreendido até o poder público conseguir vaga em alguma instituição adequada para o recebimento.

A outra forma de destinação apresentada no primeiro parágrafo é a guarda por voluntários, que na Resolução Conama nº 457 tem a denominação de TGAS. Essa alternativa, segundo O Globo, ajudaria o governo federal que está “sem infraestrutura para receber animais”. Na verdade, existe uma infraestrutura ruim (a rede de Cetas) que não absorve a demanda e nem realiza bons serviços. Esse problema envolvendo os centros de triagem é o principal fator que motivou a proposição da Resolução Conama nº 384 e sua substituta, a 457, e não apenas a criação da guarda por terceiros. A construção “sem infraestrutura para receber os animais” funciona como aposto oracional ligado à expressão “governo federal” que, por sua vez, entrega os animais para voluntários. Por isso, o leitor pode entender que o problema de infraestrutura é o motivador da criação apenas do depósito provisório.

O segundo parágrafo destacou o desestímulo à criação comercial de animais silvestres como bichos de estimação e a “regularização” (entre aspas para indicar a necessidade de o leitor buscar um sentido conotativo para o termo) dos espécimes ilegais como algumas das consequências da resolução. A questão da criação comercial revela uma preocupação do próprio jornal, que acredita que as emissões dos TGAS e dos TDAS, apesar de oficialmente provisórias, terão um caráter permanente. Os documentos tornam o ilegal em legal.

O Globo também alertou para a utilização dos animais apreendidos e deixados com a população como matrizes reprodutivas, possibilitando a venda dos filhotes. O raciocínio é correto, principalmente por causa da fiscalização ruim.

O segundo parágrafo termina com um erro: o jornal simplesmente considerou que a Resolução Conama nº 457 acaba com a investigação criminal que, em tese, pode culminar em detenção de seis meses a um ano. Em nenhum trecho da nova norma existe isso. Esse

raciocínio fica claro com a utilização do advérbio “agora”, que funciona como um conetivo para manutenção de coesão. O “agora” quer dizer “com a Resolução 457” e remete à oração anterior (sobre o fim da punição criminal). O trecho termina ironizando que a multa aplicada seria “recompensada” (as aspas indicam conotação) pela manutenção do animal com o próprio infrator.

O terceiro parágrafo começa com a informação que contradiz parte do parágrafo anterior, confirmando que há um erro ao considerar o fim da apuração criminal. Está claro no trecho “O Conselho ressalta que o infrator responderá a processo e, enquanto isso, só ficará com o animal que sequestrou se quiser.” O Globo não esclarece que não cabe ao infrator solicitar a permanência do animal (via TDAS), já que isso só deve ocorrer com a inexistência de vaga em Cetas ou a impossibilidade de levar o espécime até o centro.

Os quarto e quinto parágrafos tratam da guarda realizada por voluntários. Por meio de discurso direto, O Globo dá voz ao representante do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil no Conama (e não no Ibama, como foi publicado), que afirma ser uma “consideração” a possibilidade de voluntários receberem os espécimes apreendidos.

consideração. [Do lat. *consideratione*] S.f. **1.** Ato ou efeito de considerar. **2.** Importância dada a alguém; respeito, deferência, estima. **3.** Reflexão, raciocínio. (FERREIRA, 1986, p. 458)

O recurso do discurso direto e a escolha da fala do policial com o termo “consideração” dão destaque à intenção do capitão em tentar conseguir a empatia do leitor. Mas o jornalista contrapõe a argumentação do oficial ao apresentar, no parágrafo seguinte (o sexto), uma explicação diferente: a entrega de animais para a população vai ajudar a resolver o problema da falta de Cetas – afirmação essa que também vai de encontro ao que ele próprio (jornalista) escreveu no primeiro parágrafo: o governo federal está “sem infraestrutura para receber os animais”.

Ainda no sexto parágrafo, os Cetas são metaforicamente chamados de “hotéis” (inclusive com uso de aspas, indicando o uso da conotação). O trabalho desenvolvido nos centros de triagem (atendimento veterinário e início do processo de reabilitação) e o estado que a maioria dos animais chega a eles são indicativos de que a melhor imagem comparativa deveria ser relacionada a “hospitais”. Os espécimes recebidos por entrega voluntária da população ou por meio de apreensão em cativeiro doméstico estão, pelo menos, estressados e, geralmente, com problemas nutricionais.

Os que são vítimas de traficantes e acabam apreendidos, a desidratação, algum grau de desnutrição e lesões são comuns. Há ainda os animais resgatados em casos de atropelamentos, choques na rede de distribuição de eletricidade, queimaduras decorrentes de incêndios em áreas de vegetação nativa e agricultáveis e uma infinidade de ocorrências que geram lesões. Todos recebem os primeiros-socorros, são estabilizados para, em seguida, ser feito um trabalho de destinação para outras instituições (centros de reabilitação de animais silvestres, criadouros, mantenedouros de fauna ou zoológicos) ou soltura. Na ausência de interessados, os espécimes permanecem nos Cetas.

A construção da metáfora com o termo “asilos”, como um local onde se espera a chegada da morte, é pejorativa para as próprias instituições que recebem idosos humanos. E foi com essa intenção pejorativa que a palavra foi usada para adjetivar os Cetas.

Os problemas de infraestrutura, a falta de funcionários e o pouco dinheiro fazem com que o trabalho desenvolvido nos centros de triagem do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por exemplo, não obtenha os melhores resultados possíveis. Os dados do próprio Ibama indicam que aproximadamente metade dos animais que deram entrada nos Cetas federais entre 2002 e 2014 não retornam para seus habitats (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016), onde deveriam cumprir suas funções ecológicas e ajudar a manter os ecossistemas saudáveis e em equilíbrio. Já as solturas promovidas são qualitativamente questionadas por serem realizadas com poucos critérios técnicos e nenhum monitoramento desses espécimes para mensurar o sucesso da ação e o impacto no meio ambiente (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016, p. 22).

Assim como aconteceu no quarto parágrafo, o sétimo apresenta uma declaração do representante do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil no Conama que busca conseguir empatia durante sua justificativa de algum tópico da resolução. No trecho anterior, O Globo destacou a fala com o termo “consideração”. Neste, o jornal utilizou uma parte da fala do policial com a expressão “oportunidade fantástica”, justamente quando ele se refere à polêmica possibilidade de infratores ficarem com os animais silvestres apreendidos.

A partir do oitavo parágrafo, até o 14º, não há mais qualquer voz de defesa da resolução. Pelo contrário. O Globo publicou as críticas dos conselhos federais de Biologia e

de Medicina Veterinária (dois parágrafos) e da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a Renctas (quatro parágrafos).

O presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária tem sua declaração em discurso direto e O Globo reforça sua fala com o verbo “condenar” (10º parágrafo). Já o coordenador-geral da Renctas, com duas declarações publicadas em discurso direto, teve enfatizada suas críticas com o verbo “acusar” (12º parágrafo). Nesse mesmo trecho, destacam-se os substantivos com valor de adjetivos “leviana” e “falácia”, utilizados pelo ambientalista para caracterizar a legislação ambiental brasileira pela falta de punição e por não cobrar as multas aplicadas.

Para entender melhor a crítica do representante da Renctas, é preciso saber que, de acordo com o artigo 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, o comércio, o transporte e a criação de animais silvestres sem autorização são passíveis de multa e de detenção de seis meses a um ano.

Pelo fato de a pena ser inferior a dois anos, o crime é classificado como de “menor potencial ofensivo” pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e abre a possibilidade da transação penal (acordo homologado pelo juiz em que o acusado realiza um serviço social ou paga um valor estipulado, não significando admissão de culpa) e a consequente suspensão do processo. Esse dispositivo só pode ser aplicado uma vez por infrator.

Nas apreensões e prisões pelo comércio ilegal de animais silvestres também é aplicada a Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que estabeleceu o fim da prisão preventiva para crimes com penas inferiores a quatro anos de prisão.

Os dois últimos parágrafos trazem informações gerais sobre o tráfico de fauna silvestre no Brasil, em que há o uso errado dos termos “espécie” e “apreendidas”: “Há, também, espécies apreendidas clandestinamente pela indústria farmacêutica [...]. O correto seria “espécimes” ou “animais” e “capturadas”.

A matéria de O Globo apresenta graves problemas na apuração das informações publicadas, pois há, como salientamos, erros no entendimento da Resolução Conama nº 457. O jornal deixa claro a intenção de criticar a nova norma, preparada e aprovada para reduzir a pressão existente por uma rede de Cetas mais bem estruturada e competente.

A representação social

O Globo reforçou a ideia da incompetência do poder público brasileiro na gestão da fauna silvestre ao criticar uma resolução que passa para a população uma responsabilidade que deveria ser do Estado (acolher e assistir espécimes que por algum motivo foram apreendidos ou resgatados) e a legislação pertinente ao tráfico de fauna.

4.2.4.6 A categoria Conservação/Pesquisa

A categoria Conservação/Pesquisa é formada por matérias jornalísticas que têm como tema principal projetos de conservação e pesquisas científicas voltados para o contexto do tráfico de animais. Fazem parte desse universo questões como zoonoses, conservação de espécies-alvo do mercado negro de fauna e desenvolvimento de tecnologias.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a oitava em número de matérias. No total, foram encontradas 13 matérias (5,11%), sendo 06 (46,15% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 07 (53,84% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Biodiversidade, Lista de Espécies/Espécie, Zoonoses, Genética e Circunstancial.

I - Biodiversidade: textos em que os temas principais são a conservação da biodiversidade (projetos ou pesquisas) e a questão do tráfico de animais é citada com relevância.

II – Lista de Espécies/Espécie: textos em que os principais assuntos são as listas de espécies da fauna ameaçadas de extinção ou alguma espécie ameaçada de extinção. Deve chamar a atenção a questão do tráfico de animais como fator determinante da ameaça de extinção.

III – Zoonoses: textos em que o tema predominante é a transmissão de zoonoses em virtude do tráfico de animais silvestres e os problemas para a saúde pública.

IV – Genética: matérias em que o tema principal é o desenvolvimento de pesquisa na área genética para auxiliar no combate ao tráfico de fauna ou na reabilitação de animais vítimas desse mercado negro.

V – Circunstancial: matérias sobre projetos de conservação e pesquisas científicas que não abordam o tráfico de animais silvestres como tema principal, mas citam a questão em algum trecho.

4.2.4.6.1 Texto 11 – Invasão na natureza promove epidemias

Folha de S. Paulo – 23 de julho de 2012 – The New York Times – páginas 1 (capa do caderno) e 2

Categoria Conservação/Pesquisa, subcategoria Zoonoses.

Invasão na natureza promove epidemias

Por Jim Robbins

O termo "serviços do ecossistema" faz referência às muitas maneiras em que a natureza apoia o empreendimento humano. Por exemplo, as florestas filtram a água que bebemos; aves e abelhas polinizam plantações.

Se deixamos de entender e cuidar do mundo natural, isso pode suscitar a falência desses sistemas e nos afetar de maneiras sobre as quais pouco sabemos. Um exemplo é um modelo de doença infecciosa em desenvolvimento que mostra que as epidemias – Aids, Ebola, a Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave) e centenas de outras – ocorridas nas últimas décadas são consequência de interferências humanas com a natureza.

Descobrimos que a doença é um problema ambiental. Sessenta por cento das doenças infectocontagiosas emergentes que afetam os humanos têm origem em animais – mais de dois terços delas em animais silvestres.

Um esforço global está sendo feito, envolvendo veterinários, biólogos, físicos e epidemiologistas, para tentar compreender a "ecologia da doença". Faz parte do projeto Predict, financiado pela Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Com base nos modos em que as pessoas alteram a terra – como a construção de uma nova estrada ou fazenda, por exemplo –, especialistas procuram descobrir os locais onde as próximas doenças provavelmente vão atingir os humanos e como identificá-las quando emergem, antes de se disseminarem. Estão colhendo amostras de sangue, saliva e outros de espécies de animais silvestres de alto risco, visando criar um acervo de vírus, para facilitar a identificação rápida de algum deles que possa infectar humanos. E estão estudando maneiras de gerir florestas, fauna e animais de criação para impedir doenças de deixar as florestas e se converterem na próxima pandemia.

Não é um problema apenas de saúde pública, mas também econômico. O Banco Mundial estimou que uma pandemia grave de gripe pode custar US\$ 3 trilhões à economia mundial.

O problema é exacerbado pelo modo como os animais de criação vivem em países pobres, que pode intensificar e difundir doenças transmitidas por animais silvestres. Um estudo recente do Instituto Internacional de Pesquisas com Animais de Criação constatou que mais de 2 milhões de pessoas por ano morrem de doenças transmitidas aos humanos por animais.

O vírus Nipah, no sul da Ásia, e o vírus aparentado Hendra, na Austrália, são os exemplos mais urgentes de como a perturbação de um ecossistema pode provocar doenças. Os vírus se originaram de raposas-voadoras, ou morcegos comedores de frutas. Esses morcegos costumam ficar pendurados de cabeça para baixo; eles mastigam a polpa das frutas, cuspidos os sucos.

Como os morcegos evoluíram concomitantemente com o vírus, sofrem poucos efeitos dele. Mas, a partir do momento em que o vírus passa dos morcegos para espécies que não evoluíram com ele, pode ocorrer uma epidemia, como foi o caso em 1999 na zona rural da Malásia. É provável que um morcego tenha deixado um pedaço de fruta mastigada cair num chiqueiro na floresta. Os porcos se infectaram e o vírus passou para os humanos, contaminando 276 pessoas. Muitas destas sofreram problemas neurológicos permanentes e incapacitantes e 106 delas morreram. Não existe cura nem vacina. Desde então, houve 12 surtos menores no sul da Ásia.

Na Austrália, onde quatro pessoas e dezenas de cavalos já morreram da Hendra, a suburbanização atraiu morcegos infectados, que antes viviam nas florestas, para pastos e quintais. Se esses vírus evoluírem de modo a serem transmitidos facilmente através

Continua na pág. 2

Página 2 – **Ação do homem promove epidemias**

Continuação da pág. 1

do contato casual, o receio é que a doença possa se espalhar pela Ásia e o mundo.

"É apenas uma questão de tempo até chegar a cepa que conseguirá ser transmitida com eficácia entre pessoas", diz Jonathan Epstein, veterinário da EcoHealth Alliance, organização de Nova York que estuda as causas ecológicas das doenças.

"Qualquer doença emergente nos últimos 30 anos ou 40 anos surgiu em consequência da invasão de terras silvestres por humanos e de mudanças demográficas", afirma Peter Daszak, ecologista de doenças e presidente da EcoHealth.

As doenças infecciosas emergentes ou são tipos novos de patógenos ou tipos antigos que sofreram mutações, como ocorre todos os anos com o vírus da gripe. A Aids passou de chimpanzés para os humanos na década de 1920, quando caçadores na África comeram os animais.

As doenças sempre saíram das florestas e da fauna e chegaram às populações humanas: a peste e a malária são dois exemplos disso. Mas, segundo especialistas, o número de doenças emergentes quadruplicou no último meio século, em grande medida devido ao avanço humano sobre áreas silvestres, especialmente em regiões tropicais. As viagens aéreas e o tráfico de animais silvestres aumentam o potencial para surtos graves de doenças em grandes centros populacionais.

Para os especialistas, a chave para a prevenção da próxima pandemia está na compreensão do que eles chamam dos "efeitos protetores" da natureza intacta. Um estudo mostrou que, na Amazônia, um aumento de 4% no desmatamento resultou no aumento de quase 50% na incidência da malária, porque os mosquitos transmissores da doença se multiplicam em áreas recentemente desmatadas.

Especialistas em saúde pública começaram a incluir a ecologia em seus modelos. A Austrália acaba de anunciar um esforço de muitos milhões de dólares para estudar a ecologia do vírus Hendra e dos morcegos.

Não é apenas a invasão de paisagens tropicais intactas que provoca doenças. O vírus do Nilo Ocidental chegou aos Estados Unidos vindo da África, mas se disseminou na América porque um de seus hospedeiros favoritos é o tordo americano, que vive bem em gramados e campos agrícolas. E os mosquitos, que transmitem a doença, são especialmente atraídos pelos tordos.

"Quando fazemos coisas que reduzem a biodiversidade de um ecossistema – cortamos a floresta ou substituímos habitats por campos agrícolas –, tendemos a eliminar espécies que exercem papéis protetores", diz Richard Ostfeld, pesquisador da doença de Lyme.

Para os especialistas, a melhor maneira de prevenir surtos entre humanos é através da Iniciativa Uma Saúde – um programa global que defende a ideia de que a saúde de humanos está estreitamente interligada com a dos animais e da ecologia, todas precisam ser geridas de modo holístico.

"Não se trata de manter as florestas intactas e livres de humanos", diz Simon Anthony, virologista molecular na EcoHealth. "Se você puder entender o que é que motiva o surgimento de uma doença, pode aprender a modificar os ambientes de maneira sustentável."

O problema é enorme e complexo. Estima-se que apenas 1% dos vírus silvestres seja conhecido. Outro fator importante é a imunologia da fauna silvestre, uma ciência ainda emergente.

O destino da próxima pandemia pode depender do trabalho da Predict. A EcoHealth e suas parceiras estão estudando os vírus tropicais transmitidos por animais silvestres para construir um acervo de vírus.

Pesquisadores da Predict estão observando a interface em que sabidamente existem vírus mortais e onde populações humanas estão derrubando a floresta.

A EcoHealth também revista bagagens em aeroportos, em busca de animais silvestres importados que possam ser transmissores de vírus mortais. E seu programa PetWatch avisa consumidores sobre os riscos de adotar animais de estimação exóticos vindos de locais de risco em florestas.

A "Invasão da natureza promove epidemias", transcrita acima, tem características de dois gêneros jornalísticos: o artigo e a reportagem.

No artigo, o autor apresenta e defende suas ideias sobre um determinado assunto. No caso, o jornalista especializado em questões científicos e ambientais que escreve para o The New York Times há mais de 35 anos Jim Robbins aborda, no início do texto, a proliferação de doenças ocasionada pelo desequilíbrio ambiental promovido pelo homem.

Já na reportagem, o autor como emissor de opiniões não aparece explicitamente. As afirmações e os dados apresentados são de terceiros e buscam apresentar o contexto de algum fenômeno que tem chamado a atenção da sociedade.

No texto também é apresentado um projeto financiado pelo governo dos Estados Unidos que procura entender, dimensionar e apresentar possíveis soluções ao problema. A extensão do material publicado (23 parágrafos) foge do padrão dos artigos jornalísticos publicados nos jornais generalistas diários brasileiros, que, em geral, são bem mais curtos, e se aproxima do padrão das reportagens.

A “Invasão da natureza promove epidemias” foi classificada na subcategoria Zoonoses da categoria Conservação/Pesquisa.

Na página

Toda o caderno The New York Times tem um projeto gráfico diferente do utilizado pela Folha de S. Paulo. A intenção é fazer com que haja uma fácil identificação de que o conteúdo jornalístico ali publicado pertence ao diário dos Estados Unidos e criar uma ambientação para o leitor sentir-se consumindo o jornal norte-americano.

O texto “Invasão na natureza promove epidemias” não conta com chamada na capa do jornal. O texto está dividido em duas páginas, a capa do caderno e a 2, recurso pouco usual nos jornais brasileiros, que publicam textos de opinião completos em uma única página. Ele tem um bom destaque na primeira página, sendo diagramado em quadro colunas, com uma grande ilustração (a maior imagem da página) e com um fio que o emoldura. Esses recursos ajudam a destacá-lo e o equilibram com a manchete “Nova corrida ao ouro submarina”, que está ao lado.

Figura 20 – Capa do caderno The New York Times na edição de 23 de julho de 2012 da Folha de S. Paulo

O antetítulo “análise” permite ao leitor saber que o texto não se trata de uma notícia ou reportagem, contendo, portanto, a visão pessoal do autor. A ilustração é uma produção artística, em que elementos da natureza (flora e fauna) estão ligados por meio de veias de uma mão humana. Todos os elementos, mão, animais e plantas formam um círculo, indicando a conexão e a dependência entre eles.

Na segunda coluna, logo abaixo do título, há uma pequena chamada informando ao leitor ser possível consultar mais conteúdo no site do jornal. Após a última linha do texto da primeira página, há a expressão “Continua na pág. 2”. Essa última linha não acaba em um ponto final, ocorrendo, portanto, a interrupção do texto, que continua normalmente na outra página como acontece nos livros.

Na 2, apesar de encontrarmos a continuação do conteúdo publicado na capa, há um novo título em uma linha por três colunas: “Ação do homem promove epidemias”. Ele é mais direto, se aproximando do objetivo do texto. Nessa página, o material foi diagramado em três colunas (não em quatro, como na capa), no canto direito da metade inferior da página, sem foto, sem fio emoldurando e sem qualquer ilustração.

Figura 21 – Página 2 do caderno The New York Times na edição de 23 de julho de 2012 da Folha de S. Paulo

Os fatos e o contexto

As zoonoses são doenças ou infecções (para os casos em que o portador de agentes etiológicos não apresenta sintomas) naturalmente transmitidas entre animais vertebrados e homens. Elas são um problema ainda pouco trabalhado quando se aborda o tráfico de fauna silvestre ou a criação doméstica de espécimes silvestres.

Mais de 180 zoonoses já foram descritas, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (2005, p. 53). Leite (2017) afirma que são mais de 200.

Pode-se dizer que um possível primeiro registro de zoonose que se tem notícia foi de um tipo de artrite deformante, encontrado por paleontólogos em fósseis de homem de Neanderthal e ursos, que coabitaram cavernas há 50 mil anos. Porém, é no período neolítico, a partir de oito mil anos antes de Cristo, que as condições favoráveis para transmissão desse tipo de doença se ampliaram. Foi nessa época, nos primórdios da agricultura e da domesticação dos animais, que o houve o início da fixação do homem na terra, com a formação de aldeias e cidades. Estreitou-se, então, o convívio entre humanos e animais. (LEITE, 2017)

A criação de animais silvestres como bichos de estimação é uma das formas desse convívio e, portanto, um facilitador para a transmissão de zoonoses. A situação torna-se mais perigosa quando não há qualquer controle do estado de saúde dos espécimes, como acontece no tráfico de fauna.

A situação de estresse que esses animais passam durante a comercialização pode levar à queda de resistência imunológica e desenvolvimento de doenças transmitidas por estes animais, tornando-os portadores de agentes infecciosos dentro das residências. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2001, p. 55)

De acordo com Leite (2017), além do estresse de captura e do transporte em condições precárias, os animais sofrem alterações de hábitos alimentares, que também “podem levar a um quadro de imunossupressão e facilitar o aparecimento de infecções com potencial zoonótico.” O risco de contrair esse tipo de doença é potencialmente grande para as pessoas envolvidas diretamente com o tráfico (quem captura, transporta, armazena e vende os animais) e para quem compra os espécimes. Nesse último caso, o problema passa a envolver também os demais que residem com o comprador.

Para quem caça espécimes silvestres com o objetivo de vender as partes dos animais, como dentes, garras, peles, couros, penas e ossos, por exemplo, as zoonoses também são um perigo. De acordo com Sobreira (2018), “[...] fatores de risco estão também associados ao

contato com o sangue, urina e secreções durante os processos de evisceração e limpeza, além do consumo de carnes de caça.”

Sobreira (2018) afirma que “60% das doenças que ocorrem em seres humanos são zoonoses e 71% dessas doenças são oriundas de animais selvagens. A proliferação dessas enfermidades não é somente uma ameaça para a saúde das pessoas e dos animais, mas também para a gestão do sistema de saúde que, no Brasil, já sofre com carência de recursos e problemas administrativos, e para a conservação de muitas espécies que podem sofrer drásticas reduções populacionais. É o caso da febre amarela em 2017 e 2018 no Brasil, que causou muitos óbitos humanos e baixas significativas nas populações, com possíveis extinções locais de algumas espécies de primatas.

O texto publicado pela Folha de S. Paulo aborda as zoonoses a partir do processo de alteração ambiental promovido pelo homem. Esse fenômeno é causado pela agricultura, pecuária, mineração, exploração de madeira de espécies nativas, urbanização, construção de estradas, rodovias e ferrovias, caça, tráfico de animais e inúmeras outras ações.

No texto

O artigo/reportagem tem dois títulos, sendo um na capa do caderno e outro na página 2. Ambos estão estruturados no formato causa–consequência. O da capa, “Invasão na natureza promove epidemias”, é mais genérico que o outro, “Ação do homem promove epidemias”. Ainda assim, ambos não permitem ao leitor identificar que o texto trata de zoonoses.

O autor utilizou duas pessoas verbais. A primeira pessoa do plural (nós), bastante típica nos artigos pelo fato de intencionalmente tentar passar uma impressão de coletividade. Dessa forma, o emissor busca ganhar a adesão às suas ideias e argumentos pelo fato de apresentá-los com já aceitos pela maioria. Essa construção foi usada nos segundo e terceiro parágrafos, em “Se deixamos” e “Descobrimos”.

A outra pessoa verbal é a terceira, tanto do singular quanto do plural, e predominou no texto. Esse uso é o padrão das notícias e reportagens do gênero jornalístico.

O texto foi estruturado a partir da ambivalência entre o que é problema e o que é solução. Esses dois grupos de ideias se alternam durante toda a composição.

O primeiro parágrafo apresenta ao leitor o conceito de “serviços do ecossistema”. A partir desse conceito, o autor chega ao problema das zoonoses como consequência da falta de cuidado do homem com o mundo natural (2º e 3º parágrafos). Ou seja, de um conceito

abstrato foram feitos recortes que apresentavam casos concretos até chegar ao tema central do texto: a maioria das doenças que afetam humanos tem origem em animais; fenômeno esse resultante da ação do homem sobre a natureza.

Esse bloco de três parágrafos é o que possui características de artigo. O uso da primeira pessoa do plural tem a intenção de garantir que o leitor tenha o mesmo ponto de vista do autor.

Apresentado o problema, é feita a alternância para a solução. Da mesma forma como apresentado no bloco do problema, o autor recorreu a um conceito (ecologia da doença) para, na sequência, fazer recortes e deixar a teoria mais acessível. No caso, os recortes foram: tentar descobrir os locais onde novas doenças aparecerão, criar acervos de vírus para facilitar a identificação das zoonoses e aprender a gerir as florestas para que as doenças não saiam delas.

Essas ações fazem parte de um projeto financiado pelo governo dos Estados Unidos e que o autor o qualificou como “esforço global”.

O quinto e o sexto parágrafos voltam a trabalhar o problema, apresentando a questão das zoonoses como uma questão também econômica e de grande potencial para causar mortes (principalmente nos países pobres). De um lado temos os Estados Unidos financiando pesquisas por soluções enquanto, do outro, as nações carentes sofrem e disseminam as doenças.

Os parágrafos seguintes (sétimo, oitavo e nono) são relatos de casos. Chama a atenção o fato de um dos exemplos ser da Austrália, país que não é pobre.

Já na página 2, o 10º e o 11º parágrafos são declarações em discurso direto de representantes da EcoHealth Alliance, associação global sem fins lucrativos que pesquisa conexões entre saúde humana, animal e ambiental com problemas. Nessas falas não há emotividade, apenas a certeza de conclusões baseadas na ciência, em que se reafirma que as doenças que nos atingem hoje são consequência da expansão desenfreada da população humana e de ações como o tráfico de animais silvestres (citado mais adiante, no 13º parágrafo).

A alternância se faz presente no 14º parágrafo, em que novamente uma proposta de solução será apresentada a partir de um conceito: “efeitos protetores” da natureza intacta. Ou seja, a conservação do meio ambiente mostra-se fundamental para evitar epidemias de zoonoses. Para garantir a aceitação da ideia, o autor a vinculou ao termo “especialistas”. Apesar de não terem sido citados nomes, buscou-se utilizar o recurso da apresentação de

argumentos por autoridades no assunto para evitar questionamentos e tentar garantir credibilidade.

O problema é retomado no 16º parágrafo, quando é citado o fato de que as zoonoses também aparecem em áreas já alteradas. Ou seja, a culpa pelas doenças não está apenas na invasão humana a ecossistemas conservados. E a solução, nos 18º e 19º parágrafos, está em um programa global que defende a ideia de que a saúde humana é parte de um conjunto envolvendo animais e ecologia (novamente um conceito) e em pesquisas científicas que ajudarão a modificar o ambiente de forma responsável.

O final do texto, trecho entre o 20º e o 23º parágrafos com recortes para tornar concreto o conceito acima citado, é também uma apologia ao trabalho da Predict e da associação EcoHealth, apontado como necessário para ampliar as bases de um campo científico ainda novo e que é fundamental. O último parágrafo fornece um pouco da dimensão que o tráfico de fauna pode ter na disseminação das zoonoses: o programa PetWatch, da EcoHealth, “avisa consumidores sobre os riscos de adotar animais de estimação exóticos vindos de locais de risco em florestas.”

As vozes existentes são de três representantes da EcoHealth e de um pesquisador da doença de Lyme. Muitas afirmações foram atribuídas a “especialistas”, nesta forma generalizadora.

O texto afirma que o desequilíbrio ambiental promovido por ações humanas em áreas ainda conservadas, como o desmatamento e o tráfico de animais silvestres, é responsável pela proliferação de zoonoses. Ele defende a ideia de que pesquisas científicas ajudarão para que o inevitável processo de modificação do ambiente pela humanidade ocorra de forma sustentável.

A representação social

A exploração da natureza nos modelos atuais é a causa de inúmeros problemas de saúde nos seres humanos. O que acarreta também consequência econômicas graves. Ou seja, a atual forma de exploração da natureza está errada e a humanidade precisa de um modelo realmente sustentável.

4.2.4.6.2 Texto 12 – Alta tecnologia contra o tráfico de animais

O Globo – 27 de abril de 2010 – Planeta Terra – páginas 10 e 11

Categoria Conservação/Pesquisa, subcategoria Genética.

Alta tecnologia contra o tráfico de animais

A bióloga Juliana Machado Ferreira, do Laboratório de Biologia e Conservação de Vertebrados da USP, cresceu carregando galinhas no colo, andando descalça na terra e dizendo para sua família que queria ser uma cientista para salvar todos os animais do planeta. A paixão da infância virou profissão, e hoje a cientista trabalha duro para montar o primeiro laboratório de ciência forense do país em parceria com a SOS Fauna e a universidade. O ramo, relativamente novo na área de pesquisa brasileira, se tornou uma ferramenta eficaz no combate ao tráfico de animais. Juliana e sua equipe usam técnicas que analisam o DNA de diversas espécies da flora e da fauna para identificar quadrilhas de contrabando e reabilitar espécies com mais sucesso.

O GLOBO: *Como a ciência forense pode ajudar o meio ambiente?*

JULIANA MACHADO: Para muitas pessoas, é difícil entender o trabalho de um cientista forense. Mas é só lembrar daqueles seriados de perícia que passam na televisão e imaginar que faço isso com a fauna. Sou praticamente uma CSI da natureza (risos). Até pouco tempo, o trabalho de contenção do tráfico de animais era limitado porque era difícil ter provas concretas do contrabando. Era complicado um advogado ir até o fim do processo, por exemplo. Hoje, com a análise de DNA, conseguimos coibir diversos crimes contra a fauna. Podemos descobrir com facilidade se o marfim importado da África ou a carne de caça vendida nos supermercados de luxo são realmente legais. Recentemente, a polícia capturou um homem que contrabandeava ovos de pássaros raros. Na hora em que foi preso, ele quebrou todos os ovos, mas graças aos restos que ficaram presos em sua roupa nosso laboratório conseguiu identificar as espécies, traçar a região de onde eles saíram e até mesmo identificar a quadrilha que costuma vender estes tipos de ave.

Quanto animais são contrabandeados anualmente no Brasil?

JULIANA: Como tudo que é ilegal, é difícil quantificar o volume do tráfico de animais no país. Algumas instituições estimam que este número gire em torno de 38 milhões. Isto inclui desde a biopirataria, passando pelo comércio ilegal de partes de bicho até o mercado pet, que inclui a venda ilegal de iguanas, macacos, araras, papagaios e outros animais selvagens populares que as pessoas gostam de criar em cativeiro. A polícia de São Paulo apreendeu, somente ano passado, 45 mil animais em feiras de periferia.

De onde saem e para onde vão estes animais?

JULIANA: O contrabando acontece em todo o Brasil. Mas, sem dúvida, o tráfico é mais significativo do Norte e do Nordeste para o Rio, Belo Horizonte e São Paulo. Os principais animais contrabandeados costumam ser os papagaios, as araras e os passarinhos pequenos, como o azulão. Para se ter ideia, cada caminhão que sai do Nordeste pode carregar até 4 mil animais, entre eles aves, répteis e pequenos mamíferos, em condições horrendas.

Como é reabilitação?

JULIANA: Infelizmente, o trabalho de reabilitação dos animais ainda é como enxugar gelo. O ideal é que eles nunca chegassem até nós. O volume é tão grande, mas tão grande, que não conseguimos cuidar de todos. Ao mesmo tempo, é um trabalho que tem que ser feito por alguém. Na reabilitação, trabalhamos em duas frentes. A da conservação e a do bem-estar animal. O aspecto da conservação é muito importante, porque hoje lidamos com um grande desequilíbrio na fauna que está deixando as espécies mais fracas. A cada ano aumenta a síndrome das florestas vazias, que acontece quando toda uma espécie local morre porque não consegue mais combater doenças as quais era resistente.

Como se decide que animais podem voltar para as florestas?

JULIANA: O caminho da reabilitação pode ser longo e muito caro. Algumas organizações que lidam com animais incentivam a eutanásia em massa dos animais capturados, porque a maioria nunca vai conseguir se adaptar ao seu bioma, mesmo depois de todo um trabalho de reabilitação. No Brasil, os animais capturados são encaminhados para centros de triagem do Ibama. Lá, eles são avaliados para ver se voltam para o mato, se vão para um criadouro ou se serão reabilitados. Um animal em boas condições de saúde pode voltar para seu bioma na hora. A maioria, infelizmente, é encontrada doente, com bicos e ossos quebrados. Nos centros, eles recebem os primeiros socorros e têm que aprender a se alimentar de novo, um processo que pode durar meses.

Como é feita a reintegração no bioma?

JULIANA: Soltar um bicho é um processo muito caro que poucas vezes funciona. Para dar certo, óbvio, não podemos largar o animal em qualquer lugar. Imagine também que o réptil ou pássaro desaprendeu muito do que sabia por instinto. Não sabe mais que os humanos são ameaça, que ele tem que caçar sua comida sozinho. A maioria dos pássaros esquece até como voar. Quando o animal está pronto para voltar ao seu bioma, levamos toda uma equipe, montamos um tipo de um viveiro aberto, para que o bicho tenha liberdade de sair aos poucos. É um processo que dura meses e a taxa de sucesso ainda é baixa.

Como a ciência forense tem ajudado estes animais?

JULIANA: Um bicho em cativeiro é um bicho geneticamente morto. A ciência forense por tornar o processo de reintegração na natureza mais fácil. Com análises de DNA, podemos não só identificar de que região veio um animal, mas de que estado ou até cidade específica ele saiu. Não basta soltar um pássaro do Cerrado no Cerrado. Ele precisa voltar para sua região exata para se adaptar melhor e evitar a transmissão de doenças que podem ameaçar não só a sua como várias espécies. Com as análises de laboratório, conseguimos otimizar esse processo, diminuindo a margem de erro da soltura dos animais.

Como as pessoas podem coibir o tráfico?

JULIANA: Só existe tráfico porque existe demanda. O primeiro passo é entender que animais selvagens não são bichos de estimação e não são para se ter em casa. Os pais devem ensinar isso aos filhos, os professores devem conversar sobre isso com seus alunos. Na hora de comprar um animal, vá a uma loja ou a um criador credenciado e peça documentos que mostrem que o bicho é legalizado. Pássaros, por exemplo, devem ter anilhas e documentos que certifiquem que eles vieram de um criador certificado pelo Ibama. É preciso ter muito cuidado porque ainda é fácil “esquentar” um bicho, falsificar documentos e vendê-lo como uma mercadoria legal. Evite feiras, mesmo que elas pareçam legalizadas. Quase 99% dos animais contrabandeados são vendidos em feirinhas, principalmente nas periferias das grandes cidades. O consumidor também deve desconfiar do preço. Um animal barato quase sempre é contrabandeado, porque todo o processo de criação legalizada é caro.

A matéria “Alta tecnologia contra o tráfico de animais”, transcrita acima, se enquadra no gênero jornalístico chamado entrevista. O termo pode gerar confusão com uma ferramenta de apuração de informações com o mesmo nome, em que o jornalista faz perguntas à sua fonte.

A entrevista (gênero jornalístico) tem como característica principal a publicação das perguntas do entrevistador e das respostas da fonte, ou seja, com a utilização do discurso direto. No jargão do jornalismo, ela também é chamada de pingue-pongue. Esse formato não significa ausência de edição, com a publicação na íntegra do que foi conversado. No momento da elaboração do texto, apenas as perguntas e respostas mais interessantes ao objetivo da pauta são selecionadas, bem como os trechos das respostas. O mesmo acontece com as perguntas, que são reformuladas para o formato mais simples e objetivo possível.

A entrevista é um formato de publicação que pode ser bastante interessante quando se pretende dar destaque ao entrevistado e ao discurso que ele representa. Em geral, quando há algum confronto de ideias, ele ocorre por intermédio das perguntas do entrevistador.

“Alta tecnologia contra o tráfico de animais” foi classificada na subcategoria Genética da categoria Conservação/Pesquisa.

Na página

A entrevista “Alta tecnologia contra o tráfico de animais” não contou com chamadas nas capas do jornal ou da revista Planeta Terra (produzida mensalmente por O Globo para ser encartada no jornal). A matéria foi publicada nas páginas 10 e 11, o que permitiu a formação de um conjunto gráfico sem a quebra da virada de folha.

Figura 22 – Páginas 10 e 11 da edição de 27 de abril de 2010 da revista Planeta Terra de O Globo

Na página 10, o chapéu⁸² “Entrevista” informa ao leitor o estilo de matéria que será apresentado. Ao seu lado, estão o antetítulo formado pelo nome da entrevistada e o título. O conjunto desses elementos está coerente com a proposta desse gênero jornalístico: destacar o

⁸² O chapéu geralmente fica no topo da página indicando o assunto a ser tratado ou designando a editoria. (DAMASCENO, 2013, p. 22)

trabalho de alguém e o discurso que ele representa ou discutir/divulgar alguma atividade ou realidade.

Logo abaixo desses elementos, há um texto de abertura com informações que contextualizam e justificam a publicação da entrevista com a bióloga. Ao lado, ocupando quase toda a altura da página, há quatro trechos de respostas da entrevistada em destaque (que funcionam como um olho).

A grande fotografia da bióloga, que está em um laboratório, veste jaleco branco e usa luvas descartáveis, manteve uma coerente composição com a expressão “alta tecnologia” do título. Ela também é um elemento que liga as páginas 10 e 11 pelo fato de ter sido diagramada utilizando espaços de ambas (a imagem fica exatamente na divisão das páginas). O restante da página 11 (três colunas) está todo preenchido com as perguntas e as respostas.

Os fatos e o contexto

Uma estratégia de combate ao tráfico de animais silvestres deve ser elaborada levando em consideração diversas frentes de atuação, com medidas que, sempre que possível, devem ser implantadas juntas e funcionarem de forma coordenada.

Em **2.1.5 Como reduzir o tráfico de animais silvestres no Brasil**⁸³, abordamos os elementos que devem constar nessa estratégia. São eles:

- a) implantar programas de geração e substituição de fonte de renda para combater a pobreza nas áreas de coleta e captura e desestimular a população a enxergar os animais como fonte complementar de dinheiro;
- b) elaborar um plano de educação ambiental de médio e longo prazos para sensibilizar e conscientizar a população dos problemas relacionados ao tráfico de fauna. Essa é a forma mais eficiente de atacar o mercado negro de fauna, pois tem como um de seus objetivos a redução da demanda. Afinal, só tem quem vende porque tem quem compre;
- c) estruturar, equipar e incentivar órgãos de repressão e fiscalização, com, inclusive, combate à corrupção dos agentes públicos;
- d) contar com uma legislação com punição severa, tipificando o crime “tráfico de fauna” e diferenciando as penas entre quem cria sem autorização e quem trafica, e

⁸³ Ver p. 69.

e) possuir boa infraestrutura para o pós-apreensão, visando o retorno do espécime ao seu ecossistema de origem. Para obter sucesso nesse item, é necessário:

I) técnicos para primeiros socorros aos animais durante as apreensões;

II) rede estruturada e preparada de centros de triagem de animais silvestres, os Cetas, e os centros de reabilitação da animais silvestres, os Cras, que receba, realize os primeiros cuidados, dê destinação aos espécimes e funcione 24 horas durante sete dias da semana;

III) procedimentos técnicos e eficientes para solturas (introdução, reintrodução e revigoramento populacional);

IV) áreas para solturas credenciadas e distribuídas por todos os biomas; e

V) monitoramento pós-soltura para correção de rotas e aferição de sucesso de metodologias.

Nesse conjunto de medidas, o conhecimento e as técnicas produzidas no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas é fundamental. No caso específico do trabalho da bióloga, ela salientou que a pesquisa genética aplicada ao universo do tráfico de fauna silvestres auxilia a identificar as áreas de captura e apanha dos animais apreendidos para devolução ao meio ambiente (itens “a” e “e.III”), a formação de provas nos processos criminais (item “c”) e na verificação da origem legal ou ilegal dos animais, suas partes e subprodutos (item “c”).

No Brasil, o Estado não investe em ciência forense e na formação de um banco de dados genético que permita identificar e mapear as populações das espécies mais traficadas. As poucas iniciativas de trabalho nessa área, como a da bióloga com a Universidade de São Paulo e a ONG SOS Fauna, não partem do poder público.

Essa lacuna no trabalho da repressão e do retorno dos espécimes à vida livre é facilmente constatado ao se acompanhar as ações e apreensões realizadas pelos agentes de fiscalização e policiais. Nas ações, são raros os trabalhos de prevenção à retirada (coleta e captura) dos animais de seus habitats, já que não há informações atualizadas indicando tais locais. E após as apreensões, praticamente não são feitos pedidos para a realização de perícia.

O poder público ainda centraliza quase a totalidade de seus esforços na repressão do ato da venda ilegal, ou seja, na tentativa de deter o traficante varejista em depósitos onde os espécimes são armazenados, nas feiras de rua e, mais atualmente, na internet.

No texto

A entrevista publicada pelo jornal O Globo tem três blocos textuais. O olho ao lado da fotografia com quatro trechos de declarações da bióloga, o título e o texto introdutório na página 10 e as perguntas e respostas na 11.

No olho, foram destacados os trechos com as seguintes informações: o trabalho que a bióloga desenvolve é um CSI da natureza (remetendo às séries de televisão sobre peritos criminais), a análise de DNA permite identificar crimes, animal mantido em cativeiro está geneticamente morto e a maioria dos pássaros em cativeiro esquece como voar. A localização dele perto do título, que remete ao tráfico de fauna, ajuda o leitor a começar a contextualizar a matéria e a identificar sobre o que ela aborda.

Das quatro declarações, duas fornecem explicações ao leitor sobre o trabalho desenvolvido pela bióloga e as outras duas abordam a questão dos animais criados em cativeiro. Para o primeiro grupo, a fotografia ao lado (com ela em um laboratório) ajuda a compor a imagem que a entrevistada busca passar ao fazer a comparação com os seriados de televisão sobre perícia criminal e ao detalhar o quanto que seu trabalho é parte de investigações. As palavras e expressões que se destacam são “perícia”, a metáfora “CSI da natureza”, “DNA”, “coibimos diversos crimes” e “descobrir”.

No segundo grupo, as declarações contêm informações sobre a criação de animais silvestres traficados em cativeiro. As orações são curtas e objetivas, marcadas por vocábulos fortes. Em “Um bicho em cativeiro é um bicho geneticamente morto”, a repetição da palavra “bicho” cria uma associação imediata com a ideia de que se fala do mesmo animal em uma mesma circunstância, ou seja, “cativeiro” e “morto” são usadas para gerar o efeito de sinonímia.

Na última declaração, “A maioria dos pássaros esquece até como voar”, chamam a atenção “maioria”, por dar uma noção de grande quantidade, “esquece”, por levar a entender que o cativeiro durou muito tempo, e “até”, que remete a uma consequência inusitada.

O título une dois universos que, para a realidade brasileira, são geralmente considerados distantes: “alta tecnologia” e “tráfico de animais”. A expectativa de que algo novo está acontecendo se confirma no texto introdutório, quando se afirma que foi montado “o primeiro laboratório de ciência forense do país”. Ligado ao universo da alta tecnologia, foram usadas as palavras “universidade”, “novo”, “pesquisa”, “técnicas”, “analisam”, “DNA”.

Para o grupo semântico do tráfico de animais, encontramos os vocábulos “tráfico”, “combate”, “quadrilhas” e “contrabando”.

Esses dois universos (alta tecnologia e tráfico de animais) também são referências para que as oito perguntas da página 11 sejam separadas em grupos. Para o grupo da alta tecnologia, que remete à novidade, o primeiro, o sexto e o sétimo parágrafos. Os demais (seis no total) abordam outros aspectos do tráfico de animais.

Percebemos haver um desequilíbrio na quantidade de informações entre os dois grupos, prevalecendo o do tráfico de animais. Ou seja, temos uma diferença entre o que é anunciado para o leitor no título, olho e fotografia com o que é efetivamente entregue pelo texto.

A primeira pergunta/resposta vai ao encontro do proposto no título, olho e fotografia ao abordar diretamente a ciência forense. Apesar de a pergunta não direcionar diretamente para a questão dos animais, pois trata da ajuda ao “meio ambiente”, a bióloga limitou sua resposta no tema tráfico de animais. É nesse trecho da entrevista que está a explicação sobre o que é a ciência forense e o uso da metáfora “CSI da natureza” como ferramenta para explicar a atividade.

A metáfora também ganha destaque no meio de um extenso parágrafo pelo fato de estar na única oração em primeira pessoa do singular (eu) e que teve uma reação emocional salientada: “Sou praticamente uma CSI da natureza (risos).” Há uma clara mudança de um encadeamento de orações na terceira pessoa do singular para o uso do “eu”. A partir da entrada desse elemento que personificou a atividade na bióloga, passou a haver uma mescla entre a terceira pessoa do singular, bastante usada para descrever, e a primeira do plural, com os verbos “conseguimos” e “podemos” ligados a conquistas. Nesse último conjunto semântico, também foi escrito a expressão “nosso laboratório”, com destaque para o pronome possessivo de primeira pessoa do plural.

A segunda pergunta/resposta não explora mais o assunto alta tecnologia, mas se mantém coesa com a questão anterior por explorar a resposta da bióloga que citou vários casos de tráfico de animais. Houve, portanto, o início da alternância entre os grupos alta tecnologia e tráfico de animais. Na resposta da bióloga, ela cita que a PM Ambiental paulista apreendeu, em 2009, 45 mil animais em feiras de periferia no Estado. Vale explicar que essa quantidade engloba todas as apreensões da corporação, incluindo cativo doméstico ilegal,

flagrantes de transporte sem autorização, vendas ilegais em outras circunstâncias e inúmeros outros contextos.

A terceira, quarta e quinta perguntas/respostas permanecem detalhando o tráfico de animais. Na resposta da quarta questão, há um erro conceitual da síndrome das florestas vazias. Na matéria, ela foi definida como a extinção de uma espécie localmente por não conseguir combater doenças as quais era resistente. A definição de florestas vazias foi dada por Kent Redford, no artigo *The Empty Forest*, publicado na revista BioScience em 1992. Ela aborda o desaparecimento dos animais de florestas tropicais por causas diretas, como a caça e o tráfico de fauna, por exemplo, e indiretas, como o desmatamento para a agricultura e a pecuária (REDFORD, 1992). Se observada a uma certa distância, uma floresta tropical com a presença de grandes árvores e toda a vegetação pode enganar e não ser um ecossistema equilibrado pela ausência da fauna.

A sexta pergunta/resposta (sobre reintegração no bioma) volta a abordar a alta tecnologia, mas de uma forma pouco evidente. Ao afirmar que não se pode “largar o animal em qualquer lugar”, a bióloga retoma a informação que deu no final de sua primeira resposta: a genética permite identificar a região de origem dos animais apreendidos para que seja realizada uma soltura com mais chances de sucesso.

Nessa resposta e na da pergunta anterior, O Globo publicou declarações da bióloga que vão de encontro à postura inicial de defesa do uso da alta tecnologia para, por exemplo, melhorar a qualidade das solturas dos animais reabilitados. A primeira declaração está na quinta resposta, em que ela afirma que “a maioria nunca vai conseguir se adaptar ao seu bioma, mesmo depois de todo um trabalho de reabilitação.” Na resposta seguinte, temos: “Soltar um bico é um processo muito caro que poucas vezes funciona” e “É um processo que dura meses e a taxa de sucesso ainda é baixa.” Percebemos não haver uma unidade nesse discurso, pois há um momento em que se considera quase impossível a adaptação do espécime reabilitado e solto e outros em que as chances são pequenas (mas existem). Esse problema permite o questionar se é, então, necessário investir nesse tipo de pesquisa.

O sétimo parágrafo permanece no grupo da alta tecnologia. Foi desse trecho do texto que foi retirada a declaração que liga cativeiro à morte no olho da página 10. No final, a bióloga defende os exames de DNA para diminuir a margem de erro das solturas – o que vai de encontro às declarações citadas acima. Palavras e expressões como “adaptar melhor”, “otimizar” e “diminuindo a margem de erro” aparentam um otimismo e a construção de uma

confiança no trabalho científico bem diferente das declarações de tom negativo dos quinto e sexto parágrafos.

O último parágrafo é um conjunto de dicas para o leitor ajudar a coibir o tráfico. Em síntese, a bióloga deu dicas para que se realize uma compra segura e legal de animais silvestres nascidos para serem vendidos como bichos de estimação. Os verbos no imperativo afirmativo “vá” e “evite” são bastante incisivos e aumentam a força das declarações de uma cientista (autoridade no assunto).

Várias palavras e expressões, em todo o texto, remetem à oralidade. Esse tipo de recurso, aliado ao formato entrevista, aproximam bastante os discursos do entrevistado e do jornal ao leitor. A marcação de risos na primeira resposta e os usos de “para se ter ideia” (terceira resposta), “enxugar gelo” (quarta), “é tão grande, mas tão grande” (quarta) e “imagine também” (sexta) são os exemplos desse tipo de uso da língua.

A representação social

Na entrevista analisada, apesar de O Globo ter destacado que a ciência tem um papel importante no combate ao tráfico de fauna, houve o reforço da ideia de que a população pode ajudar nessa luta comprando animais silvestres legalizados, ou seja, que os silvestres podem ser bichos de estimação.

4.2.4.6.3 Texto 13 – A última ararinha

O Globo – 04 de maio de 2011 – Ciência – página 38

Categoria Conservação/Pesquisa, subcategoria Lista de Espécies/Espécie.

A última ararinha

A ave não é avistada na natureza desde 2000. Hoje, o xequê do Qatar é o maior proprietário da espécie brasileira

Renato Grandelle

Os US\$ 300 milhões de bilheteria não mentem: Blu é um sucesso. A ararinha-azul, protagonista do filme "Rio", levou de volta aos holofotes a espécie, há dez anos sumida de seu habitat, a caatinga baiana. O último registro televisivo da ave livre na natureza tem o dobro de tempo - foi a atração do primeiro programa "Globo Ecologia". Agora, os 71 indivíduos sobreviventes, sendo 66 erradicados do país, dependem de protetores particulares. O maior deles, um xequê do Qatar, prepara sua coleção para voltar aos céus nordestinos. Ele e o

governo federal lançarão, até o fim do mês, um plano para definir o cronograma para a libertação de algumas aves. Até chegar a esta etapa, porém, são pelo menos cinco anos de trabalho.

A ararinha-azul sempre despertou o fascínio dos endinheirados, tornando-se símbolo de status. Do desbravador holandês Maurício de Nassau ao líder iugoslavo Marechal Tito, diversas figuras históricas empoleiraram a ave fora das caraibeiras, a árvore que lhe serve de lar na Caatinga. Quando o poder público finalmente encontrou Curaçá, a cidade onde a espécie mais se fez presente, os caçadores já agiam faz tempo. Nos anos 80, a *Cyanopsitta spixxi* - seu nome científico - era vendida por até R\$ 30 mil, em valores corrigidos.

— Em 1984, o patriarca da família que monopolizava esse comércio morreu — lembra Carlos Yamashita, ornitólogo especialista em araras. — Houve uma rixa entre dois de seus filhos, e o caçula, em vez de pegar só dois filhotes por ano, como fazia seu pai, levou 15 de uma vez. Foi a gota d'água para a espécie.

No fim daquela década, sobrou apenas um ararinha-azul macho na natureza. Foi ele o fotografado por Luiz Cláudio Marigo em uma expedição internacional, em 1990.

— Éramos quatro brasileiros e um inglês. Fomos do Piauí até a Bahia, onde finalmente encontramos um macho da espécie, já velho — conta o fotógrafo. — Quando divulgamos as imagens, o Ibama protestou por supostamente termos chamado a atenção dos traficantes para a ave. Não houve, por parte do governo, uma iniciativa para protegê-la desse risco.

FÊMEA SOLTA MORREU ELETROCUTADA

Cinco anos depois, a ararinha solitária ganhou um par à altura. Uma fêmea da espécie foi solta na mesma região. O casal conviveu por sete semanas — não se sabe se copularam. Após este período, a ave recém-saída de cativeiro morreu ao entrar em contato com fios de alta tensão. O macho, por sua vez, não é visto desde o fim de 2000.

O choque elétrico é lembrado até hoje no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do governo federal responsável pela montagem de um plano para preservação da espécie. Um projeto, feito em parceria com a Al Wabra Wildlife Preservation, do Qatar, será divulgado ainda este mês.

— Para reintroduzir a ararinha, é necessário atingir uma população mínima, e esse índice não será atingido nos próximos cinco anos — pondera Ugo Vercillo, coordenador-geral de Espécies Ameaçadas do ICMBio. — Vamos preparar um ambiente para a soltura.

Precisamos identificar que áreas servem para a libertação, quais animais podem representar perigo, onde a ave pode pôr seus ninhos e se alimentar.

A Al Wabra é administrada pelo xeque Saoud Bin Mohammed Bin Ali Al Thani, o maior criador de ararinhas-azuis do mundo: há 55 sob seus cuidados.

É comum que xeques do Golfo Pérsico colecionem animais exóticos. A maioria é adquirida ilegalmente em regiões instáveis do globo, como alguns países africanos. Cerca de dez anos atrás, Saoud resolveu mudar seu status: de colecionador passou a protetor. Para reforçar seu compromisso com a libertação das ararinhas, comprou uma fazenda na Bahia, onde elas voarão em liberdade daqui a alguns anos. Saoud ainda é visto com desconfiança por alguns ambientalistas, mas, mesmo entre eles, há um consenso: sem o milionário do Qatar, é impossível imaginar algum futuro para as ararinhas.

— O xeque, aos poucos, adquiriu aves de colecionadores de diversos países, das Filipinas à Suíça. São pessoas que, por comprarem as ararinhas, jogaram uma pá de cal na espécie — avalia o biólogo Francisco Pontual. — Mas, honestamente, não pretendo apontar o dedo para seu rosto. Ele é a única esperança concreta desde 1990. É quase como se o chefe do tráfico de um morro fosse o único capaz de acabar com a violência causada pelo tráfico.

O australiano Ryan Watson foi o encarregado pelo xeque de cuidar das ararinhas. Caberá a ele aumentar a frequência de acasalamentos — nos últimos sete anos, só 28 filhotes nasceram. Quanto maior for o crescimento da população, mais rápida será a volta das aves a seu habitat.

— Por enquanto, temos de esperar - conforma-se. — Mas, mesmo que nosso projeto seja bem-sucedido, duvido que um dia a espécie saia da lista das mais ameaçadas. As ararinhas têm uma diversidade genética muito limitada, e, portanto, dificuldade para adaptar-se às mudanças climáticas. Além disso, sua área de ocorrência é muito pequena e sustentaria menos de 500 indivíduos.

As ressalvas, porém, não o impedem de considerar a Caatinga preparada para as aves. Já o ornitólogo Yamashita é mais cauteloso. Para ele, algumas intervenções humanas precisam ser corrigidas antes de as ararinhas povoarem a região.

— O índice de desmatamento reduziu a quantidade de árvores usadas pela ararinha e os índices de chuvas. Está seco demais, mesmo para os padrões da Caatinga.

Matéria secundária: **Estrela do cinema e da TV**

Protagonista de ‘Rio’ foi tema do ‘Globo Ecologia’

Uma expedição atrás da última ararinha-azul foi a principal reportagem da primeira edição do “Globo Ecologia”, que entrou na grade da TV Globo em 4 de novembro de 1990. Fundado pelos jornalistas Cláudio Savaget, Elza Kawakami e Paulo Motta, hoje diretor-executivo do GLOBO, o programa deveria ter apenas dez edições. Agradou e está no ar até hoje.

A produção não voltou a procurar a ararinha-azul. Mas, nas últimas duas décadas, deparou-se com diversos animais em situações igualmente dramáticas, especialmente aves e pequenos anfíbios.

— Um filme como “Rio” é importantíssimo, por escancarar para o mundo inteiro o tráfico de animais silvestres, um escândalo que está longe de ser superado — opina Savaget, que segue na direção do programa.

O diretor do longa, Carlos Saldanha, teve de se basear em outras aves para criar Blu.

— Não tive acesso a ararinhas. Procurei fotos e livros para saber mais sobre a espécie, e usamos araras em geral para estudar seus movimentos — revela. (R.G.)

Matéria secundária: **Azuladas e ameaçadas**

A ararinha-azul é frequentemente confundida com outras espécies da mesma cor, também psitacíformes – ordem das aves com cérebro mais desenvolvido, grande longevidade (superior a 50 anos) e facilidade para imitar sons. Algumas enfrentam ameaça de extinção, embora não em um estado tão crítico quanto àquela que, agora, é simbolizada por Blu.

ARARA-AZUL-DE-LEAR: Uma das aves mais ameaçadas do mundo. Sua população seria de menos de 500 indivíduos. Tem uma mancha amarelada junto ao bico. Vive na Caatinga, no norte da Bahia, principalmente na reserva Ecológica de Canudos. Está sempre em bandos, a não ser na época reprodutiva, quando o casal separa-se dos demais.

ARARA-AZUL GRANDE: Em 1988, a população dessa espécie, presente sobretudo no Brasil, chegou a apenas 2.500 indivíduos. Com o combate ao comércio ilegal e a criação de reservas ecológicas, subiu para 4 mil no ano passado. Tem 98 centímetros – o dobro da ararinha. Habita florestas de galerias e cerrados.

ARARA-CANINDÉ: Embora suas populações estejam diminuindo, ainda não é considerada ameaçada. É encontrada em diversos países sul-americanos. No Brasil, está presente da Amazônia ao Paraná. É amarelada em sua parte inferior, da face ao rabo. Muito comum em florestas de galeria. Anda normalmente em trios.

“A última ararinha”, acima transcrita, é uma reportagem, o que significa no universo dos textos do gênero jornalístico uma apuração mais aprofundada, textos maiores, a utilização de uma quantidade maior de fotografias ou de uma forma diferente na diagramação e, tudo isso, a partir de um fato ou contexto que necessite um debate ou reflexão com a participação de diferentes atores sociais (discursos) interessados.

Essa reportagem tem como “gancho”, ou seja, como fato ou fenômeno que justifica sua publicação, o lançamento em 8 de abril de 2011 da animação Rio. “A última ararinha” aborda os esforços para evitar a extinção da espécie, que não existe mais em vida livre, e o projeto de reintrodução na natureza. Ela foi classificada na subcategoria Espécies da categoria Conservação/Pesquisa.

Na página

A reportagem sobre as ararinhas-azuis foi publicada ainda sob o efeito da morte de Osama bin Laden, ocorrida dois dias antes, em 2 de maio, no Paquistão, durante uma operação militar dos Estados Unidos. Líder e fundador da al-Qaeda, ele foi apontado como responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, que culminaram com quase três mil mortes e a queda das duas torres do World Trade Center, em Nova Iorque. A ação desencadeou uma caçada a Osama bin Laden liderada pelos Estados Unidos que durou 10 anos.

A repercussão da morte de Osama bin Laden na imprensa perdurou por dias. E em O Globo não foi diferente. Tanto que a capa da edição de 04 de maio de 2011 tem pouco mais da metade da área destinada ao conteúdo utilizada para notícias sobre o ocorrido no Paquistão. Apesar do reduzido espaço na primeira página para destacar as principais matérias do dia, de todos os outros assuntos, “A última ararinha” conseguiu um bom destaque.

A chamada para a reportagem, intitulada “O verdadeiro Blu”, contou com fio que a emoldurou toda, fotografia e um pequeno texto.

Figura 23 – Capa da edição de 04 de maio de 2011 de O Globo

A “A última ararinha” foi publicada em uma página par, a 38. A reportagem, que ocupou toda a página, está dividida em três textos: uma matéria principal e duas secundárias (“Estrela do cinema e da TV” e “Azuladas e ameaçadas”). Ela conta com três ilustrações: uma grande fotografia ocupando o topo da página, uma menor no centro e, entre as duas fotos, uma arte com uma ficha técnica da espécie e uma linha do tempo com informações entre 1985 e 2010.

Figura 24 – Página 38 da edição de 04 de maio de 2011 de O Globo

A grande fotografia no topo da página foi diagramada ocupando as cinco colunas possíveis de largura. A composição da imagem, capturada de baixo para cima, com a ararinha à direita e no fundo, em toda a foto, somente o azul do céu, permitiu que o título “A última ararinha” fosse diagramado ao lado da ave. Ainda dentro da fotografia estão a linha-fina e a legenda.

A foto, de autoria do fotógrafo Luiz Claudio Marigo, é o registro da última ararinha em vida livre. Ela foi feita em 1990. Essas informações estão na legenda. Há, portanto, uma composição extremamente coerente e coesa entre título, fotografia e legenda.

A outra fotografia apresenta a imagem de várias ararinhas em cativeiro. Na legenda, há a informação de que as aves estão no Catar, em uma fundação pertencente a um xequê do país e que atualmente é considerado o principal responsável pelo futuro da espécie.

A maneira como as duas fotografias foram utilizadas permite que se faça uma leitura bastante valorativa do conjunto. No alto, grande e ocupando toda a largura da página, a imagem com a última ararinha ainda livre na Bahia. Abaixo, menor e com uma largura de apenas duas das cinco colunas da página, aparecem, pelo menos, oito ararinhas em cativeiro no Catar. Separando as duas imagens, há uma neutra ilustração com a ficha técnica da espécie

e uma linha do tempo. O único indivíduo livre, que cumpre seu papel ecológico, está mais valorizado que o grupo em cativeiro.

As duas matérias secundárias não possuem fotografias exclusivas. Elas estão separadas da principal por fios. “Estrela do cinema e da TV”, que aborda o fato de o programa Globo Ecologia da TV Globo (emissora de televisão aberta pertencente ao mesmo grupo empresarial do jornal O Globo) ter exibido, em sua primeira edição, a cobertura jornalística de uma expedição em busca da última ararinha-azul livre, foi diagramada em duas colunas no centro da página. Já “Azulada e ameaçadas”, que descreve as outras espécies de araras que chamam a atenção por também serem azuis, ficou com uma coluna no canto direito. Abaixo dela, há uma pequena chamada para o leitor ver, no site do jornal, imagens da última ararinha na natureza.

Os fatos e o contexto

A reportagem “A última ararinha” foi publicada em 04 de maio de 2011, menos de um mês após o lançamento da animação Rio, que aconteceu em 8 de abril. O desenho, produzido pela 20th Century Fox e pela Blue Sky Studios, foi dirigido pelo brasileiro Carlos Saldanha. Ele conta a história de uma ararinha-azul macho, Blu, que foi capturado ainda filhote por traficantes de animais e exportado para os Estados Unidos, onde acabou adotado pela dona de uma livraria, Linda.

Por ser o último macho conhecido da espécie, ele acabou localizado por um pesquisador brasileiro, Túlio. Blu é levado para o Rio de Janeiro para participar de um programa de reprodução para tentar salvar a espécie da extinção e acaba por conhecer a ararinha-azul fêmea Jade.

Blu é novamente vítima de traficantes de fauna, que o sequestram, junto com Jade, do centro de recuperação de aves. Depois de muita aventura, a dupla escapa dos bandidos, se apaixona e tem três filhotes.

Chama a atenção o fato de que Blu, por ter sido criado como um bicho de estimação, tinha hábitos humanos e não sabia voar, habilidade que adquiriu ao se afastar de Linda e se aproximar de Jade, que sempre foi uma ararinha-azul de vida livre. A animação teve uma continuação, Rio 2, lançada em 27 de março de 2014.

No mundo da conservação, existem algumas espécies que são chamadas espécies bandeira⁸⁴. Por serem de animais cativantes, que normalmente atraem facilmente a atenção e conseguem a simpatia das pessoas, elas acabam sendo usadas para simbolizar e representar projetos para a conservação de ecossistemas e biomas, em iniciativas para salvá-las (se for o caso) da extinção e para atividades de educação ambiental. No Brasil, o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), o tatu-bola-da-caatinga (*Tolypeutes tricinctus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*), o soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), o papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*) e a própria ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) são alguns exemplos. Todos representando alguma iniciativa de conservação.

O conceito de espécie bandeira pode ser aplicado ao trabalho feito na animação Rio, com a ararinha-azul Blu. O personagem representa a luta contra o tráfico de fauna silvestre. E a escolha da espécie *Cyanopsitta spixii* tem uma justificativa bastante coerente com a proposta do desenho: a captura dessas aves por traficantes de fauna na região de Curaçá, município localizado no norte da Bahia, foi um dos principais motivos de a espécie estar classificada como “criticamente em perigo” pela Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente) e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês). Em ambas as listas, há a observação de que a ararinha-azul provavelmente está extinta na natureza. A extinção em vida livre não é certeza pelo fato de não terem sido efetuadas pesquisas na busca de animais da espécie em todas as áreas de ocorrência historicamente conhecidas.

As ararinhas-azuis sempre foram muito cobiçadas como bichos de estimação, tanto dentro como fora do Brasil. E, como acontece com todos os animais vítimas do comércio ilegal de fauna, à medida que as populações das espécies vão se reduzindo, elas se tornam mais desejadas e caras. Em dezembro de 2017, 152 ararinhas-azuis viviam em criadouros no Catar, Alemanha, Cingapura e Brasil. A maior parte está na Al Wabra Wildlife Preservation, no país árabe.

⁸⁴ O conceito de espécie bandeira, quando aplicado para representar e incentivar ações de conservação de ecossistemas e biomas, por exemplo, acaba associado ao conceito de espécie guarda-chuva. Uma espécie guarda-chuva é aquela que, para ser protegida, necessita da conservação de todo seu habitat ecologicamente equilibrado. Ou seja, para salvar a espécie símbolo é preciso implantar medidas que protejam todo o ecossistema: flora, água, animais das outras espécies, etc. Geralmente, as espécies guarda-chuva têm área de abrangência grande, o que permite a conservação de inúmeras outras espécies com áreas menores.

A Al Wabra Wildlife Preservation era administrada pelo ex-ministro da Cultura do Catar Saoud Bin Mohammed Bin Al Thani, que morreu no ano passado⁸⁵ aos 48 anos. O temor de que os animais pudessem ser distribuídos pelo espólio de Thani levou o ICMBio a acionar o Itamaraty.

[...] De acordo com o coordenador geral de manejo para conservação de espécies do ICMBio, Ugo Vercillo, a meta da instituição é devolver a ararinha-azul ao seu hábitat natural em 2021. Essa meta consta do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha Azul. (CARRIERI, 2015)

Inúmeras espécies da fauna brasileira sofrem o mesmo tipo de pressão por captura. Animais silvestres tornaram-se peças de coleções de excêntricos milionários e a existência deles livres na natureza, onde são plenos e contribuem para o equilíbrio dos ecossistemas, perdeu significado para os envolvidos nesse comércio.

Atualmente, chama a atenção a situação da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), também ameaçada de extinção, que ainda existe em vida livre no norte da Bahia e é muito cobiçada no mercado negro. Em Cingapura, um espécime chega a custar US\$ 60 mil (QUEIROZ, 2001).

Essa face do tráfico de fauna, que envolve animais ameaçados de extinção, portanto raros e caros, tem como destino, em boa parte dos casos, colecionadores endinheirados e zoológicos. Não é incomum haver funcionários públicos, tanto do Brasil quanto dos países dos compradores, envolvidos em esquemas de corrupção para facilitar e permitir a entrada dos espécimes.

No texto

A reportagem de O Globo tem um título que não informa qual será a abordagem da matéria. “A última ararinha” funciona apenas como indicativo do tema (assunto sobre o qual foi feito o material jornalístico). A escolha desse título genérico e com pouco apelo para cativar o leitor tem uma explicação: a publicação não traz qualquer novidade sobre as ararinhas-azuis. Ou seja, estamos com um compilado de informações já conhecidas que tem no lançamento da animação Rio a explicação para sua publicação – tanto que o primeiro parágrafo da matéria começa abordando o sucesso da animação.

A linha-fina foi estruturada com duas orações. Na primeira, que destaca não haver registro de aves da espécie desde 2000, o leitor é situado da grave situação de sobrevivência

⁸⁵ A expressão “Ano passado” no trecho reproduzido significa 2014.

da espécie. A segunda, que informa ser o xeque do Catar o maior proprietário da espécie, as ararinhas-azuis são coisificadas, ou seja, tratadas como um objeto que tem “proprietário”.

A coisificação das ararinhas-azuis tem ligação com o fato de elas terem sido muito traficadas. Na linha-fina, a composição da oração envolvendo o animal-mercadoria com o xeque do Catar não deixa claro o fato de o mercado negro de fauna ter atuado para que essas aves chegassem ao mundo árabe – a espécie é endêmica da caatinga da região do Raso da Catarina, no Brasil. Mas, o nono parágrafo da matéria principal nos permite fazer a associação: “É comum que xeques do Golfo Pérsico colecionem animais exóticos. A maioria é adquirida ilegalmente [...]” No parágrafo seguinte, o biólogo Francisco Pontual faz a confirmação por meio de uma metáfora: “É quase como se o chefe do tráfico de um morro fosse o único capaz de acabar com a violência causada pelo tráfico.”

Apesar de O Globo ter destacado que as ararinhas-azuis chegaram até o xeque do Catar pelas mãos de traficantes de fauna, o jornal também mostrou o fato de a maioria das aves da espécie estarem com ele pode ter um lado positivo. Logo no primeiro parágrafo, o milionário árabe é adjetivado pelo jornal como “protetor”, que junto com o governo brasileiro estavam preparando um plano para reintroduzir a espécie na natureza.

No nono parágrafo, o mesmo que afirma que os xeques do Golfo Pérsico recorrem ao mercado negro de animais silvestres, existe um “mas”. E, logo após essa conjunção adversativa, foi salientado que o futuro da espécie está nas mãos do colecionador árabe. No parágrafo seguinte, o biólogo Francisco Pontual faz essa mesma lembrança: “[...] honestamente, não pretendo apontar o dedo para seu rosto. Ele é a única esperança concreta desde 1990.”

Em vários trechos da matéria principal é possível encontrar referências que tratam as ararinhas-azuis como objetos (coisas). No primeiro parágrafo, as aves do xeque do Catar fazem parte de uma “coleção”. No parágrafo seguinte, elas são “símbolo de *status*”, igual a carros luxuosos, mansões ou obras de arte. No mesmo trecho, é citado o preço delas no mercado negro dos anos 80 do século passado: R\$ 30 mil (valor corrigido). No nono e décimo parágrafos, novamente se remete ao fato de as aves serem colecionadas e adquiridas ilegalmente.

A matéria principal está estruturada em três blocos que abordam a situação atual da ararinha-azul (primeiro parágrafo), a história da exploração até a provável extinção na natureza (do segundo ao sétimo parágrafo) e os esforços para que exista um futuro para a

espécie em vida livre (do oitavo ao 14º parágrafo). Estão presentes no texto as declarações do biólogo Carlos Yamashita, do fotógrafo Luiz Claudio Marigo, do representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) Ugo Vercillo e do biólogo Francisco Pontual. Todos representam o discurso conservacionista, com a diferença que Yamashita e Marigo fazem críticas, ainda que sem contundência, à atuação do poder público, enquanto Vercillo e Pontual simbolizam o esforço do Estado em tentar devolver as aves à caatinga baiana.

A crítica de Marigo, no quinto parágrafo, foi motivada pela polêmica com o Ibama sobre a possibilidade de a divulgação das imagens da última ararinha na natureza, em 1990, atrair traficantes de animais: “Não houve, por parte do governo, uma iniciativa para protegê-la desse risco.” As outras críticas existentes partiram do jornal e de Pontual e estão direcionadas ao fato de o xeque do Catar ter comprado ilegalmente as ararinhas. Ao mesmo tempo, o jornal destacou bastante (no primeiro e nono parágrafos) o novo papel assumido pelo milionário árabe, que “de colecionador passou a protetor”, com interesse na libertação das aves em uma fazenda comprada por ele na Bahia. O Globo ainda o defendeu das “desconfianças” de “alguns” ambientalistas (o uso do pronome indefinido indica não ser um comportamento generalizado ou da maioria) ao lembrar que sem o xeque não há futuro para a espécie.

A matéria principal, apesar de aliviar as críticas e destacar bastante o esforço pela reintrodução da espécie na natureza, deixa claro que são poucas as chances de sucesso da iniciativa. No 12º parágrafo, o biólogo Pontual duvida que a espécie saia da lista das mais ameaçadas e destaca os problemas ocasionadas pela pouca variação genética. No parágrafo seguinte, o ornitólogo Yamashita afirma que a área de soltura ainda precisa de inúmeras correções antes da chegada das aves. Ou seja, o final da matéria não apresenta um horizonte promissor.

A matéria secundária “Estrela do cinema e da TV” é, basicamente, um texto promocional do grupo Globo, tanto que a linha-fina destaca a edição do Globo Ecologia sobre as ararinhas-azuis. Metade do texto é sobre a cobertura do programa da expedição de 1990, que encontrou a última ave ainda livre. Na outra metade (dois parágrafos), o diretor do programa de TV, Cláudio Savaget, elogia a iniciativa de Rio em abordar o tráfico de fauna e o diretor da animação, Carlos Saldanha, conta que construiu Blu sem ter visto pessoalmente uma ararinha.

É interessante notar que os dois primeiros parágrafos são sobre o programa da Globo, apesar de a reportagem ter como gancho o sucesso do lançamento de Rio. As informações sobre a animação ficaram para o final.

“Azuladas e ameaçadas” é a outra matéria secundária. Ela se propõe a diferenciar as araras existentes no Brasil que têm predominância da cor azul em sua plumagem. O texto traz informações sobre a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) e a arara-canindé (*Ara ararauna*), ave que tem bastante amarelo e que não seria facilmente confundida com os animais das outras espécies.

A representação social

O Globo destaca a ideia de que quem financia o mercado negro de fauna comprando animais pode mudar seu comportamento e, se quiser, ajudar na conservação.

4.2.4.7 A categoria Espécies Invasoras

A categoria Espécies Invasoras é formada por matérias jornalísticas que têm como tema principal a introdução de animais de espécies exóticas (não nativas de uma região) em ecossistemas por ação humana relacionada ao tráfico de animais e suas consequências. Normalmente, esse problema se inicia quando espécimes escapam dos traficantes, das autoridades ou do cativeiro, ou ainda quando são soltos propositalmente pela pessoa que os comprou e se arrependeu.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a nona em número de matérias. No total, foram encontradas 12 matérias (4,72%), sendo 05 (41,66% do total da categoria) na Folha de S. Paulo e 07 (58,33% do total da categoria) em O Globo. Essa categoria teve os tipos de animais (grupos genéricos sem a classificação em espécies, como papagaios e micos) como parâmetros para a divisão em subcategorias. Foram criadas as seguintes subcategorias: Papagaios, Micos, Tigres D’água, Pererecas e Várias.

I - Papagaios: textos em que o tema principal é a introdução de papagaios de espécies exóticas em uma determinada região e os problemas a isso relacionados.

II – Saguís: textos em que o tema principal é a introdução de saguís (micos) de espécies exóticas em uma determinada região e os problemas a isso relacionados.

III – Tigres D’água: textos em que o tema principal é a introdução de tigres d’água de espécies exóticas em uma determinada região e os problemas a isso relacionados.

IV – Pererecas: textos em que o tema principal é a introdução de pererecas de espécies exóticas em uma determinada região e os problemas a isso relacionados.

V – Várias: textos em que o tema principal é a introdução animais de espécies exóticas em uma determinada região e os problemas a isso relacionados. Nessas matérias não se especificam espécies, abordando o problema sob a forma de “espécies invasoras”.

4.2.4.7.1 Texto 14 – A invasão dos micos

O Globo – 14 de maio de 2013 – Revista O Globo – páginas 8 e 9

Categoria Espécies Invasoras, subcategoria Saguí.

A invasão dos micos

Polêmica sobre extermínio dos saguis divide especialistas. Introduzidos para venda ilegal nos estados do Sul e do Sudeste, eles proliferaram e agora **ameaçam acabar com espécies nativas de aves e mamíferos**

Emanuel Alencar

emanuel.alencar@oglobo.com.br

Érica Magni

erica.magni@oglobo.com.br

Irrequietos, com tufo de pelos brancos ou negros ao redor das pequenas orelhas, eles chegaram devagarinho e, aos poucos, foram conquistando os cariocas. Cobiçados nos anos 1970 e 80 no mercado ilegal de animais silvestres, os saguis de tufo-brancos (*Callithrix jacchus*) e de tufo-preto (*Callithrix penicillata*), ambos popularmente conhecidos como micos-estrela, são originários das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Eles se espalharam pelo Rio de Janeiro e por outros estados do Sudeste e do Sul do país levados pelo homem. Décadas após sua introdução, a população explodiu e ameaça a sobrevivência das espécies nativas. Agora, especialistas defendem a erradicação dos bichos e causam polêmica.

— Como qualquer espécie invasora, os micos proliferam sem controle natural e substituem populações nativas, no Rio e em numerosos lugares ao longo da costa brasileira — diz a engenheira florestal Sílvia Ziller, coordenadora do Programa de Espécies Exóticas Invasoras da ONG The Nature Conservancy para a América do Sul.

Vorazes comedores de ovos, os *Callithrix* põem em risco espécies ameaçadas de extinção, como o formigueiro-do-litoral, ave típica das restingas fluminenses, que integra a lista dos pássaros mais raros do planeta.

Mesmo com todos os problemas identificados, nenhuma ação governamental foi definida para conter o avanço da população de micos invasores.

— O drama é mais do que claro quando se trata da biodiversidade ameaçada. Porém, a solução é complexa. Não há estudos. As instituições que já deveriam estar trabalhando não têm recursos. Não há pessoal capacitado para atender à demanda — diz Leandro Jerusalinsky, coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros, do Instituto Chico Mendes.

O biólogo ressalta a importância da reflexão sobre o tráfico de animais, já que os micos chegaram através das mãos dos homens para serem vendidos como bichos de estimação.

— Numa visão da conservação com base em fundamentação científica, nunca ouvi opinião contrária à erradicação das espécies invasoras. Como isto seria feito? — questiona.

A Lei de Crimes Ambientais abre espaço para a possibilidade de extermínio do animal em seu artigo 37. Não é crime eliminar espécies consideradas nocivas, desde que sejam classificadas dessa forma por órgãos competentes. Mas, como não há pesquisas suficientes sobre o impacto causado pelos micos, a polêmica pode durar anos.

André Ilha, diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), observa que os saguis também representam risco para os micos-leões-dourados (*Leontopithecus rosalia*) e outros primatas. Por terem contato prolongado com o homem, eles podem levar para a floresta doenças humanas. E também são uma potencial ameaça à saúde humana por levarem para as cidades microrganismos silvestres. Exemplos são o vírus do herpes, fatal para micos e macacos, e a transmissão do vírus da raiva para seres humanos.

— Já começamos a transferência do mico-leão-de-cara-dourada, invasor da Serra da Tiririca, para seu habitat de origem, o Sul da Bahia. Demos prioridade a este projeto, mas os micos-estrela estão na lista. Não sabemos se isto irá envolver o sacrifício do animal — diz.

Além disso, Ilha garante que as experiências de transferência e controle populacional feitas com outras espécies ajudarão a encontrar soluções para os micos-estrela e ainda na reintrodução dos micos-leões-dourados nas matas do Rio de Janeiro.

— A questão dos invasores de fato é muito urgente, pois só poderemos começar a reintroduzir os micos-leões-dourados na Mata Atlântica do Rio quando o território estiver livre para eles, isto é, sem os micos-estrela. O mico-leão é mais pacato. O estrela é agressivo. Numa disputa natural, o mico-leão perderia o espaço. Sem contar o risco de hibridização e perda de diversidade genética — diz Ilha.

Atualmente, o Laboratório de Ecologia de Mamíferos da Uerj castra quimicamente os saguis machos. O processo é o mais rápido, mas não o mais eficiente, diz Helena Bergallo, pesquisadora responsável pelo trabalho.

— Injetamos uma química para que o macho não reproduza. Esse processo é mais barato, porque não precisamos colocar o bicho em quarentena, prescindindo de uma estrutura de cativeiro para o acompanhamento das cirurgias. Se deixarmos de castrar um macho apenas, ele copula e todo o trabalho é perdido — explica.

“A invasão dos micos” acima transcrita enquadra-se como reportagem no universo do gênero jornalístico. Geralmente, as matérias dessa categoria são mais longas, com apuração minuciosa e não se restringem a um fato, pois têm como vocação a análise ou interpretação de fenômenos sociais. Entretanto, verificamos que o texto publicado por O Globo é uma reportagem curta para os padrões de uma revista semanal. A revista Amanhã, encartada no jornal e distribuída sempre às terças-feiras, é voltada para assuntos ligados ao meio ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida.

A cobertura de O Globo sobre espécies invasoras não indica ter acontecido qualquer fato próximo da data de veiculação da reportagem para justificar a sua publicação. Também não encontramos no próprio texto algum fato relevante que motivasse a elaboração da pauta. Entretanto, em 09 de abril do mesmo ano, a própria revista Amanhã publicou a reportagem “Nossos vizinhos selvagens”, em que abordou a proximidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro com a fauna silvestre e a sinantrópica⁸⁶. Nas quatro páginas da matéria, são

⁸⁶ Fauna sinantrópica “são populações animais de espécies silvestres nativas ou exóticas, que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanente, utilizando-as como área de vida” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2006).

abordadas questões como a expansão urbana ocasionando perda de habitat para animais nativos da região, a introdução de indivíduos de espécies exóticas (que não são naturais da área) e os riscos que esse contato oferece para as pessoas, com destaque para as zoonoses.

A reportagem cita o problema da introdução de espécies não nativas do Rio de Janeiro, como o mico-leão-da-cara-dourada e os saguis. Em ambos os casos, os animais são originários do Nordeste e chegaram em território fluminense pelas mãos de traficantes de fauna.

“A invasão dos micos” foi classificada na subcategoria Mico da categoria Espécies Invasoras.

Na página

A capa da edição de 14 de maio de 2013 da revista Amanhã, de O Globo, não fez qualquer referência à reportagem “A invasão dos micos”. A matéria foi citada no sumário da página 2, com uma chamada de uma linha (“páginas 8 e 9 Saguis: Erradicação em massa”) acompanhada de uma fotografia em que dois animais se olham.

A reportagem foi publicada em duas páginas espelhadas (lado a lado), a 8 e a 9. A página par não conta com imagens, somente elementos textuais: título, linha-fina, assinaturas dos jornalistas, capitular e texto. Na página ímpar, foi publicada uma única fotografia que ocupa todo o espaço. No canto inferior esquerdo da imagem de uma sagui-de-tufos-bancos fêmea com dois filhotes, há uma legenda.

Conforme apresentamos em **4.2.2.1 Página ímpar e página par: diferentes importâncias**⁸⁷, em geral, as páginas ímpares são consideradas mais importantes que as pares pelo fato de primeiro atraírem a atenção dos leitores. O Globo optou por publicar na 9 uma fotografia ocupando a página toda, elemento que tem mais força atrativa que o texto. Ou seja, aparentemente, a edição da reportagem optou por dar bastante peso e importância para a fotografia na página ímpar.

Mas existem dois elementos na imagem da sagui com seus filhotes que ajudam a compensar esse aparente desequilíbrio: a fêmea adulta está olhando para o título e, em primeiro plano, desfocado, há uma parte de um galho cuja a inclinação também conduz o olhar do leitor para a região do título.

⁸⁷ Ver p. 129.

em áreas onde sua espécie não é nativa, podendo também, por algum motivo, chegar à liberdade.

Esse problema acontece porque os espécimes podem escapar dos traficantes durante o transporte, armazenamento e venda e das pessoas que os criam. Há também casos em que os animais são soltos propositalmente por seus responsáveis. Pode também ocorrer a fuga de zoológicos, criadouros, mantenedouros de fauna, centros de triagem e reabilitação de animais silvestres e clínicas veterinárias.

Esses animais podem, dependendo das circunstâncias, sobreviver e se adaptar ao novo ambiente. A ausência de predadores e uma boa disponibilidade de comida e água, junto com um clima favorável, tem potencial para facilitar esse processo de ajuste. Se o espécime permanecer sozinho, o problema tende a ficar restrito à predação de outros animais, ovos e larvas, à transmissão de doenças para a fauna local e a alterações de comportamentos de alguns espécimes que originalmente habitam a região. Mas, no caso de indivíduos de espécies exóticas de sexos diferentes se encontrarem e se reproduzirem, pode ocorrer um aumento populacional que levará à concorrência com alguma espécie nativa.

Além da chance de expulsar animais da espécie nativa, os indivíduos da espécie exótica recém-chegada podem alterar comportamentos dos nativos e reduzir por predação as populações dessas espécies. Essa queda no número de animais contribui para processos de extinção por causa de uma variação genética pobre, o que dificulta adaptações a mudanças ambientais e traz problemas com a endogamia. Existe uma grande dificuldade de se prever com exatidão quais serão as consequências para o meio ambiente quando se introduz uma nova espécie da fauna em uma região.

Em várias localidades brasileiras, o poder público se depara com a presença de animais de espécies exóticas. Na capital paulista, por exemplo, há registros de bandos de até 60 papagaios-verdadeiros (*Amazona aestiva*), espécie que não ocorre naturalmente na região (CORREA, 2010, p. C8). O mesmo acontece em Porto Alegre (RS), onde estimava-se haver cerca de 300 dessas aves em 2012 (FOLHA DE S. PAULO, 2012, p. C10).

No Rio de Janeiro, em 2011, chamou a atenção da imprensa a operação envolvendo órgãos ambientais para transferir 106 micos-leões-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) da Serra da Tiririca, em Niterói, para seu habitat de origem, na Bahia. A espécie, exótica para o território fluminense, chegou na região por meio do tráfico de fauna. O grupo estava se aproximando da população dos micos-leões-dourados (*Leontopithecus*

rosalia), esses sim nativos do Estado. A competição por território poderia prejudicar os micos-leões-dourados, além do risco de haver transmissão de doenças (O GLOBO, 2011, Niterói, p. 9).

Figura 26 – Matéria publicada na edição de 21 de agosto de 2001 de O Globo sobre a remoção dos micos-leões-de-cara-dourada

Domingo, 21 de agosto de 2011 O GLOBO NITERÓI • 9

Espécie invasora será removida

Micos-leões-da-cara-dourada serão levados para a Bahia

• Até o fim do ano, será iniciado o programa de remoção da espécie de micos-leões-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) de Niterói. A retirada total dos animais é considerada emergencial por entidades ligadas à proteção de primatas. Há cerca de uma década, a espécie foi introduzida acidentalmente na região da Serra da Tiririca e hoje representa uma ameaça à resistência dos micos-leões-dourados.

A remoção dos micos-leões-de-cara-dourada tem por objetivo evitar a aproximação entre a espécie e a já fragilizada população de micos-leões-dourados, uma vez que ambas estão em extinção e competem por território. Outra consequência da interação é a possível transmissão de doenças.

Segundo o último levantamento do Instituto Pri-Matas, foram identificados, aproximadamente, 106 exemplares da espécie na Serra da Tiririca. Eles se estabeleceram no local de maneira acidental, em decorrência de fuga de cativeiro e tráfico de animais. Agora, serão gradualmente levados para o sul da Bahia, para áreas em condições ideais para o desenvolvimento e recuperação da espécie.

O programa de repatriação do mico-leão-de-cara-dourada está sendo desenvolvido conjuntamente pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), com a participação da Conservation International, da AMLD, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, e será executado pelo Instituto Pri-Matas.

Angelo Antônio Duarte/20-6-2011

EXEMPLAR DA espécie "*Leontopithecus chrysomelas*" flagrado entre as árvores, no bairro de Pendotiba

O caso envolvendo os micos-leões-de-cara-dourada foi citado na reportagem “A invasão dos micos”. O problema com os saguis-de-tufos-brancos e os saguis-de-tufos-pretos era bem maior, pois as populações dessas duas espécies invasoras para o Rio de Janeiro eram grandes. O poder público, carente de recursos, e a inexistência de pesquisa dimensionando o problema acabam levando o Estado a optar por uma solução mais simples e menos cara: matar. Mas, essa decisão não seria bem recebida por muitos ambientalistas e grupos da proteção animal.

No texto

A reportagem conta com uma chamada na página 2 da revista Amanhã. Nela, o leitor encontra o seguinte texto: “Saguis: Erradicação em massa”. Da forma como está escrito, é possível chegar a duas conclusões. A primeira, em que se está noticiando um fato acontecido – o que não é o caso. A segunda, que estaria indicando a solução de um problema.

O título da matéria, “A invasão dos micos”, apresenta a situação a partir de uma ótica antropocêntrica, ou seja, de que os animais são os responsáveis por um problema. O substantivo feminino “invasão”, em Ferreira (1986, p. 964), está assim descrito:

invasão. [Do lat. *invasione*] S. f. 1. Ato ou efeito de invadir. 2. Bras. Local ocupado ilegalmente por habitações populares. (FERREIRA, 1986, p. 964)

No texto do título, o vocábulo foi usado com o significado do item 1 de Ferreria e está semanticamente carregado com um sentido negativo, indicando que os animais ocuparam intencionalmente uma região que não lhes cabe. Mas a escolha pela utilização dessa palavra é consequência da influência da existência e aplicação técnica da expressão da Biologia da Conservação “espécies exóticas invasoras”. Segundo a Convenção sobre a Diversidade Biológica, tratado internacional em vigor desde 1993,

Espécies exóticas invasoras são espécies cuja introdução e/ou disseminação fora de sua distribuição natural, passada ou presente, ameaça a diversidade biológica.

[...] A introdução de espécies é geralmente vetorada pelo transporte e comércio humanos. (CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA, [20--?])

Ou seja, houve um processo de apropriação de parte de uma expressão técnica (a palavra “invasora”), que teve seu sentido substituído pelo significado do vocábulo de uso popular “invasão”. O homem deixou de ser o causador do problema ambiental, que passou a ser culpa dos pequenos primatas.

A conotação negativa, iniciada na chamada da página 2 e anunciada no título, é reforçada no trecho da linha-fina “ameaçam acabar com espécies nativas de aves e mamíferos”. Da mesma forma como o vocábulo “invasão” foi usado, o verbo “ameaçar” indica uma ação intencional. Os saguis (ou micos) são agentes de um processo em que eles são apontados como responsáveis.

Conforme explicado em **Na página**⁸⁸, o uso do negrito unindo uma palavra do título e parte de uma oração da linha-fina resulta em “Micos ameaçam acabar com espécies nativas de aves e mamíferos”. O processo de esvaziamento da responsabilidade humana no contexto também conta com a ausência de qualquer palavra, na linha-fina, que indique ser o homem o causador do problema.

O texto da matéria começa reforçando a papel ativo dos saguis apresentado no título e na linha-fina: “eles chegaram devagarinho e, aos poucos, foram conquistando os cariocas.” As orações foram construídas na voz ativa e com os verbos de ação “chegar” e “conquistar”. Apesar de a sentença seguinte apresentar a questão da existência do tráfico desses animais nas décadas de 1970 e 1980, novamente não aparece claramente qualquer vocábulo indicando ser o homem o responsável pela introdução dos animais em um ambiente onde não existiam.

⁸⁸ Ver p. 284.

Na última linha do primeiro parágrafo aparece a proposta para solucionar o problema: “erradicação os bichos”. A ideia de matar foi eufemisticamente apresentada ao leitor e com o reforço de ser a resposta dada ao problema por “especialistas”. A “polêmica” citada logo na sequência não envolveria, portanto, os “especialistas”; o que não acontece na linha-fina, em que se afirma: “Polêmica sobre extermínio dos saguis divide especialistas”. Há uma contradição.

Uma declaração da representante da ONG The Nature Conservancy explica o fenômeno das espécies invasoras no parágrafo seguinte, mas não há qualquer indicação nesse discurso da necessidade de matar os primatas. Na sequência, O Globo novamente carrega nos qualificadores dos saguis, apresentados como “vorazes” e que “pões em risco espécies ameaçadas de extinção”. O fato de as espécies vítimas correrem risco de extinção agrava ainda mais a situação e fortalece a imagem negativa dos micos que está sendo construída na matéria.

No quarto e quinto parágrafos, o Globo expõe a inoperância do poder público para resolver a situação dos micos no Rio de Janeiro. O discurso do jornal é reforçado pelo discurso do representante do ICMBio, que declarou não haver pesquisas, recursos e pessoal capacitado para lidar com a situação.

A reportagem, até esse ponto, tem como estrutura a apresentação do vilão (saguis) e a falta de estrutura do poder público para lidar com o problema. A responsabilidade do homem como principal responsável por meio do tráfico de animais aparece enfraquecida no primeiro parágrafo e com destaque no sexto, na declaração do representante do ICMBio. Desse ponto, até o final da matéria (no 14º parágrafo), o papel do ser humano como causador da introdução dos saguis no Rio de Janeiro não será mais citado.

A partir do sétimo parágrafo, até o 12º, O Globo fundamenta legalmente (pela legislação) e tecnicamente (pelo representante do Inea) a possibilidade de eliminar os saguis. A passagem para esse novo bloco (7º ao 12º parágrafo) é feita com a declaração do representante do ICMBio sobre erradicação. Em nenhum trecho do bloco é citado o verbo “matar” ou o substantivo “morte”, sendo usado os vocábulos “erradicação”, “extermínio” e “sacrifício”.

O oitavo parágrafo apresenta a possibilidade de extermínio dos saguis amparado pela Lei de Crimes Ambientais, após comprovação do impacto negativo que a população dos animais exóticos estaria causando. Como não há pesquisa, conforme o próprio representante

do ICMBio afirma, abre-se a possibilidade de haver polêmica. Nos parágrafos seguintes, até o 12º, são apresentados os possíveis e potenciais problemas ligados aos saguis: competição com os micos-leões-dourados, o atraso no programa de reintrodução dos micos-leões-dourados nas matas da cidade do Rio de Janeiro e a transmissão de doenças para as pessoas (zoonoses).

Os dois últimos parágrafos apresentam a possibilidade da castração química dos saguis machos, o que evitaria ter de matar os animais. Mas O Globo salientou, por meio da declaração da pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que faz esse procedimento, que o método não é tão eficiente.

O Globo defendeu abertamente a opção de matar os saguis das espécies invasoras. Apesar de alegar haver uma polêmica, em trecho algum o jornal apresentou algum representante do discurso contrário à eliminação dos animais. Ao poder público coube o papel de incompetente no enfrentamento do problema. O jornal praticamente não discutiu a responsabilidade da população que compra esses animais e nem citou o Estado como agente que deveria evitar o tráfico de fauna.

A representação social

O Globo apresentou o poder público como incapaz de lidar com o problema dos saguis de espécies exóticas vivendo livres no Rio de Janeiro, que para o veículo de comunicação deveria ser resolvido com o sacrifício dos animais. Ou seja, o Estado é incompetente na gestão da fauna silvestre. O jornal deixou em segundo plano o papel do tráfico de animais no contexto.

4.2.4.8 A categoria Tráfico Geral

A categoria Tráfico Geral é formada por matérias jornalísticas que têm como tema principal o tráfico de fauna, sem haver o aprofundamento e o detalhamento de algum aspecto do problema.

Em nossa análise quantitativa, essa categoria é a décima (e última) em número de matérias. No total, foram encontradas 06 matérias (4,72%), sendo que não houve registro desse tipo (0%) na Folha de S. Paulo, ou seja, todas as matérias (100%) foram publicadas em O Globo. Foram criadas as seguintes subcategorias: Geral e Número-legenda/Frase.

I - Geral: textos em que o tema principal é o tráfico de fauna, sem haver o aprofundamento e o detalhamento de algum aspecto do problema.

II – Número-legenda/Frase: essa subcategoria engloba números destacados que receberam legendas para serem contextualizados e frases de personalidades que foram destacadas. Esses tipos aparecem em colunas de notas.

4.2.4.8.1 Texto 15 – Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet

O Globo – 26 de novembro de 2014 – Sociedade – página 31

Categoria Tráfico Geral, subcategoria Geral.

Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet

ONG detecta 33 mil animais ou produtos obtidos deles em sites de 16 países

Vendem-se tigres, pandas-vermelhos, crocodilos. E esculturas de marfim de elefantes, tapetes com pele de urso polar e até bizarrices como vinhos que contêm ossos de tigre. Os animais — vivos ou transformados em “matérias-primas” — envolvidos são todos ameaçados de extinção e têm sido impunemente vítimas do mercado negro global na internet, revela um levantamento do Fundo Internacional para o Bem-Estar Animal (Ifaw, na sigla em inglês), que mapeou sites de 16 países.

A organização identificou, em apenas seis semanas, a venda de 33.006 animais silvestres ou de produtos fabricados a partir deles. Os 9.482 anúncios movimentaram cerca de US\$ 11 milhões. Um dos destaques é um copo feito com chifre de rinoceronte, uma bagatela de US\$ 86 mil, ou algo como R\$ 217 mil.

— Imagine quantos animais silvestres vão sofrer com esse comércio desnecessário em todo o mundo. É impressionante como a internet pode colocar à venda tantos animais em vias de extinção — avalia Tania McCrea-Steele, coautora do levantamento. — Vimos que 54% dos anúncios são de animais que serão enviados ainda vivos para seus compradores.

A pesquisa foi realizada apenas em sites de acesso aberto. Os produtos de origem ilegal podem ser vistos até no eBay, um gigante do comércio eletrônico. Em sua versão britânica, foram encontrados 376 anúncios de artigos de marfim.

Objetos do material, aliás, correspondem a 32% de todo o mercado clandestino online, resultando em 3.047 anúncios. A extração do marfim é uma das principais atividades responsáveis pela morte de um elefante a cada 15 minutos. Os répteis ocupam a segunda categoria com mais anúncios (2.509), seguidos por aves (2.254) e mamíferos (1.309), entre outros animais.

A China foi o país com o maior número de produtos de animais comercializados ilegalmente (56%). A pesquisa também abrangeu o mercado de Alemanha, Bahrein, Bélgica, Bielorrússia, Canadá, Cazaquistão, Emirados Árabes Unidos, França, Holanda, Kuwait, Polônia, Catar, Reino Unido, Rússia e Ucrânia.

Cerca de 13% dos anúncios rastreados pela ONG foram encaminhados às polícias de cada país. Para a instituição, essa medida pode servir como base para que os governos elaborem novas legislações a fim de fiscalizar o meio ambiente.

FALTA DE FISCALIZAÇÃO NO BRASIL

Embora o Brasil não tenha participado do levantamento, o comércio de animais silvestres também envolveria quantias “astronômicas” no país, segundo Dener Giovanini, coordenador-geral da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais (Renctas).

Em 1999, a instituição entregou um relatório ao Ministério Público Federal denunciando 4.892 anúncios ligados à venda de espécies ameaçadas de extinção. O mercado poderia movimentar até US\$ 39,1 milhões por ano. Desde então, diversos sites foram fechados, e os vendedores clandestinos tiveram de restringir seus tentáculos. A rede ilegal, porém, continua em atividade — segundo Giovanini, aproveitando-se da débil fiscalização governamental.

— Além de encontrarmos os anunciantes, também nos passamos por possíveis interessados. Desta forma, conseguimos entregar telefones dos traficantes e a localização dos animais — lembra o coordenador, que, depois, organizou trabalhos semelhantes em outros países, como Argentina, Colômbia e África do Sul. — Os sites se prontificaram a retirar do ar os anúncios, e o comércio agora está restrito a listas de e-mail e comunidades fechadas em redes sociais. Poderia ser melhor, se os órgãos ambientais do governo dialogassem e descobrissem suas atribuições. Não adianta mais fiscalizar só feira livre.

Em meados do ano que vem, a Renctas lançará um relatório sugerindo políticas públicas para a gestão da fauna silvestre no Brasil. Um capítulo será dedicado ao mercado online dos animais.

O comércio ilegal de espécies silvestres gera cerca de US\$ 19 bilhões por ano no mundo. É a quarta atividade clandestina mais lucrativa — perde apenas para o tráfico de drogas, a venda de produtos falsificados e o tráfico de seres humanos.

— Além de leis robustas, os portais devem se comprometer a inibir o seu uso por criminosos, e os consumidores precisam estar cientes do custo devastador deste comércio para o meio ambiente — ressalta Tania.

“Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet”, acima transcrita, é uma notícia no universo do gênero jornalístico. A publicação de um fato ou dado novo sobre algum assunto é a principal característica do material publicado que permite tal classificação. A matéria informa o resultado de uma pesquisa internacional sobre a venda ilegal de animais silvestres pela internet e mostra a realidade brasileira sobre o problema.

Duas informações chamam a atenção na matéria: o fato de animais, suas partes e subprodutos estarem sendo vendidos pela internet, forma de comércio que não é nova, mas que, ainda assim, chama a atenção, e a possibilidade de adquirir espécimes não usuais como tigres e crocodilos.

A notícia foi classificada na subcategoria Geral da categoria Tráfico Geral.

Na página

A notícia não conta com chamada na primeira página do jornal. Ela é a principal matéria da página 31 (ímpar), sendo publicada em três colunas e ocupando aproximadamente dois terços da altura da página.

O título, também é três colunas, tem duas linhas. A matéria ainda conta com uma linha-fina e três fotografias. As imagens, todas com legenda, estão distribuídas verticalmente, ou seja, uma sobre a outra. A maior delas mostra uma urso-polar com dois filhotes. Logo abaixo, um homem segura sobre a cabeça uma presa de elefante (marfim) e, na sequência, foi publicada a imagem de um tigre.

Não há dados conclusivos que possam dimensionar o tráfico de fauna silvestre pela internet. A própria volatilidade dos anúncios nas redes sociais dificulta qualquer forma de monitoramento. No Brasil, a primeira pesquisa com esse foco foi feita pela ONG Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Rencas).

Em 1999, a Rencas elaborou um dossiê sobre o comércio ilegal de espécies da fauna brasileira praticado na Internet. De acordo com o documento, tornou-se muito mais fácil e seguro para os traficantes de animais silvestres anunciarem sua “mercadoria” on-line, substituindo as bancas de animais em feiras livres por vendedores anônimos. Durante três meses de pesquisas em sites nacionais e internacionais, foram contabilizados cerca de 5 mil anúncios de compra, venda ou troca ilegal de animais silvestres brasileiros, como aves, répteis, anfíbios, peixes ornamentais e pequenos mamíferos. A Rencas estimou ainda que o tráfico de fauna silvestre brasileira na Internet movimentava aproximadamente US\$ 40 milhões ao ano. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2016, p. 579)

A própria matéria em análise, “Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet”, apresenta dados interessantes sobre o tráfico de fauna via internet no mundo, que foram levantados pelo Fundo Internacional para o Bem-estar Animal (Ifaw, na sigla em inglês):

A organização identificou, em apenas seis semanas, a venda de 33.006 animais silvestres ou de produtos fabricados a partir deles. Os 9.482 anúncios movimentaram cerca de US\$ 11 milhões. Um dos destaques é um copo feito com chifre de rinoceronte, uma bagatela de US\$ 86 mil, ou algo como R\$ 217 mil.

[...] A pesquisa foi realizada apenas em sites de acesso aberto. Os produtos de origem ilegal podem ser vistos até no eBay, um gigante do comércio eletrônico. Em sua versão britânica, foram encontrados 376 anúncios de artigos de marfim.

Objetos do material, aliás, correspondem a 32% de todo o mercado clandestino on-line, resultando em 3.047 anúncios. A extração do marfim é uma das principais atividades responsáveis pela morte de um elefante a cada 15 minutos. Os répteis ocupam a segunda categoria com mais anúncios (2.509), seguidos por aves (2.254) e mamíferos (1.309), entre outros animais.

A China foi o país com o maior número de produtos de animais comercializados ilegalmente (56%). A pesquisa também abrangeu o mercado de Alemanha, Bahrein, Bélgica, Bielorrússia, Canadá, Cazaquistão, Emirados Árabes Unidos, França, Holanda, Kuwait, Polônia, Qatar, Reino Unido, Rússia e Ucrânia. (GRANDELLE, 2014, p. 31)

Para os traficantes, o comércio em ambiente virtual elimina o transporte de animais para a exposição em feiras de rua, por exemplo, possibilita um maior grau de anonimato e, dependendo da região, conta com órgãos de fiscalização ineficientes (sem treinamento e equipamentos) para combater essa modalidade de comércio ilegal. Os próprios agentes do

Ibama (BARRETO et al., 2012) afirmam ser necessário aumentar o controle sobre as vendas de fauna pela internet.

O menor risco de prisão e de perda de animais-mercadoria, além da fiscalização ineficiente, faz com que boa parte do tráfico de fauna aconteça, hoje, pela internet.

Basta algumas horas de “navegação” na rede para constatar uma grande quantidade de comércio ilegal envolvendo a fauna silvestre. Nas redes sociais não é incomum a presença de grupos específicos, atuando nessa atividade criminosa virtual. Os anúncios de compra e venda ilegal – muitas vezes explicitamente informando tal situação – proliferam em chats, bate-papos e listas de discussão. Tudo feito às claras, sem demonstrar a menor preocupação com a aplicação da lei. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2016, p. 33)

E não são apenas os bandidos que ignoram as leis.

Apesar de boa parte da população mundial reconhecer que o comércio ilegal de animais pela Internet é um crime ambiental, ainda assim esta é uma das práticas criminosas mais comuns da atualidade. (REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES, 2016, p. 580)

O problema da venda ilegal de animais silvestres pela internet já ganhou tanta dimensão que plataformas de comércio eletrônico abertas para receber anúncios de pessoas particulares e as redes sociais começaram a proibir esse tipo de atividade em suas páginas. Recentemente, o Facebook e o Instagram, que pertencem ao mesmo grupo, anunciaram suas regras.

O Facebook proibiu a venda de animais vivos, sejam os de estimação ou os voltados para pecuária, na rede social e no Instagram.

O veto inclui ainda a comercialização de partes de animais, como pelos e peles. A regra foi estabelecida em uma revisão feita pelo Facebook de suas políticas para ofertas comerciais. No documento, liberado no domingo (19), a rede social ressaltou a proibição de ofertas de armas e munições de qualquer tipo, drogas ilegais, prescritas ou recreativas, produtos para público adulto, bebidas alcoólicas ou que sejam relacionados a jogos de azar.

A rede social também esclareceu em que situações podem ser vendidos produtos relacionados a animais.

O que não pode ser vendido:

Animais vivos;

Animais de estimação;

Animais para pecuária;

Partes de animais, como peliça, pele ou pelo de animal. (FACEBOOK..., 2018)

Com o início das proibições e do monitoramento pelos órgãos de fiscalização e pelas polícias sobre as comunidades do Facebook, onde acontece boa parte do comércio ilegal de

fauna via internet no Brasil, os traficantes estão migrando para o WhatsApp. Essa ferramenta permite a formação de grupos, com as vantagens de haver um controle maior sobre os participantes pelos traficantes e de o conteúdo das mensagens ser quase inviolável.

No texto

O título da matéria, “Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet”, foi elaborado na voz passiva sintética, com os animais como sujeito paciente (que sofre ação verbal) da oração. Além de indicarem o contexto da fauna vítima do mercado negro de silvestres, ele é bastante chamativo pelo fato de destacar o inusitado comércio de “tigres e crocodilos”. Por outro lado, não há qualquer indicação do fato gerador da notícia: a divulgação da pesquisa da ONG que dimensionou e qualificou parte desse contrabando virtual.

Essa falta de informação foi resolvida na linha-fina, elaborada para fornecer o elemento que justifica a publicação da matéria (que no jargão jornalístico é chamado de “gancho”) e o contexto que faltava. O conjunto título/linha-fina funciona bem no chamar a atenção do leitor e indicar com precisão o conteúdo oferecido no texto da notícia.

As três fotografias publicadas possuem legendas informativas e não meramente descritivas. Ou seja, elas fornecem informações que vão além do que a imagem mostra. No caso da foto dos ursos-polares, há o dado não citado no texto de que sites canadenses oferecem tapetes feitos com a pele do animal. Já na imagem do homem segurando uma presa de elefante (marfim), foi informado que o material é bastante anunciado. Na última foto, a do tigre, afirma-se que vinho com ossos do felino atrai os chineses.

O texto da matéria começa utilizando o mesmo recurso do conjunto título/linha-fina. O início do primeiro parágrafo destaca a inusitada possibilidade de compra de animais pouco comuns nesse tipo de transação e de “bizarrices” para, na sequência, informar sobre a divulgação do levantamento feito pelo Ifaw. Novamente, usou-se o anormal como isca para capturar a atenção do leitor.

Do segundo ao sétimo parágrafos, a matéria detalha e explica o levantamento do Ifaw. Todos os trechos estão baseados em números do trabalho realizado. A única quebra dessa linha racional de apresentação está no terceiro parágrafo, com a declaração (reforçada pelo uso do discurso direto) da coautora do levantamento em que aparece o verbo “sofrer” ligado aos animais, o adjetivo “desnecessário” para o comércio e o adjetivo “impressionante” para toda a situação. Até o número citado por ela, 54% dos anúncios eram sobre a venda de

animais vivos, tem um juízo de valor com o uso do advérbio “ainda”: “animais que serão enviados ainda vivos”.

No texto jornalístico, em geral, os números que são publicados indicam alguma situação extrema e o retrato momentâneo de algum fenômeno. Na matéria em análise, o uso dos números segue essa tendência, inclusive com a utilização de ironia (figura de linguagem) ao adjetivar de “bagatela” o copo feito com chifre de rinoceronte avaliado em US\$ 86 mil (segundo parágrafo).

O intertítulo “Falta de fiscalização no Brasil” indica uma mudança de abordagem na matéria, que deixou o levantamento do Ifaw para tratar do tráfico de animais pela internet no Brasil. A passagem do bloco anterior para esse que começa no intertítulo se dá sem uma quebra forte de raciocínio. Para manter a coesão nessa transição, o último parágrafo do bloco anterior (sétimo) relata que o levantamento foi realizado para subsidiar governos na elaboração de uma legislação competente sobre meio ambiente. A partir desse trecho, O Globo mostra que no Brasil o problema do comércio virtual ilegal de fauna também existe e é pouco combatido pelo poder público.

O discurso da crítica ao poder público veiculado por O Globo tem como representante o coordenador-geral da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), única instituição nacional que possui um trabalho de dimensionamento momentâneo do comércio virtual ilegal de fauna no país. Na declaração em discurso direto desse representante da ONG, a fiscalização ambiental do governo é qualificada como “débil”.

O último parágrafo da matéria é uma declaração (discurso direto) da coautora do trabalho em que se resume tudo o que foi abordado na matéria: legislação, regras nos portais da internet e o papel do consumidor nesse comércio, que é adjetivado como responsável por um “custo devastador” para o meio ambiente.

A representação social

O Globo expôs a incapacidade de o poder público fiscalizar e coibir o tráfico de animais na internet. Ou seja, reforçou a ideia da incompetência do Estado na gestão da fauna silvestre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de animais silvestres é uma questão ambiental posta há pouco tempo para a sociedade brasileira. Durante séculos, não houve controle ou o controle do Estado foi ineficiente para evitar que milhões de espécimes fossem e continuem sendo retirados todos os anos de seus habitat para serem comercializados dentro e fora do país. No Brasil de hoje, a cultura do criar silvestres como bichos de estimação fomenta tanto o mercado legalizado quanto o ilegal desse tipo de *pet*.

E a imprensa brasileira, como parte da sociedade, também está com uma nova pauta para lidar. Nessa conjuntura, incluem-se, inclusive, os jornalistas especializados na cobertura de temas ligados ao meio ambiente.

Partindo desse contexto, nossa pesquisa procurou identificar e analisar as abordagens dos dois maiores jornais de circulação diária do Brasil, tendo como referência as tiragens impressas e as assinaturas das edições digitais, na cobertura do tráfico de fauna e seu principal desdobramento, a criação de espécimes silvestres como bichos de estimação, entre 2010 e 2014. Trabalhamos com a Folha de S. Paulo e O Globo, ambos veículos de abrangência nacional.

A base para a análise qualitativa dos textos nesta pesquisa foi a Análise Crítica do Discurso, especialmente a linha desenvolvida por Norman Fairclough, e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. O uso da linguagem é, então, uma forma de prática social. Passamos a nos preocupar com efeitos ideológicos que textos/discursos de projetos de dominação e exploração possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades, ou seja, sobre o cotidiano dos indivíduos.

As teorias do Cotidiano de Agnes Heller e de Michel de Certeau, que integram o quadro teórico deste trabalho, afirmam ser a imprensa parte do mosaico de elementos que, junto com a família, a escola, a religião e diversos outros grupos sociais e fontes de informação, compõem o processo de formação das pessoas. Em Heller, esse fenômeno é o “amadurecimento”. Já Certeau usou o verbo “fabricar” para indicar o sistema de produção de sentidos a partir da exposição a conteúdos simbólicos. Para a teoria de Moscovici, as representações sociais atuam no sentimento de pertencimento dos indivíduos, que as interiorizam por meio de experiências, práticas, modos de condutas e pensamentos transmitidos também pela comunicação social.

É necessário ressaltar que Heller, Certeau e Moscovici consideraram a existência da autonomia dos indivíduos na elaboração dos conteúdos simbólicos recebidos, permitindo, portanto, modificações na cultura e no cotidiano. As teorias dos três pensadores podem ser aplicadas no universo do hábito de uma parte da sociedade brasileira que cria animais silvestres como bichos de estimação e também no contexto do tráfico de fauna.

Analogamente, Sylvia Moretzsohn afirma ser possível aos jornalistas “pensar contra os fatos”, não seguir os modelos de cobertura comumente apresentados e ampliar as possibilidades de veiculação de diferentes discursos pela imprensa.

Tínhamos, portanto, uma pergunta a responder: os textos da Folha de S. Paulo e de O Globo estariam vinculados a qual discurso social?

Identificamos 254 textos que abordam o tráfico de fauna e a criação de silvestres como bichos de estimação, sendo 152 (59,84%) de O Globo e 102 (40,15%) da Folha de S. Paulo. Quantitativamente, nos dois jornais prevaleceu a abordagem criminal do tema, ou seja, textos em que predominou alguma ação dos órgãos de fiscalização e controle do poder público na repressão ao tráfico. Do total de nosso corpus de análise, foram encontrados 77 textos (30,31%) com essa abordagem (a qual nomeamos como categoria Repressão), sendo 33 (42,85% da categoria) na Folha de S. Paulo e 44 (57,14% da categoria) em O Globo.

A diferença do total de textos da categoria Repressão para os totais das categorias Biopirataria e Comportamento, com 31 (12,20%) e 30 (11,81%) respectivamente, mostra a dimensão dessa predominância. Biopirataria e Comportamento foram a segunda e a terceira categorias com mais textos e, se somarmos o total das duas não atingiremos a quantidade da Repressão.

Ao analisarmos em separado cada um dos jornais, o fenômeno se repete com porcentagens bem próximas. Na Folha de S. Paulo, a categoria Repressão predominou com 32,25% (33 textos) do total, enquanto em O Globo a prevalência foi de 28,94% (44 textos).

Esse quadro quantitativo não surpreende pelo fato de que o tráfico de fauna é um crime e a maior parte da criação dos espécimes silvestres como *pets* no Brasil ser ilegal. A priorização da divulgação pelo poder público de suas ações repressivas como forma de redução dessa atividade, reflexo da maneira como o Estado trata o problema, também faz com que um maior número de pautas dessa natureza seja desenvolvido pela imprensa.

A análise quantitativa nos deu, portanto, um indicativo de que a Folha de S. Paulo e O Globo e o Estado consideram a via repressiva a melhor forma para reduzir o tráfico de

animais. Ao mesmo tempo, tivemos condições de identificar que o tema tráfico de fauna foi trabalhado também sob outras perspectivas: da biopirataria, do comportamento humano no criar silvestres-*pet*, da destinação dos animais apreendidos, como conteúdo em produtos culturais, da legislação, dos projetos de conservação e pesquisa e do problema das espécies invasoras, principalmente. Essa cobertura heterogênea nos surpreendeu.

A outra etapa de nossa pesquisa baseou-se na Análise Crítica do Discurso e na identificação das representações sociais existentes nos textos. Trabalhamos com quinze textos, todos matérias jornalísticas, sendo cinco da Folha de S. Paulo e dez de O Globo. Procuramos então qualificar essa cobertura.

Nossa análise encontrou seis representações sociais principais: animal silvestre pode ser criado como bicho de estimação (em seis matérias, sendo quatro em O Globo e duas na Folha de S. Paulo), o Estado é incompetente na gestão da fauna silvestre (em cinco matérias, sendo quatro em O Globo e uma na Folha de S. Paulo), a repressão resolve o problema do tráfico de fauna (em duas matérias, sendo uma em cada jornal), a natureza será protegida se tiver valor econômico (em uma matéria de O Globo), é possível haver mudança de comportamento em quem está envolvido com o tráfico (em uma matéria de O Globo) e o atual modelo de exploração da natureza tem de ser modificado para um modelo sustentável (em uma matéria de O Globo). Vale ressaltar que na matéria “Um prejuízo e tanto para a biodiversidade”, publicada por O Globo em 15 de novembro de 2011, identificamos duas representações: animal silvestre pode ser criado como bicho de estimação e o Estado é incompetente na gestão da fauna silvestre.

As representações sociais não são opiniões sobre determinado assunto ou tema, mas sim teorias coletivas aceitas por grupos sociais. Elas nos apresentam maneiras de pensar e interpretar o cotidiano, sendo mediadoras do comportamento humano no dia a dia em sociedade. Estamos trabalhando com o senso comum.

Sabedores disso, concluímos que a Folha de S. Paulo e O Globo reforçam a manutenção da cultura do silvestre-*pet*, já estabelecida no Estado por meio da legislação vigente e em muitos outros setores da sociedade brasileira. Mesmo que nos dois veículos já apareçam vozes destoantes, esses novos discursos ainda são tratados por ambos de forma secundária e com pouca visibilidade. Vale destacar que chama a atenção a postura de O Globo em defender de forma bastante ostensiva a criação em cativeiro de animais silvestres como bichos de estimação.

Os dois jornais também compactuam com a teoria coletiva do Estado incompetente na gestão da fauna silvestre, em especial, quando trata-se de animais apreendidos. O poder público é alvo de inúmeras críticas sobre como atua e mantém sua infraestrutura (os Cetas são um exemplo), além de sua ineficiência ser confrontada com trabalhos desenvolvidos por ONGs e iniciativas de particulares.

A repressão resolve o problema do tráfico de fauna é a última representação comum aos dois veículos nos textos analisados. Assim como ocorre com a representação do silvestre-*pet*, a Folha de S. Paulo e O Globo compactuam com o Estado nessa maneira de pensar. Novamente, tanto os jornais quanto o poder público já sabem da existência de ações complementares necessárias para que o comércio ilegal de fauna seja reduzido – ser conhecedor da origem cultural do problema mostra que os jornais têm essa informação. Entretanto, ambos permanecem presos à forma mais simples e óbvia de atacar o fenômeno, fornecendo à população a ilusão de que o mercado negro de animais está sendo eficazmente combatido.

A aplicação da Análise Crítica do Discurso encontrou elementos que reforçam as representações sociais identificadas. A Folha de S. Paulo e O Globo não dão espaço suficiente para que discursos e vozes apontando caminhos alternativos para a redução do mercado negro de fauna ganhem relevância e sejam discutidos. Como já afirmamos, ambos os veículos ainda optam por reforçar a opção predominante do Estado pela repressão.

A matéria que mais se aproximou de uma nova proposta, de fazer uma cobertura diferente (o “pensar contra os fatos”), é a “Como se fosse tudo legal”, publicada em O Globo em 6 de setembro de 2014. Nela, o jornalista identificou claramente que a cultura do criar animais silvestres como bichos de estimação incentiva o tráfico, mas ele não desenvolveu a abordagem e optou por criticar as falhas na fiscalização promovida pelo poder público. O jornal manteve-se preso à ideia de que a repressão e a punição por meio da Justiça são as melhores formas para combater o tráfico de fauna. Se a fiscalização não funciona, O Globo defende ser pelas falhas de alguns policiais e da prefeitura e não pelo equivocado modelo adotado. O diário do Rio de Janeiro não pode, portanto, alegar desconhecer outras possibilidades de cobertura.

Em O Globo, é certo que há a intenção de incentivar a cultura do silvestre-*pet*. A reportagem “O canto das aves”, de 15 de maio de 2010, é quase um manifesto em defesa dos passarinhos (criadores amadores de pássaros). Mas, para não estimular o tráfico (na visão do veículo de comunicação), o jornal apoia a criação comercial de animais silvestres para

serem vendidos como bichos de estimação. É o que verificamos na matéria “Com a macaca”, de 25 de agosto de 2013, em que se encontra também a questão do *status* e da diferenciação social para os que criam primatas em casa.

Outro recurso de O Globo para defender a cultura do silvestre-*pet* e o comércio legalizado foi utilizar a natural autoridade e credibilidade de uma cientista. Na entrevista da matéria “Alta tecnologia contra o tráfico de animais”, de 27 de abril de 2010, o jornal selecionou a resposta da bióloga que explica quais os cuidados que se deve ter na compra de um animal silvestre para não adquirir um espécime traficado como forma de a população auxiliar no combate ao mercado negro de fauna.

A Folha de S. Paulo, apesar de suas publicações serem menos explícitas que O Globo na exposição de suas posições, também se mostrou favorável a ideia de que animal silvestre pode ser bicho de estimação. Em “Deram um pé no louro”, de 2 de outubro de 2014, e “Socióloga vai à Justiça para ficar com papagaio”, de 21 de outubro de 2010, o jornal utiliza argumentos emotivos, como a dor da separação e o fato de o espécime ser um membro da família, para justificar a devolução de animais vítimas do tráfico que foram apreendidos às pessoas que os criavam. Pouco se discutiu, por exemplo, sobre a falta de estrutura do Estado para cuidar de animais apreendidos e para tentar reabilitá-los à vida livre.

Em compensação, essa falta de estrutura envolvendo os centros de triagem e de reabilitação de animais silvestres (Cetas e Cras) foi o tema das matérias “Um prejuízo e tanto para a biodiversidade”, publicada na edição de 15 de novembro de 2011 de O Globo, e “ONG tenta devolver papagaio à mata natal”, da Folha de S. Paulo de 6 de março de 2011. Em ambas, os jornais escancaram que ONGs e empresas estão realizando um trabalho que deveria ser feito pelo poder público ou, ao menos, contar com algum tipo de apoio do Estado. E mais, as publicações ainda comparam os trabalhos realizados pelos particulares e pelo poder público, deixando ainda mais claro o quanto os governos não consideram prioridade esse trabalho.

A abordagem sobre a falta de competência do Estado na gestão da fauna foi novamente encontrada na matéria “A invasão dos micos”, de O Globo de 14 de maio de 2013. Nela, o jornal mostra um poder público inoperante e desestruturado para resolver a questão dos micos de espécies exóticas no Rio de Janeiro, cria a imagem de que os pequenos primatas são os vilões (e não o tráfico de fauna) e faz um apelo pela “erradicação em massa” (expressão usada pelo veículo) dos animais. O mesmo veículo, em um texto muito mal escrito e com diversos problemas de apuração (“Tráfico de animais ganha impulso legal”, 2 de julho

de 2013), ataca a aprovação pelo Conama da Resolução nº 457, que, para aliviar o problema da falta de Cetas, passou a permitir que espécimes que deveriam ser apreendidos fiquem sob a guarda das pessoas que os criavam ilegalmente.

É interessante notar que na reportagem “A última ararinha”, publicada na edição de 04 de maio de 2010 de O Globo, identificamos o conceito (representação social) de ser possível haver mudança de comportamento em quem está envolvido com o tráfico. Na matéria, o xeque do Catar, que colecionava animais silvestres raros, entre eles a ararinha-azul, transformou-se em um conservacionista e passou a ser a maior esperança para evitar a extinção da espécie. O jornal, apesar de mostrar a existência de críticas ao milionário árabe, destacou o lado bom do envolvimento dele no projeto para salvar as ararinhas e até reintroduzi-las na caatinga baiana.

Essa mudança de comportamento chama a atenção por ir ao encontro do que Heller, com a catarse, e Certeau teorizam. Sylvia Moretzsohn também o faz com o seu “pensar contra os fatos”, tendo como referência o trabalho dos jornalistas. E assim acreditamos ser possível acontecer com a Folha de S. Paulo e O Globo.

Verificamos que os dois jornais diários de maior circulação do país reforçam a cultura do criar animal silvestre como bicho de estimação, que como procuramos mostrar, é um dos incentivadores do tráfico de fauna no Brasil. Os dois jornais também criticam a ineficiência do Estado brasileiro na gestão da fauna, em especial dos animais apreendidos. Por outro lado, compactuam com esse mesmo poder público com a ideia de que o combate ao mercado negro de fauna deva ser feito prioritariamente pela via repressiva – visão que divergimos.

Nossa análise do recorte que fizemos da cobertura feita pela Folha de S. Paulo e O Globo do tráfico de animais silvestres e de seu principal desdobramento no Brasil, a criação doméstica de silvestres como bichos de estimação, indica que os dois jornais permanecem vinculados ao *status quo*. Ou seja, os dois jornais (bem como o Estado brasileiro) reforçam a ideia de que se pode criar silvestres como bichos de estimação, desde que os animais tenham origem legal, e que a repressão é a melhor forma para desestimular o tráfico – conceitos que discordamos.

Os dois veículos não contribuem para a construção de uma nova cultura e pouco auxiliam para incentivar as modificações nas representações sociais, o que poderia gerar impacto negativo no comércio ilegal de fauna silvestre. Acreditamos serem necessárias novas pesquisas, principalmente junto aos jornalistas e aos veículos de imprensa em seus processos

produtivos e junto aos leitores e seus processos interpretativos, para verificar as causas dos resultados por nós encontrados e as consequências que a cobertura por nós analisada gera nos receptores.

Muito ainda por ser feito. Muito ainda por ser descoberto.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. (Ed.) **Lenin and philosophy and other essays**. Londres: New Left Books, 1971.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Obra Completa**. Organização de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1967.
- ANRADE, Silvana. Resolução do Conama é um atentado aos direitos animais e à fauna brasileira. **Anda**, São Paulo, 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2013/06/resolucao-do-conama-e-um-atentado-aos-direitos-animais-e-a-fauna-brasileira/>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- BAKER, Mike. O preço oculto de um crime contra a vida silvestre. [S.l.]: 2014. Disponível em: <<https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/o-preco-oculto-de-um-crime-contra-vida-silvestre>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- BAKTHIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.
- _____. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKTHIN, Mikhail/VOLOSHINOV, Valentin. O discurso na vida e o discurso na arte. Tradução para uso didático por C. Tezza e C. A. Faraco. s.d. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2014. p. 67-68.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARRETO, Raquel et al. Efforts to Combat Wild Animals Trafficking in Brazil. In: LAMEED, Gbolagade Akeem (Ed.). **Biodiversity Enrichment in a Diverse World**. Londres: IntechOpen, 2012. cap 16, p. 421-436. Disponível em: <<https://www.intechopen.com/books/biodiversity-enrichment-in-a-diverse-world/efforts-to-combat-wild-animals-trafficking-in-brazil>>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BHASKAR, Roy et al. **Critical Realism**: Essential Readings. London: Routledge, 1998.
- BHASKAR, Roy. **From Science to Emancipation**: Alienation and the Actuality of Enlightenment. New Delhi/London: Sage Publications, 2002.
- BEARDER, Catherine. Relatório sobre o plano de ação da UE contra o tráfico de espécies selvagens. [S.l.]: 2016. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0303+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em 17 dez. 2016.
- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p. 15-48.
- _____. Jornalismo ambiental - evolução e perspectivas. In: IMPRENSA E PANTANAL, 1997, Campo Grande. **[Trabalho apresentado]**. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2016.
- BITTAR, Tahys; FOLHAPRESS. Zé Ladrão e o papagaio Fred. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 out. 2014, Revista São Paulo, p. 36, 1 fotografia.
- BONZI, Ramón Stock. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 61-78.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **As figuras de linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. [21--]a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 03 jun. 2018.

_____. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. [21--]b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 17 dez. 2016.

_____. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. [21--]c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 03 jun. 2018.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. [21--]d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 03 jun. 2018.

_____. Decreto-lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943. [21--]e. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5894-20-outubro-1943-415862-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 17 dez. 2016.

_____. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Presidência da República, Brasília, [21--]f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Decreto Federal nº 6.514, de 22 de junho de 2008. Presidência da República, Brasília, [21--]g. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967. In: MEDAUAR, Odete (Org.). **Coletânea de legislação ambiental: Constituição Federal**. São Paulo: Revisa dos Tribunais, 2008a. p. 437-441.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. In: MEDAUAR, Odete (Org.). **Coletânea de legislação ambiental: Constituição Federal**. São Paulo: Revisa dos Tribunais, 2008b. p. 21-146.

BREMBATTI, Katia. Site mantinha venda ilegal de fauna silvestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/site-mantinha-venda-ilegal-de-fauna-silvestre-axghw6g6lpq3gkad2tmpkm3im>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degradados: As primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007a.

_____. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara, 2007b.

CAMPHORA, Ana Lucia. **Animais e Sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: [s. n.] , 2017.

CANDIDO, Maria Regina; GUEDES JUNIOR, Jason José. Gladiadores e o império: Os poderes nas arenas romanas (séculos I e II d.C.). **NEARCO Revista Eletrônica de Antiguidade**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 32-46, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero15/2.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

CARRIERI, Marcos. Brasil quer trazer ararinhas-azuis do Catar. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, São Paulo, 19 jan. 2015. Disponível em < <https://anba.com.br/brasil-quer-trazer-ararinhas-azuis-do-catar/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CAVALCANTE FILHO, Urbano; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem). In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 1., 2011, Vitória. **Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos – Conel**. Vitória: UFES, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/conel/article/view/2014/1526>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHINESES são multados por extração ilegal de pepinos do mar em Ubatuba. **G1**, [S.l.], 08 maio 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/05/chineses-sao-multados-por-retirar-pepinos-do-mar-em-ubatuba-sp.html>>. Acesso em: 26 out 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução Conama nº 457, de 23 de junho de 2013. Brasília, Conama, 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=695>>. Acesso em: 17 maio 2018.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **What are Invasive Alien Species?** [S. l.], [20--?]. Disponível em: <<https://www.cbd.int/invasive/WhatareIAS.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2018.

CORREA, Vanessa. Soltos, papagaios, invadem área urbana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 set 2010. Cotidiano, p. C8.

CORTESÃO, J. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Livros de Portugal, 1943.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elemento. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

DESALURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DESTRO, Guilherme Fernando Gomes et al. Efforts to Combat Wild Animals Trafficking in Brazil. **Biodiversity Enrichment in a Diverse World**. Rijeka: InTechOpen, 2012. Disponível em: <<http://www.intechopen.com/books/biodiversity-enrichment-in-a-diverse-world/efforts-to-combat-wild-animals-trafficking-in-brazil>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

DIUANA, Daise. A imprensa e o tráfico de animais silvestres. In: REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES. **Animais Silvestres**: vida à venda. Organização de Dener Giovanini. Brasília: Dupligráfica, 2002. p. 255-260.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2010.

FACEBOOK proíbe venda de animais vivos na rede social e no Instagram. **G1**, [S.l.], 25 maio 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/facebook-proibe-venda-de-animais-vivos-na-rede-social-e-no-instagram.ghtml>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha D'Água**, Brasil, v. 25, n. 2, p. 307-329, dec. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FANTE, Eliege Maria et al. A trajetória do Jornalismo e dos Jornalistas Ambientais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DA MÍDIA (ALCAR), 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: Alcar, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-jornalismo-e-dos-jornalistas-ambientais-no-brasil-o-nucleo-de-ecojornalistas-do-rs/view>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA, Flavia Murad. **Análise do comércio ilegal de animais silvestres através das apreensões de fauna no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000. Dissertação apresentada ao Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Ecologia, 2000.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco, Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Operação contra tráfico de animais prende seis. São Paulo, 11 ago. 2011. Cotidiano, p. C3.

_____. Abandonados por traficantes, papagaios nordestinos ocupam o Sul. São Paulo, 1º ago. 2012. Cotidiano, p. C10.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES (RENTAS). **União pela fauna da Mata Atlântica**. [S.l.]: Hawaii, 2005.

GABRIEL, Roberto Navia. Los colmillos de la máfia. **El Deber**, Bolivia, jan 2018. Disponível em: <<http://data.eldeber.com.bo/seccion/jaguar/#>>. Acesso em: 26 out 2018.

GAISO, Pisco Del. Índia amamentando porco-do-mato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 1992, Caderno Brasil, p. 1, 1 fotografia.

GOBBI, Leonaydo Delfim. Urbanização brasileira. [S. l.]: [entre 2010 e 2016]. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRANDELLE, Renato. Vendem-se tigres e crocodilos no mercado negro da internet. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 31, 26 nov. 2014.

GRANT, Shelby; LAWHON, Mary. Reporting on Rhinos Analysis of the Newspaper Coverage of Rhino Poaching. **Southern African Journal of Environmental Education**, Grahamstown, v. 30, 2014.

GREENPEACE. Por um mundo verde e pacífico. 10 set. 2011. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Por-um-mundo-verde-e-pacifico/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

HAKEN, Jeremy. **Transnational Crime in the Developing World**. Washington: Global Financial Integrity, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: ADORNO, Theodor W. et al. **Os Pensadores**. v. 48. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Projeto Cetar-Brasil 2005**. Brasília: Ibama, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006. Brasília, Ibama, 2006. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0141-191206.PDF>>. Acesso em: 25 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa Ibama nº 23, de 31 de dezembro de 2014. Brasília, Ibama, 2014. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0023-31122014.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa Ibama nº 7, de 30 de abril de 2015. Brasília: Ibama, 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna/faunasilvestre/2015_ibama_in_07_2015_autorizacao_uso_fauna_empresendimentos.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório técnico Cetar 2002-2014**. / Organização de Grazielle Oliveira Batista. Brasília: Ibama, 2016.

JAPIASSU, Hiron; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JUNIOR, Christiano. **Vendedor de papagaios**. 1865, 1 fotografia. In: LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. **Os fotógrafos do Império**: a fotografia brasileira no Século XIX. Rio de Janeiro: Capivara, 2005, p. 139.

KURY, Lorelai (Org.). **Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdios, 2015.

LEITE, Jefferson. Os Silvestres e a Nossa Saúde - Nosso primeiro encontro. Muito prazer! **Fauna News**, São Paulo, 10 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.faunanews.com.br/artigo/2017/01/os-silvestres-e-a-nossa-saude-nosso-primeiro-encontro-muito-prazer-09/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARQUES, Dimas Renato Pallu. Resolução 457: manifestação do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Fauna News, São Paulo, 02 jul. 2013a. Disponível em <<http://faunanews.blogspot.com.br/2013/07/resolucao-457-manifestacao-do-conselho.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Resolução 457: apenas uma entidade foi contra em votação do Conama. **Fauna News**, São Paulo, 29 jul. 2013b. Disponível em <<http://faunanews.blogspot.com.br/2013/06/resolucao-457- apenas-uma-entidade-foi.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. De volta para casa. **Terra da Gente**, Campinas, n. 117, p. 14-21, jan. 2014.

_____. Em Minas Gerais, dupla é presa traficando centenas de aves. **Fauna News**, São Paulo, 8 set. 2016. Disponível em <<http://www.faunanews.com.br/artigo/2016/09/em-minas-gerais-dupla-e-presa-trafficando-centenas-de-aves-08/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MARTINS, Nelson Rodrigo da Silva Martins; OLIVEIRA, Diêgo Maximiano Pereira de; VILELA, Daniel Ambrózio da Rocha. Destinação de Animais Silvestres no Brasil. In: COSTA, Fábio José Viana et al. (Org.). **Ciência contra o Tráfico: Avanços no Combate ao Comércio Ilegal de Animais Silvestres**. João Pessoa: Imprell, 2017.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A história do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo Jesus de. **A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília: MMA, 2000.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Policiamento ambiental: políticas públicas de meio ambiente e tráfico de animais silvestres (oeste do Estado de São Paulo, 1998 a 2012)**. Assis, 2013. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em História, 2013.

O GLOBO. Espécie invasora será removida. Rio de Janeiro, 21 ago. 2011. Niterói, p. 9.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 72-96, jul/dez. 2012.

OLIVEIRA, Márcio Sérgio Batista Silveira de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 180-186, jun. 2004.

_____. O conceito de representações coletivas: Uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 22, p. 67-94, jul. 2012a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PAPA, Solange Maria de Barros. Análise Crítica do Discurso e Realismo Crítico: Reflexões teórico-metodológicas. **Revista Linguagem**, São Carlos, ed. nº 16, 1º semestre 2011.

PEIXOTO, Gladys. Casal é detido após tentar vender saguis pela internet, diz polícia. **G1**, Mogi das Cruzes e Suzano, 6 maio 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/05/casal-e-detido-apos-tentar-vender-saguis-pelo-facebook-diz-policia.html>>. Acesso em: 03 maio 2018.

PIVETTI, Michaella. **Planejamento e representação gráfica no jornalismo impresso: A linguagem jornalística e a experiência nacional**. 2006. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

POLÍCIA investiga venda de macacos pelo Facebook em Londrina. **Catve**, Cascavel, 23 maio 2016. Disponível em: <<http://catve.com/noticia/9/151342/policia-investiga-venda-de-macacos-pelo-facebook-em-londrina>>. Acesso em: 03 maio 2018.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. Polícia Rodoviária Federal descobre 336 papagaios. **Diário de Marília**, Marília, 03. out. 2012, 1 fotografia.

PRADO, João Rodolfo do. Discurso gráfico: Constatações. **Cadernos de Jornalismo e Comunicação do Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 28-28, [1971 ou 1972].

QUEIROZ, Milena. Brasil recupera araras-azuis contrabandeadas para Cingapura. **BBC Brasil**, Londres, 20 mar. 2001. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010320_ararinha.shtml. Acesso em: 23 maio 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Análise de Discurso Crítica, do Modelo Tridimensional à Articulação entre Práticas: Implicações Teórico-Metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

_____. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2013.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES (RENTAS). **1º Relatório Nacional sobre Tráfico de Fauna Silvestre**. Brasília: Rentas, 2001.

_____. **Vida silvestre - o estreito limiar entre preservação e destruição:** Diagnóstico do tráfico de animais silvestres na Mata Atlântica – corredores central e Serra do Mar. Brasília: RENCTAS, 2007.

_____. **I relatório nacional sobre gestão e uso sustentável da fauna silvestre.** [S.l.: s.n.], 2016.

REDFORD, Kent. The Empty Forest. **BioScience**, Oxford, v. 42, n. 6, p. 412-422, jun. 1992.

ROCHA, Marcelo Pavlenco. Informação verbal. In: MARQUES, Dimas Renato Pallu. **O tráfico de animais silvestres no Brasil: das origens às políticas públicas de combate.** São Paulo: [s.n.], 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de especialista em Meio Ambiente e Sociedade, Escola Pós-graduada da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2009.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAEZ, Oscar Calavia. O melhor parente do homem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 60, Set. 2010. Disponível em:

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-melhor-parente-do-homem>>. Acesso em 15 dez. 2016.

SAIBA como ter um macaco de estimação. **Diário do Litoral**, Santos, 12 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.diariodolitoral.com.br/maisdl/saiba-como-ter-um-macaco-de-estimacao/85051/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

SANCHES, Giovana. Macacos, porcos e doninhas também eram pets na Idade Média. **G1**, São Paulo, 25 out. 2008. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MRP833174-16107,00.html>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

SARNEY FILHO, José. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

_____. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHARF, Regina. Verde como o dinheiro. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004. p. 49-77.

SILVA, Davi de Sousa. **Identificação dos fatores determinantes para a manutenção ilegal de animais silvestres no Estado de São Paulo.** São Paulo: [s.n.], 2014. Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança como parte dos requisitos para a aprovação no Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, 2014.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: O planejamento gráfico na comunicação impressa.** São Paulo: Summus, 1985.

SIMMLER, Józef. **Nobre com um papagaio.** 1859. 1 original de arte, óleo sobre tela, 45 cm x 32 cm. Coleção Museu Nacional, Cracóvia, Polônia. Disponível em: <<http://www.imnk.pl/gallerybox.php?dir=SU230>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SOBREIRA, Elisângela de Albuquerque. Os Silvestres e a Nossa Saúde - Transmissão de zoonoses na caça de animais selvagens. **Fauna News**, São Paulo, 23. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.faunanews.com.br/artigo/2018/04/os-silvestres-e-a-nossa-saude-transmissao-de-zoonoses-na-caca-de-animais-selvagens-22/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

SOCIEDADE PARA CONSERVAÇÃO DE AVES DO BRASIL. **Protocolo experimental para soltura e monitoramento de aves vítimas do comércio ilegal de animais silvestres no Estado de São Paulo**. Organização de André Cordeiro de Luca, Alice Reisfeld, Daniela Osório Bueno, Isabella Pereira da Silva, Raphael Estupinham Araújo. São Paulo: SMA/SAVE Brasil, 2017.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2010.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho, consultoria de Renato Janine Ribeiro, consultoria para termos zoológicos de Márcio Martins. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TÔRRES, Renata. Guarda temporária de animais silvestres por infratores gera polêmica em audiência. **Câmara Notícias**, Brasília, 17 dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/459686-GUARDA-TEMPORARIA-DE-ANIMAIS-SILVESTRES-POR-INFRATORES-GERA-POLEMICA-EM-AUDIENCIA.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente na Idade Mídia!. In: _____ (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.

TUZINO, Yolanda Maria Muniz. Crônica: uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, 2009.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2012.

WEINER, Ann Helen. **Legislação ambiental brasileira**: Subsídios para a história do direito ambiental. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

WORKSHOP DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À FAUNA. 1., 2009, São Paulo. **[Trabalhos apresentados]**. São Paulo: Ibama, 2009. CD-ROM.

WWF (World Wide Fund for Nature). **Fighting illicit wildlife trafficking**: A consultation with governments. Conducted by Dalberg. Gland: WWF International, 2012.

WWF-BRASIL. **Tráfico de animais silvestres no Brasil: um diagnóstico preliminar**. Coordenação de Ulisses Lacava, consultoria de Flávio Montiel da Rocha, revisão de Valéria Saracura. Brasília: WWF-Brasil, 1995.

ANEXO

Anexo A – Ranking de 2014 dos jornais diários brasileiros pelo critério de circulação em que são somadas as quantidades de impressos (venda avulsa mais assinaturas) e de assinantes da versão digital

Página 1:

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Diário	PERÍODO:	JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Principal

Obs: 1) Este relatório foi gerado por meio de escolhas específicas de entre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima). Consequentemente, a metodologia utilizada pelo usuário pode não ser a mesma adotada como padrão pela entidade. Por esta razão, em casos de produção de conteúdo jornalístico, recomendamos que as informações sejam solicitadas via assessoria de comunicação do Instituto. Informações levantadas de forma independente podem gerar dados que não representam os números oficiais do IVC.

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações (Associadas com diferentes periodicidades têm prazos de entregas diferentes).

4) Relatório gerado através de senha para filiação OUTROS com abrangência NACIONAL, estado(s): TODOS

Diário - Jornais - JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014

Publicação	UF	Periodicidade	Posição	Mercado %	Quantidade IJA's	Média
Folha de S.Paulo	SP	Diária	1º	8,48	12	351.745
O Globo	RJ	Diária	2º	8,05	12	333.860
Super Notícia	MG	Diária	3º	7,67	12	318.067
O Estado de S. Paulo	SP	Diária	4º	5,74	12	237.901
Zero Hora	RS	Diária	5º	5,08	12	210.661
Extra	RJ	Diária	6º	4,97	12	205.994
Daqui	GO	Diária	7º	4,90	12	203.157
Diário Gaúcho	RS	Diária	8º	3,67	12	152.310
Correio do Povo	RS	Diária	9º	2,97	12	123.062
Meia Hora	RJ	Diária	10º	2,75	12	114.036
Aqui (Consolidado)	MG	Diária	11º	2,70	12	112.187
Agora São Paulo	SP	Diária	12º	2,26	12	93.714
Estado de Minas	MG	Diária	13º	2,11	12	87.388
O Tempo	MG	Diária	14º	1,98	12	82.055
Dez Minutos	AM	Diária	15º	1,61	12	66.736
Lance!	RJ	Diária	16º	1,50	12	62.219
Correio*	BA	Diária	17º	1,47	12	60.968
Valor Econômico	SP	Diária	18º	1,44	12	59.798
Expresso da Informação	RJ	Diária	19º	1,36	12	56.362
Correio Braziliense	DF	Diária	20º	1,28	12	53.013
A Tribuna	ES	Diária	21º	1,17	12	48.637
A Tarde	BA	Diária	22º	1,01	12	41.827
Jornal do Commercio	PE	Diária	23º	1,01	12	41.748
Jornal NH	RS	Diária	24º	1,00	12	41.616
O Dia	RJ	Diária	25º	0,98	12	40.621
Gazeta do Povo	PR	Diária	26º	0,98	12	40.525
Aqui PE	PE	Diária	27º	0,97	12	40.214
Diário de S.Paulo	SP	Diária	28º	0,95	12	39.550
Diário Catarinense	SC	Diária	29º	0,91	12	37.811
Correio Popular	SP	Diária	30º	0,74	12	30.804
Aqui DF	DF	Diária	31º	0,73	12	30.440
Aqui MG	MG	Diária	32º	0,70	12	29.234
Diário do Nordeste	CE	Diária	33º	0,69	12	28.564
Folha de Londrina	PR	Diária	34º	0,68	12	28.256
Pioneiro	RS	Diária	35º	0,67	12	27.694
Na Hora H	DF	Diária	36º	0,65	12	26.763
O Popular	GO	Diária	37º	0,62	12	25.649

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.mês anterior do período final

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final

Página: 1

Emissão: 19/10/2015 11:29:18

Página 2:

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Diário	PERÍODO:	JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Principal

Obs: 1) Este relatório foi gerado por meio de escolhas específicas de entre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima). Consequentemente, a metodologia utilizada pelo usuário pode não ser a mesma adotada como padrão pela entidade. Por esta razão, em casos de produção de conteúdo jornalístico, recomendamos que as informações sejam solicitadas via assessoria de comunicação do Instituto. Informações levantadas de forma independente podem gerar dados que não representam os números oficiais do IVC.

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações (Associadas com diferentes periodicidades têm prazos de entregas diferentes).

4) Relatório gerado através de senha para filiação OUTROS com abrangência NACIONAL, estado(s): TODOS

Diário - Jornais - JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014

Publicação	UF	Periodicidade	Posição	Mercado %	Quantidade IJA's	Média
Diário do Pará	PA	Diária	38º	0,60	12	24.744
Diário de Pernambuco	PE	Diária	39º	0,59	12	24.580
Gazeta de Piracicaba	SP	Diária	40º	0,58	12	24.212
Hora de Santa Catarina	SC	Diária	41º	0,57	12	23.553
A Gazeta	ES	Diária	42º	0,56	12	23.122
Massa!	BA	Diária	43º	0,56	12	23.099
Notícia Agora	ES	Diária	44º	0,56	12	23.066
Cruzeiro do Sul	SP	Diária	45º	0,52	12	21.449
O Povo	CE	Diária	46º	0,50	12	20.748
Notícia Já	SP	Diária	47º	0,48	12	20.088
Diário de Santa Maria	RS	Diária	48º	0,48	12	19.992
A Notícia	SC	Diária	49º	0,48	12	19.971
Diário da Região	SP	Diária	50º	0,46	12	19.227
Aqui MA	MA	Diária	51º	0,44	12	18.312
Jornal da Cidade	SP	Diária	52º	0,44	12	18.202
A Tribuna (Santos)	SP	Diária	53º	0,43	12	17.642
Jornal de Santa Catarina	SC	Diária	54º	0,41	12	17.127
Aqui CE	CE	Diária	55º	0,40	2	16.436
Expresso Popular	SP	Diária	56º	0,38	12	15.590
Jornal de Piracicaba	SP	Diária	57º	0,37	9	15.309
Jornal VS	RS	Diária	58º	0,36	12	15.007
Hoje em Dia	MG	Diária	59º	0,34	12	14.245
A Cidade	SP	Diária	60º	0,32	12	13.405
Diário Popular.	RS	Diária	61º	0,31	12	13.031
Tribuna do Paraná	PR	Diária	62º	0,31	12	12.982
O Diário do Norte do Paraná	PR	Diária	63º	0,31	12	12.873
TodoDia	SP	Diária	64º	0,29	6	12.187
Correio do Estado	MS	Diária	65º	0,29	12	11.999
O Liberal	SP	Diária	66º	0,28	12	11.700
Jornal Já Paraíba	PB	Diária	67º	0,28	12	11.607
Correio da Paraíba	PB	Diária	68º	0,28	12	11.518
O Estado do Maranhão	MA	Diária	69º	0,25	12	10.546
Gazeta de Limeira	SP	Diária	70º	0,24	12	10.099
Notícias do Dia (Consolidado)	SC	Diária	71º	0,22	12	9.008
Folha da Região	SP	Diária	72º	0,20	12	8.430
Diário de Canoas	RS	Diária	73º	0,20	12	8.245
O São Gonçalo	RJ	Diária	74º	0,19	12	7.736

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.mês anterior do período final

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final

Página: 2

Emissão: 19/10/2015 11:29:18

Página 3:

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Diário	PERÍODO:	JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Principal

Obs: 1) Este relatório foi gerado por meio de escolhas específicas de entre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima). Consequentemente, a metodologia utilizada pelo usuário pode não ser a mesma adotada como padrão pela entidade. Por esta razão, em casos de produção de conteúdo jornalístico, recomendamos que as informações sejam solicitadas via assessoria de comunicação do Instituto. Informações levantadas de forma independente podem gerar dados que não representam os números oficiais do IVC.

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações (Associadas com diferentes periodicidades têm prazos de entregas diferentes).

4) Relatório gerado através de senha para filiação OUTROS com abrangência NACIONAL, estado(s): TODOS

Diário - Jornais - JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014

Publicação	UF	Periodicidade	Posição	Mercado %	Quantidade IJA's	Média
Jornal de Brasília	DF	Diária	75º	0,17	12	7.155
Tribuna do Norte	RN	Diária	76º	0,17	12	7.144
Gazeta de Alagoas	AL	Diária	77º	0,17	12	7.137
O Imparcial	SP	Diária	78º	0,17	12	7.104
Tribuna do Norte (PR)	PR	Diária	79º	0,14	12	5.952
O Estado de Mato Grosso do Sul	MS	Diária	80º	0,14	12	5.860
Rede Bom Dia (Consolidado)	SP	Diária	81º	0,14	12	5.859
Jornal do Povo	RS	Diária	82º	0,13	12	5.327
Jornal A Tribuna	SC	Diária	83º	0,12	12	4.804
Tribuna do Povo	SP	Diária	84º	0,11	12	4.372
Diário do Amazonas	AM	Diária	85º	0,08	12	3.497
Meio Norte	PI	Diária	86º	0,07	12	3.051
Novo Jornal	RN	Diária	87º	0,06	12	2.419
Alô Negócios	PR	Diária	88º	0,03	12	1.439
Diário da Amazônia	RO	Diária	89º	0,03	12	1.415
Folha Do Oeste	SC	Diária	90º	0,03	12	1.257
TOTAL:	90					4.147.879

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.mês anterior do período final

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final

Página: 3

Emissão: 19/10/2015 11:29:18